

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA - IG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGEO**

**MÍDIA E QUESTÃO AGRÁRIA EM MINAS GERAIS: 2005 a 2018**

**FABIANA BORGES VICTOR**

**Uberlândia – MG  
2021**

**FABIANA BORGES VICTOR**

**MÍDIA E QUESTÃO AGRÁRIA EM MINAS GERAIS:** 2005 a 2018

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor(a) em Geografia.

Área de concentração: Dinâmicas Territoriais e Estudos Ambientais.

Orientador: Prof. Dr. João Cleps Junior.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.**

---

V642m Victor, Fabiana Borges, 1987-  
2021 Mídia e questão agrária em Minas Gerais [recurso eletrônico] : 2005  
a 2018 / Fabiana Borges Victor. - 2021.

Orientador: João Cleps Junior.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa  
de Pós-Graduação em Geografia.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2022.5007>

Inclui bibliografia.

1. Geografia. I. Cleps Junior, João, 1962-, (Orient.). II. Universidade  
Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III.  
Título.

---

CDU: 910.1

---

André Carlos Francisco  
Bibliotecário – CRB-6/2047



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H35 - Bairro Santa Monica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902  
Telefone: (34) 3239-4381/3291-6304 - [www.pgeo.ig.ufu.br](http://www.pgeo.ig.ufu.br) - posgeo@ufu.br



### ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	<b>GEOGRAFIA</b>			
Defesa de:	<b>Tese de Doutorado Acadêmico, Número 220; PPGGEO</b>			
Data:	21 de dezembro de 2021	Hora de início:	08h:00m	Hora de encerramento:
Matrícula do Discente:	<b>11713GEO014</b>			
Nome do Discente:	<b>FABIANA BORGES VICTOR</b>			
Título do Trabalho:	<b>MÍDIA E QUESTÃO AGRÁRIA EM MINAS GERAIS: 2005 a 2018</b>			
Área de concentração:	<b>DINÂMICAS TERRITORIAIS E ESTUDOS AMBIENTAIS</b>			
Linha de pesquisa:	<b>ANÁLISE, PLANEJAMENTO E GESTÃO DOS ESPAÇOS URBANO E RURAL/ENSINO DE GEOGRAFIA</b>			
Projeto de Pesquisa de vinculação:				

Reuniu-se no Anfiteatro/Sala **[On-line]**, Campus **[Santa Mônica]**, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em **GEOGRAFIA**, assim composta: Professores Doutores: **Evandro Cesar Clemente - UFJ-Jataí-GO; Andréa Maria Narciso Rocha de Paula - UNIMONTES-MG; Joelma Cristina dos Santos - ICHPO/UFU; Vera Lúcia Salazar Pessoa - IG/UFU, Janaina Francisca de Souza Campos Vinha - UFTM-MG e João Cleps Junior - IG/UFU** orientador(a) do(a) candidato(a). Em função da pandemia COVID-19 os membros participaram de forma on-line.

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). **João Cleps Junior - IG/UFU**, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(as) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

**Aprovado(a).**

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de **Doutora**.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **João Cleps Junior, Professor(a) do Magistério Superior**, em 21/12/2021, às 13:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joelma Cristina dos Santos, Usuário Externo**, em 21/12/2021, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andréa Maria Narciso Rocha de Paula, Usuário Externo**, em 21/12/2021, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vera Lúcia Salazar Pessôa, Usuário Externo**, em 21/12/2021, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Janaina Francisca de Souza Campos Vinha, Usuário Externo**, em 21/12/2021, às 21:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Evandro César Clemente, Usuário Externo**, em 22/12/2021, às 08:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3229422** e o código CRC **B30807E2**.

*Em memória de  
Célio Antônio Souto  
Com todo meu carinho  
de sobrinha-filha*

## AGRADECIMENTOS

Uma das etapas mais significativas neste trabalho é lembrar e homenagear todos aqueles que contribuíram para a elaboração e conclusão. São palavras que representam o meu reconhecimento a cada um que singularmente participa de minha vida, pessoal e enquanto trabalhadora-pesquisadora. A começar pela orientação acadêmica e amizade, agradeço ao Prof. João Cleps, que juntos completamos pouco mais de uma década no caminho do conhecimento, da pesquisa e de ensinamentos que vão além do ambiente universitário.

Agradeço de modo especial a meus pais. Minha mãe Sirlene sempre me disse que acreditava em mim, tenho o seu apoio incondicional. Ao meu pai, mesmo não estando presente, sei que me acompanha todos os dias. À minha irmã Fernanda, a quem tenho um carinho infinito e que sempre me motiva com suas palavras. Ao Breno, meu afilhado, por me fazer crescer junto com você. À Suelen, a quem respeito e tenho como uma irmã da vida. Aos meus tios, Silma e Célio (em memória), que me acolheram com tanta dedicação e fazem tanto por nós. Estendo meu afeto a todos os tios e tias, primos e primas, e agregados. E aos meus avós, de amor infinito.

Natália Pereira, você faz da nossa vida leve e intensa. Agradeço imensamente por ser tão companheira em todas as minhas escolhas, e confiar em mim para subir a bordo de suas decisões. E ao Victor, Natanael e Ivanilda, compartilhamos a mesma amizade, admiração e respeito.

Aos amigos, meu abraço de agradecimento. Da vida acadêmica, do trabalho, de casa, e de todos os cantos ao mesmo tempo, vocês são fundamentais. Especialmente, Thiago, Natália Campos, Patrícia, Ricardo Luis, Pedro e César, Lara e Ana, Danielle e Sabrina, e tantos outros que fazem do mundo um lugar mais interessante. E aos amigos da Escola Estadual Tubal Vilela da Silva, onde exerço minha docência com entusiasmo e diante de inúmeros desafios, obrigada pelo cotidiano.

Um agradecimento mais que especial aos professores doutores com quem tive a oportunidade de aprender e compartilhar saberes. Marcelo Chelotti, Janaína Campos Vinha, Vera Salazar, com um contato de longa data, e à Andréa de Paula, Joelma dos Santos e Evandro Clemente pela participação na banca final. São ensinamentos para a vida.

Agradeço a cada movimento socioterritorial que teve participação ativa em todas as pesquisas que já desenvolvemos em conjunto, com diálogos, encontros, entrevistas, trocas de conhecimentos. E também agradeço à Universidade Federal de Uberlândia e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, pois é o ensino público que me proporciona seguir este caminho.

Mais uma vez, obrigada.

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo compreender os elementos e os significados representados pela mídia acerca da questão agrária, que consequentemente repercutem na formação da opinião pública e na reprodução de sentidos sobre o agrário e a luta pela terra em Minas Gerais. Para tanto, utilizamos as notícias veiculadas pelos meios de comunicação online, observando a influência midiática na construção de narrativas e de uma imagem dessa realidade do campo, e sob quais argumentos é promovida. Também é nosso objetivo compreender as alternativas dos movimentos socioterritoriais e sujeitos que resistem na terra e nos territórios, e promovendo um contradiscurso no enfrentamento ao discurso hegemônico. Para tanto, considera-se o estado mineiro no cenário nacional e internacional do agronegócio, que repercute na expressiva valorização desta atividade econômica, correlacionado ao papel do Estado. Para o desenvolvimento desta análise, utilizamos as reportagens do Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA, projeto de pesquisa que se baseia na organização, publicação e discussão de dados referentes à questão agrária brasileira e de Minas Gerais, a partir da coleta de informações em jornais impressos e online de circulação nacional, regional ou local. O recorte temporal é referente ao período 2005-2018, que corresponde à publicação mais recente do relatório DATALUTA MG. A discussão da temática está ancorada em duas perspectivas condutoras, a Geografia e a Comunicação, com base em conceitos como espaço e território, discurso e poder, comunicação popular e alternativa, comunicação hegemônica e contra-hegemônica. Consideramos ainda que todo processo comunicacional representa interesses e está relacionado às relações de poder, revelando as transformações que a comunicação é capaz de produzir na sociedade, certos de que a comunicação é também ideológica. A análise das reportagens demonstra uma tendência de criminalização dos movimentos socioterritoriais e suas práticas, principalmente no que se refere às ocupações de terras e às manifestações em espaços públicos. Há também uma menor veiculação pela grande mídia de notícias referentes a outros temas ligados à questão agrária, como a produção de alimentos saudáveis e a preservação da natureza, que por sua vez são amplamente divulgados pelos veículos de comunicação dos próprios movimentos socioterritoriais. Além disso, identificamos também uma construção discursiva e de imagem positiva do agronegócio, intermediada pela mídia hegemônica, de modo a enfatizar o potencial econômico e os benefícios que pode gerar ao país.

**Palavras-chave:** Comunicação. Questão agrária. Mídia. Discurso. Movimentos socioterritoriais. Minas Gerais. DATALUTA.

## ABSTRACT

This work objective to understand the elements and meanings represented by the media about the agrarian question, which consequently have an impact on the public opinion formation and in the meanings reproduction about the agrarian and the struggle for land in Minas Gerais. Therefore, we used the news published by the online media, observing the media influence in the narratives construction and an image of this reality in the field, and under which arguments is promoted. It is also our objective to understand the alternatives of socio-territorial movements and subjects that resist on land and in territories, and promoting a counter-discourse in confronting the hegemonic discourse. Therefore, the state of Minas Gerais is considered in the national and international agribusiness scenario, which reflects on the expressive economic activity valorization, correlated to the role of the State. For the development of this analysis, we used reports from the Database the Struggle for Land - DATALUTA, a research project based on the organization, publication and discussion of data related to the agrarian question in Brazil and Minas Gerais, based on the collection of information in print and online newspapers of national, regional or local circulation. The time frame refers to the period 2005-2018, which corresponds to the most recent DATALUTA MG report publication. The discussion of the theme is anchored in two leading perspectives, Geography and Communication, based on concepts such as space and territory, discourse and power, popular and alternative communication, hegemonic and counter-hegemonic communication. We also consider that every communication process represents interests and is related to power relations, revealing the transformations that communication is capable of producing in society, certain that the communication is also ideological. The reports analysis demonstrates a criminalize tendency of socio-territorial movements and their practices, especially with regard to land occupations and the public spaces manifestations. There is also less coverage by the mainstream media of news referring to other themes linked to the agrarian question, such as the healthy foods production and the nature preservation, which in turn are widely publicized by the communication vehicles of the socio-territorial movements themselves. In addition, we also identified a discursive construction and a positive image of agribusiness, mediated by the hegemonic media, in order to emphasize the economic potential and the benefits it can generate for the country.

**Keywords:** Communication. Agrarian question. Media. Discourse. Socio-territorial movements. Minas Gerais. DATALUTA.

## **LISTAS DE ILUSTRAÇÕES**

### **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: Grupos de mídia vinculados aos 50 veículos de comunicação de maior audiência, analisados pelo Media Ownership Monitor Brasil	57
Figura 2: Captura do vídeo da peça publicitária <i>Agro – a indústria-riqueza do Brasil, “Cana é Agro”</i> - 14/07/2021	90
Figura 3: Captura do vídeo da peça publicitária <i>Agro – a indústria-riqueza do Brasil, “Agricultura familiar é Agro”</i> - 16/09/2021	90
Figura 4: Terra Livre, 2 <sup>a</sup> quinzena de junho - 1 <sup>a</sup> quinzena de julho de 1954 (páginas 1 e 2)	116
Figura 5: Terra Livre, 2 <sup>a</sup> quinzena de fevereiro de 1956 (páginas 1 e 3)	117
Figura 6: Terra Livre, março de 1960	119
Figura 7: Charge do Jornal Terra Livre, agosto de 1962, p. 5	121
Figura 8: Charge do Jornal Terra Livre, dezembro de 1961, p. 5	121
Figura 9: Charge do Jornal Terra Livre, fevereiro de 1961, p. 5	122
Figura 10: Charge do Jornal Terra Livre, janeiro de 1961, p. 3	122
Figura 11: Charge do Jornal Terra Livre, janeiro de 1962, p. 4	123
Figura 12: Charge do Jornal Terra Livre, março de 1960	123
Figura 13: Edição completa do jornal Liga, 09 de outubro de 1962	128
Figura 14: Jornal Liga, 1º de maio de 1963, páginas 1 e 6	132
Figura 15: Boletim Sem Terra, 28/05/1981, páginas 1 e 3	136
Figura 16: Jornal dos Trabalhadores Sem Terra, nº 36 julho de 1984, páginas 1 e 2	140
Figura 17: Jornal Sem Terra, maio de 1996, páginas 1 e 3	143
Figura 18: Jornal Sem Terra, novembro de 2004, páginas 2 e 12	144
Figura 19: Captura de imagem, página online do MST de 18/09/2021	147
Figura 20: Planilha Excel com preenchimento dos registros diários, dezembro de 2008	172
Figuras 21 e 22: Bloqueio de rodovia no Norte de Minas, em 10 de março de 2016	211
Figura 23: Portal G1 - Integrantes do MST bloqueiam rodovia MG-122 contra reintegrações de posse no Norte de MG, 06/03/2018	212
Figura 24: Portal G1 - Integrantes do MST bloqueiam Rodovia Fernão Dias, na Grande BH, 06/04/2018	213

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1: Aplicação do questionário online – idade dos respondentes	26
Gráfico 2: Aplicação do questionário online – nível de escolaridade dos respondentes	26
Gráfico 3: Aplicação do questionário online – região brasileira onde reside o respondente	27
Gráfico 4: Aplicação do questionário online – temas relacionados à luta pela terra já assistidos no noticiário ou lidos no jornal/internet	28
Gráfico 5: Aplicação do questionário online – movimentos sociais de luta pela terra conhecido ou que ouviu/leu em notícias	29
Gráfico 6: Aplicação do questionário online – meios de comunicação utilizados no cotidiano para se manter informado sobre variados assuntos	30
Gráfico 7: Aplicação do questionário online – aspectos relacionados ao agronegócio	31
Gráfico 8: Brasil – Número de assentamentos rurais criados e ocupações de terra por Governo, 1985-2018	102
Gráfico 9: Brasil – Número de famílias assentadas e em ocupações de terra por Governo, 1985-2018	103
Gráfico 10: Minas Gerais – Número de assentamentos rurais e ocupações de terra por Governo, 1986-2018	164
Gráfico 11: Minas Gerais – Número de famílias assentadas e em ocupações de terra por Governo, 1986-2018	165
Gráfico 12: Brasil – Número de assassinatos no campo, 2011-2020	190

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1: Minas Gerais – ocupações de terras por município, 1988-2018	162
Mapa 2: Minas Gerais – capacidade de famílias assentadas por município, 1988-2018	166

## **LISTA DE ORGANOGRAMAS**

Organograma 1: Estrutura de pesquisa DATALUTA	16
---	----

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Fontes do Banco de Dados DATALUTA MG entre 2005-2018 utilizadas nesta pesquisa	33
--	----

Quadro 2: Todas as fontes consultadas no Banco de Dados DATALUTA MG até 2018 174

Quadro 3: Palavras-chave para consulta DATALUTA MG 175

Quadro 4: Diferenças de sentido no uso dos termos “invasão” e “ocupação” 181

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Minas Gerais – número de ocupações e de famílias por mesorregião, 1988-2018 161

Tabela 2: Minas Gerais – número de manifestações e de pessoas por mesorregião, 2000-2018 168

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>1. CAMINHOS METODOLÓGICOS</b>	<b>20</b>
1.1. Motivações para a pesquisa	20
1.2. Objetivos e delimitações da pesquisa	22
1.3. Procedimentos para o desenvolvimento do estudo	24
<b>2. GEOGRAFIA E COMUNICAÇÃO: subsídios para a compreensão do espaço e das relações de poder</b>	<b>34</b>
2.1. Conhecimento geográfico e teorias da comunicação: algumas aproximações	34
2.2. Representações ideológicas: poder, discurso e disputas	41
2.3. Recursos de análise e interpretação da comunicação midiática	46
2.4. Cenário comunicacional brasileiro e cobertura midiática	52
<b>3. CONJUNTURA AGRÁRIA BRASILEIRA: histórico, sujeitos e ações</b>	<b>62</b>
3.1. A questão agrária como elemento substancial do debate sobre as contradições no campo brasileiro	62
3.2. O modelo do agronegócio e a representação de seus interesses: produção de discursos e construção da imagem positiva	77
3.3. As propostas de reforma agrária como alternativa no processo de luta e resistência	93
<b>4. MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS, AGRONEGÓCIO E COMUNICAÇÃO</b>	<b>106</b>
4.1. Aspectos da comunicação popular no Brasil	106
4.2. Comunicação e imprensa como instrumentos de ação política dos movimentos socioterritoriais na luta pela terra	112
4.2.1. <i>Jornal Terra Livre</i>	114
4.2.2. <i>Jornal A Liga</i>	126
4.2.3. <i>Jornal Sem Terra</i>	133
4.3. Popularização das ferramentas virtuais pelos movimentos socioterritoriais	146
4.4. O agronegócio pela imprensa institucional e pela imprensa hegemônica	150

<b>5. DISCURSO HEGEMÔNICO E CONTRADISCURSO: disputas de representação da questão agrária</b>	<b>157</b>
5.1. Contexto da questão agrária em Minas Gerais	157
5.2. As pesquisas a partir do DATALUTA e as fontes online	170
5.3. Representações da questão agrária em Minas Gerais: discursos hegemonicos e contra-hegemonicos	176
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>214</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>218</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>224</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>230</b>

## INTRODUÇÃO

A Geografia nos permite refletir sobre uma gama de possibilidades a partir de todo um processo histórico com suas permanências e transformações, e em diferentes escalas de análise. Diante uma magnitude de fenômenos, na ciência geográfica encontramos as condições necessárias para compreender o sujeito, o objeto, a ação, o movimento, a inércia, o local, o global, e especialmente os usos e as relações estabelecidas entre estes elementos, sejam elas sociais, econômicas, políticas, culturais, ou sob outra perspectiva. Dito isso, desafios vão surgindo para responder aos múltiplos questionamentos e inquietações que se colocam.

As tecnologias aplicadas à constante modernização das técnicas aumentaram a velocidade do transporte e da comunicação, sobretudo em escala mundial, uma vez que lugares afastados passam a estar conectados numa rede global. Esse fator resultou em profundas mudanças para a sociedade e consequentemente na interação entre os indivíduos, com destaque significativo aos meios de comunicação neste processo. Assim, cada vez mais rápida e de maior alcance é a difusão da informação, independentemente do local onde se esteja, tanto para o receptor quanto para o divulgador da mensagem. Do mesmo modo ampliou-se as ferramentas para acesso a esses dados, e diversas são as formas utilizadas para se informar e acompanhar o que acontece ao redor e no cotidiano.

Mas esse cenário não contempla com simetria a totalidade do espaço geográfico. Ao contrário, o que se tem de fato é uma produção e consolidação das desigualdades em nível local ao global exatamente resultante dessa evolução das técnicas e das tecnologias. Como Milton Santos destaca, tem-se o mito de um mundo globalizado, mas que na verdade mostra uma realidade em que se destaca a concentração do capital e do poder, e acessível a poucos, que aproveitam dessas possibilidades em benefício próprio. Assim, o encurtamento de distâncias é para quem pode viajar, o desemprego continua expressivo, aumenta a disparidade entre riqueza e pobreza, a fome ainda está presente em várias partes dos continentes, a educação de qualidade não está ao alcance generalizado, dentre outros fatores.

Em certa medida, os meios de comunicação são também ferramentas pelas quais se mantém a estrutura desigual de nossa realidade, e por esse motivo passa a ser campo de luta para revelar outras possibilidades, tornando-se instrumento de confronto diante as desigualdades e frente aos indivíduos ou grupos dominantes. Estes veículos, principalmente os de ampla abrangência e maior destaque que estão vinculados a interesses hegemônicos, direta ou indiretamente influenciam a opinião pública, interferindo com frequência no que é assentido ou recusado pela população. Isso indica que os hábitos e valores da população brasileira muitas

vezes estão marcados pelos conteúdos divulgados pela mídia, lembrando que toda e qualquer mensagem transmitida é dotada de intencionalidades, haja vista que a ação humana é pautada por interesses e perspectivas.

Conhecido também como a era da informação<sup>1</sup>, o cenário contemporâneo pode ser identificado por uma convergência de fatores ligados à defesa de direitos individuais e coletivos, no confronto direto de ideias, busca de maior visibilidade especialmente às causas antes omitidas, protagonismo de diferentes grupos e redefinição das fronteiras de atuação. E então, os espaços midiáticos passam a ser ocupados também por novos agentes com maior abrangência de temas.

Entendemos que o campo, base do tema aqui abordado, está contido no espaço, um conceito geográfico por excelência, definido por suas características específicas a partir dos sujeitos e relações nele estabelecidos. É esta ciência que facilita a compreensão da questão agrária brasileira em nosso processo histórico, especialmente na recente conjuntura econômica e política, com atenção particular aos sujeitos e grupos sociais que persistem na proposição de mudanças, bem como aqueles que se encarregam de manter essa estrutura. Afirmamos, então, a pertinência em se discutir a questão agrária, em virtude de uma série de constatações concretas que serão abordadas ao longo deste trabalho, pautados pelo Paradigma da Questão Agrária (PQA). Desta forma, ainda não podemos tratá-la como uma problemática já ultrapassada.

Quando se diz da superação deste tema, alguns autores sustentam a ideia de que os estudos sobre a questão agrária e por consequência a defesa da reforma agrária são um atraso para as pesquisas acadêmicas, e que se deve avançar nas discussões pautadas exclusivamente na noção de que o Brasil é um país modernizado e inserido numa dinâmica econômica mundial. Nesse círculo de compreensão, representado pelo Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA), as discussões são debatidas sobre como melhorar e expandir a produtividade da agricultura brasileira, desprezando fatos como o intensivo uso de agrotóxicos e os expressivos danos ao meio ambiente, bem como desatendendo a maior parte da população que é colocada à margem desse modelo de crescimento econômico. Ricardo Abramovay, José Eli da Veiga, José Graziano da Silva, são exemplos de autores que compartilham dessa perspectiva, e contribuem com isso para a construção do discurso de superação do debate, carregado de significados e interpretações que não reconhecem os conflitos e os antagonismos no espaço agrário.

---

<sup>1</sup> Ou era digital, são termos que designam o período iniciado com a Terceira Revolução Industrial e seus avanços tecnológicos, no final do século XX. São denominações abordadas por autores como Manuel Castells (2019), que aponta a internet como o principal meio de comunicação da era digital, e Milton Santos (1996), que considera o espaço geográfico do mundo atual como um meio técnico-científico-informacional, pois ciência, tecnologia e informação formam a base da produção, utilização e funcionamento do espaço.

Confrontar a questão agrária no estado de Minas Gerais e a mídia com toda a simbologia que representa, sob a ótica até aqui apresentada, é um dos desafios que propomos debater, exigindo-nos dialogar com outras ciências e por diferentes ângulos, correlacionando os argumentos fundamentais para compreender um universo do qual são componentes os trabalhadores, proprietários de terras, recursos naturais, aspectos econômicos, decisões políticas, programas governamentais e interesses particulares que, em seu conjunto, conformam uma estrutura sinalizadora sobre o padrão de crescimento econômico praticado, e a quem ou quais objetivos atende. Além disso, correlacionar a questão agrária e a comunicação é também uma forma de compreender como nossa formação territorial e história são contadas, e identificar as formas de desigualdade e concentração da terra e renda expressivos nesse contexto.

Nestes moldes percebemos legítimo debater o modo como a questão agrária e os conflitos no campo brasileiro são retratados à sociedade, caracterizando os elementos que vão repercutir na formação da opinião acerca desta realidade, que por vezes criminaliza e rotula organizações coletivas e sujeitos envolvidos numa luta que busca primordialmente a garantia de direitos. Aqueles que se contrapõem às imposições dominantes têm se apropriado cada vez mais dos espaços midiáticos para legitimar e ampliar seus objetivos, e até mesmo alcançar apoio que anteriormente não atingia. Devemos levar em conta que uma das bandeiras desse processo busca a democratização dos meios de comunicação. Logo, a mídia acaba por se constituir num campo de disputas, tal como é o espaço agrário brasileiro, sobretudo se considerarmos que o controle territorial é também um reflexo da articulação da mídia.

Nas informações noticiadas, comumente é atribuído aos movimentos socioterritoriais a imagem de desordeiros e subversivos. Atuantes no território nacional, e organizados nos estados e municípios, estes grupos expõem o quê e a quem se deve confrontar para a efetiva democratização do acesso à terra. E o agronegócio com seus representantes figura, então, como o principal oponente da reforma agrária, tido como a expressão dominante das relações capitalistas do campo e largamente apoiado pelo Estado.

Estes fatores são percebidos a partir da pesquisa da Rede DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, que se baseia na organização, publicação e discussão de dados referentes à questão agrária brasileira, e especificamente no estado de Minas Gerais<sup>2</sup>. Logo, trata-se também de uma produção de informações. Proposta concebida ainda no final da década

---

<sup>2</sup> Os trabalhos podem ser consultados nos sites do Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA/UFU) pelo endereço <http://www.lagea.ig.ufu.br>, e do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA/UNESP) pelo endereço <http://www2.fct.unesp.br/nera>.

de 1990, o projeto está diretamente relacionado à realidade do campo e seus desdobramentos, contextualizado com a conjuntura política.

Considerando o recorte temporal para este trabalho, de 2005 a 2018, em relação à metodologia o banco de dados está estruturado em eixos temáticos, como mostra o organograma. Essas categorias foram incorporadas ao longo do desenvolvimento da pesquisa, conforme indicamos o ano de inserção, à medida que mais elementos são somados para explicar a realidade do campo brasileiro. Além disso, cada categoria tem a fonte específica, denominadas fontes primárias, e cada grupo de pesquisa envolvido no DATALUTA é uma fonte secundária, a partir da coleta e sistematização de informações em mídias impressas e online, bem como diretamente com movimentos socioterritoriais.

Organograma 1: Estrutura de pesquisa DATALUTA



Fonte: DATALUTA, 2020.  
Org.: VICTOR, F. B., 2021.

Essa base de informações se dá a partir de categorias que conformam uma estrutura de análise e elaboração de diversos estudos, sendo elas as *manifestações do campo* (com dados a partir de 2000), *ocupações de terras* (dados a partir de 1988), *assentamentos rurais* (registros desde 1986), *estrutura fundiária* (com o registro mais recente de 2018), *movimentos socioterritoriais* (também com dados a partir de 2000), e mais recentemente *estrangeirização da terra* e as *Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária* (JURAs) com registros desde 2018. Apoiados nesses dados, é possível traçar estudos comparativos ano a ano, bem como nas escalas estadual e nacional, além de outros tipos de pesquisas.

Assim como já abordado em trabalhos anteriores, como por exemplo na dissertação que versou sobre as manifestações do campo, é importante ressaltar que a inclusão dos dados referentes a essa categoria, que passam a ser tratadas em 2010, traduz a compreensão dessa geografia da prática contestatória presente na pauta política do país, desenvolvida pelos sujeitos organizados nos movimentos socioterritoriais. Uma vez que persiste a manutenção das

contradições sociais, representada por exemplo pela concentração de terras, cabe aos movimentos a continuidade de suas ações territoriais, das ocupações de espaços físicos para transformá-los em espaços políticos.

Cabe destacar ainda que as JURAs são realizadas desde 2014 em institutos e universidades do país, buscando aproximar os movimentos socioterritoriais e as instituições de ensino para discutir a importância da reforma agrária e da participação popular. Antes do período de pandemia, normalmente as JURAs foram organizadas no mês de abril, em referência ao Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária celebrado dia 17, data que marca o Massacre de Eldorado dos Carajás no Pará, em 1996.

A coleta de dados do DATALUTA acontece a partir do acompanhamento de notícias jornais impressos e portais online de circulação nacional, regional ou local, direcionado às abordagens a respeito da questão agrária e especificamente das categorias do projeto. A leitura dessas fontes demonstra, em certa medida, determinadas tendências ao serem noticiados os casos de ocupações de terras, manifestações políticas, episódios violentos entre os agentes públicos e sujeitos da luta, dentre outros fatores. Trata-se de um trabalho rigoroso, pelo qual se pretende a contínua formação de um banco de dados o mais preciso possível, uma vez que por meio de seus elementos objetiva-se corresponder à realidade estudada.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) é vanguardista neste processo, pois desde 1985 registra, e principalmente denuncia, os conflitos e a violência no campo em todo o território nacional, divulgando seus dados anualmente pelo Caderno Conflitos no Campo Brasil<sup>3</sup>. Representa, por meio dessa documentação, a incessante luta e resistência dos povos de diferentes origens que reivindicam nada mais do que o direito à vida e ao trabalho no campo. Por isso, a CPT é a principal fonte de dados nas categorias ocupações, movimentos socioterritoriais e manifestações.

Em escala estadual, o Laboratório de Geografia Agrária da Universidade Federal de Uberlândia (LAGEA-UFU/MG) se associou ao projeto DATALUTA em 2005, participando da formação da rede de pesquisa e desde então desenvolve o relatório estadual da luta pela terra no campo mineiro. Trabalho também desenvolvido pelo Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários (NaTERRA) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) em Uberaba (MG), que ingressou na Rede DATALUTA em 2015. As duas equipes de pesquisas elaboram análises periódicas sobre a temática, divulgadas por meio de palestras, monografias, dissertações, teses, artigos científicos em revistas e congressos acadêmicos. Os dados da luta

---

<sup>3</sup> Tanto o Caderno Conflitos no Campo como as demais publicações estão disponíveis no site <https://www.cptnacional.org.br/>.

pela terra em Minas Gerais estão organizados em três escalas geográficas – estadual, mesorregional e municipal –, considerando o recorte espacial do estado composto pelos 853 municípios, e sua divisão político-administrativa em doze mesorregiões, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (1990). Além disso, conta com informações estruturadas por ano e acumuladas por períodos; constituindo dessa forma a metodologia da pesquisa.

A escolha das escalas geográficas possibilita visualizar os elementos específicos das diferentes porções do estado mineiro e as ações dos movimentos socioterritoriais que se pretende analisar, visto que as características identificadas numa mesorregião geográfica, somadas à sua configuração política, podem ser determinantes no contexto da luta pela terra. É o caso, por exemplo, ao considerarmos a região Metropolitana de Belo Horizonte, que tem na capital mineira o principal palco das manifestações públicas, fator que influencia no contexto das cidades do entorno e da mesorregião em sua totalidade. É com base nessa divisão regional que espacializamos os elementos que compõem a questão agrária no estado de Minas Gerais, tais como as ocupações de terras, as manifestações e a localização dos assentamentos rurais.

Esses estudos refletem a compreensão de uma geografia da prática contestatória cada vez mais presente na pauta política dos sujeitos sociais e dos movimentos socioterritoriais. Se ainda permanecem as desigualdades na sociedade brasileira, como por exemplo a concentração de terras, cabe aos movimentos organizados da sociedade a continuidade de suas ações territoriais, das ocupações para a transformação dos espaços físicos em espaços políticos e de debate.

Desse modo, a tese está estruturada em cinco seções, além da introdução e das considerações finais. Na seção inicial, **CAMINHOS METODOLÓGICOS**, a abordagem está centrada na estrutura da pesquisa, sobre os caminhos percorridos, as temáticas já desenvolvidas e os questionamentos que nos levaram ao presente debate. Também nesta subdivisão delimitamos os objetivos e os procedimentos para a elaboração do estudo.

Na segunda seção, **GEOGRAFIA E COMUNICAÇÃO**: subsídios para a compreensão do espaço e das relações de poder, é tratada a proximidade entre a Geografia e a Comunicação; os sentidos do poder, da ideologia e do discurso, intrinsecamente relacionados à análise dos textos jornalísticos ou de opinião; as teorias de pesquisa que baseiam a interpretação destes textos, em particular a análise de conteúdo e a análise do discurso; e por fim uma contextualização do cenário midiático nacional e especificamente em Minas Gerais. São temas apoiados no contexto histórico, social, econômico, político e geográfico.

A terceira seção, CONJUNTURA AGRÁRIA BRASILEIRA: histórico, sujeitos e ações, traz como abordagem principal a questão agrária numa análise geral do país e também no estado mineiro, de modo a detalhar os dados que caracterizam a estrutura agrária, o desenvolvimento capitalista do campo, bem como as ações dos movimentos socioterritoriais, tendo como principal fonte o banco de dados DATALUTA.

Para a quarta seção, MOVIMENTOS SOCOTERRITORIAIS, AGRONEGÓCIO E COMUNICAÇÃO, o enfoque considera a relação dos movimentos sociais e socioterritoriais com a comunicação, e os fatores que explicam a participação cada vez mais expressiva destes sujeitos no espaço midiático, para além da atuação na terra e nos territórios que defendem. Neste ponto, cabe compreender o papel essencial da comunicação, especialmente da comunicação popular, no contexto da luta de classes e do enfrentamento político.

Na quinta seção, DISCURSO HEGEMÔNICO E CONTRADISCURSO: disputas de representação da questão agrária, exemplificamos com reportagens do banco de dados DATALUTA os discursos produzidos pelos grupos hegemônicos, e os contradiscursos dos sujeitos e dos movimentos socioterritoriais que se utilizam da mídia e da comunicação como ferramenta de luta e resistência. A partir disso, pretendemos analisar os argumentos, os termos utilizados na narrativa dos grupos, as imagens e ênfases dadas aos fatos noticiados, enfim, a construção interpretativa da questão agrária em Minas Gerais.

Com o desenvolvimento desta pesquisa, acreditamos que a discussão possa contribuir para o debate acerca da temática agrária, tanto no estado mineiro quanto em escala nacional, com a incorporação de mais elementos que permitam compreender as desigualdades e contradições desse contexto, e identificar caminhos e reflexões possíveis na busca pelas transformações sociais que contemplem toda a sociedade.

## 1. CAMINHOS METODOLÓGICOS

O objetivo desta primeira etapa é apresentar de forma mais detalhada o ponto de partida para o desenvolvimento desta pesquisa científica, considerando as temáticas já abordadas no contexto da questão agrária e da luta pela terra, e os motivos que despertaram o interesse pela presente discussão. Do mesmo modo, nesta subdivisão apresentamos os recursos analíticos que se fizeram necessários, tanto referente ao aporte teórico, quanto no que diz respeito às entrevistas e aplicação de questionários que subsidiam o estudo.

Assim, o primeiro eixo da seção descreve o caminho percorrido nas pesquisas acadêmicas e as temáticas que envolveram a luta pela terra, os projetos de reforma agrária em Minas Gerais, os movimentos socioterritoriais, o banco de dados DATALUTA, agronegócio e disputas territoriais, e as manifestações de luta pela terra no estado mineiro. Em sequência, no segundo item descrevemos os objetivos geral e específicos que delimitam a elaboração desta tese, indicando também os conceitos e a base teórica que fundamentam a pesquisa. Por fim, o terceiro eixo aborda sobre as técnicas aplicadas para assimilar dados e informações referentes ao contexto estudado, por parte daqueles que direta ou indiretamente estão envolvidos na questão agrária e na luta pela terra, ou que têm conhecimento acerca do assunto, e também os representantes do meio comunicacional. Nesta última parte, trazemos alguns resultados a partir das entrevistas e questionários aplicados.

### 1.1. Motivações para a pesquisa

Uma pesquisa acadêmica é sempre acompanhada das particularidades do pesquisador, o que conforma principalmente a identidade do trabalho e da temática definida para ser explorada. Esta tese é resultado de um percurso iniciado na graduação a partir da Iniciação Científica, continuado com o desenvolvimento da Monografia e por sequência, da Dissertação de Mestrado, em que a questão agrária e a luta dos movimentos socioterritoriais no estado de Minas Gerais estruturaram o ponto central. Todas as etapas estiveram associadas ao Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e ao Núcleo de Estudos Agrários e Territoriais (NEAT) vinculado ao diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

Em 2010, a colaboração no projeto *Agricultura Familiar como base para o Desenvolvimento Territorial Local e Sustentável: avaliando experiências de projetos de Reforma Agrária no Triângulo Mineiro*, apoiado pela Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e

Assuntos Estudantis (PROEX/UFU), proporcionou o primeiro contato com as temáticas que envolviam a luta pela terra, a reforma agrária e os assentamentos rurais na região onde está localizado o município de Uberlândia. Esse projeto teve por objetivo aprofundar sobre as políticas públicas de desenvolvimento rural, a partir do estudo de experiências locais quanto às formas de organização dos assentamentos rurais, tendo como foco o fortalecimento da agricultura familiar.

Também nesse período desenvolvemos a pesquisa *Territorialização do capital e luta pela terra em Minas Gerais: uma pesquisa sobre os movimentos socioterritoriais do Triângulo Mineiro*, projeto de extensão com apoio financeiro da PROEX/UFU, e participando enquanto bolsista. Nesta oportunidade, o objetivo foi a elaboração de um banco de dados sobre a Reforma Agrária e o desenvolvimento de metodologia voltada para as análises da questão agrária e dos movimentos socioterritoriais no estado mineiro, e em específico para a região do Triângulo Mineiro.

Já em 2011, com bolsa de iniciação científica, progredimos nossos estudos a partir do projeto *Geografia dos Conflitos no Campo em Minas Gerais: pesquisas, metodologias e estudos a partir do Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA*, desta vez financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico – CNPq. Na ocasião, o enfoque foi a sistematização e análise dos dados coletados no âmbito do DATALUTA, com base nas categorias ocupações, manifestações, assentamentos rurais, movimentos socioterritoriais e estrutura fundiária.

Nos anos 2012 e 2013, o projeto desenvolvido foi *Questão Agrária, Território e Agronegócio em Minas Gerais: as disputas territoriais na produção de agroenergia no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba*, continuando como bolsista do CNPq. Desta vez, o ponto central foi analisar o movimento de expansão do agronegócio da produção de agroenergia, em Minas Gerais de forma geral e no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba especificamente, e suas consequências para a reprodução familiar/campesina em áreas da reforma agrária.

Foi durante essa fase, a partir das contribuições na coleta diária, sistematização dos dados e elaboração do Relatório DATALUTA MG, além da participação nos encontros acadêmicos e com os demais pesquisadores do projeto, que voltamos a atenção para as práticas dos movimentos de luta pela terra que tinham por objetivo pautar as reivindicações e as denúncias. Isso porque visualizávamos que essas ações exigiam o debate acadêmico e político, principalmente por serem expressão da pressão popular.

Diante destes aspectos, elaboramos a Monografia de Bacharelado sob o título *Da resistência à conquista da terra: as formas de manifestações de luta pela terra em Minas*

*Gerais*, concluída em 2014. O objetivo deste trabalho foi analisar a luta pela terra no estado mineiro com base nas formas de manifestações e na identificação de uma tipologia destas ações, construindo assim o seguinte conjunto de manifestações: abraço, acampamento, audiência, bloqueios de ferrovia, pedágio e rodovia, caminhada, celebração religiosa, cerco a construções, concentração em espaço público, greve de fome, greve de sede, interdição, manifesto, marcha, mutirão, ocupação de agência bancária, ocupação de prédio privado, ocupação de prédio público, panfletagem, pedido de demissão, retenção de veículos, romaria, saque, temática e vigília.

A etapa seguinte foi a elaboração da Dissertação de Mestrado, que deu continuidade às indagações sobre a questão agrária em Minas Gerais e a atuação dos movimentos socioterritoriais que lutam pela terra. O título do trabalho foi *Conflitos socioespaciais no campo brasileiro: conteúdo das manifestações de luta pela terra em Minas Gerais no início do século XXI*, defendida em 2016, que teve por objetivo compreender as reivindicações evidenciadas nas manifestações dos movimentos socioterritoriais no estado mineiro. Dessas reivindicações apreendemos os temas e as razões pelas quais os sujeitos ocupam ruas, avenidas, prédios públicos e privados em protesto, e que dão sentido a esta ação pública.

## **1.2. Objetivos e delimitações da pesquisa**

A partir do caminho trilhado na academia e dos questionamentos enquanto pesquisadora é que delimitamos nosso objetivo neste trabalho. As pesquisas em jornais por meio do banco de dados DATALUTA nos mostraram uma diversidade de reportagens tratadas tanto pela grande mídia, quanto pela imprensa popular ou dos próprios movimentos socioterritoriais. Diante da quantidade de material coletado e sistematizado, e identificando as diferenças nas formas de noticiar o assunto, é que nos propomos ao esforço de analisar e compreender como são construídos os sentidos sobre a questão agrária e a luta popular pelo acesso à terra no estado mineiro.

Assim argumentado, o escopo da pesquisa que delimita nossa tese fundamenta-se em compreender quais são os elementos e os significados representados pela mídia acerca da questão agrária e dos sujeitos envolvidos nesse contexto, e que consequentemente repercutem na formação da opinião pública e na reprodução de sentidos sobre o agrário e a luta pela terra em Minas Gerais. Isso a partir do que é veiculado pelos meios de comunicação online, observando a influência midiática na construção de narrativas e de uma imagem dessa realidade

do campo, e sob quais argumentos é promovida. Do mesmo modo, objetiva-se compreender as alternativas dos movimentos socioterritoriais e sujeitos que resistem na terra e nos territórios, promovendo um contradiscorso no enfrentamento ao discurso hegemônico. Para tanto, considera-se também o estado mineiro no cenário nacional e internacional do agronegócio, o que repercute na expressiva valorização desta atividade econômica, correlacionado ainda com o papel desempenhado pelo Estado.

Alguns questionamentos acentuam-se para esta reflexão geográfica: qual é o atual papel dos veículos de informação na formação da opinião pública acerca da questão agrária em Minas Gerais? Quais as mudanças percebidas no modo como os fenômenos do espaço rural são noticiados pelos meios de comunicação? Dado seu caráter político, em que medida a questão agrária aparece como um interesse midiático? Os problemas e demandas sociais e econômicos da população do campo no estado mineiro são retratados pela mídia? Nessa correlação de forças, como e quando os movimentos socioterritoriais de luta pela terra passaram a ocupar esse espaço político representado pelos meios de comunicação? A grande mídia consegue deslegitimar a luta pela terra e a atuação dos movimentos?

Nosso recorte temporal está delimitado pelo período em que o projeto é desenvolvido em Minas Gerais, que corresponde ao período de 2005 até 2018 quando da publicação mais recente do relatório DATALUTA, e se refere também ao final do Governo Temer e transição para o Governo Bolsonaro, equivalendo a um banco de informações denso e variado que nos permite investigar os argumentos elencados no trabalho. Esse limite de tempo permite do mesmo modo uma análise dos dados contextualizados com os períodos de governo especialmente em escala federal, fator que tem relação direta com a atuação do Estado e o nível de repressão aplicado, bem como com as ações dos movimentos sociais.

Ancorados pela perspectiva de Pêcheux (1997), para quem a produção dos conhecimentos está inscrita na história da luta de classes, e não alheia a ela, nossa interpretação do universo dessa pesquisa está fundamentada na abordagem histórico-dialética, posto que entre outros fatores, visualizamos grupos ideologicamente antagônicos que atuam na conservação de seus interesses ou na reivindicação de seus objetivos pautados a partir de uma realidade vivida, e as contradições deste contexto são objetos de reflexão.

Pesquisadores da Geografia Agrária brasileira, bem como de outras áreas do conhecimento, que embasam nosso referencial teórico no decorrer do texto, têm atuado numa leitura crítica sobre os fatos manifestados e vivenciados no espaço geográfico, e especificamente dos fenômenos no espaço rural e suas representações. É o campo como foco da pesquisa, a produção deste espaço e os grupos sociais que dele se utilizam. Outras discussões

teóricas relativas às análises geográficas, tais como território e disputas territoriais, luta pela terra, relação campo-cidade, movimentos socioterritoriais, conflitualidade, dentre outros aspectos amplamente discutidos.

Ademais, reflexões sobre globalização, difusão de informações, discurso, a mídia como aparelho político-ideológico submetida aos interesses hegemônicos, bem como sua influência na definição de agendas políticas, também são fundamentais ao debate, explorado tanto pela perspectiva geográfica, quanto pelos demais campos do conhecimento.

### **1.3. Procedimentos para o desenvolvimento do estudo**

Para dar seguimento à proposta, destacamos que nossa metodologia de pesquisa perpassa pela técnica da observação simples, examinando os aspectos e fenômenos da realidade estudada. Além disso, como já anunciado anteriormente, uma das etapas fundamentais é o diálogo com diferentes sujeitos envolvidos com a temática. Assim, buscamos o contato com representantes dos movimentos socioterritoriais, inicialmente via e-mail e redes sociais, e tivemos êxito em entrevistar um dos responsáveis pelo Setor de Comunicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Considerando o período de isolamento social no qual estamos inseridos devido à pandemia da Covid-19, a entrevista foi realizada por meio da plataforma online e gratuita *Google Meet*, com base em perguntas semiestruturadas conforme pode ser visualizado na subdivisão Apêndices deste trabalho. As questões serviram para o direcionamento do diálogo, que se deu de forma livre e com uma abordagem significativamente ampla sobre o assunto, resultando especialmente em um momento de troca de conhecimentos e aprofundamento das reflexões. Para identificação, todos os trechos desta entrevista correspondem ao Entrevistado A. Vale destacar ainda a transcrição da entrevista como o segundo momento fundamental desta tarefa, que nos garantiu revisitar o diálogo e formular outras observações, mas que ao mesmo tempo revelou algumas dificuldades sobretudo na definição dos recortes que seriam apresentados, dada a riqueza de informações obtidas a partir do olhar de quem vivencia e dá continuidade à luta pela terra diariamente.

Desta forma, as perguntas foram pensadas de modo a compreender as perspectivas acerca da luta pela terra e do papel da comunicação nesse contexto; sobre a conjuntura política e econômica do país; a respeito da pressão que os sujeitos e movimentos socioterritoriais

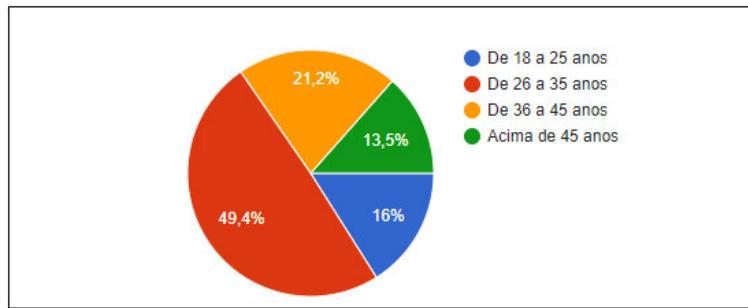
promovem para reivindicar ou denunciar fatos; e ainda sobre a importância da informação para a sociedade; da função que exercem os veículos de comunicação, dentre outros fatores.

Outra contribuição é dos profissionais da comunicação, que estão diretamente envolvidos no contexto da produção da notícia e da informação, e trazem a experiência do trabalho em empresas e setores da comunicação. Com isso, é possível compreender a respeito dos temas abordados nas reportagens, o posicionamento de ideias enquanto jornalista, e os objetivos que podem ser observados quando noticiado um fato. Também em razão do isolamento social, nosso contato com estes profissionais se deu por e-mail e aplicativos de mensagens, e estão aqui identificados como Entrevistado B e Entrevistado C. Para este caso, não houve contatos por videoconferência, por isso as informações foram obtidas em formato de texto.

Um terceiro momento de interlocução, com indivíduos que direta ou indiretamente estão inseridos no universo desta pesquisa, se deu por intermédio de questionário online, na tentativa de compreender como a questão agrária e seus desdobramentos, bem como a forma como a temática é interpretada pelos meios de comunicação, são vistos pela população de forma geral. Para tanto, elaboramos um formulário utilizando a ferramenta virtual e gratuita *Google Formulários*, pelo qual é possível criar perguntas abertas, de seleção prévia ou de múltipla escolha, e que puderam ser respondidas de forma remota. O questionário foi encaminhado por e-mail e por aplicativos de mensagens para uma diversidade de contatos, dentro e fora do ambiente acadêmico, de modo a tentar abranger uma maior variedade de participantes. Dessa forma, o formulário online foi recebido e também reencaminhado a partir de uma rede de contatos, o que ao mesmo tempo impossibilitou mensurar a quantidade total de pessoas que receberam o questionário. Para a identificação, os trechos estão definidos como Respondente D, Respondente E, Respondente F, a assim sucessivamente.

Cabe neste momento analisar os primeiros resultados do questionário aplicado remotamente, intitulado “Acesso às informações e notícias sobre a questão agrária e a luta pela terra pelos meios de comunicação”. Obtivemos um total de 156 formulários respondidos por pessoas de diferentes faixas etárias, nível de escolaridade, município e estado onde reside, o que conforma logo de início variados posicionamentos sobre a temática abordada. Houve ainda 1 sujeito que recebeu o formulário e registrou a opção de não responder. Podemos observar nos gráficos a seguir, gerados automaticamente pelo aplicativo, alguns pontos importantes para nossa análise.

Gráfico 1: Aplicação do questionário online – idade dos respondentes

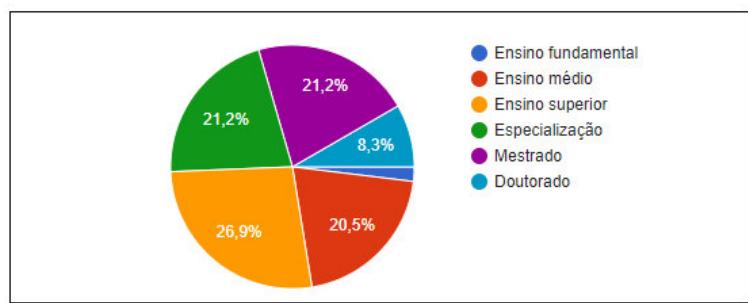


Fonte: Google Formulário, 2021.

Como se pode apreender do gráfico 1, a principal faixa etária dos respondentes do questionário online foi entre 26 a 35 anos, o que corresponde à praticamente metade do total de respostas. Com base nessa informação, é possível deduzir que se trata de usuários da tecnologia, uma faixa de idade adaptada à conexão virtual, e com isso tem grandes chances de utilizar diferentes meios de comunicação, especialmente os virtuais. Conforme já dito anteriormente, o alcance do público que respondeu ao formulário se deu a partir de contato virtual, como aplicativo de mensagens e e-mail, direcionado no primeiro momento para o círculo de pessoas mais próximas à pesquisadora, além dos envios a grupos ligados à universidade, que receberam e a partir disso também multiplicaram o encaminhamento desse instrumento de pesquisa.

Já para o gráfico 2, os dados nos mostram os diferentes níveis de escolaridade alcançados pelo questionário, sendo que os valores se aproximam em relação ao ensino médio, especialização, mestrado, e ensino superior, este sendo a maior representação. Há também um menor registro de pessoas com doutorado concluído. Essa variável, que corresponde ainda aos dados pessoais, pode estar diretamente ligada a uma diferenciação dos tipos de temas que são de interesse para ser informado, ou dos conhecimentos mais específicos sobre determinados assuntos.

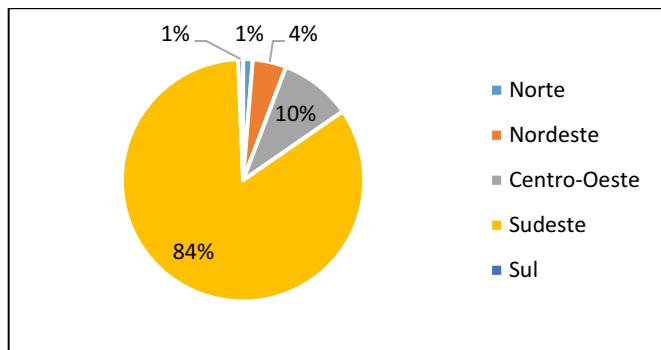
Gráfico 2: Aplicação do questionário online – nível de escolaridade dos respondentes concluída até o momento



Fonte: Google Formulário, 2021.

Outra pergunta referente aos dados pessoais diz respeito ao local onde reside, com indicação do município e estado. Do total de 156 respostas, 125 pessoas ou 80,1% são de Minas Gerais, comparecendo também os residentes de outras regiões brasileiras. Tal característica contribui também para expressar a variedade dos lugares de onde se fala.

Gráfico 3: Aplicação do questionário online – região brasileira onde reside o respondente

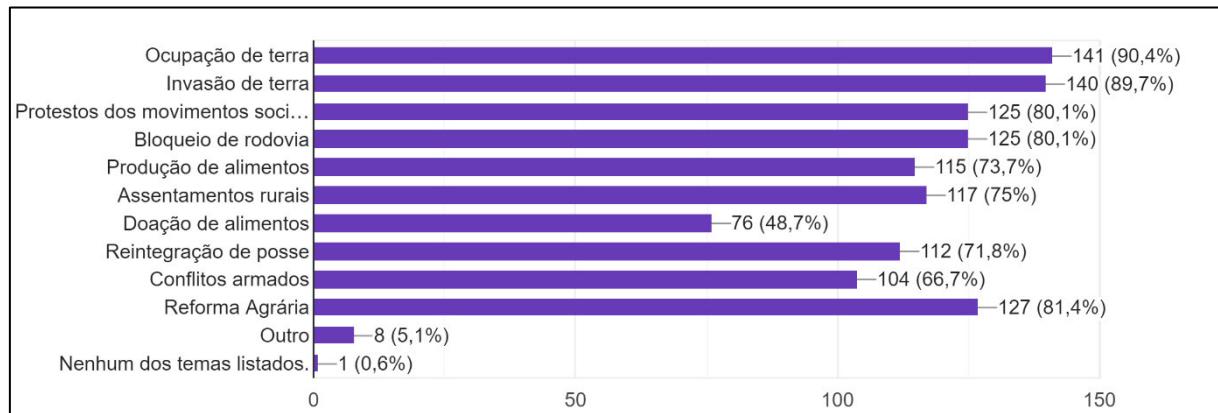


Fonte: Google Formulário, 2021.  
Org.: VICTOR, F. B., 2021.

Adentrando nas questões mais específicas, do total de pessoas que responderam ao questionário, 154 (98,7%) afirmam que já ouviram falar da questão agrária, enquanto apenas 2 (1,3%) negaram conhecer sobre o tema. Já em relação aos temas que correspondem à questão agrária e às ações dos movimentos socioterritoriais, acompanhados pelos jornais na TV e internet, identificamos a variedade dos assuntos que cada respondente marcou, indicando que esses elementos são conhecidos pela maioria.

Destaque especial aos dois primeiros temas elencados na pergunta, pois intencionalmente colocamos as definições “ocupação de terra” e “invasão de terra”. Ambos os termos são aplicados para a mesma ação, no entanto, cada um corresponde a uma perspectiva ideológica que produz sentidos diferentes, sendo que o primeiro é mais comum de ser utilizado pelos movimentos socioterritoriais e aqueles que reconhecem a legitimidade da luta, e a segunda definição é amplamente tratada pelos que são contrários à reforma agrária e o que a ela estiver relacionado. Inclusive, o registro como “invasão” é significativamente frequente nas notícias veiculadas pelos grandes grupos da comunicação. Essas análises serão mais aprofundadas nas seções seguintes. Pelo gráfico 4 podemos apreender que não houve diferenciação pelos respondentes, conforme a proximidade dos valores.

Gráfico 4: Aplicação do questionário online – temas relacionados à luta pela terra já assistidos no noticiário ou lidos no jornal/internet



Fonte: Google Formulário, 2021.

Outro dado que nos chama a atenção é sobre os temas “produção de alimentos” e “doação de alimentos”, sendo que este último representa o menos conhecido. Sabemos que a produção de alimentos é uma das principais atividades nas áreas de assentamentos rurais, inclusive uma produção saudável sem o uso de agrotóxicos defendida pelos movimentos socioterritoriais. Essa é uma bandeira importante incorporado à defesa pela reforma agrária, entretanto, pode não ser tão conhecida pela população. Sobre a doação de alimentos, esse assunto se tornou mais frequente no contexto da pandemia da Covid-19, já que muitos alimentos produzidos pelos assentados foram doados às famílias que mais necessitavam, na cidade e no campo<sup>4</sup>, devido ao desemprego ou aumento dos preços dos alimentos, por exemplo.

Ademais, no caso do MST há também a produção de arroz orgânico, e sobre isso o Entrevistado A nos fala que diante a inflação no preço dos alimentos, e de outros alimentos da cesta básica, o movimento manteve o preço do arroz, e isso dá visibilidade.

*o MST é o maior produtor de arroz orgânico na América Latina, e mantém o preço do arroz, e isso coloca o movimento de novo em visibilidade na sociedade, onde a gente tem um fato político, um elemento econômico conjuntural. E a resposta que esse movimento dá a esse fato político é o elemento conjuntural, e a comunicação como uma expressão dessa resposta, como a gente consegue dialogar com a sociedade a partir dessa resposta política que o nosso movimento deu pra sociedade. E aí a repercussão que a gente conseguiu construir e etc (Entrevistado A, 2020).*

Em outra pergunta do questionário online, ao serem questionados se consideram que no Brasil existem problemas sociais e econômicos enfrentados pela população do campo, apenas uma pessoa indicou que não há problemas. Todos os outros respondentes assinalaram que sim,

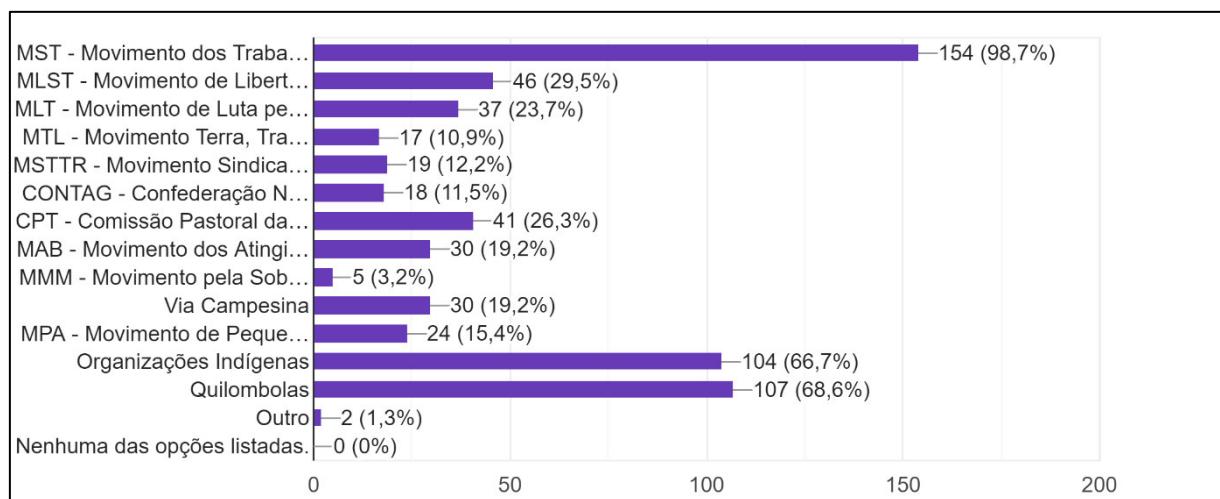
<sup>4</sup> Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/08/mst-doa-1-milhao-de-marmitas-e-5-mil-toneladas-de-alimentos-durante-a-pandemia>. Acesso em 29 nov. 2021.

indicando ainda que os problemas mais graves são a concentração fundiária, a violência, a criminalização dos movimentos sociais, falta de investimentos para a produção e permanência do pequeno produtor no campo, conflitos armados, ocupação de terras indígenas, condições de trabalho precárias, baixos salários, e exploração ilegal de recursos naturais, dentre outros fatores apontados. Como exemplo, temos os seguintes argumentos.

*A gravidade da problemática agrária brasileira ultrapassa os limites rurais, o país como um todo sofre com a ineficiência da restruturação agrária, desde a fome que se amplia no país até as grandes concentrações urbanas. As pessoas que lutam pela reforma agrária são agredidas até quando conseguem se assentar, jogadas no meio do nada sem a mínima infraestrutura para produzir (RESPONDENTE G, 2021).*

Mais um fator importante para nossa análise é quanto ao conhecimento sobre os movimentos de luta pela terra. Ao atenderem à pergunta sobre os grupos que conhecem, ouviu falar ou leu alguma notícia sobre, temos a composição do gráfico 5, onde estão listados os movimentos socioterritoriais atuantes seja no estado de Minas Gerais, seja nas demais regiões do país.

Gráfico 5: Aplicação do questionário online – movimentos sociais de luta pela terra conhecido ou que ouviu/leu em notícias



Fonte: Google Formulário, 2021.

Vemos que três grupos envolvidos na luta pelo acesso e permanência na terra se destacam a partir desse levantamento do questionário, sendo eles o MST, os grupos indígenas e os quilombolas. Notadamente, o MST é o movimento mais expressivo na maior parte do território nacional, que promove mais ações e jornadas de lutas, logo, o que mais tem visibilidade nos noticiários. No caso de indígenas e quilombolas, num período mais recente

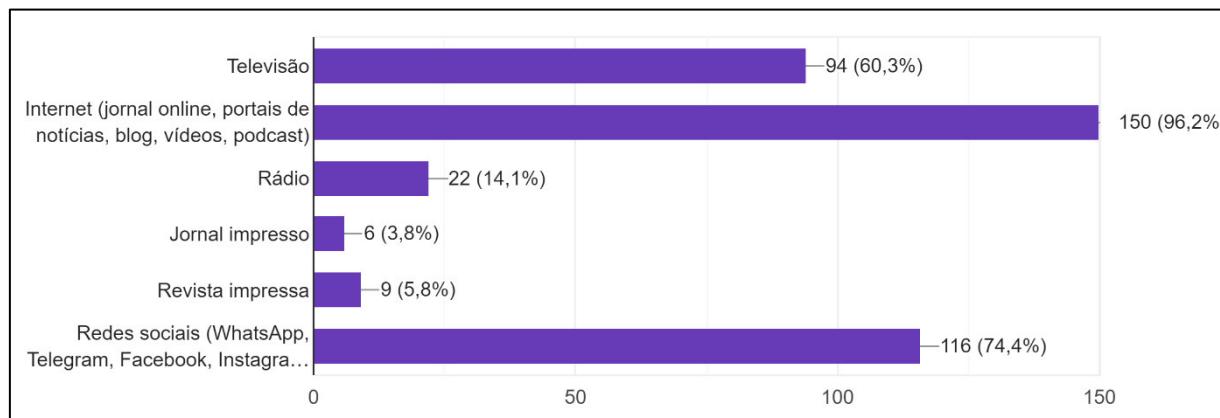
essas populações estão sofrendo uma intensificação das ameaças, principalmente de ocupação de seus territórios e devastação dos recursos naturais dos quais se utilizam.

Perguntados ainda se consideram importante que a população conheça mais sobre a realidade do campo no Brasil, apenas um respondente sinalizou que não, argumentando que

*Pra ser bem crítico, conhecer por conhecer pouco efeito ao meu ver tem, nem sempre a experiência que vive o outro me afetará ao "conhecer mais a realidade dos outros" isso tem que ser materializado na esfera política, os livros didáticos do ensino fundamental e médio em diferentes componentes por exemplo, são medida para que incorporemos mais e efetivamente a realidade do campo, não apenas como tradicionalmente é representado* (RESPONDENTE H, 2021).

Sobre os meios de comunicação utilizados no cotidiano para se manter informado sobre qualquer assunto de interesse, 96% confirmam que utilizam a internet como fonte de notícias e de pesquisas diversas, seguida das redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas representando 74%, e em terceiro lugar a televisão com 60%, visualizados pelo gráfico 6. Nesse conjunto de respostas, uma pequena porcentagem mantém um uso frequente de jornais e revistas impressos.

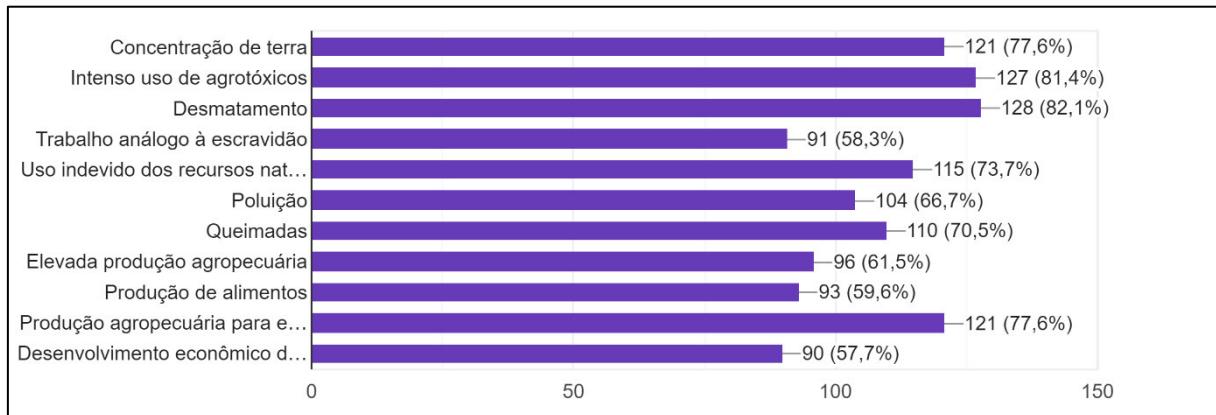
Gráfico 6: Aplicação do questionário online – meios de comunicação utilizados no cotidiano para se manter informado sobre variados assuntos



Fonte: Google Formulário, 2021.

Já na finalização do questionário, perguntamos sobre os aspectos com os quais o agronegócio está relacionado, a partir de uma lista de aspectos conforme o gráfico 7. De um modo geral, os dados nos mostram um ponto de equilíbrio entre os fatores considerados positivos e negativos no que diz respeito às atividades do agronegócio.

Gráfico 7: Aplicação do questionário online – aspectos relacionados ao agronegócio



Fonte: Google Formulário, 2021.

Nesta questão foi possível registrar mais de uma opção. Os dados nos mostram que tanto os aspectos considerados desfavoráveis, como os benefícios das atividades agropecuárias de larga escala, são pontuados pelos respondentes. Ao mesmo tempo que o agronegócio diz respeito à concentração de terras, ao uso de agrotóxicos, ao desmatamento, e outros fatores, também está relacionado à elevada produção agropecuária e voltada para exportação, e ao crescimento econômico do país.

Cabe ressaltar que a elaboração e aplicação de um questionário online trouxe possibilidades, mas também limitações. Esse instrumento de pesquisa permite alcançar um expressivo número de respostas, no entanto, impede o contato direto com quem responde, não havendo a chance de um diálogo mais abrangente como acontece com uma entrevista. Além disso, mesmo que o objetivo seja fazer uma abordagem o mais plural possível, com diversidade de alternativas e possibilidades do respondente escrever sua opinião de forma livre, ainda assim a formulação do questionário segue nossa perspectiva e visão de mundo, o que pode conferir certa parcialidade na interpretação.

De todo modo, a experiência a partir do questionário online, com o levantamento de dados e de opiniões, ampliou os olhares para a temática, servindo-nos de apoio para a prática da pesquisa. Trata-se de uma ferramenta gratuita e que pode ser acessada por diversos dispositivos, inclusive o celular, o que garante um acesso mais rápido e objetivo. Outros trechos do conteúdo obtido pelo formulário estão analisados nas seções seguintes.

Sobre as fontes das reportagens utilizadas para o trabalho, o contexto do acesso digital à informação faz parte da metodologia de pesquisa do Projeto DATALUTA, especialmente estreitando a escala de atuação para o estado mineiro. Diante da amplitude de mídias digitais que servem como fonte de dados e veiculam informações de múltiplos assuntos, coube selecionar os principais veículos de comunicação para retratar a temática a que nos propomos

discutir, visto que os elementos relacionados à questão agrária nem sempre são pautas de notícias, ou são valorizados apenas alguns aspectos, como por exemplo o potencial econômico do agronegócio.

Exatamente para fomentar esse debate, selecionamos os veículos de comunicação que representam o poder hegemônico, aqueles mantidos por grandes corporações e que dominam o mercado financeiro da mídia, com amplo alcance tanto geográfico quanto de público, sendo eles *Estado de Minas* e *Portal O Tempo* sediados em Minas Gerais, *Jornal Correio de Uberlândia* de maior abrangência regional, e *Portal G1* sediado em São Paulo, todos com notícias de abrangência nacional, regional e local. Estas características já são reveladoras do tipo de conteúdo que se pretende informar, o público que se pretende atingir e os interesses político-econômicos explícitos ou não destas corporações. Esta seleção não é excludente das demais fontes do DATALUTA, mas sim uma representação do universo da pesquisa.

Pela outra perspectiva em complemento ao recorte analítico, selecionamos também os veículos de comunicação denominados contra hegemônicos ou mídia alternativa, que compõem a comunicação popular, a partir dos grupos que contestam a ordem vigente utilizando da mídia digital para reivindicar direitos e denunciar as contradições sociais, além de popularizar outros modelos possíveis de vida, e propor um novo projeto de país. Para também representar este conjunto da comunicação contra-hegemônica, exploramos o contexto histórico dos periódicos *Jornal Terra Livre*, *A Liga* e *Jornal Sem Terra*, que foram precursores no diálogo com os agricultores e trabalhadores rurais a partir de meados da década de 1940, representando seus interesses em relação aos direitos e reivindicações pautados naquele período, e que repercutiram na continuidade do processo de comunicação.

Peruzzo (1998) explica que a comunicação popular é um fenômeno que aparece de forma mais significativa nos anos de 1970 e 1980 na produção científica do campo da comunicação social, e implica a necessidade de que sejam abarcados pela teoria os processos no contexto mais amplo em que se realizam, pois a dinâmica social na qual está inserida é que vai lhe conferir significados. Segundo a autora, sua origem está ligada à insatisfação decorrente das precárias condições de existência de uma grande maioria e das restrições à liberdade de expressão pelos meios massivos, sendo criados instrumentos alternativos dos setores populares que não estão sujeitos ao controle governamental ou empresarial. Então, esse outro modo de fazer comunicação “representou um grito, antes sufocado, de denúncia e reivindicação por transformações, exteriorizado sobretudo em pequenos jornais, boletins, alto-falantes, teatro, folhetos, volantes, vídeos, audiovisuais, faixas, cartazes, pôsteres, cartilhas etc”. (PERUZZO, 1998, p. 115).

Estes estão fora do círculo dos grupos que concentram a propriedade da mídia, e muitas das vezes os denunciam. Para esta vertente, são consideradas as páginas online do MST e a Agência Brasil de Fato, veículos que diariamente divulgam informações relacionadas ao tema. Ambos também retratam a realidade das diferentes regiões do país, com ampla divulgação de casos emblemáticos da luta e resistência dos povos. Lembrando que a prática discursiva, além de contribuir para reproduzir a sociedade como é, no conjunto das identidades e relações sociais, sistemas de conhecimento e crença, favorece também para transformá-la, conforme aponta Fairclough (2008). No quadro 1 estão organizadas as fontes que vão subsidiar o desenvolvimento da pesquisa, com reportagens compreendidas entre os anos 2005 e 2018, conforme o recorte temporal já delimitado anteriormente. Cabe ainda ressaltar que os arquivos completos das reportagens analisadas neste trabalho estão disponibilizados como Anexos ao final.

Quadro 1: Fontes do Banco de Dados DATALUTA MG entre 2005-2018 utilizadas nesta pesquisa

FONTE	SEDE	ENDEREÇO ELETRÔNICO
Correio de Uberlândia	Uberlândia - MG	<a href="http://www.correiodeuberlandia.com.br">www.correiodeuberlandia.com.br</a>
Estado de Minas	Belo Horizonte - MG	<a href="http://www.em.com.br/">www.em.com.br/</a>
Portal O Tempo	Contagem - MG	<a href="http://www.otempo.com.br/">www.otempo.com.br/</a>
Portal G1	Rio de Janeiro - RJ	<a href="http://www.g1.globo.com/">www.g1.globo.com/</a>
MST	-	<a href="http://www.mst.org.br/">www.mst.org.br/</a>
Agência Brasil de Fato	São Paulo - SP	<a href="http://www.brasildefato.com.br">www.brasildefato.com.br</a>

Org.: VICTOR, F. B., 2020.

O recorte dos tipos de veículos de comunicação e seus conteúdos noticiados é mais um elemento que expõe as disputas por visibilidade nos espaços digitais, que são reflexos também das disputas na terra e nos territórios. Fator que está diretamente relacionado, pois nossa abordagem principal envolve a forma como a mídia retrata a realidade do campo, ou então, delimitar as realidades do campo que são prestigiadas e desvalorizadas. Intencionalmente ou não, é comum identificarmos distorções dos fatos.

Assim, na próxima seção o foco é compreender a relação entre a Geografia e a Comunicação enquanto dois campos do conhecimento, que se convergem e viabilizam a análise sobre questão agrária e mídia. Para tanto, alguns conceitos são fundamentais para subsidiar essa relação, com uma delimitação também dos referenciais teóricos para a interpretação dos textos jornalísticos.

## **2. GEOGRAFIA E COMUNICAÇÃO: subsídios para a compreensão do espaço e das relações de poder**

Iniciamos a discussão desta temática ancorados em duas perspectivas condutoras, a Geografia e a Comunicação. Neste aspecto, destaca-se a relação entre as referidas áreas do conhecimento, com ênfase em termos como espaço e território pela perspectiva geográfica, acrescido das reflexões sobre natureza, sociedade, discurso e poder, singulares nas análises tanto pela ótica da comunicação como também para a geografia.

Tratam-se de elementos profundamente imbricados na reflexão da questão agrária brasileira, que tem o campo como palco das relações sociais cotidianas e das disputas territoriais, tal e qual tem na maioria das vezes a cidade como lugar de enfrentamento contra os projetos de dominação. Isso porque as ações coletivas provenientes da realidade do campo acontecem na cidade em maior número, compreendendo que esta é o lugar onde se encontram e se sobrepõem valores e culturas.

Desse modo, esta primeira parte está estruturada em quatro eixos de reflexão, organizados também no sentido histórico. Inicialmente, a abordagem perpassa pela relação entre a ciência geográfica e a comunicação, pautada nos conceitos básicos e nas afinidades que formam a sustentação dos estudos. Vemos que se trata de uma proximidade relativamente recente no meio acadêmico, com temas variados de pesquisa. Em seguida, apoiamos nosso estudo em conceitos fundamentais no âmbito da comunicação e intrinsecamente relativos à perspectiva geográfica, tais como poder, ideologia e discurso, bem como suas intercessões com a vida social.

Dando sequência, na terceira parte são elencadas as principais referências de interpretação no âmbito da comunicação e do discurso, que vão servir de base para assimilar os dados e significados aplicados no processo de comunicação de textos jornalísticos ou informativos. E por fim, o último eixo traz informações referentes ao contexto da comunicação no Brasil, e especificamente no estado de Minas Gerais, uma vez que este é nosso recorte espacial.

### **2.1. Conhecimento geográfico e teorias da comunicação: algumas aproximações**

Há de se pensar geografia e comunicação pela multidisciplinaridade, num movimento de integração entre dois campos de conhecimento dinâmicos, fundamentados nos estudos do ambiente e da sociedade. Antes de tudo, a comunicação se vale do princípio geográfico por

estar expressa no tempo e no espaço, pelo potencial de interagir pessoas e objetos através de seus códigos, processo evidente desde a remota história da humanidade. Fato é que a convivência em sociedade exige a habilidade comunicacional, sendo a linguagem e a escrita de importância categórica para o avanço do pensamento e da cultura humana. Afinal, desconhecemos qualquer grupo humano que não tenha em sua composição e história as relações de comunicação, a começar pelas mais primitivas formas.

O homem é produtor e produto do meio e da sociedade que habita. Esta sociedade que se comunica mantém relações entre grupos e interfere diretamente no ambiente, transformando o espaço em função de suas próprias necessidades, e nele se movimentando. É a questão central enfatizada por Santos (2006), ao expor que “o ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se. Essa realização se dá sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições” (p. 33).

As configurações do espaço geográfico em escalas locais a globais são determinadas, entre outros fatores, pela comunicação, por conexões que têm como suporte a informação. “Espaços são socialmente construídos e territórios se conformam a partir das relações sociais e nestas estão presentes componentes caros à comunicação, como a informação” (SILVA JUNIOR, 2015, p. 28).

As noções de globalização e mundialização são também recorrentes no âmbito desta temática, especialmente ao considerar os avanços tecnológicos que alteram os arranjos espaciais e territoriais, encurtam o tempo, diminuem o espaço e aproximam pessoas, e ainda a assimilação cultural relativa aos hábitos e costumes de outros lugares do mundo. Falamos de uma sociedade hiperconectada, ainda que de modo assimétrico, dispensando a devida atenção à constante evolução das ferramentas que compõem este universo. Milton Santos (1998) enfatiza a relevância do papel da ciência, da tecnologia e da informação, necessárias para aprofundar o conhecimento sobre o território e suas funcionalidades. Esta última, por sua vez, vai ganhando a função antes exercida pela energia como instrumento que reúne as diferentes partes de um território.

Por outro lado, essa globalização tem seu lado perverso, aponta Souza (1998), e produz consequentemente espaços e territórios fragmentados que nos leva a perceber uma geografia das desigualdades. São contrastes que repercutiram, e ainda refletem, diretamente na formação social e na vida do povo brasileiro.

Apreender a totalidade do espaço geográfico implica em perceber um conjunto de objetos e ações, e suas transformações ao longo do tempo, atrelado a um complexo processo de

desenvolvimento. A informação é parte deste cenário, um fenômeno técnico atribuído para atender as necessidades fundamentais da sociedade, que deve ser compreendido sob diferentes enfoques.

Quando geógrafos escrevem que a sociedade opera no espaço geográfico por meio dos sistemas de comunicação e transportes, eles estão certos, mas a relação, que se deve buscar, entre o espaço e o fenômeno técnico, é abrangente de todas as manifestações da técnica, incluídas as técnicas da própria ação [...] Só o fenômeno técnico na sua total abrangência permite alcançar a noção de espaço geográfico (SANTOS, 2006, p. 21).

No âmbito acadêmico, a multidisciplinaridade entre estes dois campos do conhecimento foi oficializada em 2008 a partir da criação do Grupo de Pesquisa Geografias da Comunicação, da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM), destacando as contribuições de estudos geográficos no âmbito brasileiro do campo comunicacional (MARQUES DE MELO, 2012). Mídia e processos migratórios no Brasil, colonização, questão regional, foram alguns dos estudos que fomentaram esse diálogo.

Um levantamento elaborado por Lopes (2013, p. 33) aponta que as principais vertentes dos estudos entre geografia e comunicação estão demarcadas

em torno de quatro eixos principais: o papel do espaço e da espacialidade como categorias analíticas das variadas formas de expressão e comunicação humanas; a organização e disseminação territorial das tecnologias de informação e comunicação, com ênfase mais recente na internet e nos dispositivos móveis; as geografias dos sistemas de mídia nos contextos da globalização e da regionalização, com imbricações na economia política; e a geopolítica dos fluxos e contrafluxos de informação e comunicação em âmbito mundial, tanto via sistemas corporativos transnacionais quanto por meio de mídias sociais alternativas.

Ao contextualizar a aproximação entre estas duas perspectivas, Marques de Melo sublinha a contribuição de Harold Innis à “inclusão da geografia no conjunto dos saberes fundamentais para a cognição dos mecanismos de interação simbólica que acionam o cotidiano” (2012, p. 87), compreendendo os processos de comunicação como partes integrantes das formações sociais e agentes do movimento na produção, circulação e consumo de bens e mercadorias.

Tanto o processo comunicativo em si quanto os meios de comunicação são partes essenciais e correspondentes neste estudo. Isso porque ambos explicam o movimento das práticas sociais na evolução histórica, bem como as técnicas que viabilizaram essa evolução, e o modo como foram e são aplicadas.

O uso dos objetos através do tempo mostra histórias sucessivas desenroladas no lugar e fora dele. Cada objeto é utilizado segundo equações de força originadas em diferentes escalas, mas que se realizam num lugar, onde vão mudando ao longo do tempo. Assim, a maneira como a unidade entre tempo e espaço vai dando-se, ao longo do tempo, pode ser entendida através da história das técnicas: uma história geral, uma história local (SANTOS, 2006, p. 29).

A conceitualização do termo comunicação se manifesta ampla e complexa. De um modo geral, entendemos este conceito como a troca de informações que envolve transmissão e recepção de mensagem. John B. Thompson (2002, p. 25) a caracteriza “como um tipo distinto de atividade social que envolve a produção, a transmissão e a recepção de formas simbólicas e implica a utilização de recursos de vários tipos”.

Compreendendo a comunicação como o compartilhamento de significado por meio da troca de informação, Castells (2019, p. 101) complementa que “o processo é definido pela tecnologia da comunicação, pelas características dos emissores e receptores da informação, por seus códigos culturais de referência e protocolos de comunicação e pela abrangência do processo comunicativo”.

Os próprios profissionais da área reafirmam a importância do setor comunicacional, ao considerar que

*a comunicação é o alicerce da sociedade. Não somente para uma boa convivência em sociedade, mas para que todas as classes sociais possam se manter informadas sobre acontecimentos locais, regionais e mundial. Quando falo ou penso em comunicação, não posso excluir aqueles que também não tem acesso pelos meios tradicionais (TV, rádio, internet entre outros). Mas, tenho certeza que a informação chega até ele. Mesmo que seja pelo “velho” boca a boca (Entrevistado B, 2020).*

Para alguns autores da área que aprofundam este sentido, a comunicação propicia ao homem a interação psíquica e social, uma vez imerso em sociedade, sendo o meio pelo qual são transmitidos padrões de vida, costumes, cultura, desejos, persuasões e embates (MAIA, 2010). A autora aponta ainda que o termo ganha significações singulares “a partir da configuração histórica e social de uma época que produz meios e modos de comunicar específicos de seu tempo” (p. 236), reconfigurando-se a partir do movimento com e através do tempo em que é estudado, mas sem perder sua premissa inicial explorada em movimentações teóricas anteriores.

Esse movimento de troca de informação entre transmissores e receptores é intermediado pelas diferentes técnicas de interação, sendo fundamental compreendê-las no contexto das relações sociais. Desde a fala ao surgimento da internet,

são todos Meios de Comunicação surgidos a partir do desejo dos seres humanos de expressar suas ideias e sentimentos agindo intencionalmente uns

sobre os outros. Os Meios não são meros canais ou suportes técnicos mecânicos de distribuição de mensagens. Estruturam-se através de códigos linguísticos, de signos, logo, não são neutros, mas simbólicos, passíveis de conotação enquanto mediadores no processo comunicacional (GOULART, 2010, p. 801).

Relacionados às mudanças sociais e econômicas no tempo e no espaço, os meios de comunicação reconfiguram em diferentes estágios as relações humanas, comerciais e políticas do local ao global. São, portanto, mecanismos que interferem profundamente no espaço geográfico. Innis (2011, p. 67) admite “que a história não é uma rede descosida; ao contrário, ela é um tecido no qual os fios da urdidura e da trama são o espaço e o tempo, tecidos de maneira muito desigual, produzindo padrões distorcidos”.

Thompson (2002) evidencia a associação entre a produção de mercadorias, os intercâmbios comerciais e o desenvolvimento da comunicação e dos meios, haja vista que o fluxo de informações acompanhava o fluxo do comércio e das mercadorias. Em sua retomada histórica que embasa os argumentos sobre a temática, o autor destaca o período recente da Europa, por volta do século XV, e as profundas transformações das sociedades, mudanças que sucessivamente foram difundidas para as demais regiões do mundo. São fatores elementares, então, desde as técnicas e códigos mais rudimentares que permitiram a interação para situações básicas de sobrevivência, como por exemplo a caça, ao aprimoramento de ferramentas informacionais que contribuiu substancialmente para a expansão comercial e consequente configuração atual.

Nesse entendimento, dá-se a correspondente importância à comunicação oral como meio de difusão da informação, especialmente a partir da Igreja Católica e como ferramenta dos governos, fossem nas áreas rurais, ruas e praças das cidades. Os ambientes acadêmicos também eram espaços onde a comunicação oral era exercida a partir das palestras e debates, servindo de instrumento inclusive para testar a habilidade dos estudantes (BRIGGS; BURKE, 2006).

Quanto à comunicação escrita, a literatura geral aponta como referência a inovação criada pelo alemão Johann Gutemberg no final da Idade Média, que consistia num sistema mecânico de prensa móvel de metal para a produção de textos, e que viabilizou a partir de então um processo de produção em massa (THOMPSON, 2002; BRIGGS, BURKE, 2006; INNIS, 2011). Antes dessa popularização, a impressão já era uma atividade comum na porção oriental do mundo criada desde séculos anteriores, especificamente na China e baseado no tipo ideográfico. Logo, a prática da impressão gráfica se espalhou por vários centros urbanos do

continente europeu e sucessivamente para as demais partes do mundo, movimento denominado por diversos autores como revolução da impressão gráfica.

Todo esse movimento evolutivo das formas e meios de comunicação tem como precursora a própria revolução industrial, atribuída à criação das máquinas no processo de produção inicialmente na Europa e difundida pelo mundo, acompanhada da evolução dos transportes. Consequentemente, está relacionada ao contínuo desenvolvimento tecnológico, em suas diferentes fases, que possibilitou as técnicas avançadas de difusão de informações que a sociedade experimenta hoje. “O papel que as técnicas alcançaram, através da máquina, na produção da história mundial, a partir da revolução industrial, faz desse momento um marco definitivo. É, também, um momento de grande aceleração, ponto de partida para transformações consideráveis” (SANTOS, 2006, p. 112).

Correlacionando o início das sociedades modernas à evolução da comunicação e seus meios, Thompson aponta que “o desenvolvimento das primeiras máquinas impressoras foi assim parte e parcela do crescimento da economia capitalista do fim da Idade Média e início da Europa moderna” (2002, p. 54).

Vale lembrar que o processo e desenvolvimento da comunicação muito tem a nos dizer sobre os aspectos sociais, pois várias de suas características estão intimamente ligadas ao nível de instrução e alfabetização da sociedade. O que implica compreender que os acontecimentos se deram de forma diferenciada em cada país ou região. Logo, os materiais escritos que circulavam eram lidos, de modo geral, por indivíduos que compunham a nobreza, as elites urbanas, professores, estudantes, grupos religiosos, ficando alguns setores da população à margem desse processo histórico. Thompson indica que, com a provável prática de leitura em voz alta, “o público destinatário das obras impressas era muito maior do que os grupos relativamente pequenos de indivíduos que possuíam alguma instrução” (2002, p. 60). Além disso, esses fatores têm relação direta com os processos de urbanização, com o crescimento da população urbana, especialmente a partir do século XIX nos países ocidentais.

A expansão do fluxo da comunicação, que de início era exclusivamente por meio físico marítimo ou terrestre, toma outra dimensão por parte dos governantes europeus no começo da era moderna, como por exemplo, devido “a crescente necessidade, em uma época na qual os Estados europeus estavam em processo de centralização, de transmitir comandos mais rapidamente das capitais para as províncias” (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 32). Logo, esse interesse explica, entre outros fatores, a rápida expansão do sistema postal no início desse período, além das vantagens garantidas pelos próprios mercadores e outros indivíduos.

Com o tempo, o ambiente físico deixa de ser a condição basilar para as interações sociais, que foram gradativamente modificadas com o desenvolvimento dos meios de comunicação e disseminadas através do espaço e do tempo. De uma interação de caráter dialógico, como afirmara Thompson (2002), as interações adquirem também o caráter monológico, estabelecidas pelos meios de comunicação de massa – livros, jornais, rádio, televisão – com um fluxo da comunicação predominantemente em sentido único. Para ele, “o que importa na comunicação de massa não está na quantidade de indivíduos que recebe os produtos, mas no fato de que estes produtos estão disponíveis em princípio para uma grande pluralidade de destinatários” (p. 30). Logo, o autor considera que são características dessa expressão os meios técnicos e institucionais de produção e difusão; a mercantilização das formas simbólicas; a dissociação estruturada entre a produção e a recepção; o prolongamento da disponibilidade dos produtos da mídia no tempo e no espaço; e a circulação pública das formas simbólicas mediadas.

Castells (2019) denomina como comunicação de massa aquela na qual o conteúdo possa ser difundido para a sociedade em sua totalidade, o que é caracterizado pelo autor como comunicação da sociedade, podendo ser interativa ou unidirecional na sua forma tradicional. Na diferenciação quanto à abrangência do processo, esta se difere da comunicação interpessoal, pela qual os emissores e receptores são os sujeitos da comunicação num movimento interativo, de retroalimentação. Conhecida como *mass media*, tem como fim primeiro alcançar o maior número de pessoas.

Não significa dizer que a recepção das informações acontece com total assentimento do público, mas a ênfase está no sentido abrangente desse acesso, que anteriormente à evolução dos meios de comunicação acontecia em menor grau.

Devemos abandonar a ideia de que os destinatários dos produtos da mídia são espectadores passivos cujos sentidos foram permanentemente embotados pela contínua recepção de mensagens similares. Devemos também descartar a suposição de que a recepção em si mesma seja um processo sem problemas, acrítico, e que os produtos são absorvidos pelos indivíduos como uma esponja absorve água (THOMPSON, 2002, p. 31).

Por sua vez, mídia se configura também como um termo preciso na compreensão desse contexto. É aplicada para significar o conjunto dos meios de comunicação, os instrumentos empregados para a difusão da informação, analógicos e digitais, e o material físico utilizado para armazenagem da informação, como por exemplo o disco compactado. Trata-se de um suporte técnico que possibilita ampliar a comunicação orientada para uma variedade de

receptores ou para grupos muito precisos, e integra os processos comunicativos no interior da cultura, ultrapassando os contextos da simples interação face a face (SOUZA, 2010, p. 816).

Designa, do mesmo modo, o conjunto de organizações e tecnologias que produzem e divulgam a mensagem destinada a seu público-alvo. Neste trabalho, trataremos o conceito de mídia especialmente a partir desta última abordagem, entendendo-a não como a detentora do poder, mas como o espaço da produção de poder, conforme destacado por Castells (2019).

## **2.2. Representações ideológicas: poder, discurso e disputas**

Todo processo comunicacional de grande alcance representa interesses, especialmente políticos, e está moldado por estes. Na busca por atingir a opinião dos receptores da informação, os veículos de comunicação aplicam estratégias que asseguram transmitir sua mensagem ao maior número de interlocutores, o que garante a manutenção da posição que ocupam nas relações de poder. Mais uma vez, estes fatores vão revelando as transformações que a comunicação foi e ainda é capaz de produzir na sociedade, compreendendo-a também como ideológica.

A concepção de ideologia neste trabalho pauta-se nas abordagens de Antonio Gramsci, apreendida na realidade social, histórica e concreta. Perrusi (2015) analisa que, pela vertente gramsciana, a ideologia seria o campo das ideias e dos valores da sociedade, fundamentada ao mesmo tempo nas posições de classe, e assim, percebida como relação de poder. “A ideologia, nesse sentido, seria um instrumento privilegiado para a classe dominante assegurar a coesão social e, também, uma forma de as classes subalternas tomarem consciência de sua existência coletiva e da própria realidade de sua subordinação (PERRUSI, 2015, p. 418).

Já o poder do qual nos referimos é o que “se manifesta por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos. É o poder visível, maciço, identificável”, conforme aponta Raffestin (1993. p. 52). Mas é, do mesmo modo, o poder invisível, parte intrínseca de toda relação, que está presente em toda produção que se apoia no espaço e no tempo, pontua o autor. Percorremos, assim, das reflexões mais extensivas até as análises mais específicas do termo.

Compreendendo o poder como o processo mais fundamental na sociedade, que é definida em torno de valores e instituições, Castells o interpreta como a capacidade relacional que viabiliza a um ator social influenciar as decisões de outro ator social, individual ou coletivamente, num processo assimétrico que favoreça as vontades, os interesses e os valores

daquele que detém o poder. Isso indica que, nas relações de poder há um maior grau de influência por parte de um ator sobre o outro, mas “nunca há um poder absoluto, um grau zero de influência daqueles submetidos ao poder em relação àqueles em posições de poder” (CASTELLS, 2019, p. 57). Isso porque há também as possibilidades de resistência, portanto, poder e resistência coexistem.

Uma diferenciação em quatro tipos principais é organizada por Thompson, contextualizados na análise da mídia. O que chama de poder econômico decorre da atividade humana produtiva, que inclui desde a extração e transformação da matéria-prima, até o consumo ou comercialização do que é produzido. Essa atividade envolve vários tipos de recursos materiais e financeiros, que podem ser acumulados por indivíduos ou organizações, o que faz aumentar o poder econômico. Perpassa nesse entendimento todas as transformações espaço-temporais que se seguiram, da sociedade predominantemente agrária à atual sociedade urbano-industrial.

Diversamente, o poder político “deriva da atividade de coordenação dos indivíduos e da regulamentação dos padrões de sua interação” (THOMPSON, 2002, p. 22), desempenhado por instituições de uma maneira relativamente centralizada dentro de um território, representando então o Estado. Esta categoria, por sua vez, está ancorada nas outras duas formas, o poder coercitivo e o poder cultural ou simbólico.

Trata-se de uma classificação analítica, entendendo que os tipos de poder são forças combinadas. Atenção especial damos à convergência entre o poder econômico e o poder político, especialmente se tratarmos das empresas de comunicação e seus membros, que também ocupam funções ligadas ao Estado, ou estão alinhados ideologicamente, promovendo a difusão de informações que interessam a ambos, e duplamente beneficiando-os, ou ainda financiando agentes estatais e consequentemente políticas públicas. Tudo isso implica em interferência nas tomadas de decisões sobre o que deve ser pauta e quando. Estas abordagens serão mais aprofundadas nas próximas seções.

A coerção é uma das formas do Estado garantir o exercício do poder político, seja por ameaça ou pelo uso da força real, nas relações internas ou externas ao território. Além disso, ele se apoia também na difusão de formas simbólicas a fim de manter a crença da legitimidade do poder político (THOMPSON, 2002). Fato é que a persuasão, o convencimento, produz maiores efeitos do que a imposição pela força.

Esta última forma de garantia, então, representa o poder invisível, que está presente em toda parte e integra toda relação social. Está ligado à construção da realidade, do conhecimento, e “só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão

sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2011, p. 4), ou seja, a arbitrariedade não é reconhecida. Em sua análise, o poder simbólico é praticado a partir dos sistemas simbólicos – mito, língua, arte, ciência – entendidos como instrumentos de conhecimento, comunicação e construção do mundo.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os ‘sistemas simbólicos’ cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam (BORDIEU, 2011, p. 7).

Não se trata de tomar essa dimensão da realidade, o poder, como algo de proporções positivas ou negativas, tanto nas causas quanto em seus efeitos, mas compreendendo que ele é exercido de modo desigual na sociedade. Na sua forma de controle, há profundas diferenças entre quem domina e quem é dominado. Se entendemos que a comunicação é também um mecanismo de dominação, então ela está frequentemente ligada ao poder. “O ideal do poder é ver sem ser visto. É o porquê de a comunicação ter adquirido uma tal importância na sociedade contemporânea: ela pode se dissimular. Nesse caso, o poder pode controlar, vigiar, interceptar, praticamente sem ser visto. (RAFFESTIN, 1993, p. 202)

Com foco nas relações entre discurso e poder social, este que se manifesta tipicamente na interação e caracteriza a relação entre grupos, classes e outras formações sociais, Van Dijk (2015, p. 43) aponta que

O exercício e a manutenção do poder social pressupõem uma estrutura ideológica. Essa estrutura, formada por cognições fundamentais, socialmente compartilhadas e relacionadas aos interesses de um grupo e seus membros, é adquirida, confirmada ou alterada, principalmente, por meio da comunicação e do discurso.

É o controle social que determinados grupos exercem sobre outros, e que envolve o controle cognitivo. Segundo o autor, é por meio dessa dinâmica que grupos dominantes aplicam regras e atingem um consenso comum de acordo com seus próprios interesses, geralmente de uma forma indireta. Esse uso do discurso como meio de dominação é uma prática social historicamente regular, e que mais uma vez ressalta a assimetria nas relações sociais, evidenciando igualmente a resistência dos grupos dominados ou de seus membros.

A caracterização do tipo de poder exercido na sociedade é uma possibilidade. Entretanto, um grupo se enquadra como dominante nessa estrutura social assimétrica se articuladas essas diferentes particularidades do poder. Ou seja, em nosso entendimento o que

garante poder político é a ampliação de poder econômico, e também no sentido inverso, e será possível exercer essa dominação se a maioria dos não detentores destes atributos assimilarem como autêntica tal condição.

Quem está na posição de dominação se empenha para assegurar a aquisição de seus valores pelos que estão na posição de subordinação. Esse é um dos princípios que garante a legitimidade do lugar que ocupa nesta hierarquia. São os saberes, desejos, crenças, que precisam ser incorporados pela maioria, o que nos leva ao entendimento de Van Dijk, para quem o poder simbólico é também uma forma de poder ideológico, exercido pelo que ele denomina de “elites simbólicas” – jornalistas, escritores, artistas, diretores, acadêmicos e outros grupos. Segundo o autor, “ao lado das elites política, militar e econômica, as elites simbólicas desempenham um papel essencial ao dar sustentação ao aparato ideológico que permite o exercício e a manutenção do poder em nossas modernas sociedades da informação e da comunicação” (2015, p. 46). Evidente que membros de um determinado grupo integram outros grupos de poder, indicando a interdependência destes, mas todos atuam no controle da produção simbólica.

Certamente, a dimensão ideológica corresponde a uma importante compreensão de todo este processo, porque revela os interesses que embasam as ações. Em se tratando da comunicação de massa, o foco também se dá sobre a influência na opinião pública, o que implica em comportamentos que atendam aos interesses da classe dominante, sustentando então a reprodução destas relações. Não nos referimos a uma divisão entre autoridade absoluta de um lado e obediência pura do outro, mas a ênfase está no reconhecimento desta dinâmica como legítima. Convém destacar que

As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais” (BORDIEU, 2011, p. 8).

Nosso enfoque perpassa brevemente pelas reflexões de Althusser (1980), que acrescenta à teoria do Estado o conceito de Aparelhos Ideológicos de Estado, diferenciando-os do que também denomina de Aparelho Repressivo de Estado. Este, segundo o autor, reúne os setores que funcionam sobretudo pela violência, mesmo que não diretamente, por isso o sentido repressivo, envolvendo o governo, a administração, o exército, a polícia, os tribunais, as prisões. No que tange aos aparelhos ideológicos, são relativos a instituições distintas e especializadas, a saber: religioso, escolar (públicas e particulares), familiar, jurídico, político representado pelos diferentes partidos, sindical, da informação (imprensa, rádio, televisão), e cultural. Há de

se ressaltar que ambas descrições estão a serviço das classes dominantes, e que tal perspectiva valida o viés predominante dos aparelhos de Estado, mas não reflete uma divisão entre formas unicamente repressivas ou ideológicas.

Assim, é apontado que os aparelhos ideológicos asseguram o exercício do poder de Estado, frisando para nosso estudo o AIE da informação, que está inserido num conjunto combinado, pois “todos os Aparelhos Ideológicos de Estado, sejam eles quais forem, concorrem para um mesmo resultado: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalistas” (ALTHUSSER, 1980, p. 62-63).

Considerando as análises de Chauí (2008) a partir das concepções de Gramsci, entende-se por hegemonia o fenômeno da conservação das ideias dominantes.

Uma classe é hegemônica não só porque detém a propriedade dos meios de produção e o poder do Estado (isto é, o controle jurídico, político e policial da sociedade), mas ela é hegemônica, sobretudo porque suas ideias e valores são dominantes, e mantidos pelos dominados até mesmo quando lutam contra essa dominação (CHAUÍ, 2008, p. 99).

Afirmando a importância em compreender o papel do discurso e de seus agentes na reprodução da hegemonia sociocultural, Van Dijk (2015) sugere que o discurso e a comunicação desempenham uma importante função na formação e transformação da ideologia, com destaque para sua natureza sociocognitiva. Para o autor, a escrita e a fala demonstram que são cruciais no exercício do poder, e por isso pode se manifestar de forma mais indireta no discurso.

O poder discursivo costuma ser direta ou indiretamente persuasivo e, portanto, exibe justificativas, argumentos, promessas, exemplos e outros instrumentos retóricos que aumentam a probabilidade de os receptores formarem as representações mentais desejadas. Uma estratégia crucial quando se trata de disfarçar o poder é convencer as pessoas sem poder de que elas praticaram as ações desejadas em nome de seus interesses (VAN DIJK, 2015, p. 84).

É oportuno observar que, ao lado dos meios de comunicação, também o discurso educacional a partir das instituições de ensino se configura, pelas análises deste autor, como formas estratégicas de controle do conhecimento. Um sistema que geralmente direciona o currículo, materiais didáticos e aulas, conforme os valores e interesses dos grupos dominantes. Desse modo, ambos são mecanismos que servem para a reprodução ideológica e dominação simbólica. Uma ideia já precedida por Althusser (1980, p. 22), quando aponta que “a Escola (mas também outras instituições de Estado como a Igreja ou outros aparelhos como o Exército) ensinam ‘saberes práticos’, mas em moldes que asseguram a sujeição à ideologia dominante ou o manejo da ‘prática’ desta.

Uma interpretação praticável ao visualizarmos o sistema educacional brasileiro e os constantes ataques à pluralidade do conhecimento e à diversidade de sujeitos que participam do processo de aprendizagem, ainda mais no atual contexto político. Um dos exemplos são os cortes de investimentos e financiamentos em pesquisas científicas, que garantem o desenvolvimento de projetos e pagamento de bolsas aos pesquisadores, especialmente das instituições de ensino superior, como aconteceu com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em 2021<sup>5</sup>.

Ou ainda, outro exemplo dos constantes ataques à educação é o movimento Escola Sem Partido, que ganhou força em 2018 a partir das campanhas eleitorais do atual governo. O tema culminou em propostas de leis nas Assembleias Legislativas e Congresso Nacional, causando polêmicas ao afirmar que a ideia central é impedir uma “doutrinação ideológica” nas escolas por parte dos professores.

Trata-se de mais um setor no qual os representantes, especialmente políticos, tentam impor valores e interesses cada vez mais conservadores, interferindo abertamente em decisões que deveriam ser democráticas, e impedindo a autonomia daqueles que atuam diretamente no ensino, o que possibilitaria maiores e mais aprofundados questionamentos da população em relação à posição que ocupam, tanto dela quanto de quem tem o poder em mãos. Tal realidade se mostra óbvia, e mesmo que não seja objeto deste estudo, é válida a reflexão no âmbito das relações sociais e de dominação no cenário nacional.

### **2.3. Recursos de análise e interpretação da comunicação midiática**

Uma vez que neste trabalho temos como propósito, dentre outros, explorar reportagens que veicularam assuntos relacionados à questão agrária, nossas referências de interpretação serão a análise de conteúdo e a análise do discurso, largamente aplicadas pelas ciências humanas e sociais, aqui adotadas de forma complementar dentro do possível. Pautados na observação dos enunciados e mensagens, a intenção é extrair dados, símbolos e significados utilizados no processo de comunicação de textos jornalísticos ou informativos e suas respectivas imagens, abrangendo consequentemente o contexto e os objetivos que se pretendem alcançar a partir destes elementos.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <http://portal.sbpnet.org.br/noticias/cortes-na-ciencia-brasileira-atingem-o-meio-cientifico-como-fechamento-de-torneira-em-seca-de-sete-anos/>. Acesso em 30 nov. 2021.

Recorrer a esses instrumentos de investigação de documentos é compartilhar as mesmas ideias daqueles que

querem dizer não “à ilusão da transparência” dos fatos sociais, recusando ou tentando afastar os perigos da compreensão espontânea. É igualmente “tornar-se desconfiado” relativamente aos pressupostos, lutar contra a evidência do saber subjetivo, destruir a intuição em proveito do “construído” [...] É ainda dizer não “à leitura simples do real” (BARDIN, 2016, p. 34).

São noções aplicáveis ao universo da comunicação de massa, operada por grandes empresas ou por grupos que representam as minorias e atuam em busca de amplo alcance para visibilizar suas realidades. Trata-se de compreender o contexto no qual são construídas e divulgadas as informações que a população recebe e interpreta, num movimento que pretende ir além da leitura, possibilitando a percepção dos detalhes e dos sentidos implícitos ou não nos materiais informativos.

Definida de forma mais geral como um conjunto de técnicas de análise das comunicações pautadas em procedimentos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, conforme sinaliza Bardin (2016), a análise de conteúdo conjuga uma variedade de formas e diferentes perspectivas. Isso indica que não se trata de uma concepção rígida desta prática, mas sim possível de somar outras particularidades e ampliar os horizontes de aplicabilidade. E então, complementa a autora, “qualquer comunicação, isto é, qualquer veículo de significados de um emissor para um receptor, controlado ou não por este, deveria poder ser escrito, decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo” (p. 38), para tanto não se afastando do rigor teórico.

#### Essa estratégia analítica

apresenta-se como necessária pelas oportunidades de inferências intencionais ao que se antecede e do que se desdobra em termos de efeitos da comunicação dirigida. Assim, ainda aplica-se uma fuga das pesquisas meramente descritivas e descortinam-se os impactos sociais que os discursos formados e materializados possuem. Está no âmbito da linguagem, entendida como uma construção social real, uma porta para comparações de práticas discursivas em vários contextos (SILVA JUNIOR, 2015, p. 15).

Na abordagem sobre a reprodução discursiva do abuso de poder e desigualdade social, em que Van Dijk (2015) debate a noção dos Estudos Críticos do Discurso (ECD), um dos pontos importantes é entender a prática discursiva como uma interação situada, uma prática social ou um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política. Uma vez que tal perspectiva analítica está concentrada nas relações entre a estrutura social e a estrutura discursiva, além do modo como esta pode variar ou ser influenciada pela primeira, então

mostra-se compatível com a presente pesquisa. Por esta ótica, “os ECD estão especificamente interessados no estudo (crítico) de questões e problemas sociais, da desigualdade social, da dominação e de fenômenos relacionados, em geral, e no papel do discurso, do uso linguístico ou da comunicação em tais fenômenos, em particular” (VAN DIJK, 2015, p. 15).

Trata-se de elementos que, não diferente, estão presentes no contexto da questão agrária, em que podemos destacar os problemas e desigualdades sociais, os processos de dominação retratados nas disputas territoriais, que por si já são assimétricas considerando a disposição do poder entre os sujeitos, as políticas públicas que acentuam as desigualdades ou têm efeito paliativo, e as divergências ideológicas entre os grupos dominantes e dominados que estão representadas nas práticas discursivas.

Compreendendo o discurso como prática social, com destaque para a complexidade de sua análise, várias são as implicações elencadas por Fairchlou (2008), para quem o discurso é uma prática de representação e de significação do mundo. Primeiro, implica ser um modo de ação das pessoas sobre o mundo e sobre os outros, e um modo de representação. Implica também uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, sendo esta tanto uma condição como efeito da prática social. Além disso, continua o autor, o discurso é moldado pela estrutura social em todos os níveis, como por exemplo pela classe, pelas relações específicas em instituições particulares, por várias normas e convenções, variando segundo o domínio social particular ou o quadro institucional em que são gerados.

No universo de compreensão das relações sociais e suas implicações no cotidiano, o discurso toma uma dimensão mais ampla, e

implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente lingüística. Referimo-nos a aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas. Assim, observamos, em diferentes situações de nosso cotidiano, sujeitos em debate e/ou divergência, sujeitos em oposição acerca de um mesmo tema. As posições em contraste revelam lugares socioideológicos assumidos pelos sujeitos envolvidos, e a linguagem é a forma material de expressão desses lugares (FERNANDES, 2008b, p. 12).

Por meio do discurso as realidades também são materializadas, têm os seus significados revelados, o que indica um movimento composto pelo que é expressado e pelo contexto daquele que se expressa, considerados o momento histórico e o lugar em que é produzido. O discurso não se conforma na neutralidade ou é esvaziado de ideias, pelo contrário, é construído a partir da visão de mundo e convivência do sujeito, cada palavra representa um sentido a depender do lugar de quem a produz. Afinal, o que conhecemos como o real

são formas de nossas relações com a natureza mediadas por nossas relações sociais, são seres culturais, campos de significação variados no tempo e no espaço, dependentes de nossa sociedade, de nossa classe social, de nossa posição na divisão social do trabalho, dos investimentos simbólicos que cada cultura imprime a si mesma através das coisas e dos homens. (CHAUÍ, 2008, p. 21).

É daí que tomamos sua devida importância quando situado no contexto de enfrentamentos, de embates ideológicos. Pêcheux (1997, p. 92) consolida a noção de que “todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes”. Isso sinaliza que o sentido de uma palavra é determinado pelas posições ideológicas daqueles que as empregam, inscritas no processo sócio-histórico no qual ela é produzida e reproduzida. Ainda para este autor, a formação discursiva está inscrita numa dada formação ideológica, posição e conjuntura, determinada pelo estado da luta de classes, e assim estabelece o que pode e deve ser dito articulado sob diferentes formas de exteriorização (panfleto, exposição, programa). “Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas (p. 160-161).

Torna-se necessário compreender alguns conceitos para a reflexão sobre o discurso, sintetizados por Fernandes (2008b), que estão inter-relacionados e que se implicam. São eles o efeito do sentido entre sujeitos que se expressam; a enunciação, contextualizada pelo lugar sócio-histórico-ideológico dos sujeitos que a produzem e pelo momento em que é produzido; a ideologia, que diz respeito à concepção de mundo do sujeito situado em determinado grupo social e circunstância histórica. Devemos considerar também as condições de produção, que trata dos aspectos históricos, sociais e ideológicos que possibilitam ou determinam a produção do discurso; e o sujeito discursivo, constituído na inter-relação social e por uma heterogeneidade de discursos.

Cada prática discursiva está ancorada em determinadas circunstâncias, revelando posicionamentos ideológicos específicos, bem como diferentes realidades vividas. Fairclough (2008, p. 121) sugere que “as práticas discursivas são investidas ideologicamente à medida que incorporam significações que contribuem para manter ou reestruturar as relações de poder”, mesmo que em graus diferentes.

O exemplo enumerado por Fernandes (2008b) ilustra de forma objetiva as considerações, e está diretamente ligado à nossa temática, ao tratar do emprego dos substantivos “ocupação” e “invasão” em reportagens ou entrevistas de revistas e jornais relacionadas aos movimentos dos trabalhadores rurais sem-terra, revelando discursos com perspectivas antagônicas, mas utilizados para descrever uma mesma ação. O primeiro termo é adotado pelos

integrantes dos movimentos, por seus defensores e simpatizantes, designando uma ação que visa tornar produtiva uma terra em desuso, o que implica também em compartilhar a ideia de cumprimento da função social da terra. Já a segunda expressão é empregada pelos que se opõem aos movimentos e consequentemente às suas condutas, caracterizando-a como uma ação criminosa que contraria a noção de propriedade privada.

Tal reflexão pode ser aplicada para uma variedade de termos empregados em textos jornalísticos acerca da questão agrária. Terra, propriedade privada, movimentos sociais, justiça, desenvolvimento, dentre outras, são palavras que simbolizam o frequente embate entre grupos ocupantes de lugares diferentes num contexto social que tem como base o espaço agrário, com as consequentes implicações nos aspectos político, econômico e cultural. O que se tem, efetivamente, é o conflito entre uma maioria que não dispõe do acesso à terra, é obstruída de permanecer nela por uma variedade de fatores ou foi expropriada em decorrência da modernização do campo, e uma minoria que atua para a manutenção da atual e histórica estrutura concentrada da terra, tentando eliminar qualquer ameaça ao poder que detém.

Sobre a luta de classes, tratamos de duas representações principais num quadro geral para a compreensão de pontos chave na questão agrária, mas não excludente de outras características. O grupo dominante é retratado pelos proprietários de extensas áreas, responsáveis por larga produção agrícola monocultora voltada à exportação, donos de grandes empresas e, nestes fatores, preocupam-se com a ampliação econômica da produtividade alheia aos prejuízos ambientais e humanos, pautados no discurso da modernização agrícola como fator fundamental. Evidentemente que suas práticas discursivas podem ocultar alguns destes posicionamentos, em virtude de contrariar legislação ou diante desaprovação por outros setores, o que declinaria a popularidade. Para estes, a representação chave é o agronegócio e sua configuração territorial no campo brasileiro, sustentado no modo de produção capitalista que pretende cada vez mais a expansão. Sua aplicação discursiva, então,

tende a produzir uma paisagem geográfica bem delimitada, a ponto de conseguir enxergar claramente nela as relações espaço-sociais e suas conflitualidades, organizações e reorganizações de territórios em escala global. O discurso avança de modo desenfreado em qualquer espaço que lhe é permitido no objetivo de se obter afeições por parte da opinião pública. Em momentos diversos, vai se articular com outras esferas de poder econômico e uma massa de informações deslancha por sobre os espectadores como se não houvesse, em hipótese alguma, a possibilidade de avistar nela elementos distintos. Porque assim pode ser usado o discurso (SILVA JUNIOR, 2015, p. 47).

Por outra perspectiva estão os pequenos produtores, dentre estes os assentados, acampados, comunidades originárias, trabalhadores sem-terra, entre outros, pautados no

trabalho familiar ou em cooperação com outros trabalhadores. Possuem propriedades de terras em menor extensão, onde é produzida uma agricultura diversificada, atendendo principalmente as cidades e o mercado interno. Consideram possível o desenvolvimento de atividades econômicas fundamentadas no consumo saudável e em práticas sustentáveis que visam proteger os recursos ambientais, preocupados também com a biodiversidade. Muitos destes são engajados em movimentos sociais, ao lado daqueles que permanecem na luta pelo acesso à terra, uma vez percebida a necessidade da mudança.

Os movimentos, por sua vez, são grupos que existem

numa perspectiva de classe, quer dizer, se estiver inserido numa totalidade na qual a classe é uma categoria que engloba o conjunto de suas práticas concretas. [...] Sua real existência vai depender da capacidade dos envolvidos em se contrapor aos interesses que os mantêm numa situação de subordinação ou aos mecanismos que os mantêm fora dos processos decisórios (PEDON, 2013, p. 46).

Nosso enfoque são estes grupos e sua territorialização, símbolos de resistência e para os quais regularmente são direcionados os ataques em nome da ordem e da subordinação. Evidentemente também que em suas práticas discursivas buscam desconstruir imagens rotuladas que lhes são constantemente atribuídas, além de serem contestadores da ordem vigente. Têm a reforma agrária como a expressão máxima no discurso, relacionada não apenas à questão da terra, mas a uma série de reivindicações.

Nesse embate, a classe dominante objetiva a manutenção do poder, e para isso lança mão de variáveis estratégicas, dentre elas o convencimento e aceitação de sua imprescindibilidade, postos em prática também a partir dos meios de comunicação. “Em âmbito discursivo, o agronegócio opera uma clássica divisão de pensamentos, afirmações e negações, a serem usados de acordo com a necessidade de formatar a consciência” (SILVA JUNIOR, 2015, p. 44), de modo a fazer acreditar num universo de possibilidades que somente serão praticáveis a partir de sua permanência e evolução, e que outras alternativas são incompatíveis com o progresso. Assim, prossegue o autor, a classe dominante sustentada no agronegócio tenta atribuir ao campo uma condição subalterna, e desta forma, a única saída aos seus sujeitos é se ajustar a tal realidade para evoluir.

A classe explorada, por sua vez, tenta resistir a essas ofensivas ao ocupar e ressignificar espaços, demonstrando outras possibilidades à medida que se territorializam e transformam territórios subordinados em territórios autônomos. Para tanto, ocupam também os espaços midiáticos, a fim de mostrar viável esse outro universo a partir da contrainformação. Vale ressaltar que se trata de um campo de atuação relativamente recente, considerando os espaços

digitais, se comparado ao histórico de ataques que esses grupos veem experimentando no contexto agrário. Em relação à forma como os grupos sociais subordinados são representados em textos de notícias, observamos estereótipos negativos, equivalentes ao atraso ou que representam alguma ameaça.

Ambos se utilizam da comunicação de massa para levar os fatos à opinião pública, embora de forma desproporcional, visto que o poder econômico do agronegócio é decisivo para o alcance do que é construído e divulgado. Muitos detentores de poder contam com regular cobertura da mídia jornalística, sinaliza Van Dijk (2015), e com isso o poder desses grupos tem maior chance de ser confirmado e legitimado, o que torna os meios de comunicação não apenas porta-voz da elite, mas também parte inerente da estrutura de poder.

Nessa relação entre movimentos sociais e imprensa, previamente visualizada por Berger (2003), tanto um quanto o outro se transformaram em lugares de destaque do desenvolvimento capitalista, uma vez que a imprensa reproduz em discurso o projeto burguês, e os movimentos sociais, por outro lado, direcionam a sua crítica mais radical. O que os legitima, do mesmo modo, como temas de pesquisa. Concordamos com a autora ao acreditar que os movimentos sociais populares permitem imaginar uma utopia possível, sendo assim responsáveis em promover importantes transformações na sociedade.

## **2.4. Cenário comunicacional brasileiro e cobertura midiática**

Que os meios de comunicação afetam a atividade humana e a vida em sociedade, especialmente quando fundamentados nos avanços tecnológicos que o mundo experimenta cada vez mais, é indiscutível. Estar atento a este universo conhecendo os veículos comunicacionais dos quais se utiliza, compreender os interesses que representam e os grupos operantes, bem como os posicionamentos ideológicos explícitos ou não, fazem parte do ato de se manter informado. Algo que pareceria simples, mas que de fato se faz complexo, pois já entendemos que a comunicação é uma das facetas do poder, inscrito conforme descrevem Ribeiro e Piquet (2013) entre o mercado, a política e a cultura, gerando assim importantes desdobramentos.

Ou, como entende Raffestin (1993, p. 220), as mídias são “instrumentos de poder. É exatamente por isso que os atores políticos ou econômicos se garantem no domínio das redes de comunicação: imprensa, rádio, televisão, correio, telégrafo e telefone”, dado o devido destaque às redes de circulação e comunicação na estrutura e gestão do território, que refletem sobretudo nos grupos e na sociedade em sua totalidade.

O enfoque se dá para a comunicação de massa, entendendo-a como principal difusora de informações com alto potencial de alcance espacial e temporal, além da possibilidade de ser interpretada como ferramenta de controle. Trata-se de uma referência em que as mensagens são múltiplas, transmitidas no sentido unilateral, e com uma interlocução reduzida se comparada à comunicação interpessoal, ao diálogo. O termo massa restringe-se, aqui, pela lógica da quantidade de destinatários que atinge, não determinando, portanto, um comportamento homogêneo do público-alvo que recebe as informações.

Ao destacar as mudanças no cenário midiático que influenciaram sobremaneira a configuração atual, especialmente no que diz respeito à comunicação em larga escala, Thompson (2002) indica alguns pontos centrais que tiveram suas origens registradas no século XIX. Primeiro, foi nesse período que se iniciou o processo de transformação das instituições da mídia em interesses comerciais de grande escala, o que se deve às inovações técnicas na indústria da imprensa, ao crescimento na população urbana e ao declínio das taxas de analfabetismo. Isso contribuiu para que a indústria de jornais se dirigisse para um público cada vez mais vasto, tornando-as grandes empreendimentos comerciais com destacado poder econômico e elevado grau de concentração do mercado.

Prossegue o autor que, é também nesse mesmo século que o fluxo internacional de informação e comunicação toma maior vulto. O que está diretamente relacionado à expansão das redes de comunicação ligando regiões centrais e periféricas, dinâmica elementar para a composição desse sistema global que passa a ter o controle centralizado por grandes corporações. “Estas grandes concentrações de poder econômico e simbólico fornecem as bases institucionais para a produção de informação e conteúdo simbólico e sua circulação em escala global” (THOMPSON, 2002, p. 75).

Tudo isso acentuado a partir do uso da energia elétrica na comunicação, lembrando nesse ponto da criação e ampliação de alcance do telefone, do rádio e da televisão nas décadas seguintes. Isso também com base em Raffestin (1993), para quem a circulação e a comunicação são as duas faces da mobilidade, se complementam e constituem as estratégias para dominação das superfícies e controle das distâncias. Prossegue o autor,

Circulação e comunicação procedem de estratégias e estão a serviço delas. Redes de circulação e comunicação contribuem para modelar o quadro espaço-temporal que é todo território. Essas redes são inseparáveis dos modos de produção dos quais asseguram a mobilidade. Como são sistemas sêmicos materiais, surgem de uma "leitura" ideológica em vários níveis: enquanto são traçadas, enquanto são construídas e enquanto são utilizadas ou, se preferirmos, "consumidas". Desenho, construção e utilização de uma rede dependem dos meios à disposição (energia e informação), dos códigos

técnicos, sociopolíticos e socioeconômicos, assim como dos objetivos dos atores (RAFFESTIN, 1993, p. 204).

Este fator é crucial para compreender as transformações territoriais dos diferentes contextos nacionais, a partir dos interesses comerciais, políticos e militares. É também por efeito do desenvolvimento e exploração dessas técnicas e inovações tecnológicas que diversas ações foram possibilitadas, garantindo principalmente o domínio de países, sobretudo no período de guerras e com destaque para a propaganda. Ademais, esses sistemas de comunicação iniciados nos séculos passados causaram profundas transformações nos tipos de interação social tradicionais até então praticados, figurando novas dinâmicas tanto na ação quanto nas relações sociais. Vale destacar ainda que, “a comunicação simbólica entre os seres humanos e o relacionamento entre esses e a natureza, com base na produção (e seu complemento, o consumo), experiência e poder, cristalizam-se ao longo da história em territórios específicos, e assim geram *culturas e identidades coletivas*” (CASTELLS, 1999, p. 52, grifo do autor)

Quando se fala em comunicação de massa, perpassa-se pela ideia da formação de opinião pública e identificação dos formadores de opinião, e logo, os meios de comunicação estão intrinsecamente relacionados. Entendemos que a mídia tem potencial para influenciar a opinião da população, conforme apontam dois profissionais do setor, ao declararem que a mídia “*traz a realidade sobre o ponto de vista dela. Infelizmente ela é capaz de se aproveitar de uma determinada situação para distorcer os fatos. Apesar de ser antiético, há muitos meios de comunicação que utilizam a influência para benefício próprio*” (Entrevistado B, 2020). E ainda, “*sempre foi assim e se tornou evidente com a quebra de paradigmas explícita nas últimas eleições. A diferença é que as pessoas hoje tem mais acesso à informação e podem comparar diferentes pontos de vista sobre a mesma questão*”. (Entrevistado C, 2020).

Não significa afirmar que o dito ou escrito por esses veículos se tornam a verdade absoluta, ou são recepcionados de modo passivo, mas são elementos que interferem sobremaneira nesse processo, haja vista que, “dependendo das diferenças socioeconômicas e socioculturais, as pessoas, claro, interpretam, representam e avaliam as matérias jornalísticas e os eventos noticiosos de maneiras bastante diferentes, e, consequentemente, formam opiniões, atitudes e ideologias diferentes (VAN DIJK, 2015, p. 77).

No Brasil, os serviços de informação e comunicação são estreitamente ligados ao Estado, pois é este que estabelece os contratos de concessão, as autorizações e as permissões de operação, tanto no âmbito público quanto privado. Ou seja, é ele o responsável por organizar a exploração dos serviços de comunicações, o que mostra também ser um processo associado ao contexto histórico e às relações de poder existentes. Afinal, é mais interessante a um governo

ter o apoio dos meios de comunicação, de preferência os mais relevantes, do que enfrentar uma oposição com o risco de influências na opinião pública e queda de popularidade.

Cabe relembrar que se trata de um sistema relativamente recente, com regulações e legislações que datam entre as décadas de 1930 e 1960, a exemplo do Código Brasileiro de Telecomunicações de 1962, e da criação do Ministério das Comunicações em 1967<sup>6</sup>. Referência a ser pensada dentro do contexto político do período, em que o governo estava sob o regime militar que promovia a modernização econômica pelo viés autoritário, estando também relacionado à redemocratização do país na década de 80.

Essa dinâmica denota um ponto importante pela perspectiva do Estado no que se refere ao controle territorial e por consequência às ações de segurança e integração nacional, tendo como base a rede de comunicação. O que implica dizer, do mesmo modo, sobre uma demanda por controle ideológico. Não é em vão ponderar que

Todas as redes que interessam à comunicação de massa e à comunicação interpessoal, obedecendo a uma estrutura formal, são instrumentos de poder, estreitamente controlados na maioria dos casos, pois permitem encerrar uma população numa trama informacional que as superdetermina em relação às estratégias das organizações (RAFFESTIN, 1993, p. 218)

Mesmo se tratando de uma rede, em que pontos são ligados numa estrutura mais ampla e articulada, que pretende alcançar a totalidade do território e da população, é fundamental destacar sua consequente desigualdade socioespacial, que também é histórica mesmo em outros aspectos. O sistema de comunicações brasileiro foi, quando do início da implantação, e ainda é inacessível para uma parcela da população, ou proporciona um acesso insatisfatório se contrastado por áreas ou segmentos sociais, produzindo também efeitos culturais e políticos assimétricos. Basta estabelecer um comparativo entre grandes centros urbanos e cidades pequenas ou afastadas dos eixos comerciais para elucidar as “desigualdades sociais e territoriais criadas e recriadas pela expansão técnica que sustenta a atual estrutura de operação e domínio da circulação de mensagens (imagens e informações)” (RIBEIRO; PIQUET, 2013, p. 269).

Além disso, a estruturação do território a partir das redes de comunicação e suas novas tecnologias possibilitou uma maior articulação entre elites econômicas antes restritas a bases locais ou regionais, o que reflete também em aproximações políticas. E do mesmo modo,

<sup>6</sup>Dada a conjuntura política dos anos recentes, o Ministério das Comunicações foi extinto pelo então governo de Michel Temer (Lei nº 13.341/2016), passando a integrar o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). A extinção se deu em conjunto com outros órgãos de equivalente importância do Poder Executivo, justificada por uma reforma ministerial. Em 2020, o Ministério foi recriado (Medida Provisória nº 980, de 2020), ao que tudo indica como uma tentativa de melhorar a imagem da gestão federal a partir de campanhas publicitárias, além da tradicional troca de interesses políticos e garantias de apoio.

resultou em uma ampliação do alcance de grupos do setor cuja atuação se restringia a determinadas áreas que primeiramente foram modernizadas. Ou seja, quanto maior o interesse pela integração do território, mais expressivos são os reflexos da comunicação como instrumento de exercício do poder.

No Brasil, a modernização experimentada no território demonstra que

a sociedade brasileira encontra-se ampla e intensamente submetida, nas últimas décadas, a impulsos profundamente contraditórios. Foram instaladas bases técnicas e saberes indispensáveis à sua transformação numa sociedade de massas ou de consumo, ao mesmo tempo em que esta instalação ocorre através de processos que apenas permitem a integração parcial ou intermitente, e portanto fundamentalmente desorganizadora, de amplas parcelas do território e da população (RIBEIRO; PIQUET, 2013, p. 274).

Diversos fatores sobressaem nesse processo de consolidação da comunicação brasileira. Destaque para os investimentos públicos, que se mostra contraditório ao considerar que uma das funções dos meios de comunicação é fiscalizar o poder público, ao mesmo tempo em que recorrem a esse agente para obter verbas e empréstimos, o que compromete o potencial crítico. O outro fator foi a escalada de grandes empresas do setor principalmente a partir da capacidade financeira, que formam desde o início um restrito grupo com expressiva influência econômica, o que os deixa numa posição privilegiada. Como apontam ainda Ribeiro e Piquet (2013, p. 265), “o sistema moderno de comunicação no Brasil, em sua face política, pode ser compreendido como parte do aparelho institucional criado para o desenvolvimento de estratégias de controle do território nacional e, em sua face econômica, como elo articulador e agilizador de mercados”.

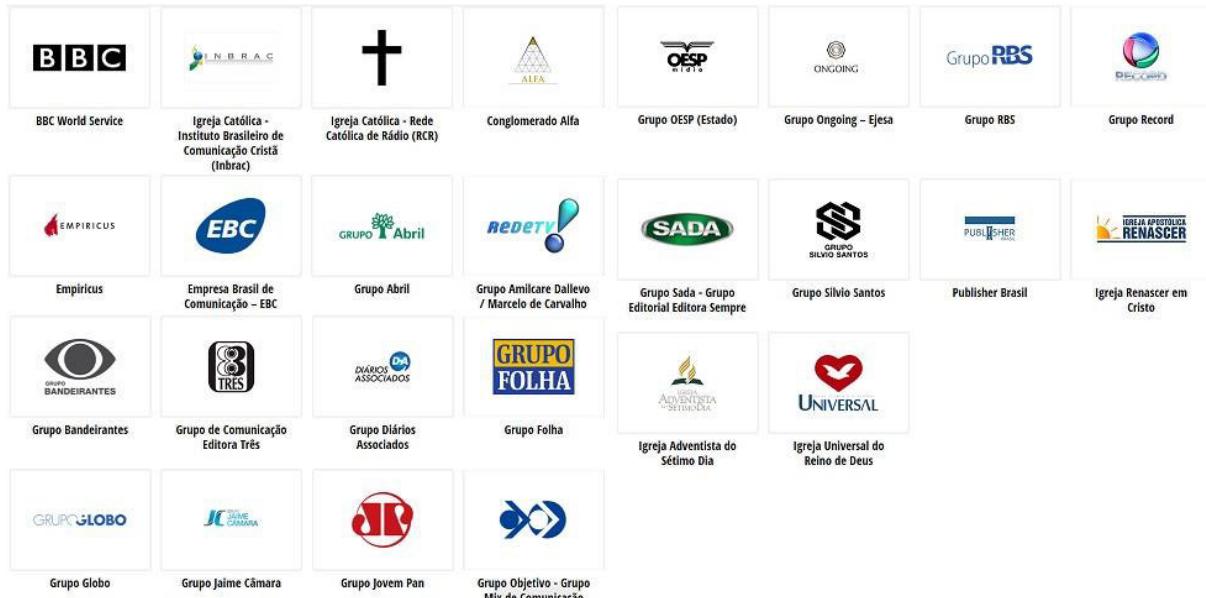
Ao ponderarmos sobre a concentração da mídia no Brasil a determinados grupos privados, o que não condiz com a dimensão territorial do país, com as diversidades regionais e com a quantidade de empresas do setor, a alusão também se dá sobre a influência destes nas políticas relativas à comunicação, uma vez que os meios de comunicação fazem parte do jogo político. Como aponta Van Dijk (2015), em se tratando das empresas de comunicação de massa e seus proprietários, no contexto das formas de produção e reprodução do discurso, estas controlam os vários modos de articulação, distribuição, e em consequência, os mecanismos de influência sobre a escrita e a fala públicas.

Trata-se de grupos inicialmente especializados na rádio e televisão, que naturalmente ampliaram suas atividades econômicas para a internet. Lembrando que a transmissão televisionada se configura como o principal veículo de informação e entretenimento de massas no Brasil, uma vez que a televisão está presente em 96,4% dos domicílios brasileiros segundo

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2018, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

Tem-se no Brasil reconhecidos nomes ou famílias que dominam o setor de comunicação em diferentes segmentos – mídia impressa, rádio, televisão e online. Segundo publicação de 2017 do *Media Ownership Monitor* (MOM)<sup>7</sup>, ferramenta que reúne e disponibiliza dados sobre os proprietários dos meios de comunicação relevantes de um país, no caso brasileiro são 4 conglomerados que concentram em 71% a audiência da televisão aberta, sendo eles os grupos Globo, Silvio Santos, Record e Bandeirantes, num universo de pesquisa dos 50 veículos de maior destaque, conforme mostra a figura 1.

Figura 1: Grupos de mídia vinculados aos 50 veículos de comunicação de maior audiência, analisados pelo Media Ownership Monitor Brasil



Fonte: Media Ownership Monitor Brasil, 2021.

Desta relação, o Grupo Sada é o de maior destaque em Minas Gerais, mantendo dois dos veículos de maior audiência no país, os jornais Super Notícia e o Jornal O Tempo, ambos com versão impressa e online. Além deste, no estado mineiro o Jornal Estado de Minas é comandado pelo Grupo Diários Associados, que mantém também o Correio Braziliense sediado

<sup>7</sup> A seção alemã da organização internacional de direitos humanos Repórteres Sem Fronteiras (RSF) é a responsável pela criação e lançamento do monitoramento. Essa organização tem por objetivo defender a liberdade de imprensa e o direito de informar e ser informado em qualquer lugar do mundo, cooperando em cada país com uma organização local na realização do MOM. No Brasil, a pesquisa foi elaborada pelo Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social. Estas informações estão disponíveis em <http://brazil.mom-rsf.org/br/>. Acesso em jun. 2020.

em Brasília. Todos estes veículos abordam notícias e textos de opinião sobre assuntos nacionais e internacionais.

Direta ou indiretamente, essa centralização gera efeitos na vida da população brasileira, seja no que diz respeito ao acesso à informação (e o tipo de informação que é oferecido), ou o padrão de vida idealizado pelos programas, além da necessidade de consumo que é criada pelas propagandas amplamente veiculadas. Trata-se, então, de domínio do mercado da informação e do entretenimento, formando o que também é chamado de indústria da comunicação.

Fato é que o termo concentração está enraizado na história do país, por mais redundante que pareça esta afirmação. Não diferente, há também a concentração geográfica da mídia brasileira. Centralizadas em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro a partir de emissoras próprias, as empresas atuam na maior parte do território nacional em parceria com emissoras afiliadas, que retransmitem a programação principal intercalada com conteúdos locais e regionais. Neste ponto está a aproximação entre o setor de comunicação e a esfera política, uma vez que alguns grupos são controlados por políticos ou os tem como acionistas, a exemplo dos proprietários José Sarney (Rede Mirante-MA), Fernando Collor de Mello (TV Gazeta-AL) e Antônio Carlos Magalhães Neto (Rede Bahia-BA), ambas afiliadas do Grupo Globo (MOM-Brasil 2017). São grandes empresas estruturadas em escala nacional, que atuam em conjunto com conglomerados regionais e estaduais. Esta é uma das formas em que se configura o exercício do poder, ramificado em diferentes escalas.

No caso do Grupo Globo, que sozinho lidera metade dessa audiência televisiva, trata-se da maior organização empresarial do setor de mídia e comunicação não apenas do Brasil, mas também da América Latina e com projeção mundial. Em referência ao Grupo Record, uma proximidade se dá entre a comunicação, a religião e a política, visto que tem como proprietário um bispo evangélico e está ligado ao partido político Republicanos, representado por senadores, deputados federais, estaduais, prefeitos e vereadores eleitos. Nessa via de mão dupla, nos casos em que proprietários ou acionistas de empresas de comunicação ocupam também cadeiras legislativas ou executivas, tem-se a proposição de políticas que vão beneficiar o próprio setor e especialmente as grandes empresas.

Outro fator relevante deste contexto é a ampliação dos interesses empresariais sobre outros segmentos econômicos, possibilitada também devido a influência econômica que já exercem. Além da mídia, esses conglomerados da comunicação e suas famílias proprietárias atuam em outros setores como financeiro, educação, imobiliário, hoteleiro, e do agronegócio. Sobre a conexão de grupos midiáticos com a agricultura empresarial, vide a campanha publicitária “Agro: a Indústria-Riqueza do Brasil” promovida pelo Grupo Globo e veiculada

desde 2016 na televisão e nos portais da rede, afirmando-a como o tipo de agricultura que movimenta a economia brasileira e que deve ser valorizada pela população. Esse tema será explorado nas seções seguintes.

Mesmo que a televisão seja o principal veículo de comunicação de massa no Brasil, nosso foco está voltado sobre a veiculação de informações em rede virtual, tanto a partir dessas grandes corporações midiáticas quanto pela mídia alternativa, uma vez que ambos disputam o espaço digital. Espera-se que este espaço seja uma ferramenta de democratização do acesso à informação e ao conhecimento, bem como da liberdade de expressão, tornando-se cada vez mais um meio de participação social. Ainda, estas informações analisadas estão em formato de texto, podendo ser do tipo propriamente jornalístico, de opinião ou divulgação.

Segundo dados do IBGE (2018), o acesso à internet é registrado em 79,1% dos domicílios brasileiros, nível que aos poucos vem aumentando nos últimos anos. Os maiores índices são nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Quanto ao tipo de conexão nos domicílios em que havia o uso da internet, a instituição verificou que 80,2% utilizam banda larga móvel, o que depende na maioria das vezes do telefone celular, enquanto 75,9% consomem banda larga fixa. Essas características são importantes ao considerar que o tipo de conectividade interfere diretamente no acesso, uma vez que a rede móvel tem limitações de dados e pode comprometer a quantidade e a qualidade do uso do serviço.

A maior parte das reportagens analisadas neste trabalho foram obtidas no formato online e de acesso gratuito. Vale destacar que no início do desenvolvimento do projeto DATALUTA no LAGEA (MG), dentre as fontes constava o jornal impresso Correio de Uberlândia, que posteriormente foi substituído pela consulta na versão digital até o encerramento das atividades da empresa em 2016. Além disso, a versão impressa compreende uma modalidade mais restrita mantida pelos grandes grupos midiáticos, visto que a tiragem demanda maiores custos à veiculação de informações, e desse modo grupos de menor potencial econômico ou de viés alternativo não dispõem dos mesmos mecanismos para a publicação impressa, o que reduz consideravelmente o alcance de seu exercício. Mais um fator que explica a popularidade do ambiente virtual.

Ainda sobre a centralização midiática, tal como ocorre com o segmento de televisão, a pesquisa de monitoramento também aponta uma alta concentração do acesso online, e 4 principais portais que reúnem notícias e entretenimento representam uma média de 58% de audiência, sendo eles o Globo.com pelo Grupo Globo na liderança, portal UOL do Grupo Folha, Portal R7 pelo Grupo Record, e iG Portal do Grupo Ongoing Ejesa (MOM-Brasil 2017). Ambos são de cobertura geográfica nacional, com conteúdos também regionais e locais. Mesmo que

estas fontes não façam parte da pesquisa, cabe destacar a posição que ocupam nesse cenário, uma vez que essa concentração midiática, seja por diferentes segmentos, reflete diretamente em prejuízos à pluralidade de ideias, preceito essencial para a manutenção de uma democracia.

Quando reduzida a escala de análise para o estado de Minas Gerais, o caráter concentrador é semelhante, mesmo que exista uma diversidade de canais de notícias online sediados em vários dos 853 municípios mineiros. Entretanto, os principais veículos de comunicação estão centralizados na capital mineira, com divulgação de informações desde a escala local à nacional, abarcando uma ampla variedade de assuntos.

Um dos principais veículos online no estado é o Portal O Tempo da empresa Sempre Editora Ltda, que se intitula como o maior conglomerado de mídia de Minas Gerais, sendo um dos segmentos econômicos do Grupo Sada. Com as atividades iniciadas em Contagem-MG ainda na década de 1970, o grupo abrange uma rede de empreendimentos consolidada no mercado nacional e internacional, atuando em setores como transporte e logística, indústria e comércio, serviços, bioenergia, agricultura, usina açucareira, esportes, além da comunicação com projetos iniciados em meados dos anos 1990 a partir da publicação impressa<sup>8</sup>. Seu fundador e atual presidente, Vittorio Medioli<sup>9</sup>, mantém ao mesmo tempo uma carreira política, exercendo o segundo mandato de prefeito no município de Betim-MG (2020-2024), bem como já foi eleito deputado federal pelo estado mineiro entre os anos de 1991 a 2007.

Outro principal veículo é o Estado de Minas, também com publicação impressa e formato digital, e talvez o mais tradicional dado seu tempo de circulação. Fundado nos anos 20, está incorporado ao Grupo Diários Associados, mais um importante conglomerado de mídia brasileiro, que por sua vez mantém outros veículos de comunicação (impressos, online e TVs) sediados em estados das regiões Centro-Oeste e Nordeste. O poder econômico deste grupo pode ser medido também ao considerar as sociedades mantidas com as demais corporações midiáticas ou empresas afiliadas. Logo, essa rede estrutural da comunicação se faz de amplo alcance, porém de estreito domínio.

Há de se ressaltar que nos últimos anos a dinâmica da comunicação no Brasil passou por profundas transformações. Um contexto no qual notícias tradicionalmente eram veiculadas no formato impresso, mediante assinatura e pagamento para se ter acesso às publicações diárias, cede cada vez mais espaço ao formato digital, em que as informações são dadas minuto a

<sup>8</sup> Estas e outras informações são divulgadas pelo MOM-Brasil (2017), e estão disponíveis no site <https://www.gruposada.com.br/>. Acesso em jul. 2020.

<sup>9</sup> O empresário e político italiano, naturalizado no Brasil, já foi filiado do PSDB (1989-2005), PV (2005-2009), PHS (2009-2019), PODE (2019-2019), PSD (2020), estando no momento sem filiação partidária.

minuto. Uma pesquisa do Instituto Verificador de Comunicação (IVC) aponta que de 2014 para 2019 houve uma redução média de 51% da circulação impressa dos dez jornais diários mais relevantes do país, dentre eles Super Notícia, Globo, Folha. Em contrapartida, foi identificado uma relativa alta no número de assinaturas digitais, entretanto, este não é um fator financeiro compensador em relação à assinatura impressa, visto que os valores são mais baratos.

Isso não significa que a modalidade impressa deixa de existir, principalmente porque a cultura de leitura do material físico ainda faz parte da rotina de parte da população, mas que ambas coexistem e fazem com que as empresas do setor busquem mais alternativas para manter seu público. Dentre elas, os contratos digitais que concedem acesso aos conteúdos exclusivos para assinantes. Lembrando que a informação é também uma mercadoria, e a depender do que expressa, tem alto valor agregado. Sendo assim, quem se informa é, inclusive, um consumidor, e a informação que antes de tudo é de interesse público, toma maior relevância ao se tornar financeirizada.

Na próxima etapa a abordagem considera a contextualização da questão agrária em escala nacional e também estadual, com foco para a estrutura fundiária e os principais elementos sociais e econômicos. Além disso, o debate também perpassa pela representação dos interesses do agronegócio e a construção de uma imagem positiva desse setor, bem como as alternativas de reforma agrária a partir do processo de luta e resistência.

### **3. CONJUNTURA AGRÁRIA BRASILEIRA: histórico, sujeitos e ações**

A segunda parte desta pesquisa tem como elemento central a reflexão sobre a questão agrária no Brasil, e especificamente no estado de Minas Gerais, reconhecendo a necessidade do debate visto que ainda se desdobra em profundos problemas sociais e econômicos. Para tanto, é imprescindível dar atenção à estrutura concentrada da terra como principal razão das contradições no campo, consequência do modelo capitalista implantado nas últimas décadas no país.

Assim, primeiramente o debate perpassa pela configuração da questão agrária e os elementos intrínsecos à temática, como a marginalização de populações, expropriação da terra, degradação ambiental, produção de alimentos versus produção para exportação ao mercado internacional, o território enquanto palco dos conflitos, entre outros.

Em seguida, abordamos a respeito do latifúndio e do agronegócio como principais oponentes no processo de luta pela terra. Neste aspecto, é fundamental também compreender as entidades que representam o setor e os desdobramentos da atuação do patronato rural no direcionamento das políticas públicas e quanto aos benefícios recebidos pelo Estado. Logo se vê que a articulação dos ruralistas, em conjunto com outros setores da sociedade, sempre foi determinante na história da questão agrária brasileira.

E para finalizar esta seção, as discussões versam sobre a reforma agrária enquanto alternativa para outro modelo de desenvolvimento do campo, defendida por vários segmentos sociais, se constituindo como a principal bandeira de luta dos movimentos socioterritoriais, que por sua vez exercem papel fundamental nas conquistas decorrentes das políticas que se aproximam de uma reforma agrária.

#### **3.1. A questão agrária como elemento substancial do debate sobre as contradições no campo brasileiro**

Como já anunciado, ainda é significativo o debate que coloca a questão agrária como tema central, especialmente diante a atual conjuntura política do Brasil, em que figuras públicas negam a diversidade de povos e culturas num mesmo território, e revelam pensamentos conservadores que consequentemente promove um retrocesso a todas as conquistas até então logradas por essa população marcada pela diversidade. Povos que se identificam com o território de diferentes maneiras, e vivenciam as consequências devastadoras de um modelo de

desenvolvimento predominantemente pautado pela ótica mercadológica, e indiferente aos prejuízos que causa, tanto aos grupos sociais quanto ao ambiente.

Estamos em um período no qual diversas nações são frequentemente mais cobradas em relação ao meio ambiente, com os diferentes setores da população mundial exigindo de seus representantes políticos maiores responsabilidades ambientais, e ainda, empresas de investimento que prometem parar de investir em determinados setores ou países caso não diminuam o desmatamento<sup>10</sup>. Entretanto, no Brasil testemunhamos cada vez mais a supressão desenfreada de florestas como um dos efeitos do modelo capitalista de produção, pelo qual são ampliadas extensas áreas para a agropecuária e a serviço do mercado externo.

Por uma ótica mais ampla, a questão agrária está relacionada às dimensões sociais, políticas, econômicas, ambientais e culturais do país e da sociedade, integrada à lógica do sistema capitalista e contida de novos e antigos fenômenos. Diz respeito ao campo, à produção agrícola, à forma de organização do espaço agrário e as relações nele estabelecidas, mas não está restrita ao campo, pois seus impactos alcançam o contexto urbano. É um assunto que reflete direta ou indiretamente na vida da população brasileira como um todo, bem como com frequência é foco de interesse em projetos políticos dos que ocupam o poder, mesmo tratada sob outras nomenclaturas. Está enraizada no processo histórico, especialmente em se tratando do enfoque territorial, lembrando da proporção continental que distingue o país. Apenas esta característica já revela importantes elementos que singularizam a realidade brasileira e possibilitam a compreensão desta complexa temática, sobretudo por este espaço agrário ser marcado pelas diversidades naturais e sociais.

É fundamental considerar a heterogeneidade do território, que neste contexto tem foco principal. Afinal, este é produto dos sujeitos em sociedade e constituído a partir das relações de poder manifestadas no espaço, conforme aponta diversos estudos geográficos. Além das características naturais, nele estão fixadas as bases que sustentam a reprodução dos grupos e das condições de vida. É o território, do mesmo modo, objeto de disputas no que diz respeito ao modo de produção capitalista.

A questão agrária compreende

o conjunto de inter-relações e contradições derivado de uma estrutura fundiária altamente concentrada que, por seu turno, também determina a

---

<sup>10</sup> Sobre a preservação do meio ambiente e diminuição dos impactos ambientais gerados pelos países, podemos destacar o Acordo de Paris, um tratado mundial resultado da Conferência do Clima das Nações Unidas (COP21) da ONU que estabeleceu como objetivo a redução do aquecimento global. Na edição de 2021, a COP26 foi encerrada com o Pacto de Glasgow, que reitera os compromissos dos países para diminuir as emissões de gases de efeito estufa e manter o aquecimento global a no máximo 1,5°C em comparação a níveis pré-industriais.

concentração de poder econômico, político e simbólico, criando estruturas de sujeição da população rural e uma cultura incompatível com um tipo de exploração racional da terra definido pela fala/prática oficial como a “mais adequada” para o desenvolvimento nacional. (MENDONÇA, 2010, p. 78)

Os sujeitos do agrário em questão são elementares neste contexto, uma vez que é o sujeito quem constrói a história e a sociedade, são eles os articuladores que organizam e transformam o espaço segundo as relações nele estabelecidas. Logo, são estes que revelam a realidade a partir de suas perspectivas, e protagonizam a luta de classes. E a partir principalmente dos sujeitos envolvidos que se torna possível identificar os interesses, as contradições e as formas de relação com o campo brasileiro. Além disso, como aponta Martins (1993), um dos efeitos da expansão capitalista é a devastação de grupos sociais diferentes do nosso, o que acaba por suprimir saberes, modos de vida e de pensar, destrói relações sociais e concepções culturais, fatores que precisam ser debatidos com o devido reconhecimento.

São fundamentais para este trabalho as considerações a respeito do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e do Paradigma da Questão Agrária (PQA), enquanto territórios teóricos e políticos em que se estabelecem as relações de poder explicativo na leitura da realidade e interpretação do espaço agrário, amparados em posturas político-ideológicas e representando assim uma disputa paradigmática (FERNANDES, 2009; VINHA, 2013). Estes autores compreendem que o PQA debate a questão agrária como um problema estrutural, e suas pesquisas são conduzidas na luta contra o capital e nas práticas de resistência. Já o PCA caracteriza a temática como um problema conjuntural, em que as soluções estão nas políticas públicas do Estado de integração ao mercado.

Além das áreas do conhecimento, os dois paradigmas comparecem também

junto a outros segmentos, como movimentos camponeses, organizações sociais, instituições públicas e privadas e políticas públicas. Em qualquer um desses campos, os paradigmas geram conflitualidades porque possuem distintas referências teóricas, conceitos, métodos, metodologias, ideologias e intencionalidades para a leitura da realidade (VINHA, 2013, p. 34).

Notadamente, o debate neste trabalho está ancorado pela interpretação do Paradigma da Questão Agrária, uma vez reconhecida sua existência dentro do capitalismo e percorrendo os conceitos e comportamentos em torno da conflitualidade entre as classes sociais, com base em críticas ao sistema capitalista como agente das desigualdades, e reconhecendo a luta pela terra como processo de resistência. Trata-se das perspectivas do desenvolvimento do campo segundo as contradições entre as relações capitalistas e não capitalistas, considerando que a questão agrária tem como principal evidência a expansão capitalista a partir do processo de

industrialização da agricultura iniciada no final do século XIX, que resulta em complexas mudanças.

Diante as transformações na agricultura e a constituição do modelo hegemônico de desenvolvimento do campo, pela perspectiva do Paradigma da Questão Agrária “o eixo central de discussão é a renda da terra, o processo de diferenciação e de recriação do campesinato, o conflito e as consequências negativas ao campesinato decorrentes do desenvolvimento do capitalismo no campo” (GIRARDI, 2008, p. 92). Análise que está contraposta ao Paradigma do Capitalismo Agrário, que também tem reconhecida a importância da agricultura de base familiar, entretanto, são observadas as melhores alternativas para a integração dos agricultores familiares ao sistema capitalista, e o processo de luta e resistência seria inútil, pontua o mesmo autor. Por esta segunda interpretação, os problemas do campo são conjunturais e solucionáveis pelo próprio desenvolvimento do capitalismo, que “prevê a intervenção massiva do Estado na agricultura para anular os efeitos negativos do capitalismo no setor e contribuir para o desenvolvimento capitalista em outros setores. (GIRARDI, 2008, p. 92)

No estudo da agricultura brasileira é necessário considerar o desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro como um processo contraditório e combinado, que se faz de forma heterogênea, complexa e plural (OLIVEIRA, 2007). Isso indica que, segundo o autor, ao passo que esse modelo reproduz relações capitalistas de produção, baseadas na expropriação dos meios de produção dos trabalhadores, exemplo é o trabalho assalariado no campo, cria também relações camponesas de produção, com o papel significativo da força de trabalho familiar.

Fernandes (2008a) menciona a dificuldade de superação da questão agrária, sendo ela um problema da contradição estrutural do capitalismo, que paradoxalmente alimenta a própria contradição, produzindo a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria, entre outros fatores. Então, a análise da realidade e o debate têm continuidade enquanto esse movimento cíclico permanece, em proporções e particularidades diferenciadas a depender da conjuntura política e econômica vigente.

Em uma leitura crítica da realidade sustentada nos aportes geográficos, Girardi (2008) procura ressaltar no entendimento da questão agrária, enquanto um conjunto de problemas decorrentes do desenvolvimento capitalista no campo, as contradições diante os processos de expropriação, exploração e subordinação em nome da alta produtividade e da manutenção da concentração da terra e da renda. Fenômenos que se manifestam no território, um conceito chave para o debate.

No caso brasileiro, a expansão do capitalismo no campo tem suas especificidades, conforme aponta Oliveira (2007), ao caracterizar o desenvolvimento desse modo de produção principalmente pela fusão do capitalista e do proprietário de terra em uma mesma pessoa. O que indica uma modernização da agricultura não no sentido de transformar os latifundiários em empresários capitalistas, mas sim, transformar os capitalistas industriais e urbanos em proprietários de terra, latifundiários, processo que solidificou ainda mais a propriedade privada da terra. Com uma análise do caso brasileiro contextualizado no governo militar, Martins (1993) destaca que os grandes capitalistas, como bancos e grandes indústrias, passaram a ser subsidiados para se tornarem também grandes proprietários de terra, ou interessados mediante associação com outros grupos econômicos.

A conflitualidade é uma das características elencadas por Fernandes (2008a), resultado do enfrentamento das classes e que projeta diferentes modelos de desenvolvimento.

De um lado, o capital expropria e exclui; de outro, o campesinato ocupa a terra e se ressocializa. A *conflitualidade* gerada pelo capital em seu processo de territorialização, destrói e recria o campesinato, excluindo-o, subordinando-o, concentrando terra, aumentando as desigualdades. A *conflitualidade* gerada pelo campesinato em seu processo de territorialização destrói e recria o capital, ressocializando-se em sua formação autônoma, diminuindo as desigualdades, desconcentrando terra (FERNANDES, 2008a, p. 8, grifos do autor).

Reconhecendo a existência da conflitualidade entre duas categorias que se distinguem pelo caráter social, econômico e político nesse contexto agrário, tem-se a agricultura capitalista e a agricultura camponesa/familiar. São modos diferentes de apropriação do espaço, que resultam em formações territoriais e relações sociais também diferenciadas, bem como formas distintas de fazer agricultura. Cada modelo evidencia um uso e ocupação do território, do mesmo modo que revela o enfrentamento direto pelo qual cada grupo defende seus interesses, com base nos recursos e estratégias de que dispõem. Como uma das consequências, configuram-se paisagens distintas, obviamente em proporção assimétrica.

Sobre o campesinato, compreendido como uma classe social e um modo de vida específico, Felício (2011) aborda as contribuições dos diferentes autores que representam o Paradigma da Questão Agrária, dentre eles Alexander Chayanov, para quem

o campesinato continua existindo com o capitalismo, se desenvolve nele, fazendo e, contraditoriamente não faz parte dele, por ser guiado por outra lógica. E, estando no capitalismo é necessariamente um produtor de mercadorias, participa do mercado sem, contudo, ser transformado em capitalista. A lei do valor não se efetiva na produção camponesa porque ela é orientada por dinamismos próprios, sem ser norteada exclusivamente pelo lucro, como o ocorre com a produção capitalista (FELÍCIO, 2011, p. 55).

Marques (2008) destaca a particularidade da lógica da economia camponesa, que produz para atender as necessidades da família, reafirmando a sua flexibilidade e capacidade de adaptação. Trata-se de grupos que se diferenciam pelas formas de relação com a terra e com a natureza muitas vezes pautada nos conhecimentos tradicionais, e que também se reinventam com a proposição de possibilidades mais justas e sustentáveis, além da diferenciação na dinâmica de trabalho. Estão incorporados ao sistema capitalista, mas se distinguem dele, enfrentando suas determinações e apresentando outras alternativas.

A lógica do autoconsumo da produção camponesa é orientada pelas necessidades do grupo familiar, o que se difere da lógica de atendimento exclusivo ao mercado sob os moldes capitalistas. Nesse aspecto,

A produção para autoconsumo emerge como atividade que implica na construção da autonomia, independência e geração de renda. Os camponeses, a partir do contexto local têm implementado uma agricultura defensiva ao padrão agrícola caracterizado pelo elevado consumo de agrotóxicos, insumos, máquinas, equipamentos, instrumentos, conhecimentos e tecnologias elaboradas na esfera da produção de mercadorias e nos interstícios das relações capitalistas. Em contrapartida à incorporação ao mundo da mercadoria, os camponeses forjam uma agricultura em que uma parte dos instrumentos, ferramentas, conhecimentos e técnicas são produzidos por eles mesmos (FABRINI, 2010, p. 83).

Exatamente a partir dessa dinâmica que vão se desdobrando outras características que definem o campesinato e sua importância como alternativa dentro do modelo de crescimento econômico hegemônico. Esse modo de vida e de trabalho proporciona condições para uma agricultura diversificada, que oferta o alimento à população pautado numa produção saudável, menos nociva ao meio ambiente, e ao mesmo tempo garante a existência e o progresso desses grupos sociais. Assim, é fundamental a execução de políticas públicas para a continuidade dessas práticas.

Esse enfrentamento contínuo de classes não tem a terra como elemento exclusivo na luta. Logo, não é a única reivindicação. As populações do campo querem o reconhecimento da legitimidade da sua presença sobre a terra, bem como a reformulação das relações sociais e a ampliação dos direitos sociais, que implica em reordenar as relações de dominação e de propriedade (MARTINS, 1993). Então, a luta pela terra tem uma dimensão muito mais ampla, está associada a uma série de fatores que garantem os direitos fundamentais dessas populações, e ao obter suas conquistas, atinge diretamente as bases políticas e de poder.

Notadamente em referência ao processo de luta pela terra no contexto da questão agrária, é no e pelo território que os conflitos estão embasados e as contradições sociais reveladas, uma

vez que ele representa modos de vida e referência de identidade, o que também evidencia o enfrentamento e a resistência. Além disso, se a abordagem trata de uma necessária reestruturação fundiária com desconcentração de terras, que é uma das bandeiras de quem luta, um dos pontos então é sobre a reorganização do território. Assim, nosso entendimento está alicerçado a partir de um conjunto de análises quanto a esta categoria geográfica.

É indiscutível a ideia do Estado-Nação como representação máxima, simbolizado pelo território nacional. Numa visão ampla, este é um espaço geográfico transformado a partir do processo de apropriação, onde estão presentes os recursos naturais, sistemas e fluxos tais como malha rodoviária, ferroviária e hidroviária, serviços comerciais, sociais e de lazer, administrado por um determinado sistema político. Tudo isso a partir das constantes modificações desempenhadas pela população nele estabelecido, pois como sinaliza Raffestin (1993), ela é a fonte e o próprio fundamento do poder, com destaque para sua capacidade de inovação ligada ao seu potencial de trabalho.

Souza (2000) ressalta a ideia do território como um instrumento de exercício de poder num debate que envolve o processo de dominação e influência, indicando que a compreensão deste conceito deve abarcar não exclusivamente o território do Estado-Nação, mas além disso, que os espaços delimitados a partir de relações de poder coexistem dentro de um país ou ultrapassam esses limites, destacando o caráter multiescalar e multidimensional. Assim, a escala nacional representa um território, onde estão integrados outros em menor dimensão, tais quais estados, municípios, e ainda aqueles constituídos a partir de grupos sociais específicos, que por sua vez produzem territórios específicos.

O espaço de governança da nação é entendido por Fernandes (2009) como o primeiro território, o ponto de partida da existência das pessoas organizado em diversas escalas e instâncias, e onde se estabelecem outros territórios produzidos pelas relações das classes sociais. Nesta classificação do autor, há também o segundo território, caracterizado pelas propriedades privadas capitalistas e não capitalistas, propriedades familiares ou comunitárias. E além desses, considera-se ainda o terceiro território representado pelos espaços relacionais e as formas de uso dos territórios, determinado pelas relações sociais e as conflitualidades entre as classes, os grupos sociais, a sociedade e o Estado.

“Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas e grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território” (RAFFESTIN, 1993, p. 152). É nestes termos que se comprehende também a formação do território do assentamento, temática em discussão nas seções seguintes.

Em qualquer circunstância, o território encerra a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo, descontadas as trocas com o exterior. O espaço social, delimitado e apropriado politicamente enquanto território de um grupo, é suporte material da existência e, mais ou menos fortemente, catalisador cultural-simbólico – e, nessa qualidade, indispensável fator de autonomia (SOUZA, 2000, p. 108).

Entendemos que o território se estrutura como causa e palco de conflito, e configura-se por consequência em sinônimo de conquista e poder para aqueles que pretendem a dominação com fins exclusivamente mercadológicos. E assim também se comprehende a disputa territorial no bojo da questão agrária, numa correlação de forças entre a agricultura capitalista, denominada pelo agronegócio e o latifúndio, com forte atuação de seus representantes e sob a tutela do Estado, e do outro lado do enfrentamento o modelo de agricultura pautado pelo trabalho familiar, que foi e ainda é contemplado em menor proporção pelo desenvolvimento capitalista do campo, dito desigual e contraditório.

Segundo Paulino (2010), os conflitos que permeiam as relações de classe definem as configurações territoriais, que não são rígidas e resultam de um processo complexo e constante ligado ao desenvolvimento das forças produtivas e das relações capitalistas, somado às circunstâncias históricas.

Há que se considerar, assim, que o território é, ao mesmo tempo, um agente e um receptáculo do processo de produção capitalista, cuja lógica hegemônica inscreve os contornos dos arranjos existentes. Pensar em contorno é, assim, negar a ideia de arranjo acabado, tendo em vista a confluência de embates movidos por interesses divergentes, e que não estão restritos aos conflitos entre as classes, mas também intra-classes e que, ao fim, impedem a delimitação dos espaços de poder ao gosto dos seus agentes, traduzindo-se sempre em rearranjos (PAULINO, 2010, p. 215).

Por sua lógica contraditória, o capital monopolista ao mesmo tempo constrói e destrói formações territoriais, ou ainda, faz com que frações de uma mesma formação territorial experimentem processos desiguais de valorização, pontua Oliveira (1999). Assim, o território é produto concreto da luta de classes imposta pela sociedade capitalista ao produzir e reproduzir sua existência, explica o autor.

Com destaque para um processo de recolonização dos espaços do meio rural no contexto da América Latina, amparado pelas políticas neoliberais, e sendo os conflitos pela terra e pelo território consequência direta, Gómez (2010, p. 14) destaca que

a nova geopolítica ligada ao comércio e ao acesso privilegiado a recursos produtivos essenciais evidencia a intensificação da espoliação praticada por velhos e novos atores: grandes corporações multinacionais, novas

“corporações imperiais” fruto de fusões ao mais alto nível, governos como o chinês entrando no controle das reservas de vários produtos chave (por exemplo, os minerais ferrosos), governos e corporações comprando terras em outros países para a produção de alimentos, empresas nacionais disputando seu quinhão dos recursos e das terras do próprio país etc.

Concebendo as disputas territoriais como uma das dimensões relevantes da questão agrária, reflexo do embate entre os dois modelos de desenvolvimento do campo, Cleps Jr (2010) explica que a concepção de território serve também como instrumento de dominação a partir das políticas neoliberais, ao contribuírem para a consolidação das relações capitalistas e consequente enfraquecimento das relações não capitalistas ou familiares e comunitárias. “Intensificam-se, dessa forma, as políticas de expropriação das comunidades rurais, que perdem seus territórios para o capital que necessita se apropriar continuamente dos territórios camponeses para se expandir” (p. 38).

Para compreender esse universo, é imprescindível pensar a característica imaterial do território a partir das reflexões geográficas. Já falamos então que a luta pela terra é parte da disputa territorial, é no e pelo território que os movimentos estabelecem suas ações e enfrentam as classes dominantes, nessa histórica disputa que ao mesmo tempo toma novos elementos no período recente. O território é a base onde há o confrontamento concreto entre formas de desenvolvimento e de organização social, onde se efetivam as relações de dominação e de poder, bem como também as formas de resistência.

Nosso entendimento pode se enquadrar também na abordagem de Santos (2006) sobre os conceitos de tecnosfera e psicosfera. O primeiro se refere ao mundo dos objetos, enquanto que o segundo é a esfera da ação, “reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de sentido” (p. 172), e funcionam de modo unitário e indissociável, definindo os espaços da globalização. Tanto a tecnosfera quanto a psicosfera são dependentes da ciência e da tecnologia, e correspondem às estratégias de controle do território.

A disputa pelo modelo de agricultura é um exemplo válido, representado pelo agronegócio de um lado, e pelo campesinato de outro. O agronegócio territorializa suas práticas a partir da concentração de terras, da produção em larga escala em atendimento ao mercado externo, maior uso de agrotóxicos e sérios prejuízos ambientais, e seus representantes se empenham para a manutenção desse poder. De um modo geral, a agricultura camponesa está estruturada no sentido inverso ao agronegócio, a partir da policultura, produção para o mercado interno garantindo alimento à população, práticas agrícolas sustentáveis e coletivas, dinâmica comum nos assentamentos rurais conquistados por meio da luta. Mas o agronegócio desterritorializa o que não lhe é compatível.

A produção científica a partir da abordagem paradigmática citada anteriormente se caracteriza como um território imaterial, segundo Campos (2013, p 34), constituindo-se como “espaços científicos, teóricos, políticos e ideológicos que socializam o conhecimento”, mas compreendendo “diferentes modelos de desenvolvimento do campo brasileiro, ou seja, diferentes visões de mundo”.

A noção de território imaterial é explicada por Fernandes (2009), ao sustentar que este

está relacionado com o controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações. Portanto, inclui teoria, conceito, método, metodologia, ideologia etc. O processo de construção do conhecimento é, também, uma disputa territorial que acontece no desenvolvimento dos paradigmas ou correntes teóricas. Determinar uma interpretação ou outra, ou várias, convencer, persuadir, induzir, dirigir faz parte da intencionalidade na elaboração conceitual. Estou me referindo ao mundo das idéias em que as idéias de forma, limite, referência, convencimento, conteúdo, área, domínio, extensão e dimensão, entre outras, diversas são noções necessárias para pensar que o pensamento também é produtor de relações de poder. A produção material não se realiza por si, mas na relação direta com a produção imaterial. Igualmente, a produção imaterial só tem sentido na realização e compreensão da produção imaterial. Essas produções são construídas nas formações socioespaciais e socioterritoriais. Os territórios materiais são produzidos por territórios imateriais (p. 210-211).

Trata-se de uma lógica pela qual são construídas as representações do território material, a partir de seus significados para quem o experiencia e interpreta, no que concerne aos aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos. A luta de classes e a disputa pelo uso e controle do território acontece sobretudo no embate de ideias, do dizer e do fazer crer, na disputa do espaço político, revelando a conflitualidade própria do modelo de desenvolvimento capitalista.

A disputa que se dá no território concreto está ancorada em posições político-ideológicas divergentes, e assim também acontece quando pensamos a mídia e a comunicação nesse contexto da questão agrária e da luta pela terra. Cabe pensar esse cenário, que compreende a comunicação hegemônica e a contra-hegemônica, como parte do território imaterial em que há relações de poder e luta de classes, um movimento dialético que é causa e também reflexo da disputa material. O espaço midiático é utilizado para manter a posição dominante, por um grupo representado pela grande mídia, e ao mesmo tempo contradizer e ameaçar esse poder feito por outro grupo representado pelo que já discutimos como comunicação popular e alternativa, e deste lado estão inclusive os movimentos socioterritoriais.

Cubas (2012) comprehende que o território imaterial é formado com base nas relações do homem no espaço-tempo, ou seja, a partir da sociedade em toda sua complexidade, sendo resultado de um processo histórico-geográfico e de uma construção estrutural e coletiva. “A

movimentação dos territórios imateriais reage de acordo com a intencionalidade de um grupo social, que pode estar embasado nas vontades individuais” (p. 55), prossegue o autor.

Tem-se de um lado a ofensiva e do outro a resistência nesse processo: os que atuam para não serem efetivadas as reformas de base, neste caso mantendo a estrutura fundiária tal como está, desconsiderando a possibilidade de um desenvolvimento social mais abrangente da população; e do outro os que resistem e são atingidos diretamente pelos projetos do primeiro grupo, seja pela expropriação ou pela falta de acesso à terra, ou ainda pela subordinação às regras do modelo implementado. Na correlação de forças, a desvantagem se dá principalmente pelo poder econômico e pela representação política que os proprietários de terras determinam na esfera pública e automaticamente no desenvolvimento e implementação de políticas públicas. Assim, o primeiro grupo não é expressivo em número, mas em destacada influência.

Como já dito, novos elementos são agregados ao entendimento da questão agrária à medida que avançam a história e o debate. Muitas são as particularidades de cada período de governo nas diferentes escalas, que determinam políticas públicas e a forma de atuação do Estado frente aos conflitos e às demandas dos setores envolvidos. Evidentemente que um dos fatores que pouco se altera são as concessões garantidas à agricultura comercial, obtendo maiores benefícios públicos e incentivos financeiros.

O debate se mostra necessariamente atual a partir da incorporação de diversos aspectos, sinaliza Gómez (2010), tais como os problemas ambientais; a estratégia de luta e resistência por soberania alimentar; o sentido da política pública cristalizada em um paradigma de desenvolvimento rural reducionista, que pretende integrar os pequenos agricultores à lógica de mercado, não resolvendo os problemas estruturais do sistema. E prossegue o autor acrescentando outros elementos, como a violação dos direitos humanos que se acirra com a militarização dos conflitos pela terra; a multiescalaridade dos problemas agrários em consequência dos arranjos comerciais internacionais; a importância da formação educacional dos sujeitos do campo ancorada em suas próprias perspectivas de mundo; a identificação das formas de construção do discurso sobre o campo, considerando em especial os meios de comunicação de massas; dentre tantos outros fatores que podem ser considerados. Todos estes são aspectos que configuram e atualizam a temática, demonstrando a potencialidade do debate em torno da questão agrária, vinculado ao importante papel que a terra e o território exercem nessa dinâmica.

Num recorte dos anos mais recentes no Brasil, em especial diante tantas alterações no cenário político, que resultaram também em profundas crises vivenciadas pela população, Cleps Jr (2018) aponta as principais mudanças ocorridas na legislação agrária destes últimos anos,

identificando o desmonte de órgãos e políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, além do aumento da violência no campo contra os trabalhadores e lideranças, e a impunidade dos casos. Soma-se a estes fatores o constante ataque às populações indígenas e quilombolas.

Neste quesito, destacam-se significativas perdas para aqueles que apontam as mudanças estruturais como solução dos problemas, principalmente para os que lutam e resistem diretamente. Uma delas é a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2016, e o que foi por 16 anos um órgão próprio para os assuntos agrários, se tornou a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário incorporada à pasta da Casa Civil da Presidência da República, junto a outras secretarias específicas ligadas ao tema.

Com isso, a gestão dos programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e políticas voltadas para obtenção de crédito; de proteção da produção, como o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF e o Seguro da Agricultura Familiar - SEAF; da política de assistência técnica e extensão rural (ATER) voltada para as necessidades dos agricultores e agricultoras familiares; do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF); do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); da reforma agrária; do Programa Amazônia Legal; além das políticas desenvolvidas para segmentos fundamentais para o campo brasileiro, como as mulheres rurais, a juventude e os povos e comunidades tradicionais foram seriamente comprometidos e desacelerados por força do ajuste fiscal e jogando os esforços anteriores num verdadeiro retrocesso (CLEPS JR, 2018, p. 652-653).

Logo, a crise em torno do contexto agrário que se agrava nos últimos anos não está circunscrita apenas aos conflitos, que também se intensificaram principalmente com mais violência. Se refere, além disso, a uma involução de muito do que já foi conquistado, e confirma a atuação do Estado em deslegitimar a luta de considerável parcela da população, rejeitar a existência da diversidade social que vive neste território, e ceder às pressões de setores econômicos e políticos interessados em ampliar seus recursos.

Os atuais ataques aos direitos da população indígena têm como foco os territórios para exploração econômica de madeira e minério, expansão agrícola de fazendas e do agronegócio, ou ainda especulação imobiliária, alerta Sônia Guajajara, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). Estas ações “têm estimulado invasões e desmatamento por madeireiros, garimpeiros e grileiros, que promovem loteamentos ilegais e práticas de esbulho possessório, apostando, com o aval do governo, que tais ações são fatos consumados” (GUAJAJARA, 2019, p. 184).

A violência no campo, que atinge sobretudo os sujeitos que lutam e resistem, seja de populações originárias, pequenos agricultores, trabalhadores sem-terra, é o fator mais crítico

deste cenário. São ações truculentas em ordens de despejo com uso de força policial; tentativas de assassinatos e assassinatos sendo as lideranças os principais alvos; ameaças das mais diversas formas que causam a insegurança no campo e confirmam o caráter violento ora incentivado pelo Estado, ora praticado, especialmente quando são comuns os casos de impunidade. Há de se ressaltar que, o aumento dos conflitos no campo é diretamente proporcional à expansão do agronegócio.

Além da violência direta, outras formas indiretas também caracterizam esse processo, tais como a pressão e influência de proprietários de terra e empresários do setor em decisões na esfera pública, e ainda quando estes ocupam as cadeiras políticas. Para nossa análise, as representações midiáticas do campo que ignoram parte da realidade, ou evidenciam apenas o caráter econômico da agricultura, bem como criminalizam a luta pela terra e os movimentos sociais, e que comumente estão a serviço do agronegócio, são classificadas também no contexto da violência. Ao serem praticadas de modo indireto, resultam em práticas diretas quando parte da população se convence desse discurso, e reproduz a criminalização das ações e dos sujeitos que lutam. Isso cria mais obstáculos para a democratização do acesso à terra e redução das desigualdades.

É como exemplifica o militante do MST, sobre as técnicas que os jornais televisivos utilizam para criminalizar a luta pela terra e o movimento que promove uma ação, ao exibir como pano de fundo da notícia

*aquela imagem negativa, não mostra a cara das pessoas, mostra a silhueta de pessoas, mostra uma cerca de arame farpado, ou seja, já utiliza elementos da estética, de um senso comum do que é bem e mal, o que é certo e o que é errado, para poder construir também uma narrativa de negação e de criminalização desta luta construída historicamente. A gente tem esse pilar que sustenta e que é utilizado até os dias de hoje* (Entrevistado A, 2020).

Considerando a última década, de 2010 a 2019 a Comissão Pastoral da Terra (CPT) identificou um total de 13.971 conflitos no campo envolvendo terra, trabalho e água, e a grave marca de 411 assassinatos, dados divulgados na publicação anual do Caderno Conflitos no Campo Brasil<sup>11</sup>. São registros que trazem importantes indicativos, e implicam diretamente nas estratégias de atuação dos sujeitos que lutam, pois antes de tudo necessitam assegurar a própria vida e da família.

---

<sup>11</sup> Essa publicação da CPT foi iniciada em 1985, e desde então, todos os anos são publicados os dados da questão agrária brasileira, a partir das ocorrências de conflitos por terra e pela água, conflitos trabalhistas, e violências contra os trabalhadores e trabalhadoras da terra, bem como as manifestações que evolvem essas temáticas.

Outro elemento que caracteriza a questão agrária é a apropriação de terras brasileiras por estrangeiros, um fenômeno que faz parte do processo histórico de formação do território em moldes da colonização, mas que nos últimos anos tem se intensificado e tomado novos contornos. Sauer e Borras Jr (2016) alertam neste ponto que é fundamental pensar a terra não apenas em seu uso agrícola, mas no sentido mais abrangente enquanto reserva de recursos, como hidrográfico, florestas e minério, considerando o crescente interesse mundial por *commodities* agrícolas e não agrícolas.

A noção de estrangeirização da terra corresponde ao controle de parte do território pelo capital estrangeiro, um processo de apropriação de grandes extensões de terras para fins de exploração em atendimento ao capital externo (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014). O domínio de empresas transnacionais alcança e se estabelece em países cujas terras possam garantir ainda mais a acumulação e maximização do lucro, e assim controlam ou participam do controle de extensas áreas, o que interfere sobremaneira na dinâmica agrícola nacional, e aprofunda a concentração fundiária.

O fenômeno do controle de terras por estrangeiros está associado à demanda por alimentos, com o discurso do agronegócio como responsável em alimentar o mundo, além da produção de energia com investimentos nos agrocombustíveis, dentre outros fatores. Importante ainda destacar que, além de sofrer processos de apropriação do território brasileiro, agentes e empresas do Brasil também se apropriam de terras em outros países a partir, por exemplo, da expansão de fazendas em territórios vizinhos, como Paraguai e Bolívia, ou no continente africano (SAUER; BORRAS JR, 2016). Ações notoriamente tuteladas e até mesmo financiadas pelo governo.

Pereira (2017) chama a atenção para a comoditização da natureza, processo que consiste na aquisição de terras com base no “discurso de privatizar a natureza para protegê-la, formando uma rede de interesses de controle do território pelo capital”. O que, para a autora, comprova que a natureza e seus recursos, como água e minérios, qualidade do solo e biodiversidade, se tornou um mercado e uma forma de acumulação de capital.

Ao ter as terras apropriadas, e ao mesmo tempo adquirir terras em outros países, o Brasil participa nesses processos de estrangeirização como um receptor e também produtor de conflitualidades permanentes (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014), uma vez que esse movimento promove o desenvolvimento do agronegócio com monocultura em larga escala para exportação, e ao mesmo tempo expropria dos territórios as populações camponesas e originárias.

Frente a essa realidade de contradições e desigualdades no campo, tomam importância os movimentos socioterritoriais como componentes da questão agrária, enquanto questionadores da ordem vigente e comprometidos em promover as mudanças necessárias à maior parcela da sociedade, construir outros modelos de desenvolvimento que sejam capazes de contemplar a diversidade da população a partir de um sistema mais equilibrado, e garantir os direitos fundamentais previstos em lei. São sujeitos conscientes de sua condição e da situação de marginalização, organizados coletivamente, que inscrevem seus objetivos e suas ações no mesmo território em que se reproduz o modo de produção capitalista, evidenciando mais uma vez o caráter conflituoso.

Entendemos os movimentos socioterritoriais, seja do campo ou da cidade, como uma possibilidade a mais de reestabelecer a esperança do povo. Pedon (2013) sinaliza que a existência de um movimento social está atrelada à contraposição aos interesses que mantém seus envolvidos numa situação de subordinação ou exclusão diante de um quadro de desigualdade. Essa organização representa uma classe, geralmente dominada, que se opõe a outra, geralmente dominante, e está contextualizada no tempo e no espaço. A atuação do movimento também vai depender da conjuntura política e econômica vigente, podendo representar maior ou menor grau de enfrentamento.

Conceitos e reflexões acerca destas organizações coletivas estão embasados a partir das particularidades da dimensão geográfica, com atenção especial na relação do sujeito que modifica o espaço, constrói a história e transforma a sociedade. Se ele é dotado destas capacidades, uma vez articulado em movimento social, este se configura como agente e articulador das transformações sociais no espaço e no território, com maior fôlego para enfrentar as situações de exclusão e exploração a que os sujeitos estão submetidos.

Na construção de uma teoria geográfica dos movimentos sociais a partir dos processos de espacialização e territorialização, denominando-os como movimentos socioterritoriais, Fernandes (2000) propõe um olhar a este objeto de estudo para além de suas formas de organização, mas abrangendo também os processos que desenvolvem, os espaços que constroem, e os territórios que dominam. Estes são fundamentais para compreender como se constituem na cena política e colocam em pauta a questão agrária, dado seu poder de mobilização, e tornando-se cada vez mais visibilizados.

No que se refere à natureza territorial e territorializante dos movimentos sociais, que podem ser considerados socioterritoriais, deve-se, num primeiro momento, considerar a lógica de expropriação que faz que esses movimentos tenham a ocupação como estratégia de resistência. Esse fato decorre do questionamento que a ocupação impõe, no nível local, a uma ordem

estabelecida por processos que estão organicamente vinculados ao desenvolvimento mais amplo do território do capital (PEDON, 2013, p. 149).

O caminho trilhado é a luta pela terra, por meio da qual essas organizações coletivas veem no território, que constroem como conquista da luta ou nele resistem, as possibilidades de transformação da realidade, em que podem deixar de ser marginalizados ou excluídos dos benefícios que uma minoria tem acesso. Ou seja, no território se torna possível escrever uma outra história. Por um lado, a modernização conservadora ampliou suas áreas de ação, e por outro os movimentos sociais aumentaram a pressão social sobre o Estado a partir da luta pela terra, marcadamente violenta (OLIVEIRA, 2010).

As causas defendidas pelos movimentos socioterritoriais camponeses representam o que existe de mais atual na questão agrária, sendo eles os responsáveis pela inserção da temática como elemento imprescindível ao se pensar o desenvolvimento, destaca Girardi (2008). Para o autor, a luta pela terra é uma forma de recriação do campesinato a partir da criação dos assentamentos rurais, que acaba por ser a principal resposta dos governos frente às ações dos movimentos.

### **3.2. O modelo do agronegócio e a representação de seus interesses: produção de discursos e construção da imagem positiva**

Nas discussões sobre a questão agrária, consideramos também os interesses envolvidos na dinâmica do agronegócio recente, que se constitui como um modelo de desenvolvimento do campo pautado nas relações capitalistas e na modernização tecnológica para a produção em larga escala. Desse modo, é responsável pelas profundas transformações tanto no espaço geográfico quanto nas relações sociais e de trabalho, sendo os seus representantes os principais opositores quando as organizações coletivas reivindicam e propõem alternativas. Para tanto, unem-se e atuam visando impedir mudanças estruturais, além de manter as relações de poder das quais se privilegiam.

Sendo o latifúndio um dos elementos do debate, a própria construção e uso do termo agronegócio pode ser avaliada pelo seu caráter ideológico, considerando o propósito de diminuir e até mesmo apagar o ônus histórico da imagem do latifúndio sob a lógica capitalista da agricultura, que simboliza a exploração do trabalho e da terra, a dominação e concentração fundiária, a exclusão de populações, e associado à improdutividade (FERNANDES, WELCH, 2004).

Muda-se o termo, permanecem os significados, com uma outra roupagem. “É o latifúndio moderno-colonial, como afirma Porto-Gonçalves (2009), que para se territorializar, desterritorializa populações indígenas, quilombolas e camponesas, e repreende a luta pela terra com violência” (VICTOR, 2016, p. 44), conforme já pontuamos em trabalhos anteriores. Enfatiza-se sobretudo a modernização tecnológica, a produtividade e o ganho econômico, mas mantém a condição exploratória e concentradora no território, sob a anuência do Estado especialmente a partir das políticas públicas.

Os modelos de desenvolvimento adotado no Brasil, macroestruturalmente podem ser classificados em “agroexportador”, que corresponde aproximadamente ao período colonial até início do século XX; o “nacional-desenvolvimentista”, inaugurado em 1930 e que se seguiu até 1980; e o “neoliberal”, que se iniciou na década de 1990, chegando até os dias atuais, quando se intensificou no campo uma agricultura de negócio, o agronegócio (FABRINI, 2010, p. 57).

Adaptado no Brasil a partir do conceito de *agrobusiness* – criado em meados da década de 1950 por John Davis e Ray Goldberg segundo a realidade norte-americana –, o agronegócio expressa um processo de combinação entre agricultura e indústria resultante das transformações tecnológicas e científicas no campo e no processo produtivo, envolvendo também o mercado e o sistema financeiro. Inicialmente, a expressão *agrobusiness* foi proposta para explicar as relações da agricultura com setores industriais e comerciais, definido “como a soma total de todas as operações envolvidas na manufatura e na distribuição de suprimentos agrícolas; de operações de produção no campo; e de armazenamento, de processamento e de distribuição dos produtos agrícolas, bem como dos itens produzidos” (CLEPS JR, 2010, p. 40).

Para além da conceituação, a ideia do agronegócio está amparada pelos investimentos em pesquisas científicas em parceria com universidades e pesquisadores de diversas áreas, bem como pela construção midiática de uma imagem positiva, e produção de um discurso sempre atrelados ao potencial econômico do setor e aos benefícios que pode gerar ao país.

Uma vez que essa nova definição adquire notoriedade pública no Brasil, e credibilidade nas universidades, imprensa e governo, pautado nas duas principais características, determinismo tecnológico e complementariedade entre os elos das cadeias produtivas, o conceito mostrou-se importante para a aceitação do projeto no país, e passou a desempenhar papel estratégico (RIBEIRO NETO, 2018).

Termo amplamente utilizado a partir da década de 1990, o agronegócio nomeia o sistema agrícola tipicamente capitalista, que se caracteriza pela produção econômica de mercadorias, as *commodities*, para o mercado mundial. Seus defensores, presentes inclusive no

meio acadêmico, declaram com frequência sua aptidão para o desenvolvimento econômico do país, aceito por estes como única alternativa, sendo que aos demais setores resta a integração ou subordinação.

Dentre os argumentos daqueles que legitimam a expansão dessa agricultura industrializada, desde o começo da difusão do termo, Mendonça (2013) elenca a atribuição dada ao modelo como solução da fome no mundo frente ao argumento simplista de escassez de alimentos decorrente do aumento populacional, visualizando os avanços tecnológicos como possibilidade de resolver tanto a fome quanto as crises na agricultura. O que ao nosso ver se mostra incoerente, já que exatamente esse padrão agrícola é um dos responsáveis pela redução da produção de alimentos, dado o potencial concentrador de terras e o tipo de produção a que se destina, condicionada aos preços do mercado e ao lucro, e não à demanda de alimentos, além de altamente produtivista e pouco diversificada.

Segundo Fernandes, Welch e Gonçalves (2014), para as organizações do agronegócio, esse setor corresponde ao conjunto dos sistemas agrícola, pecuário, industrial, mercantil, financeiro e tecnológico, englobando todos os agricultores capitalistas e não capitalistas, grandes e pequenos. Por outro lado, organizações como a Via Campesina consideram que o agronegócio se difere da lógica camponesa, que está organizada em sistemas baseados na diversidade, pequena escala e mercado local, dinâmica oposta à agricultura de negócio pautada nos monocultivos em larga escala para exportação.

Disso, observamos a diferenciação dos territórios. A paisagem que se configura pela lógica do agronegócio é homogênea, com pouca ou inexistente presença do trabalhador, dado seu alto grau de mecanização, e produção com reduzida diversidade. Mas quando se trata do território que tem como base o trabalho familiar, identificamos uma multiplicidade de elementos, que vão desde a presença do trabalhador, até a produção de diferentes culturas alimentares, destinadas a atender tanto a família responsável pela produção, quanto ao mercado interno, além de maior responsabilidade ambiental. São classes sociais distintas que constituem territórios distintos.

Silva Jr (2015) destaca a vulnerabilidade econômica que o modelo impõe a países latino-americanos, que fornecem produtos para exportação, mas com baixo valor econômico agregado. Levamos em consideração que,

A “exportação” deste modelo aprofunda a especialização dos monocultivos em determinados países e a divisão internacional do trabalho, a partir da herança colonial. Na América Latina, a expansão deste modo de produção da agricultura garante a manutenção do papel exercido historicamente por países

da região, como fornecedores de matérias primas a partir da demanda mundial, principalmente de países industrializados (MENDONÇA, 2013, p. 65).

Essas mudanças na agricultura aos moldes estruturais do sistema capitalista provocaram o aperfeiçoamento do processo, mas não resolveram os problemas socioeconômicos e políticos, pois enquanto o latifúndio exclui pela improdutividade, o agronegócio exclui pela intensa produtividade, representado pela imagem da geração de riquezas para o país, e dominando não apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento (FERNANDES, 2008a). O autor pontua ainda a apologia executada frequentemente pela mídia, pelas empresas e pelo Estado, na tentativa de blindar esse modelo e invisibilizar sua conflitualidade. Assim colocado, fica garantida a defesa do agronegócio como um setor promissor, com seus danos minimizados diante sua importância econômica para o país, e por isso não deve ser atacado como um inimigo, ou ter suas estruturas abaladas no processo de luta pela terra.

O discurso positivo de segmentos sociais diversos (estudiosos, governantes, parlamentares e empresários, por exemplo) é de que o agronegócio possui grande importância para o País porque é responsável pela elevação da produção agrícola (alimentos), superávits da balança comercial, geração de emprego e renda, dentre outros benefícios. Vê-se com isso que de “vilões” que eram no passado, os grandes proprietários rurais do agronegócio, tornaram-se “heróis” da nação. Assim, as propriedades rurais latifundiárias, antes responsáveis pela miséria e pobreza porque não produziam, transformaram-se em verdadeiras empresas rurais, ou seja, imóveis altamente produtivos, explorados racionalmente e responsáveis por vários benefícios sociais e econômicos (FABRINI, 2010, p. 60).

Ao observar o movimento de sustentação dessa justificativa, Souza (2011, p. 227) destaca a atuação da burguesia agrária brasileira para estabelecer novos padrões e arranjos visando maior competência na rearticulação dos interesses. E então, “surge daí novas parcerias com instituições públicas e privadas, as fusões, o uso do *lobby* e do *marketing*, a busca de assessorias em propaganda e comunicação, e um eficiente uso da imprensa como espaço privilegiado de produção de sentidos de classes.”

O campo contém as duas faces da mesma moeda, afirma Oliveira (2007). De um lado o agronegócio e a afirmação da modernidade, que pretende ser hegemônico e único, e do outro o campo em conflito. Este mostra que nem a violência ou a atuação de governos, ou a opinião da mídia representante das elites que pouco reconhecem esta realidade, são suficientes para impedir a luta dos trabalhadores do campo que se empenham em garantir seus direitos, pontua o autor.

Para Girardi (2008), o modelo agrícola neoliberal tem a agricultura unicamente como fonte de lucros, sendo dirigido por corporações apoiadas pelos governos nacionais e internacionais, além de intensificar a influência sobre os processos naturais e afirmar a incapacidade do camponês em produzir conhecimento, devendo este ser encarregado de atender as imposições das transnacionais. Trata este sistema agrícola de retirar a independência produtiva e econômica dos agricultores de base familiar, tornando-os subordinados a essa lógica e limitando sua atuação, ou integralmente excluídos do processo, já que estão desprovidos dos mesmos recursos financeiros disponíveis aos grandes proprietários e corporações.

Uma vez integrado competitivamente no mercado internacional e com apoio e submissão substancial do governo a partir de políticas agrícolas elitistas e da opinião pública manipulada, o agronegócio tende a dissolver quaisquer pretensões políticas e sociais, sobretudo, no que diz respeito ao pleno desenvolvimento rural (SILVA JR, 2015, p. 101-102).

Diante esta ótica que coloca a agricultura empresarial como moderna e altamente produtiva, Fabrini (2010) descreve as garantias políticas e econômicas requisitadas pelo agronegócio ao Estado a fim de minimizar os efeitos instáveis do comércio global quando estes abalam o setor. Dentre as intervenções no âmbito econômico, estão os recursos financeiros e juros subsidiados para investimentos e custeos, além das renegociações de dívidas, e prorrogação de prazos. São fatores garantidos anualmente pelo governo por meio de pacotes milionários. Melhorias na infraestrutura e logística para escoamento da produção, desburocratização, investimentos em sistema de informação, em pesquisas científicas e tecnológicas, são também demandas do agronegócio. Como garantias políticas e também do poder judiciário, prossegue o autor, o setor cobra do Estado medidas que visam combater a ação dos movimentos sociais no campo, como por exemplo as ocupações de terra, que na visão dos proprietários do agronegócio, são entraves para sua expansão e fortalecimento.

A ocupação de terras é uma das principais formas de resistência e enfrentamento dos sujeitos e grupos que experienciam as desigualdades consequentes do modelo hegemônico. É uma ação que gera o conflito, mas sua causa não é unilateral, e sim uma reação ao processo de exclusão, conforme destaca Fernandes (2008a), afirmando que a ocupação não é o começo nem o fim da conflitualidade, mas o desdobramento como forma de resistência face à expropriação, ao desemprego e às desigualdades resultantes do desenvolvimento contraditório do capitalismo.

Na perspectiva de Silva Jr (2015), é oportuno e necessário ao agronegócio negar a existência da luta de classes e das conflitualidades no âmbito das disputas territoriais, pelas quais se faz possível a autonomia camponesa, apontando para a superação das desigualdades

em um cenário neoliberal a partir da lógica de integração dos sujeitos. Nega-se as contradições desse sistema capitalista, com a propagação de um discurso que o fortalece enquanto gerador de riquezas e o aponta como meio mais viável para o desenvolvimento econômico. Considerando outra vez a conjuntura política, o agronegócio encontra condições ideias para fortalecer seus interesses.

No modelo do neoliberalismo no qual se insere o agronegócio, apresentam-se contradições nem sempre identificadas, que estão ocultadas pelas formulações discursivas construídas pautadas na idéia de progresso, de crescimento econômico e de produtividade. Formulações como estas servem para justificar o desmatamento, a monocultura da soja, a destruição de áreas de preservação ambiental, a expropriação e o empobrecimento dos povos indígenas e populações camponesas (SOUZA, 2011, p. 224).

Toda essa ideia da agricultura capitalista vendida como essencial e único caminho é também sustentada no estratégico convencimento de que é a responsável pelo total da produção agrícola e pecuária, o que Fernandes e Welch (2004) qualificam como a arte da supremacia. Assim, prosseguem os autores, ao se apropriar destes resultados, o agronegócio figura como o único produtor do país, e faz com que a agricultura camponesa, que responde pela maior parcela da produção do campo, fique na desvantagem ao não ser reconhecida como importante produtora, e o resultado dessa estratégia é a garantia da maior fração do crédito agrícola. A agricultura de base familiar, ao ter acesso a menores financiamentos, que pouco custeiam a produção e a infraestrutura, fica cada vez mais subjugada nesse processo, com tendência a maiores prejuízos nesse círculo vicioso.

Souza (2011) destaca a importância em considerar que o processo de reprodução capitalista no espaço acontece tanto pelas dinâmicas econômicas e políticas, mas também e especialmente por meio do discurso ou de formações discursivas, como por exemplo as noções de desenvolvimento e crescimento econômico. Desse modo, “o Estado e os grupos econômicos materializam a eficiência econômica e o ordenamento territorial por meio de formações discursivas que materializam uma visibilidade econômica e espacial em uma escala ampliada, criando uma ideia de eficiência, eficácia e sucesso” (SOUZA, 2011, p. 224). Nessa retórica neoliberal há uma construção ideológica pela qual se pretende garantir os benefícios financeiros e políticos, e legitimar a atuação de seus representantes dando continuidade à aplicação desse padrão de agricultura.

O processo de caracterização do modelo, definição de conceitos e práticas de convencimento deve ser considerado no tempo histórico, dada sua permanente capacidade de

modificação, conforme preconiza Ribeiro Neto (2018, p. 154), denominando-o como concertação política do agronegócio, uma noção que

consiste em uma composição intersetorial de caráter político entre representações da agricultura e de segmentos da indústria e de serviços conectados a ela que, alicerçada na categoria *agribusiness/agronegócio*, atua de forma multilateral, coordenada, institucionalizada e sistemática. Seu objetivo central é a ação voltada a convencer a opinião pública a valorizá-la e pressionar o Estado a inseri-la como elemento estratégico no planejamento governamental. Dadas essas características fundamentais, a concertação é um fenômeno *sui generis* que representa mais do que a soma de suas partes.

Nesse âmbito, entram em cena os grupos e entidades que contribuem na defesa dos interesses do agronegócio, combinando os fatores que julgam positivos e refutando os elementos que contradizem seus argumentos. Historicamente, organizações como a União Democrática Ruralista (UDR) e a Frente Parlamentar Mista da Agropecuária (FPA), conhecida como bancada ruralista atuante na dimensão legislativa, são dois importantes exemplos de expressão política à frente desse movimento. Bruno, Lacerda e Carneiro (2012, p. 521) se atentam para o fato de que

Alguns traços marcam a identidade de classe e a organização política do patronato rural no Brasil: a multiorganização, a representação direta, o empenho na construção da união de todos acima dos interesses de cada fração, a exigência de um Estado provedor e protetor convivendo com a defesa do mercado, a visão da propriedade da terra como direito absoluto, o discurso da solidariedade entre as classes sociais no campo e a violência como prática de classe. São traços definidores da prática política e da retórica de legitimação dos grandes proprietários de terra e dos empresários rurais e do agronegócio no Brasil e que muito contribuem para o exercício da dominação e a exploração de classe.

Fundada em 1985 como uma organização regional no estado de São Paulo, e em 1986 em escala nacional em Goiânia, com sede em Brasília, a UDR se reconhece como resultado da mobilização dos grandes proprietários rurais do Brasil, empenhados em defender seus interesses na Assembleia Constituinte de 1987 quando do período de transição democrática, e dificultar a implantação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Tem como principal foco de operação a defesa dos direitos de propriedade, ameaçados à época, e ainda hoje talvez com menor intensidade, pela ala política defensora da reforma agrária no país. A organização alega ainda que a garantia dos direitos de propriedade rural em terras produtivas, prevista na Constituição de 1988, foi resultado da atuação de seus representantes<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Informações disponíveis em <http://www.udr.org.br/index.php>, acesso em 24 set. 2020.

A organização, constituída pelos grandes proprietários de terra, quando fundada esteve atenta aos desdobramentos dos conflitos, das ocupações, e diante as possibilidades de alguma alteração nas leis e na estrutura da propriedade privada. Nos anos de 1990, “com o declínio de sua atuação, acabou extinta, pois, em consequência do pacto político das elites que detinham o poder, seus quadros passaram a ocupar postos nos ministérios e órgãos da administração federal e estaduais, fazendo valer na prática seu poder e ação contra a reforma agrária” (OLIVEIRA, 2007, p. 127).

Mesmo que dissolvida nesse período e não tendo o mesmo desempenho de quando foi fundada,

frequentemente reaparece no cenário político nacional como referência de uma prática caracterizada pelo enfrentamento aberto e a defesa explícita da violência contra os trabalhadores rurais e os sem-terrás. Desponta também como sinônimo de mobilização patronal e do corporativismo e como símbolo da defesa absoluta do monopólio fundiário (BRUNO; LACERDA; CARNEIRO, 2012, p. 528).

À medida que se acentuam os conflitos e a luta pela terra nos diferentes períodos da história, somados ao apoio político em favor de uma proposta de reestruturação da propriedade e reparação dos direitos das populações do campo, maior é o grau de atuação dos grupos que representam a classe dominante do campo. E não atuam independentes. Especialmente quando têm seus privilégios e interesses ameaçados, unem-se em suas diferentes escalas e sujeitos de modo a somar a influência política e econômica que detêm, exercendo maior pressão tanto ao Estado, quanto no enfrentamento direto com as classes dominadas do campo. E para tanto, o uso da violência física ou simbólica não é descartado.

Como se vê, a propriedade da terra é a principal bandeira de defesa das organizações patronais rurais, um direito absoluto e incontestável que não pode ser ameaçado por decisões políticas ou pela ação de determinados grupos. Uma visão que nega o sentido da terra como referência de vida e de trabalho, conforme evidenciam os grupos sociais e populações que lutam pela terra. Outro argumento predominante é que o tamanho da propriedade é condição para a modernização, e assim a escala se torna “elemento chave da legitimação ideológica, transformando-se em exigência e encobrindo o caráter conservador da modernidade expresso na defesa do monopólio e da concentração fundiária” (BRUNO, 2015, p. 5).

Segundo a lógica conservadora da UDR e os interesses comuns, a FPA se estrutura como uma organização suprapartidária, correspondendo aos interesses da classe dominante a partir de setores da sociedade que também ocupam as cadeiras legislativas. Tem como foco a agropecuária patronal, e se contrapõe principalmente à democratização da propriedade da terra.

É uma importante representação por meio da qual os integrantes conseguem garantir demandas como subsídios para o agronegócio e renegociação de dívidas, entre outros benefícios. Além disso, tem como pauta outros assuntos considerados relevantes para o setor, como a defesa do livre mercado e consequente participação mínima do Estado, ou ainda a revisão e flexibilização de legislação que trata do trabalho análogo à escravidão.

Para compreender a lógica de construção da autoimagem dos ruralistas que compõem a bancada, Bruno (2015, p. 9) elenca três aspectos,

i- a ênfase na força política e no potencial de organização e de mobilização de seus membros; ii- o empenho em apresentar-se como um grupo homogêneo e unido em torno de seus pleitos e demandas e iii- o argumento de que não necessitam de alianças e de acordos dos demais parlamentares quando os seus interesses e de classe estão na pauta política. São artifícios políticos que os seus integrantes lançam mão e contribuem para a visão de si e do outro e reorienta práticas, contribuindo, assim, para o próprio fortalecimento da Bancada.

Mesmo que entre as organizações do patronato rural e agroindustrial exista conflitos de interesses, as divergências se tornam secundárias quando da defesa dos interesses comuns. Isso leva ao fortalecimento enquanto classe, o que garante a posição de dominação que ocupam, mantém o poder econômico e político que usufruem, e conserva o setor produtivo tal como está, ou é ainda mais beneficiado.

Na legislatura atual (2019-2023), a FPA conta com um total de 284 representantes no Congresso<sup>13</sup>, sendo 39 senadores e 245 deputados. Tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados, esses números correspondem a aproximadamente 48% dos votos (do total de 81 e 513, respectivamente). Considerando Minas Gerais que corresponde a nossa pesquisa, todos os 3 senadores eleitos no estado fazem parte da bancada ruralista, e 30 são os deputados (57% do total), dados que muito nos diz sobre os interesses defendidos pelos políticos que representam a população mineira.

A Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) é outra expressão política constituída pelos grandes produtores e proprietários de terras, sendo para Silva Jr (2015) a principal entidade representativa do complexo do agronegócio, empenhada na sua legitimação e territorialização cultural a partir da prática discursiva. Para o autor, é possível inferir que a ABAG é mais do que uma organização, sendo

o próprio discurso do agronegócio materializado em um componente cultural formador de identidades e provocador de condições de expansão do complexo

---

<sup>13</sup> Informações disponíveis em <https://fpagropecuaria.org.br/integrantes/todos-os-integrantes/>, com dados atualizados em 10/07/2020. Acesso em 25 set. 2020.

ao se aproximar material e imaterialmente de centros decisórios importantes, como o meio científico, o estado, sistema financeiro e a opinião pública (SILVA JR, 2015, p. 96).

Oficialmente fundada em 1993, a entidade foi mais uma das responsáveis em propagar a noção do agronegócio e institucionalizar os interesses do setor, ressaltando sua importância econômica para o crescimento econômico do país. Sob a narrativa da luta pela segurança alimentar, tendo a questão da fome atingido importância internacional e nacional naquele período, a organização destacava o papel do agronegócio reconhecendo-se pela responsabilidade social em produzir e garantir alimentos à toda população. Para tanto, o Estado tinha como função principal viabilizar significativo apoio financeiro e reduzir os impostos no âmbito das cadeias produtivas (RIBEIRO NETO, 2018).

Diferentes segmentos que participam da cadeia produtiva da agricultura capitalista estão agregados pela ABAG, agrupando o processo de antes, durante e depois da produção agropecuária. Ou seja, são empresas que atuam desde o fornecimento de insumos, passando pelo processamento, distribuição, somado às áreas de pesquisas acadêmicas e comunicação. Souza (2011) destaca o discurso da entidade fundamentado no argumento de que no país já estava sedimentada uma nova agricultura, na época de sua formação, e por isso era urgente a criação de canais de representação política eficazes e compatíveis com a importância econômica desse novo modelo. Sua legitimação se deu também por meio da grande imprensa, destaca a autora, ao ressaltar a participação do agronegócio no PIB e na balança comercial, bem como sua potencialidade em gerar empregos e reduzir as despesas das famílias brasileiras.

Nos anos mais recentes, essa concertação política do agronegócio, pela análise de Ribeiro Neto (2018, p. 44) “engloba entidades patronais da agropecuária, das indústrias de máquinas e insumos agrícolas, e daquelas das principais *commodities* de exportação, além de atores dos três Poderes do Estado, da academia, do mercado financeiro, de empresas de comunicação e consultoria”. Diante dessa configuração, tem-se o aumento da institucionalização e sistematicidade das relações entre empresas do agronegócio, associações do patronato rural e parlamentares da bancada ruralista, avalia o autor, e com isso destacam-se cada vez mais questões como os conflitos por terras nos aspectos ambiental, indígena e agrário, além das questões trabalhistas no campo.

Um dos pontos a ser considerado é

a instituição de uma nova retórica de legitimidade e de poder que traz consigo novas e velhas significações, demandas e interesses historicamente enraizados e que procura projetar a imagem de um patronato rural liberal, afeito ao livre mercado, orientando-se segundo modernos padrões de rentabilidade e

competitividade, mas que responde de modo conservador às demandas por direitos dos trabalhadores rurais e populações tradicionais no campo (BRUNO, 2015, p. 3).

Para se fortalecer enquanto entidade representativa e angariar os benefícios pretendidos, sendo imprescindível o apoio governamental e popular, estas organizações se utilizam de todos os meios que estiverem ao alcance, e um dos mais eficientes é noticiar seus feitos a partir dos veículos de comunicação. A mídia tem um papel singular nesse processo, e somadas as forças, o resultado é uma ampla aceitação do modelo de agricultura vigente, e negação a tudo que se opuser a essa ideia.

Este processo pode ocorrer em dois planos: de maneira bem delineada, aquilo que se quer e qual público – interno ou externo – se deseja atingir. Nos dois casos, porém, são inúmeras as ações a serem executadas, ora para manter ou obter visibilidade midiática junto à opinião pública, para sustentar junto aos seus membros a consciência de seus objetivos, ou até mesmo para dissimular e ocultar determinadas relações sociais, distraindo a população para que não emerja a luta de classes (SILVA JR, 2015, p. 55).

É neste sentido que o autor considera a existência de um sistema ideológico do agronegócio, a partir de sua espacialização midiática como fator de legitimação. Esta se configura como ferramenta estratégica na ampliação tanto dos interesses do setor quanto da visibilidade. Se a sociedade reconhece esse modelo como substancial para seu próprio desenvolvimento econômico e consequente progresso, então o agronegócio tem a condição ideal para permanecer e se expandir, garantindo a manutenção de seu poder e a ampliação de seu controle sobre o território. Se ainda, outras forças são contrárias e atuam na intenção de desmistificar esse cenário, isso deve ser combatido, e para tanto a conquista da opinião pública é um importante recurso.

Nesse sentido é que devemos entender a invisibilização das ações dos movimentos socioterritoriais e do desenvolvimento implementado nos territórios de resistência, de forma a negar a existência das pautas políticas destes sujeitos.

*Por que a mídia burguesa não fala dos processos de educação que o MST desenvolve? Por que não fala do processo de produção agroecológica? Por que não fala que a agricultura familiar que produz 70% da alimentação que chega na mesa do trabalhador? Então são dados, são informações que são invisibilizados desse processo (Entrevistado A, 2020).*

Cabe neste âmbito relembrar a análise de Bourdieu (2011, p. 7), ao considerar as ideologias no contexto das produções simbólicas como instrumentos de dominação. Estas

servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimização da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimização dessas distinções.

Ribeiro Neto (2018) nos mostra que algumas definições aplicadas ao setor agroindustrial têm produzido os efeitos esperados pelos agentes que atuam nessa finalidade. Estatísticas macroeconômicas, geração de riquezas, solidez, eficiência, produtividade, competitividade, tecnologia, sustentabilidade, além das imagens que simbolizam estes significados, são amplamente utilizados como recursos dentro de uma narrativa legitimadora que pretende justificar, inclusive para a opinião pública, o atendimento das demandas por parte do governo.

Em um destes aspectos, para romper com a visão de que o agronegócio está pautado em práticas que colocam em risco a humanidade, diversos produtores e ou grandes empresas buscam agregar a ideia de sustentabilidade à produção econômica que desenvolvem, e se utilizam da divulgação midiática para fazer acreditar nessa roupagem. Isso porque, também, muitos consumidores se tornam cada vez mais exigentes e buscam produtos oriundos de uma produção ambientalmente correta. Entretanto, essa dinâmica sob o rótulo sustentável gera o aumento de preço, especialmente por ser uma produção em menor escala e não permitir o uso de veneno ou de sementes geneticamente modificadas, e distancia ainda mais dessa alimentação saudável o consumidor com menor recurso. E novamente, a maior parcela da população fica excluída desse processo. Mesmo que o agronegócio frequentemente seja amparado pelo governo a partir de políticas públicas, “nem mesmo o discurso oficial consegue esconder a intenção de subordinar o social/ambientalmente sustentável ao economicamente atraente.” (SOUZA, 2011, p. 222).

Vale lembrar que, se por um lado são utilizados termos que dão o tom positivo do agronegócio, destacando principalmente a potencialidade econômica do setor, no mesmo sentido e como complemento, são definidas as noções que negativam aquilo que contradiz essa dinâmica. Afirmações de que a reforma agrária é um assunto ultrapassado, ou que os movimentos de luta pela terra são organizações criminosas e até mesmo terroristas, e ainda a classificação dos sujeitos da luta como desordeiros, que devem ser combatidos com violência para a proteção das propriedades privadas, fazem parte também da narrativa do agronegócio, o que influencia a produção das notícias.

No âmbito da nossa pesquisa, é importante considerar a relação destas entidades com os empresários da mídia, donos ou sócios dos principais veículos de comunicação. Como já dito, os setores midiático e agrícola fazem parte do jogo político brasileiro, e um mesmo agente representa diferentes interesses que se complementam para a permanência de sua posição econômica e social. Exemplo disso são as campanhas publicitárias e os editoriais de jornais que exaltam a eficiência do agronegócio, além de ocupar expressivo espaço nas grades de comunicação da televisão, rádio, jornal impresso e online. A capacidade financeira do respectivo setor possibilita custear e consequentemente ocupar o espaço midiático e também publicitário, dado como um importante recurso de legitimação.

Um dos exemplos mais emblemáticos e recentes deste cenário é a peça de publicidade *Agro – a indústria-riqueza do Brasil*. Criada em 2016 e prevista para continuar até maio de 2022, a campanha ressalta o potencial do agronegócio brasileiro citando os principais produtos agrícolas, e destaca a geração de riqueza, responsabilizando o setor por projetar o país no cenário econômico internacional. “A Indústria-riqueza do Brasil, está ainda mais pop. O Agronegócio brasileiro virou assunto comum para todo perfil de público, ganhou espaço nas discussões e status de setor orgulho do país. O interesse pelo assunto cresce cada vez mais, e o projeto Agro faz parte deste movimento”<sup>14</sup>, confirma a empresa criadora do marketing. Além das questões de produção, a campanha também ressalta a importância dos trabalhadores da agricultura, o que ao nosso ver é uma estratégia de fazer o telespectador ou leitor se sentir pertencido a esta realidade, e então aprovar a ideia compartilhada pela mensagem.

No site do Portal G1 está disponível um vídeo de 14 de julho de 2021, com o título “Brasil é o principal produtor de cana-de-açúcar do mundo”, pelo qual podemos observar as características abordadas na publicidade, conforme a figura 2. Os vídeos produzidos nesta peça são veiculados principalmente pela emissora de televisão Globo, o que garante maior alcance de telespectadores.

---

<sup>14</sup> Disponível em: <https://negocios8.redeglobo.com.br/Projetos/Paginas/AGRO---A-Ind%C3%BAstria-riqueza-do-Brasil.aspx>. Acesso em 30 set. 2020.

Figura 2: Captura do vídeo da peça publicitária Agro – a indústria-riqueza do Brasil, “Cana é Agro” - 14/07/2021



Fonte: Portal G1, 2021.  
Org.: VICTOR, F. B., 2021.

Como é sabido, a referida publicidade está argumentada sob três referências. Na primeira delas, o *agro é tech* enaltece a capacidade tecnológica da agroindústria e seu caráter modernizador. Já a referência do *agro é pop* diz respeito à popularidade do agronegócio, dando a ideia de que toda a população é participante do processo, tanto na produção quanto como consumidor. Por último, ao afirmar que *agro é tudo*, o objetivo é convencer que esse setor produtivo está em toda parte e compõe a vida da sociedade em seus hábitos e consumo. Somado a estes fatores, a campanha reproduz belas imagens do campo e das culturas agrícolas em cada vez que é veiculada, onde se pode visualizar grandes tratores e máquinas de processamento como parte essencial do processo produtivo.

A agricultura familiar também está incorporada no universo do agronegócio pela peça publicitária, conforme vídeo disponível a partir de 16 de setembro de 2021 sob o título “Agricultura familiar produz quase metade do milho, frango e leite no Brasil”, também veiculado no site e pela televisão, exemplificado pela figura 3.

Figura 3: Captura do vídeo da peça publicitária Agro – a indústria-riqueza do Brasil, “Agricultura familiar é Agro” - 16/09/2021



Fonte: Portal G1, 2021.  
Org.: VICTOR, 2021.

No caso específico do Grupo Globo, que domina metade da audiência televisiva no país, e outra porcentagem significativa da audiência impressa e online, conforme já apresentado no início deste trabalho, é uma empresa associada à ABAG (Ribeiro Neto, 2018) e também à Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio (ABMRA), juntamente com outras corporações especializadas no ramo agroindustrial. Esta por sua vez reúne “os diversos representantes do agronegócio brasileiro: cooperativas, indústrias fornecedoras dos principais insumos, bens e serviços, veículos de comunicação, agências de propaganda, empresas de pesquisa e empresas de consultoria especializadas no agronegócio”, promovendo o intercâmbio de informações entre os elos da cadeira produtiva desse setor<sup>15</sup>.

São dados que exemplificam o que nos mostra Ana Chã (2016, p. 55), quando afirma que as estratégias utilizadas na área de comunicação, e no jornalismo especificamente, variam

desde a escolha dos temas até a escolha da perspectiva sob a qual tratá-los, ou seja, qual o discurso possível e necessário a partir do filtro ideológico da própria emissora. E aqui vale a pena lembrar que a mídia hoje em dia não é apenas a grande reproduutora ideológica desse modelo, mas ela faz parte oficialmente dele.

Assim como são produzidos os fatos convenientes à sua legitimação, a estratégia também é em minimizar outros elementos que não condizem com a ideologia de seus representantes, ou até mesmo excluí-los do processo quando a realidade é noticiada. Além disso, há a simulação de outras questões, como por exemplo, quando são evitadas nomenclaturas específicas como o próprio termo agronegócio, ou ainda enfatizando o trabalhador como protagonista do processo sem nenhuma referência às condições de muitos trabalhadores do campo, também faz parte dessas técnicas narrativas.

Identificamos nesse processo que o discurso sobre o agronegócio presente nos jornais da TV, rádio ou internet, nos portais de notícias ou editoriais de opinião, é mais um mecanismo que contribui para a manutenção dos arranjos espaciais e territoriais concretizados pela classe dominante. É também a preservação do poder que essa classe dispõe. Nestes termos que se entende a parcialidade da notícia com vista a representar apenas os interesses específicos. Tal como no campo o agronegócio está pautado na concentração da propriedade da terra e na monocultura, nos meios de comunicação também há a concentração da propriedade da mídia e a especialização dos discursos.

Outro exemplo que ilustra nosso entendimento, e trazido por Bruno (2015), trata da tentativa em transformar os interesses patronais em interesses de toda a sociedade a partir do

---

<sup>15</sup> Informação disponível em <http://abmra.org.br/quem-somos/>. Acesso em 01 out. 2020.

*Movimento Sou Agro*, produzido em 2011. Segundo a autora, a proposta se deu diante a necessidade de produzir uma imagem moderna do setor para desvincular a associação entre o agronegócio e a destruição do meio ambiente. Essa construção da imagem do agro pelas elites patronais rurais e do agronegócio “busca ampliar indefinidamente a concepção de agro a todos os agentes e processos sociais da sociedade, comprometendo-os e consequentemente se desresponsabilizando por possíveis problemas e impasses existentes” (p. 6).

Ambas as campanhas publicitárias têm como objetivo comum assemelhar os indivíduos e o cotidiano como dependentes do agronegócio, como se tudo que fôssemos e fizéssemos estivesse intimamente ligado ao setor, criando assim a noção de pertencimento, e por consequência, uma consciência de defesa desse modelo. Logo, tanto a peça *Agro – a indústria-riqueza do Brasil* como também o *Movimento Sou Agro* simbolizam

o princípio da universalização. Todos são agro, e se ainda não o são, deveriam sê-lo, dizem seus porta-vozes. A abrangência da noção de agro é parte de um *habitus* de classe, que consiste em considerar seus interesses como se fossem de toda a sociedade. Se na década de 1960 as elites rurais defendiam um “Brasil vocação agrícola”, o agronegócio apregoa que “o planeta é agro”, basta apenas reconhecermos esta realidade (BRUNO, 2015, p. 7).

O discurso do agronegócio e o discurso do governo federal, quando não é o mesmo, estão ao menos alinhados. O primeiro, institucionalizado principalmente pelas entidades representativas articuladas com outros setores, dispõe do capital financeiro como meio para viabilizar suas estratégias de aceitação e garantir o apoio popular. O segundo, ao apontar o setor enquanto um importante gerador de lucros e “motor da economia”, é o principal financiador<sup>16</sup>. Como exemplo tem-se o Plano Safra 2020/2021, que destinará R\$ 236,3 bilhões em crédito para a produção agropecuária nacional, subdivididos entre os tipos de produção e de produtores. Deste montante, especificamente à agricultura familiar o valor destinado é de R\$ 33 bilhões, ou 14% do total, para financiamento no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Assim, temos uma frente de atuação dos representantes do agronegócio que produz seu discurso e constrói uma imagem pública, enquanto classe dominante, diariamente nos jornais,

---

<sup>16</sup> No lançamento do Plano Safra 2020/2021 em junho deste ano, segundo fala da ministra da agricultura, “graças ao trabalho do agro, setor que sempre contou com o apoio total do presidente Jair Bolsonaro, e das áreas de transporte e logística [...] mantivemos o abastecimento em todo o país, e honramos os compromissos com nossos parceiros comerciais. Eu não me canso de dizer, e vou repetir hoje, que a agropecuária ela é uma atividade nobre. Acredito que agora, depois de enfrentarmos essa pandemia, nós brasileiros saberemos valorizar mais quem está no campo e faz chegar à nossa mesa comida farta e de qualidade”. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-06/ministerio-da-agricultura-lanca-plano-safra-20202021>. Acesso em 04 out. 2020.

na internet, na rádio e na tv, por vezes alinhado a outros setores econômicos e também políticos, com a finalidade de ampliar a visibilidade e ter o poder hegemônico reconhecido. O potencial produtivo da agroindústria também é destaque, como validação do discurso que é construído, entretanto, sem considerar outros tantos pontos discutíveis relacionados ao agronegócio, como a concentração de terra, a marginalização de trabalhadores, as condições de trabalho, a produção de alimentos saudáveis, os prejuízos ambientais, entre tantos outros fatores que, se não são pontuados por estes grupos, tornam-se parte da bandeira da luta pela terra.

### **3.3. As propostas de reforma agrária como alternativa no processo de luta e resistência**

As mudanças sociais e políticas são contempladas na ideia e no conceito de reforma agrária, que é a principal bandeira da luta pela terra. Essa perspectiva engloba a distribuição de terras, a sustentabilidade dos recursos ambientais, uma produção de alimentos mais saudável com redução do uso de produtos químicos, somados à garantia dos direitos das populações do campo, como saúde, moradia e educação. Na visão daqueles que se contrapõem ao modelo hegemônico da agricultura transformada em um negócio competitivo e lucrativo, a melhor opção de desenvolvimento do campo de forma justa e equilibrada perpassa pelas mudanças estruturais via reforma agrária.

Não se trata apenas da dimensão da terra. Trata-se de uma luta política, uma luta de classes que tem o acesso e permanência na terra como representação máxima, e que para tanto atravessa todas as outras dimensões da vida e das relações sociais. A luta e resistência da população que vive no campo, ou que busca retornar para a terra uma vez que dela foi excluída, pretende com que os sujeitos tenham garantido o direito à uma alimentação de qualidade, tanto na cidade quanto no campo; que a educação contemple a realidade destes e seus conhecimentos históricos; discute as questões de gênero ao pensar o lugar da mulher na sociedade e no espaço agrário; atua para que os que vivem e trabalham no campo tenham também o direito de cursar um ensino superior público e de qualidade; luta para que o Estado reconheça a importância das populações originárias e as respeite.

Quando nos referimos à luta por terra, o que se espera é entendê-la dentro de um processo muito mais amplo e complexo, que envolve não apenas quem vive ou pretende viver diretamente na terra e dela garantir o sustento, mas toda a população que, ciente ou não, está ligada ao processo. Se uma sociedade reconhece os direitos pretendidos no âmbito dessa luta, mesmo que não participe ativamente, então comprehende que é legítima, que mudanças sociais

são possíveis a partir da mobilização popular, que por sua vez tem o potencial de ameaçar o poder da classe dominante. E assim, as conquistas incidirão para a população na sua totalidade, com redução das desigualdades sociais, desconcentração de riquezas e da propriedade da terra, amplo desenvolvimento, entre outros fatores.

As populações do campo não estão reivindicando simplesmente terra. Estão atuando em cima de um direito que consideram certo. Não estão pedindo a ninguém para que produza um direito para elas. Por outro lado, querem mais do que o reconhecimento da legitimidade da sua presença sobre a terra; querem a reformulação das relações sociais e a ampliação dos direitos sociais (MARTINS, 1993, p. 90).

Em razão da propriedade da terra ser interesse de muitos setores econômicos, como é o caso de grandes empresas, bancos, corporações nacionais e multinacionais, torna-se ainda mais difícil resolver os problemas revelados na questão agrária. Por isso que uma proposta de reforma agrária confronta os interesses desses setores. Se desde o início da história de formação do território brasileiro e da sociedade a concentração da terra foi causa de desigualdades para muitos e de enriquecimento para outros, a realidade praticamente permanece inalterada, e mais difícil é efetivar essa reestruturação agrária, que se contrapõe aos interesses dessa minoria detentora de poder, que ao mesmo tempo ocupa espaços políticos.

A reforma agrária posta em evidência pelos movimentos socioterritoriais está associada a um sistema democrático. Trata-se de uma alternativa apresentada pelos sujeitos que enfrentam no cotidiano as desigualdades do campo e que refletem diretamente na vida de toda a população. Por outro lado, é considerada inviável pelos que entendem a grande propriedade diretamente atrelada ao progresso econômico do país. Uma política de reforma agrária visa inicialmente a redistribuição e reestruturação de terras, pautada também em políticas de acompanhamento e orientação junto aos beneficiados. Significa repensar a propriedade da terra atingindo a concentração fundiária, e garantir subsídios para a permanência.

Se considerarmos as características da reforma agrária brasileira, os aspectos gerais nos mostram que se trata de uma abordagem conservadora, e que se diferencia de uma reforma agrária progressista, que melhor responde à mudança estrutural e social. Carter (2010) caracteriza a reforma agrária conservadora quando é uma reação a protestos sociais e ao mesmo tempo desencoraja novas reivindicações, com criminalização dos protestos e violação de direitos. Trata também de demandas específicas e não de problemas sistêmicos, com o objetivo principal de atenuar conflitos rurais. Além disso, é uma política que beneficia relativamente poucas pessoas e pouco altera a estrutura fundiária, e a forma de distribuição da terra favorece

os interesses do Estado e dos grandes proprietários de terras, não interferindo então nas relações de poder existentes.

Por outro lado, Carter (2010) também define as características da reforma agrária progressista, que evidencia em nosso entendimento um tipo ideal considerando as mudanças efetivas que pode promover. Para esta vertente, a reforma agrária responde a uma agenda de mudança social e com orientação estrutural, principalmente transformando a estrutura agrária e suas relações de poder, além de buscar promover o desenvolvimento dos camponeses. Mantém uma relação de respeito com os movimentos sociais e proteção dos direitos humanos. Do mesmo modo, esse modelo favorece a reivindicação de novos direitos, e impacta diretamente os interesses da elite agrária, ao confrontar os grandes proprietários rurais devido às mudanças na distribuição de terras e na estrutura fundiária.

Sendo o modo de produção capitalista um processo contraditório e combinado, a propriedade da terra se constitui em mecanismo de produção do capital, e também tem uma lógica paradoxal, conforme explica Oliveira (2007), ao considerar que sob o capitalismo as reformas agrárias aparecem como movimentos conjunturais para o capital amenizar as pressões sociais decorrentes da concentração da terra.

Os entraves foram sempre aqueles que envolveram a natureza das desapropriações. Quando o Estado bancou as mesmas com o pagamento em dinheiro e à vista, ele apenas teve a função de criar as condições para permitir a reconversão do dinheiro retido na terra em dinheiro disponível para os capitalistas-proprietários de terra (OLIVEIRA, 2007, p. 67).

O Estado é o agente responsável pela implementação e execução de medidas que possam solucionar as desigualdades do contexto agrário, como os problemas resultantes da concentração da propriedade da terra, os conflitos sociais e a violência no campo. Entretanto, o que se vê é uma atuação insuficiente e direcionada a outros interesses, considerando que o próprio Estado é articulado pela minoria detentora dessas propriedades, o que permite compreender os motivos pela não alteração da estrutura fundiária.

O que existe de fato é a manutenção do sistema, o apoio a esse modelo agrícola e seus agricultores capitalizados que geram lucros, e ainda a gradativa incorporação de mais áreas. Afinal, quando pensada a história pendular do Brasil, que oscila entre governos ditoriais militares e governos civis, estes são “marcados por uma ideologia liberal, ao mesmo tempo que têm sua base social na grande propriedade fundiária, são governos de definida natureza oligárquica” (MARTINS, 1993, p. 83). Mas se não há o esforço do Estado neste processo, a resposta é a luta e a resistência.

Estando as elites agrárias brasileiras articuladas e amplamente representadas, com um discurso consonante reverberado nos quatro cantos do território, “a reforma agrária adquire a pecha de “assunto ideológico ultrapassado”, sem base de sustentação, tanto econômica como teórica, que seja coerente e condizente com as novas alternativas de desenvolvimento para o país”. (SOUZA, 2011, p. 226). Ao tempo que o discurso do patronato rural ecoa contrário à efetivação de uma reforma agrária, também cumpre a função de desfazer a narrativa que coloca essa política como necessária e reprimir as vozes dissonantes, contra-argumentando que sua implementação prejudica o que já foi conquistado pela agroindústria, e que é possível a todos se beneficiar desse modelo de agricultura sem ter que alterar a estrutura da propriedade privada. O que chamam de integração ao modelo de desenvolvimento capitalista, é entendido aqui como subalternização, com permanência das relações de poder tal como conhecemos.

Certos de que a concentração da terra é um dos principais enfrentamentos na efetivação da reforma agrária, Martins (1993) traz uma análise ainda no final da década de 1980 sobre a realidade brasileira, que se mostra bastante atual no contexto que vivenciamos.

A questão fundamental é a de que é necessário mexer no direito de propriedade para mexer na existência das oligarquias, pois a terra é a fonte do poder econômico e do poder político que elas têm ainda hoje. No campo, os trabalhadores rurais têm sido reprimidos em suas lutas, e reprimidos violentamente, não só porque ocupam terras ociosas. É que, ao ocupar terra ou se manter na terra, invadem também o espaço político do poder local, escapam da dominação pessoal e do medo ao potentado do lugar, violam as bases do poder (p. 91).

Na história do Brasil, especialmente no contexto das décadas recentes, a ocupação de terra se tornou o principal meio e estratégia de ação dos sujeitos de modo a pressionar o Estado para a efetivação de uma reforma agrária, esta que é o símbolo máximo dos movimentos socioterritoriais. A ocupação mantém a demanda em pauta política, e exerce exatamente essa função de confronto, de questionamento da propriedade privada e das relações de poder inerentes a ela. Uma terra ocupada simboliza o não cumprimento da função social estabelecida pela Constituição, o que vai de encontro ao discurso da agricultura capitalista se afirmado altamente produtiva. Quando confrontados com uma ocupação, os grandes proprietários se utilizam de vários recursos, sendo o principal deles a violência privada ou governamental, seguido da constante criminalização da luta.

A responsabilidade de implantação desta política é do Estado, mas se torna possível apenas pela pressão popular, pois como já visto, sabemos quais são os interesses do governo e a quem está alinhado. Como aponta Leite (2013, p. 107), a reforma agrária é uma demanda social que os governantes não podem ignorar, uma questão socialmente imposta, por isso “a

dificuldade que têm de se livrar do tema, mesmo quando ele se torna politicamente inconveniente. Mas o peso dos interesses contrários no interior do Estado é suficientemente grande para imobilizar qualquer tentativa nesse sentido.”

Pensado dentro da lógica capitalista, o negacionismo a outro padrão de agricultura é uma marca registrada da agroindústria. “A hegemonia do agronegócio no Brasil (e no mundo) não aceita outro modelo de desenvolvimento que não seja o modelo agroexportador de *commodities* em grande escala com uso intensivo de agrotóxicos e transgênicos.” (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014, p. 63).

A proposta de reforma agrária no sentido amplo do termo pretende resolver o problema da concentração fundiária, e sobretudo “alterar toda uma estrutura de poder que, além de igualmente perversa e viciosa, produz um ambiente social, econômico, cultural e político inibidor do desenvolvimento econômico, sim, mas, principalmente, inibidor do desenvolvimento democrático” (MENDONÇA, 2010, p. 83). É nesse sentido que entendemos a dimensão da luta pela terra, ao reivindicar a efetivação da reforma agrária, enquanto um conjunto de questões muito mais amplas do que propriamente a terra. E por isso enfatizamos o quanto importante é seu reconhecimento por parte do apoio popular, num consequente estímulo que gera maior amplitude dessa luta. Aí então veríamos uma ruptura nas estruturas do poder dominante.

As posições favoráveis à implementação de um efetivo programa agrário têm renovado o estoque de argumentos que sinalizam para o potencial transformador da democratização do campo, seja por meio da ampliação da condição de cidadania de uma vasta parcela da sociedade ainda hoje marginalizada, do aumento do emprego e da renda rural, da redinamização de diversas regiões brasileiras etc (LEITE, 2013, p. 107).

Em nossa concepção, ainda não se pode afirmar que no Brasil existe uma efetiva política de reforma agrária, aos moldes do Paradigma da Questão Agrária, concebida como uma medida de reestruturação com vistas a transformar de fato as condições de vida e trabalho no campo, alterando as bases produtivas e reorganizando as relações políticas e econômicas relativas à agricultura. Ao contrário disso, o que se tem até hoje são políticas compensatórias de distribuição de terras, de criação de assentamentos rurais, aplicadas como resposta a períodos ou regiões de maior conflito e pressão popular, e de caráter conservador. Ainda que sejam conquistas da luta, está longe de ser a política reivindicada pelos movimentos sociais. Ou seja, o problema em si é pouco resolvido. Neste aspecto,

dois fatores contribuem para que a reforma agrária brasileira tenha cada vez mais as características de uma “regularização agrária”: 1) o poderoso agronegócio não quer que o governo faça a reforma agrária porque deseja

manter um estoque de terras para a expansão das commodities; 2) os camponeses não têm conseguido acumular forças políticas para fazer com que o governo realize a reforma agrária – predominantemente – por meio da desapropriação (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014, p. 44).

A ausência da reforma agrária explicitamente faz parte do projeto político dos diferentes governos, e potencializa os conflitos no campo e a continuidade da luta. Enquanto permanece a situação tal como está, permanece também a atuação dos movimentos socioterritoriais no enfrentamento direto com os proprietários de terra e com o Estado. Os dados ainda representam pouca transformação da estrutura agrária brasileira e da condição social da população, direta e indiretamente envolvida, mas são indícios da resistência diária destes sujeitos.

Vale lembrar que o capitalismo agrava a condição humana por não permitir ao trabalhador controlar a reprodução da própria existência, uma vez que não dispõe dos meios de produção. Logo, não lhe é facultado o direito de comandar e organizar ele mesmo o trabalho e a vida social. Daí a imposição, entre outros fatores, em vender a força de trabalho em troca do salário. Quem controla a vida do trabalhador é o dono dos meios de produção, e no universo aqui debatido, é o grande proprietário de terra, seja diretamente com os trabalhadores do campo que vendem o trabalho na agricultura, seja da cidade, quando são expropriados da terra e buscam no espaço urbano os meios de sustento. A reforma agrária, então, é reivindicada como alternativa a este processo, especialmente contra a exploração do trabalho, para não apenas atingir a estrutura da propriedade privada da terra, mas atingir justamente a essência do sistema capitalista.

Em uma revisão histórica do processo de formação da propriedade da terra no Brasil, Oliveira (2007) relembra que foi após a Constituição Federal de 1946 que surgiram as primeiras propostas de lei sobre a reforma agrária, articulada sob os princípios da desapropriação por interesse social e da justa distribuição da propriedade. Entretanto, até o início dos anos 1960, nenhuma proposta de projeto tornou-se lei face a oposição das elites agrárias, que decidiam as leis no Congresso Nacional. Prossegue o autor que, nos anos seguintes tem-se o aprofundamento dos conflitos no campo, e então os camponeses e trabalhadores assalariados rurais intensificam o processo de organização, reivindicação e luta no campo brasileiro.

Nesse mesmo período, em vários países a reforma agrária era vista como a melhor opção para impedir o surgimento de movimentos revolucionários (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014), dado principalmente o momento de tensão na geopolítica mundial. Era necessária uma atuação incisiva do Estado, seja qual fosse, para conter qualquer possibilidade de insurgência e minimizar os problemas no território. A política de arrendamento aos

camponeses, por exemplo, deve ser pensada nesse contexto, com a oferta do acesso à terra sem torná-la propriedade.

Não podemos nos esquecer da importância que as Ligas Camponesas exerceram em todo o processo da luta pela terra e no que diz respeito à reforma agrária, ainda em meados da década de 1950, projetando nacionalmente as causas e as ações dos camponeses, desde a região Nordeste do país, contra o latifúndio e a exploração dos sujeitos. Vale dizer ainda que Minas Gerais foi um dos estados brasileiros para onde se expandiu a organização. Segundo Oliveira (2007), este se tornou o primeiro movimento social de luta pela reforma agrária, que ao longo do tempo foi conquistando mais trabalhadores, e deve ser entendido como uma manifestação nacional de um estado de tensão e injustiças que envivia os camponeses e trabalhadores assalariados, bem como indicava as profundas desigualdades do desenvolvimento capitalista.

Durante o regime militar, o destaque se dá para os projetos de colonização do território brasileiro, uma medida que serviria em substituição à reforma agrária. Mais uma vez, não se trata de resolver o problema da demanda de terra e redução das desigualdades sociais, mas sim promover a expansão da agricultura capitalista pelo território. Pela análise de Fernandes, Welch e Gonçalves (2014, p. 69), esse processo de colonização declarado por muitos como uma reforma agrária do regime militar, formou “a história do modelo hegemônico do paradigma do capitalismo agrário, que compreende o uso de políticas de terras, como o arrendamento, a colonização e a venda, mas jamais a desapropriação.” Uma vez que se tratou da distribuição de terras públicas para camponeses e trabalhadores rurais que demandavam o acesso à terra, inclusive com uma parte privatizada para grandes proprietários, não se faz possível denominar como uma política de reforma agrária.

Entendendo-a como historicamente necessária para a resolução dos problemas agrários no Brasil, Girardi (2008) reconhece que uma reforma agrária deve modificar a estrutura fundiária, garantir o acesso à terra e fornecer condições básicas de vida e produção na terra. Porém, o autor ressalta que nos sucessivos governos desde o final da década de 1980, as ações nesse âmbito têm sido baseadas sobretudo nas políticas de criação de assentamentos rurais e concessão de crédito aos camponeses. Nesse sentido, é apontado que o PNRA avançou com uma visão mais ampliada de reforma agrária, entretanto, se mostrou conservador, “pois a forma como é conduzida a política de assentamentos conserva a estrutura das regiões de ocupação consolidada, isto é, centro-sul e Nordeste, de forma que o cumprimento dos princípios constitucionais é muito restrito” (GIRARDI, 2008, p. 275).

O I PNRA, embasado no Estatuto da Terra de 1964, foi anunciado para o período de 1985/1989 com uma previsão de 1 milhão e 400 mil famílias beneficiadas<sup>17</sup>. Obviamente, o que constou nos documentos oficiais não foi contemplado na realidade, visto que a pressão política contra essas medidas, conforme já mencionamos, sempre foi e ainda é determinante. No caso do primeiro Plano, a atuação da UDR foi decisiva para a lentidão e não cumprimento das intenções publicadas no documento. Logo, aumentavam as preocupações daqueles que reivindicavam a democratização da terra.

De acordo com Oliveira (2007), a falta de vontade política e a predominante defesa dos interesses dos latifundiários organizados na UDR, especialmente durante a Constituinte de 1988, resultaram até aquele momento na implantação de menos de 10% das metas propostas, que indicava também uma área de 43 milhões de hectares para os assentamentos. “Os ruralistas conseguiram barrar no plenário do Congresso Nacional a proposta de uma Reforma Agrária ampla, geral e irrestrita, e inscreveu na nova Carta constitucional uma legislação mais retrógrada que o próprio Estatuto da Terra dos militares de 1964” (p. 127). Além disso, os representantes do patronato rural ocupam também os órgãos responsáveis por estas políticas fundiárias, onde consequentemente sobressaem seus interesses. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), entre 1985 a 1989 foram criados 505 assentamentos com capacidade para 88.059 famílias em área aproximada de 4,2 milhões de hectares, um alcance muito abaixo do que foi proposto.

Em contrapartida, cientes da ineeficácia do governo e constante pressão dos ruralistas, os trabalhadores cada vez mais organizados tornam-se os protagonistas, com a luta pela terra tomando mais fôlego. Não apenas as ocupações são os instrumentos de luta, mas a amplitude das estratégias, a visibilidade a partir dos protestos, das marchas, das denúncias de violência contra os trabalhadores, ecoam nos quatro cantos do país. Para tanto, o processo de comunicação é peça fundamental.

O início da década de 1990 também não demonstrou sinais de mudanças na forma como os governos tratavam a questão da reforma agrária, e continuaram as sutis intenções em reorganizar a estrutura fundiária do país. Fernandes, Welch e Gonçalves (2014) destacam o período das duas gestões do governo de Fernando Henrique Cardoso entre 1995 e 2002, que “promoveu uma ampla política de assentamentos rurais para atender parcialmente as reivindicações dos movimentos camponeses que ocupavam terras em quase todo o país,

---

<sup>17</sup> BRASIL. Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985. Aprova o plano nacional de reforma agrária, PNRA, e, dá outras providências. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/atos/decretos/1985/d91766.html](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1985/d91766.html). Acesso em 10 out. 2020.

principalmente o MST” (p. 69), acreditando que com isso resolveria o problema fundiário. Porém, continuaram crescendo as ocupações de terras, reconhecidas como importante meio de pressão.

Diante disso, foi sancionada em 2000 a amplamente conhecida Medida Provisória nº 2.027-38, que impede por dois anos a desapropriação para fins de reforma agrária em imóveis ocupados e exclui do programa federal os trabalhadores que participam da ação, entendida como um método para criminalizar tanto os movimentos sociais em si, quanto suas estratégias de atuação. Vale lembrar que a referida MP foi mantida nos governos subsequentes.

Soma-se a estes fatores a frequente veiculação pelos grandes meios de comunicação do que denominam como invasão de terras, inclusive nos grandes jornais televisivos de circulação nacional. Exemplo disso foi a repercussão da ocupação de uma área no interior de São Paulo, transmitida pelo Jornal Nacional em junho de 2013, sob a manchete “Fazenda no interior de SP é alvo de vandalismo de integrantes do MST”<sup>18</sup>, referente a uma área ocupada pela primeira vez em 2009, pertencente à União e grilada pela empresa Cutrale para plantação de laranjas segundo o Movimento. Na reportagem, a ênfase se deu sobre a depredação do maquinário, dos prédios e destruição de toneladas de laranja, já que esta é uma das maiores produtoras de suco do país, enfatizou o jornal. Essa “destruição” foi argumento suficiente para gerar comoção da opinião pública e se tornar assunto por muitos dias.

Em outro momento, o próprio MST relembrhou esta ocupação e a repercussão negativa dada pela mídia, ao relatar na reportagem “Monopólio da Cutrale obriga a derrubada de 5,7 milhões de pés de laranja” o fato da derrubada pela própria empresa – devido a custos de produção, comercialização e pragas –, não ter sido tão veiculada pelos grandes jornais quanto no caso do MST. Sobre como a ação dos trabalhadores sem-terra é vista, a notícia trouxe que “já foi o suficiente para o episódio se transformar no desastre nacional. Jornal Nacional, Folha de S. Paulo, Estadão, polícia, governador José Serra e Cia atribuíram o fato ao vandalismo, contra o progresso, e o fim do mundo estaria próximo<sup>19</sup>.

Voltando à análise dos programas de governo, ao considerarmos já o II PNRA proposto durante a primeira gestão do Governo Lula (2003/2006), a meta inicial era o assentamento de 400 mil famílias e regularização fundiária para mais 500 mil famílias. Entretanto, como demonstrado por Oliveira (2007), mesmo se tratando de formas de obtenção diferentes, o

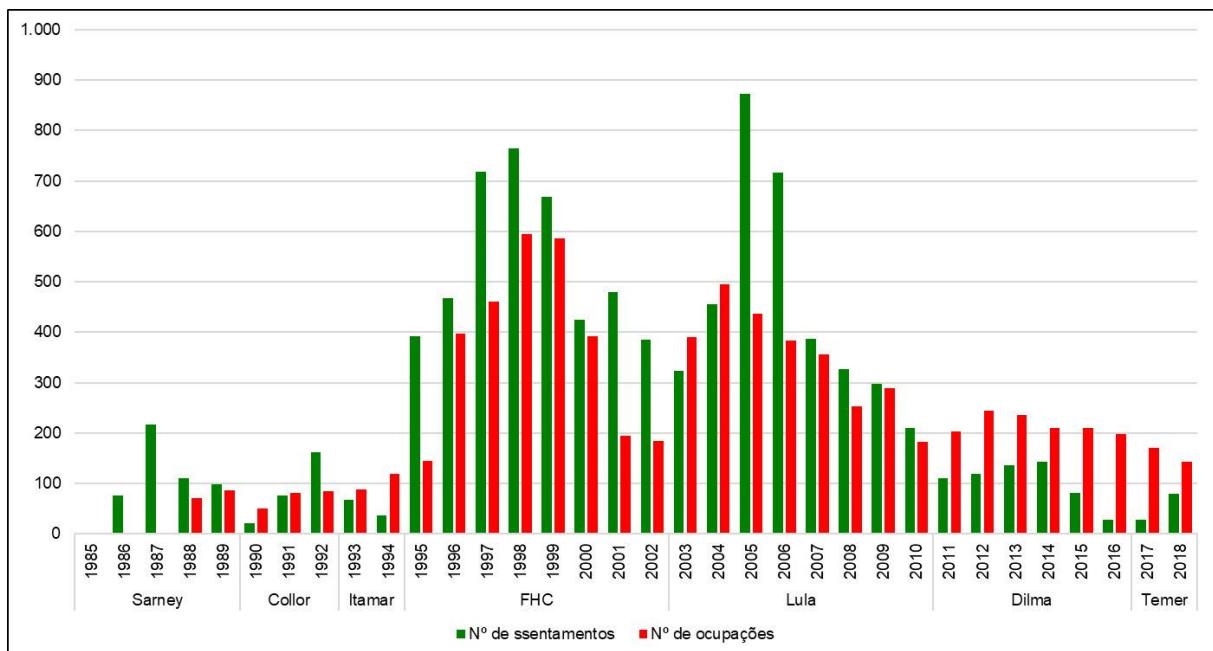
<sup>18</sup> Disponível em <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/06/fazenda-no-interior-de-sp-e-alvo-de-vandalismo-de-integrantes-do-mst.html>. Publicado em 05/06/2013. Acesso em 10 out. 2020.

<sup>19</sup> Disponível em <https://mst.org.br/2014/08/18/monopolio-da-cutrale-obriga-a-derrubada-de-57-milhoes-de-pes-de-laranja/>. Publicado em 05/06/2013. Acesso em 10 out. 2020.

assentamento e a regularização foram divulgados como a mesma proposta, inflando os números da reforma agrária. Com isso, “a mídia vai repetindo os números divulgados oficialmente e são eles que ficam na memória coletiva da população, como se de fato o governo tivesse feito os assentamentos e os movimentos sociais é que estão “errados, pois não se contentam com nada” (p. 164).

Conforme a síntese até aqui apresentada, os números das políticas de assentamentos rurais no Brasil, em suas variadas formas a depender do modo como o governo administra a situação, mesmo que se assemelhem no que tange à não efetivação de uma reforma agrária, muito revelam sobre o cenário brasileiro. Conforme se pode observar no gráfico 8, houve períodos de maiores avanços, assim como períodos de acentuados recuos e até mesmo estagnação, no que compete à criação dos 9.487 assentamentos nesse período.

Gráfico 8: Brasil – Número de assentamentos rurais criados e ocupações de terras por Governo, 1985-2018



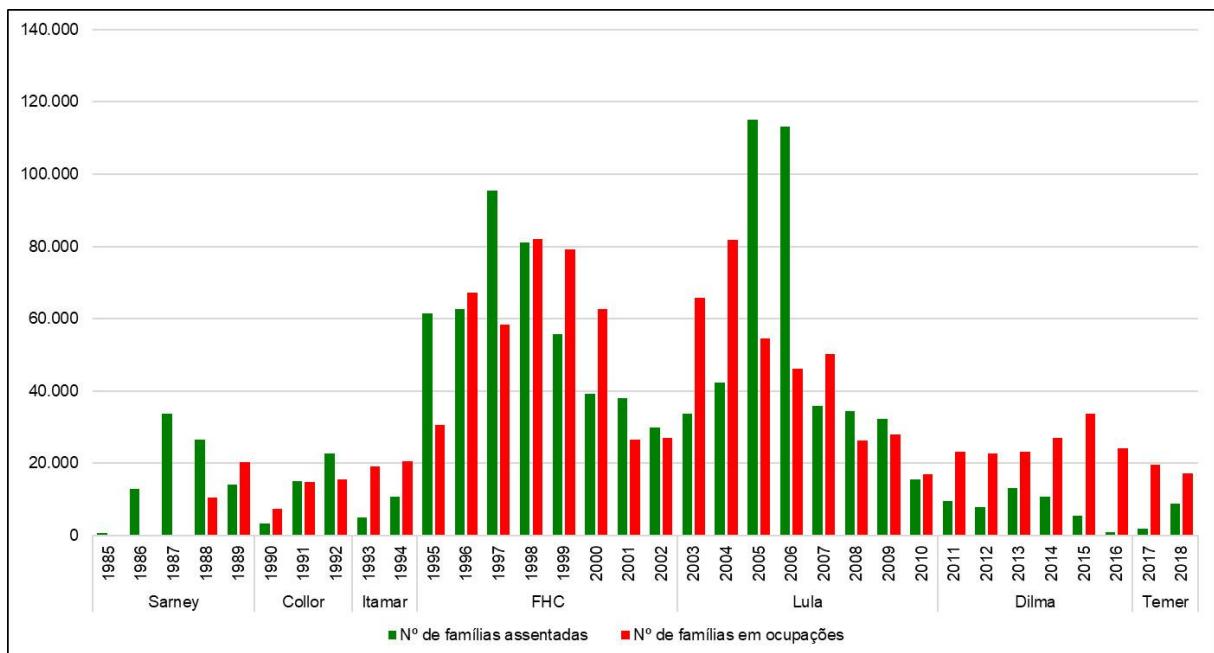
FONTE: Incra/CEDOC Dom Tomás Balduíno-CPT/Rede DATALUTA.  
Org.: VICTOR, F. B., 2020.

Do total de assentamentos criados, 60% teve como forma de obtenção a desapropriação, que corresponde diretamente à reivindicação dos movimentos sociais pela democratização da terra e revisão da concentração fundiária no país. Pelo gráfico é possível comprovar que a pressão exercida por estes sujeitos, a partir principalmente da ocupação de terra e formação dos acampamentos em áreas que não cumprem a função social, é o principal motor que mobiliza a

política de assentamentos rurais. Diante a ineficácia dos governos ao atender menos do que é proposto nos programas, e sob a influência dos ruralistas, a luta é caminho.

O número de famílias assentadas está vinculado ao número de famílias em ocupação de terras. Os dados também correspondem à atuação dos movimentos ao passo que avançam em suas ações, transparecendo o conflito territorial que faz parte da história brasileira, de acordo com o que demonstra o gráfico 9. Além disso, a chegada de Lula à presidência representou um fio de esperança aos movimentos socioterritoriais, que deram apoio crucial para sua eleição, na confiança de que haveria um outro olhar para a questão agrária do país, com atenção especial às reivindicações das populações do campo. O que não significou um recuo das ocupações, mas sim um novo impulso para visibilizar a luta pela terra. Entretanto, em aspectos quantitativos houve pouca diferença no assentamento de famílias entre este e o governo anterior de FHC.

Gráfico 9: Brasil – Número de famílias assentadas e em ocupações de terra por Governo, 1985-2018



FONTE: Incra/CEDOC Dom Tomás Balduíno-CPT/Rede DATALUTA.  
Org.: VICTOR, F. B., 2020.

Observa-se que a partir de 2007 há uma redução considerável do número de famílias assentadas, mesmo não havendo a mesma redução das famílias em ocupações. Isso está atrelado ao que Cleps Jr (2018) aponta como o desmonte do conjunto de políticas públicas que atendem aos trabalhadores do campo e em especial as políticas de reforma agrária, o que leva a uma evolução dos conflitos agrários e consequentemente à insegurança e aumento da violência no campo. Esse desmonte se dá principalmente devido aos cortes significativos de orçamentos

públicos para diversas áreas, como educação, saúde, e inclusive os destinados à política fundiária, além da extinção de órgãos públicos responsáveis pelo processo.

Em substituição à democratização da terra por vias de uma reforma agrária ampla, foram criados outros mecanismos aos moldes do modelo capitalista, com base em financiamentos para compra de terras. Uma destas alternativas é o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), afirmado como uma política pública complementar à reforma agrária. Quando criado em 2003, o programa incorporou projetos anteriores, como o Cédula da Terra (1998-2000) e o Banco da Terra (2000-2003) operados a partir de empréstimos do Banco Mundial.

Em 2019, a denominação passa a ser Terra Brasil - PNCF, pelo qual o governo federal afirma que oferece condições para a compra de imóvel rural por meio de um financiamento, além da possibilidade de utilizar os recursos financiados “na estruturação da propriedade e do projeto produtivo, na contratação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e no que mais for necessário para que o agricultor desenvolva as suas atividades de forma independente e autônoma”<sup>20</sup>. Estes elementos conformam o que se entende por reforma agrária de mercado, de caráter mais conservador com objetivo de resolver a questão fundiária por meio da propriedade privada, e pela qual o Estado se distancia ainda mais das ações, que passam a ser ditadas pelo mercado de terras (GIRARDI, 2008).

Contudo, o que se pretende como solução do problema acaba gerando outras questões, dentre elas o endividamento dos trabalhadores e como consequência o aprofundamento dos problemas do campo. “A determinação dessa modalidade é econômica e nela reside o problema central que é a dívida impagável quando comparada aos recursos do beneficiário e a capacidade de pagamento do empréstimo” (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014, p. 74).

É frente a essa não efetivação de políticas de democratização do acesso à terra, e diante todos os desgastes já vivenciados, que medidas mais abrangentes são propostas, como a Reforma Agrária Popular defendida pelo MST desde 2007 a partir das deliberações do movimento, e debatida nos encontros nacionais. Frente ao avanço e consolidação da agricultura pautada no modelo do agronegócio, que tem por característica a terra concentrada sob o domínio de poucos, e o abandono do projeto de reforma agrária pelos governos brasileiros, o caminho mais viável se mostra a partir da participação da sociedade, de um processo permanente de luta do povo do campo e da cidade, tornando-se protagonistas das mudanças na luta de classes. Tal proposta exige a frequente pressão popular, visto que os grupos dominantes não pretendem modificar a situação tal como está e deixar a posição de poder que detêm.

---

<sup>20</sup> Disponível em <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/06/fazenda-no-interior-de-sp-e-alvo-de-vandalismo-de-integrantes-do-mst.html>. Publicado em 05/06/2013. Acesso em 10 out. 2020.

Essa proposta de reforma agrária popular é uma construção coletiva, o que já define suas características por se pautar na mobilização de massa. São ideias construídas com base em conhecimentos científicos, bem como na experiência cotidiana e concreta da luta de classes em todo o país, e considerando o processo histórico da luta, ou seja, na relação espaço-tempo. Uma leitura da Cartilha “Programa Agrário do MST” de fevereiro de 2014 evidencia que essa proposta busca alcançar “mudanças estruturais na forma de usar os bens da natureza, que pertencem a toda sociedade, na organização da produção e nas relações sociais no campo. Queremos contribuir de forma permanente na construção de uma sociedade justa, igualitária e fraterna” (p. 35).

A estratégia de romper com a ideia de reforma agrária básica, construída a partir de um Estado vinculado aos interesses hegemônicos, surge da reafirmação de que a luta é coletiva, e envolve uma série de fatores sociais.

*Então, quando o MST apresenta essa necessidade de avançar na luta pela reforma agrária popular apresentando esses componentes de dimensões que são fundantes nessa luta, alimentação saudável, agroecologia, a pauta LGBT entra com muita força nesse momento, a pauta da questão racial entra com muita força nesse momento, que são questões que não apareciam anteriormente, mas quando o MST lança essa dimensão de projeto, novas dimensões precisam ser articuladas à luta pela terra no Brasil* (Entrevistado A, 2020).

A ideia da reforma agrária popular, que se contrapõe ao modelo clássico notadamente ineficaz, considera o território dos assentamentos como local de vivência social e produção agrícola para atendimento das famílias e fortalecimento do mercado interno. Representa desse modo um projeto de desenvolvimento para o campo e para a sociedade brasileira como um todo, demonstrando a importância dos assentamentos na produção de alimentos saudáveis em quantidade adequada e a preços justos, para assegurar também a autonomia da agricultura familiar e camponesa. A fim de ampliar o conhecimento de seus objetivos e atuação, o MST divulga continuamente suas propostas em seus canais de comunicação.

A seguir, o debate continua a partir da relação dos movimentos socioterritoriais com a comunicação, considerando os fatores que explicam a participação cada vez mais expressiva destes no espaço midiático, para além da atuação direta na terra e nos territórios. Também é fundamental a análise da comunicação popular no Brasil, com exemplo de periódicos relacionados às lutas populares, bem como a atuação dos representantes do agronegócio pela imprensa institucional e hegemônica.

## **4. MOVIMENTOS SOCOTERRITORIAIS, AGRONEGÓCIO E COMUNICAÇÃO**

Nesta terceira seção, pretendemos compreender a comunicação popular e alternativa dentro do processo de luta política, enquanto campo de ação dos movimentos socioterritoriais, reconhecendo o papel desta ferramenta na visibilidade da luta pela terra e das pautas reivindicatórias, e também na projeção de um outro modelo de desenvolvimento. Tudo isso no contexto de apropriação do espaço político e de poder simbolizado pela mídia.

Outra reflexão trata da comunicação no contexto do agronegócio, a partir das formas como é empreendido o uso da imprensa para legitimar as práticas desse setor econômico, considerando também a própria imprensa institucional. Assim, é possível analisar a construção narrativa de ambas as perspectivas nesse embate que se dá ideologicamente e no território.

### **4.1. Aspectos da comunicação popular no Brasil**

Uma notável característica da sociedade é sua constante transformação, sua capacidade de se manter em movimento e promover mudanças conforme se apresenta a realidade. Também assim, a sociedade brasileira se configura nesse contínuo processo diante as contradições e a diversidade, e por vezes alguns setores se propõem a construir algo diferente, movidos pelas desigualdades e contradições experimentadas. Nessa pretensão em promover mudanças que sejam significativas à ampla parcela da sociedade e resolver problemas concretos, é que também vamos compreender as ideias em torno da comunicação popular, concebida aqui como mais um instrumento de contestação por parte dos movimentos sociais, e especialmente dos movimentos socioterritoriais, entendendo-a como um meio de projetar e ampliar debates.

O termo popular remete ao povo a partir da consciência de classe, uma vez reconhecida a condição econômica e posição que ocupa na estrutura da sociedade. Portanto, faz referência ao povo ou a determinados grupos politizados e organizados para viabilizar as demandas sociais. Consequentemente simboliza também na ideia de conflito, de oposição e enfrentamento político e ideológico.

Como já dito anteriormente, a comunicação popular denota características substanciais no que se refere aos sujeitos que a produzem e ao público a quem se destina. Não representa um tipo específico de mídia, mas sim um processo de comunicação produzido por quem vive a realidade retratada e tem como principais interlocutores aqueles que reconhecem as mesmas experiências. É também praticada a fim de visibilizar fatos e temas que pouco compõem a pauta

midiática habitual. Trata-se de um modo de fazer as pessoas se reconhecerem enquanto parte integrante de uma realidade, enquanto sujeito da própria história. E a partir disso, amplia a possibilidade de mudanças, de buscar soluções para os problemas.

Consiste em um processo que difere da comunicação de massa em todos os aspectos. Desde a forma de produção da informação, dos objetivos propostos, do público almejado, das técnicas utilizadas para a transmissão, e do alcance que se pretende. Ao contrário, trata de um modelo que encontra barreiras na sua construção e divulgação, especialmente porque são necessários investimentos financeiros que por vezes não se tem disponível.

Mesmo não sendo recente, no campo teórico a comunicação popular aparece de modo mais expressivo a partir da década de 1970 em dissertações, teses, artigos e livros, diante o aumento da atuação popular nesse período considerando o contexto das sociedades latino-americanas e brasileira, conforme destaca Peruzzo (1998). Assim, a insatisfação frente aos problemas sociais, políticos e econômicos que se aprofundavam cada vez mais impulsionou as reflexões teóricas acerca desse fenômeno, que tem significado a partir da dinâmica social na qual está inserida.

Numa conjuntura em que vinha à tona a insatisfação decorrente das precárias condições de existência de uma grande maioria e das restrições à liberdade de expressão pelos meios massivos, criaram-se instrumentos “alternativos” dos setores populares, não sujeitos ao controle governamental ou empresarial direto. Era uma comunicação vinculada à prática de movimentos coletivos, retratando momentos de um processo democrático inerente aos tipos, às formas e aos conteúdos dos veículos, diferentes daqueles da estrutura então dominante, da chamada “grande-imprensa”. Nesse patamar, a “nova” comunicação representou um grito, antes sufocado, de denúncia e reivindicação por transformações, exteriorizado sobretudo em pequenos jornais, boletins, alto-falantes, teatro, folhetos, volantes, vídeos, audiovisuais, faixas, cartazes, pôsteres, cartilhas etc. (PERUZZO, 1998, p. 115, grifos da autora).

Num período já bem conhecido da história brasileira, de um sistema autoritário com rigoroso cerceamento da liberdade e da cidadania, que alcançava diferentes setores sociais, crescia também a necessidade de alternativas que possibilitassem denunciar essa repressão e seus efeitos. Tratava-se de um enfrentamento direto fortemente combatido pelo sistema, sem espaço nos grandes veículos de comunicação que por vezes foram utilizados como porta voz do regime militar e de sua ideologia. Esse contexto projetou a comunicação popular enquanto objeto de pesquisa e reflexão teórica.

Martins (2020) também faz referência à ditadura civil-militar enquanto importante momento histórico para a compreensão desse processo, destacando tanto o controle sobre a

mídia hegemônica quanto a censura pelo governo, o que explica o surgimento ou ampliação de outros canais de interlocução com a sociedade que se fizeram como importantes espaços de denúncia e ao mesmo tempo de ruptura com a forma tradicional de produção do jornalismo. Ainda segundo a autora, essa efervescência política ampliou o debate sobre a comunicação pela perspectiva dos direitos, e sobre a concentração dos meios e o acesso a eles, discussão que acompanhava o contexto internacional pautada na necessidade de políticas democráticas de comunicação.

Mas a prática da comunicação popular acontece muito antes de sua sistematização teórica e acadêmica. É fundamental relembrar a produção e veiculação da informação pelo viés alternativo e popular, que fizeram parte de importantes movimentos históricos no Brasil, como por exemplo as lutas abolicionistas, as revoltas populares, movimentos operários, entre outros. Afinal, “o uso da comunicação para denúncias dos problemas sociais acompanha nossa história (MARTINS, 2020, p. 88).

Antes mesmo do golpe militar, sinaliza Berger (1990), diferentes setores da sociedade debatiam a situação econômica, política e cultural no Brasil, fazendo resistência ao modelo de crescimento econômico imposto. Era necessário então que os debates e propostas fossem divulgados e distribuídos, e por isso se tem a importância de alguns periódicos populares do início da década de 1960, de caráter democrático, que representavam os movimentos estudantis, intelectuais e partidos políticos de esquerda, setores da Igreja Católica, camponeses, sindicatos e operários, dentre outros. A autora destaca as revistas *Novos Rumos*, *Voz Operária* e *Terra Livre* do Partido Comunista Brasileiro, *Brasil Urgente* dos padres dominicanos de São Paulo, o semanário *A Liga* dirigido por Francisco Julião vinculado às Ligas Camponesas. Porém, estes foram silenciados com a censura do regime autoritário.

Neste aspecto, ainda temos que

O período militar representou uma aguda ruptura na trajetória política e social do país, até mesmo porque os governos dos últimos anos que antecederam ao golpe haviam se caracterizado por um certo caráter populista, no qual foi aberta às classes populares a possibilidade de discutir e debater determinadas decisões tomadas pelo governo, com relativa interferência de movimentos e sindicatos (PEDON, 2013, p. 125).

Peruzzo (1998) elenca as principais características da comunicação popular relacionada aos movimentos sociais. Primeiro, ela se desenvolve num contexto de luta em defesa da vida quando se nega a condição de opressão, articulada a um processo de conscientização e mobilização mais amplo de setores de classes subalternas. Além disso, essa comunicação popular possui um conteúdo crítico-emancipador que pretende uma sociedade justa, e assim é

pautada por denúncias das condições de vida, oposição às estruturas de poder que geram as desigualdades, bem como o incentivo à participação popular. Uma terceira característica, prossegue a autora, determina a comunicação popular como espaço de expressão democrática vinculada aos interesses dos grupos subalternos, que produz e transmite informações a partir das bases. Outro destaque faz referência ao povo como protagonista, quebrando a lógica da dominação e visto como um processo antagônico em relação às classes dominantes. Por fim, a comunicação popular se configura como instrumento das classes subalternas no contexto da luta de classes, se opondo ao modelo de comunicação massivo e manipulador das classes hegemônicas.

Assim, há que se tomar a comunicação popular em seu entorno, onde, necessariamente, ela será captada não como uma ilha isolada, mas como algo que tem suas especificidades e se relaciona com a sociedade, convive com ela e dela usufrui mais amplamente. E também se verá que o popular não é homogêneo, porque é pluralista e histórico. (PERUZZO, 1998, p. 137).

Esse espaço antes mais restrito vai se ampliando no decorrer das décadas. Notadamente hoje a comunicação popular tem mais visibilidade tanto quanto reflexão teórica quanto a compreensão da sua prática, podendo ocupar inclusive os grandes veículos da mídia a partir da pressão da sociedade. Isso se dá principalmente ao considerarmos as novas formas de difusão de informações, como por exemplo a internet, onde identificamos centenas de canais que representam e divulgam os interesses populares, o que configura também uma disputa no espaço midiático.

Hoje a tecnologia possibilita acompanhar os fatos em tempo real, e praticamente tudo o que acontece pode ser informado, tornando-se tema de debate na sociedade. Esse caráter imediato de certo modo é positivo para os diferentes grupos sociais que lutam por alguma causa, pois, suas realidades ou problemas são projetados de modo mais rápido, o que movimenta o debate e amplia em muitos casos a defesa dessas causas.

A reflexão desta temática leva também a comparações entre a comunicação popular e os meios massivos. Para Peruzzo (1998), essa análise não necessariamente deve ser excludente, mas sim complementar, já que ambos exercem funções específicas no contexto da sociedade. A autora aponta que os grandes veículos, por exemplo, atuam no campo do divertimento e da informação, mas não correspondem às necessidades em nível de comunidades e movimentos sociais organizados. Em contrapartida, os meios populares não promovem o mesmo entretenimento dos grandes veículos, como por exemplo as produções artísticas e a difusão instantânea de temas em escala global. Isso nos mostra que cada categoria representa limites e possibilidades, e que podem dialogar mesmo disputando espaços em determinados aspectos.

Em nossa análise, essa contraposição entre a comunicação popular e os grandes veículos midiáticos incide no que diz respeito aos interesses explícitos ou não sobre o que deve ser informado, sobre o que se torna pauta de divulgação massiva. Nesse sentido, a tendência é tornar-se notícia aquilo que de alguma forma resultará em benefícios a esses grandes veículos, ou a determinados grupos que têm interesses comuns.

Diversos autores trabalham também com o sentido de comunicação alternativa e imprensa alternativa, que do mesmo modo está vinculado ao regime militar no Brasil. Em seu período mais repressivo a partir de 1968 com o Ato Institucional nº 5, instrumento jurídico que garantiu amplo poder aos intervenientes militares na condução da política nacional, ficou ainda mais restrita a liberdade de expressão, as possibilidades de manifestações políticas e artísticas, além da suspensão de direitos e tantas outras medidas implementadas. Frente a essa conjuntura, os grupos de oposição atuaram por meio de uma comunicação de resistência.

Es cuando se da la expansión de la prensa alternativa, cuando el abanico que lo ceñía era tan grande como hoy son los discursos que la rodean. Es en la prensa alternativa en donde los intelectuales van a buscar subsidios para sobrevivir en cuanto intelectuales y donde los militantes de los partidos políticos van a buscar material para sus análisis de coyuntura. Es también la lectura predilecta de los estudiantes de ciencias sociales y el único espacio de trabajo para muchos opositores del régimen (BERGER, 1990, p. 15).

Esse perfil faz referência a um tipo de imprensa não alinhada às posturas da mídia tradicional, que naquele momento era controlada pelo governo e utilizada para propagar suas ideias. Assim, essa imprensa alternativa teve um importante papel ao informar sobre assuntos que interessavam à população, mas que não poderiam ser debatidos devido a censura, no que dizia respeito às ações dos governantes militares; às produções artísticas e culturais nos teatros, cinemas e músicas, que comumente faziam críticas ao regime; aos debates acadêmicos dentro das universidades e espaços organizados de oposição.

A autora reconhece ainda uma divisão dos setores sociais vinculados ao tipo de comunicação, e complementa,

Es en este período que las tres formas de comunicación se entrelazan y representan sectores sociales claramente diferenciados. La comunicación masiva se relaciona con los intereses del capital internacional; la comunicación alternativa con la organización de los intelectuales en torno de un proyecto histórico nacional y la comunicación popular con la organización de los movimientos sociales de base (BERGER, 1990, p. 16).

Em suas análises, a denominada comunicação alternativa é representada sobretudo pela forma escrita, buscando empreender análises e interpretação, com publicações distribuídas de

mão em mão ou nas portas das fábricas. Diferentemente da comunicação massiva que corresponde à televisão e ao rádio, entendidos também como meios de entretenimento e publicidade, e consequentemente estão atrelados aos padrões de consumo.

Nesse enquadramento dos veículos de comunicação que se propõem a fazer um trabalho diferenciado daquele empreendido pela grande imprensa hegemônica, Cassol (2010) também discorre sobre a chamada imprensa alternativa, e chega a abordar o termo “imprensa popular alternativa”, reunindo como características

a vinculação política, ideológica, editorial e até mesmo administrativa, com organizações do movimento social; a defesa em sua linha editorial das classes populares e de um projeto nacional; a estrutura profissionalizada; a pretensão de expandir-se hegemonicamente no sentido de competir com os jornais de referência (p. 50).

Estes veículos têm como foco os interesses das classes subalternas, é voltado para estes grupos e publicam temas afins, com uma postura mais crítica principalmente frente as ações das classes dominantes e do Estado. Portanto, são veículos que se contrapõem à forma de comunicação dos grandes grupos da imprensa tradicional, e buscam ampliar sua atuação e alcance de público.

Mesmo havendo esse espaço de contestação da narrativa hegemônica, a disputa não acontece de modo equilibrado. A concentração midiática na televisão, principal meio consumido pela população brasileira, e também nas rádios e recentemente na internet, mostra que existem dificuldades para uma pluralidade de ideias e difusão de diferentes visões de mundo. Por isso que entendemos que a comunicação popular está no bojo da democracia, ou do que se pretende como democratização da comunicação.

Compreender todo esse contexto também envolve considerar as potencialidades e fragilidades na prática da comunicação popular, pensando desde a comunidade de um bairro, por exemplo, até a atuação de grupos em escala nacional. Neste aspecto, Peruzzo (1998) destaca a contribuição dos movimentos sociais populares ao forjarem sua própria comunicação, expressando interesses coletivos num esforço pela autonomia e por um espaço democrático de ação política, comunicação essa desenvolvida enquanto necessidade de expressão em nível local e com conteúdo que os meios massivos não abordam.

Dentre os aspectos positivos elencados pela autora, de uma comunicação popular que de fato contribui para o processo de educação para a cidadania e com um significado político inovador, destacam-se a diversificação dos instrumentos; apropriação de meios e técnicas (tecnologia, linguagem); conquista de espaços; trabalha com conteúdo crítico a partir da

realidade concreta, tanto em nível de denúncia quanto de opinião. Além disso, pauta-se pela autonomia institucional; abre espaço para a articulação da cultura da própria população, em suas diferentes expressões (música, literatura, teatro); é responsável pela reelaboração de valores e identificação mais direta com os temas abordados; é reconhecida enquanto um serviço de interesse público; registra a história dos segmentos subalternos (PERUZZO, 1998).

São estas as características que fazem da comunicação popular um instrumento de democratização dos meios e das possibilidades de se comunicar, tendo como pressuposto ser feita do povo e para o povo. Isso amplia sobretudo a participação política da população a partir de sua realidade, o que garante um melhor conhecimento das questões que exigem mais atenção e das decisões a serem tomadas. Pois entendemos que comunicação popular denota um processo de reação às imposições dominantes que são as causas das desigualdades enfrentadas pela parcela da população que luta, além das questões próprias aos seus contextos, pela democratização do direito de se comunicar a partir principalmente do acesso à informação, às suas técnicas e tecnologias.

#### **4.2. Comunicação e imprensa como instrumentos de ação política dos movimentos socioterritoriais na luta pela terra**

Ao entendermos a comunicação enquanto instrumento e estratégia de atuação para alcançar as transformações necessárias na sociedade, é também fundamental compreender as especificidades desse contexto relacionadas aos movimentos socioterritoriais e à luta pela terra. Isso porque a luta dos camponeses, trabalhadores rurais, pequenos agricultores e demais defensores da questão da terra está permeada por diferentes formas de levar o debate aos interessados e à sociedade como um todo, fazer os conflitos chegarem ao conhecimento público, promover trocas de experiências, e ao mesmo tempo denunciar as desigualdades do campo brasileiro.

A luta e resistência pela terra sempre foi uma demanda indissociável da formação territorial na história brasileira. Desde o processo de colonização são conhecidos os vários registros da resistência dos povos contra a apropriação e exploração de suas terras há muito tempo ocupadas. Mas é em meados do século XX, mais precisamente a partir da década de 1950, que se tem o início de uma expressiva circulação de publicações diretamente relativas à luta pela terra, período marcado pelo aprofundamento dos conflitos no campo.

Oliveira (2007) relembra que a sociedade nacional desde 1930, mesmo no caminho da industrialização e da urbanização, continuava a conviver com o aprofundamento dos conflitos no campo, e parte desses conflitos foi resultado das tentativas de organização dos camponeses e trabalhadores assalariados pretendida pelo então Partido Comunista do Brasil<sup>21</sup>. E assim, o final da década de 1940 até o início da década de 1960 foi marcado pelo processo de organização, reivindicação e luta no campo brasileiro.

Situação também apontada por Martins (1993), ao destacar esse mesmo período como fundamental na história social e política do Brasil, visto que as massas populares apareceram com muita força nesse cenário, não sendo mais apenas a classe operária como protagonistas, mas também os trabalhadores do campo. Apontado pelo autor como um amadurecimento político da classe trabalhadora, essas mudanças foram determinantes para o aumento e intensificação das lutas no campo, num contexto em que até então os direitos e a própria existência não eram reconhecidos.

Fernandes, Welch e Gonçalves (2014) relembram que após 1930, das mudanças políticas no Brasil com o governo de Getúlio Vargas, destaca-se “a promoção de organização social e política das classes rurais, incluindo a criação de uma estrutura associativa e o estabelecimento do sistema judiciário do trabalho, usado para regular as relações de trabalho no que tange ao uso da terra” (p. 35). Essas medidas foram direcionadas tanto aos latifundiários quanto aos camponeses.

Para Medeiros (1995), a atuação do PCB é um ponto crucial na análise daquele momento, especialmente no que tange à construção de um canal de comunicação entre os grupos organizados e aqueles a serem mobilizados no contexto da questão agrária, particularizando a imprensa partidária e pontualmente a imprensa comunista. O partido, que em sua história afirma que se orienta pela luta e defesa da classe trabalhadora, articulando as causas operária e camponesa, mantinha informativos em escala nacional, estadual e regional, por meio dos quais

eram divulgadas análises políticas do que eram considerados os grandes temas nacionais, diretrizes do partido, matérias sobre o movimento comunista internacional, ampla cobertura sobre as lutas “operárias”. Apareciam também, com bastante regularidade, notícias sobre o campo. Descrições de condições de vida e trabalho, notícias de conflitos, etc. podem ser vistos como caminhos através dos quais, pouco a pouco, procurou-se fazer a socialização, para um público eminentemente urbano, que constituía a base do trabalho do PCB, das

---

<sup>21</sup> Fundado em 25 de março de 1922, o partido trocou o nome para Partido Comunista Brasileiro (PCB) no início dos anos de 1960, permanecendo até o momento atual com essa nomenclatura.

teses sobre as potencialidades transformadoras de uma aliança operário-camponesa e da bandeira reforma agrária (MEDEIROS, 1995, n.p., grifos da autora).

O contexto se revelava complexo, com profundas alterações sociais, econômicas e, por conseguinte, no espaço geográfico. O país e a população registravam os reflexos da modernização do campo e expropriação de camponeses e trabalhadores rurais, da industrialização e consequente urbanização frente a intensidade da migração das populações do campo, da expansão das cidades e precarização de espaços urbanos. Os efeitos de todo o processo, sem dúvida, acometeram a classe trabalhadora, e as desigualdades se agravaram. Diante tal cenário, fez-se necessário notabilizar esses problemas, levar ao amplo conhecimento as questões do país em suas diferentes escalas, papel que se prestou a imprensa de determinados grupos ou entidades organizadas.

#### *4.2.1. Jornal Terra Livre*

Neste contexto, o PCB iniciou em 1946 a publicação do jornal *O Guatambú*, voltado para os trabalhadores rurais do interior do estado de São Paulo, e em 1949 iniciou a produção do periódico *Nossa Terra*, que mudou o nome em 1954 para *Terra Livre: a terra para os que nela trabalham*, apresentando a grilagem de terras como o principal problema do campo brasileiro (PORPHIRIO, 2016). Tal iniciativa decorreu da necessidade de o partido elaborar um material específico para os trabalhadores rurais, uma vez que considerava os periódicos como importante forma de atuação e propagação das ideias do partido.

As pesquisas nessa temática também apontam a perseguição e repressão ao jornal, e às publicações em geral que denunciassem os problemas e injustiças do campo, orientassem sobre os direitos dos camponeses e trabalhadores rurais, ou incentivassem a luta contra os patrões e grandes proprietários de terras. Estes mesmos eram os repressores, além do próprio Estado a partir de forças policiais, que evidentemente estavam a serviço dos interesses dos latifundiários.

Por haver essa perseguição à publicação e a seus idealizadores, algumas estratégias eram obrigatórias para dar prosseguimento à sua circulação, como por exemplo, a produção e entrega de diferentes lugares. Além disso, o limitado recurso financeiro era determinante. Esses fatores faziam o jornal *Terra Livre* apresentar algumas características específicas, como a periodicidade irregular, variando entre publicações semanais, quinzenais ou mensais. Mas um ponto crucial a ser observado era o público a quem se destinava, que naquele período era em sua maioria analfabeto.

Embora o público a quem o *Terra Livre* se dirigia fosse majoritariamente analfabeto, estimulava-se a sua leitura em pequenos grupos onde, quem fosse alfabetizado, deveria ler em voz alta para os demais. Eram constantes as mensagens existentes no jornal nesse sentido. [...] Dessa forma, é importante considerar que o próprio *leitor* (ou, talvez melhor se dissesse, o *tradutor*) não era qualquer um, mas alguém de destaque, uma liderança, capaz de gerar legitimidade à nova mensagem que a palavra impressa trazia. (MEDEIROS, 1995, n.p., grifos da autora).

Este é um fator significativo quando se analisa a função e amplitude da comunicação nos processos sociais. O analfabetismo não se configurou como um impedimento para a recepção das mensagens direcionadas aos trabalhadores, e como recurso havia a indicação da leitura pelos alfabetizados a fim de transmitir as informações necessárias, pois não teria sentido as publicações periódicas se o público alvo não tivesse o acesso adequado. Inclusive, a questão da alfabetização e a educação propriamente dita da população do campo frequentemente esteve e ainda é presente como uma das bandeiras da luta pela terra.

O *Terra Livre* era estruturado em diversas abordagens, conforme podemos verificar em alguns exemplos de edições, conforme a figura 4. Notícias sobre os conflitos; retratos da vida e do trabalho no campo, da exploração dos camponeses e dos abusos dos latifundiários. Abordava também sobre as técnicas de agricultura e pecuária; orientações sobre saúde; informações sobre os encontros e congressos. Outra característica importante do periódico era o espaço dedicado às produções artísticas e literárias dos camponeses e trabalhadores rurais, que escreviam muitas vezes de forma poética sobre suas experiências diárias no campo e os problemas que enfrentavam, o que se configura como uma forma de protesto. Para Medeiros (1995, n.p.), “o jornal buscou um formato que facilitasse sua aceitação entre o público para o qual se voltava, procurando se apropriar de questões do cotidiano, da cultura popular, como caminho para passar a mensagem básica: o apelo à organização e adesão às propostas do PCB”.

Figura 4: Terra Livre, 2<sup>a</sup> quinzena de junho - 1<sup>a</sup> quinzena de julho de 1954 (páginas 1 e 2)



Fonte: Hemeroteca Luta pela Terra, 2021.

Nesta edição, destaque sobre a convocação para um encontro nacional dos trabalhadores do campo em São Paulo, enfatizando a necessária união entre operários e camponeses para atingirem uma vitória comum. Ideia que está representada pela ilustração da primeira página do abraço entre o trabalhador do campo e o trabalhador da cidade, com a seguinte legenda: “Os trabalhadores da cidade abraçam seus irmãos do campo. A II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas será preparada e realizada com a ajuda da classe operária”. Desse encontro, destaca o jornal, “surgirá uma organização camponesa de âmbito nacional – a União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil”, a ULTAB.

Sobre o surgimento e articulação das organizações do campo, cabe lembrar que

com a orientação do Partido Comunista do Brasil, havia sido criada em 1954, em São Paulo, a ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - com a finalidade de coordenar as associações camponesas então existentes. Esta organização funcionava como instrumento de articulação e organização do Partido, na condução e unificação do processo de luta camponesa no seio da luta dos trabalhadores assalariados em geral no país (OLIVEIRA, 2007, p. 109).

Neste segundo exemplar do *Terra Livre* de 1956, a primeira página deu ênfase à importância da mobilização dos trabalhadores do campo para que a reforma agrária seja efetiva por meio da campanha nacional, apontada como uma necessidade urgente e de interesse não só dos camponeses e trabalhadores rurais, mas “de todo o povo brasileiro”. Transcrevendo um trecho que consta na referida edição, para conduzir a Campanha Nacional é necessário “coletar o maior número de assinaturas, fazer reuniões e comícios, formar comissões de luta pela reforma agrária, nas fazendas, nas usinas e nas cidades, e apresentar ao novo governo as exigências dos lavradores (TERRA LIVRE, fevereiro de 1956, p. 1).

Figura 5: Terra Livre, 2<sup>a</sup> quinzena de fevereiro de 1956 (páginas 1 e 3)



Fonte: Hemeroteca Luta pela Terra, 2021.

Outra importante referência da publicação foi o Concurso “Poetas do Sertão”, que tinha por finalidade escolher os três melhores poetas camponeses do Brasil daquele ano, a partir da análise de uma comissão julgadora, e os selecionados ganhariam um prêmio final. Além disso, em cada mês também seriam escolhidas as duas melhores participações. Transcrevemos a seguir um trecho do poema “Moda do mutirão”, publicado na referida edição e escrito por Anesio Gabril de Uberlândia, Triângulo Mineiro em Minas Gerais:

O “Poeta do Sertão” Eu achei interessante Quero dar minha contribuiçāo É um trabalho que ensina E tira ilusão Camponeis mais instruído Aumenta sua compreensão Começa a ver o tatuíra <sup>22</sup> Como é espertalhão [...] Pra começá o nosso mutirão Não trabalhamos mais de graça E não pagamos a meia não Nóis só paga 20 por cento Das colheitas do arroz, milho ou algodão [...]	Vamos minha gente ler O “Poeta do Sertão” Do jornal TERRA LIVRE Nóis tira orientação Pra acabar com os tatuíra E alejar os tubarão [...] Pode entrá pro mutirão Que o latifúndio já cambaleia [...]
---	--

(TERRA LIVRE, fevereiro de 1956, p. 3, grifos do autor).

Os versos relatam a perspectiva de quem vive no campo e das relações com os proprietários das terras. Em seu entendimento, quanto mais estes sujeitos compreenderem suas realidades e o fato de serem explorados, melhor para reconhecer a necessidade de união na luta por direitos e condições mais justas de vida e trabalho. Em sua poesia o autor declara a importância do jornal enquanto meio de orientações aos camponeses e trabalhadores rurais, e estes uma vez unidos, serão capazes de romper com a lógica do latifúndio.

São características presentes também no escrito “Queremos liberdade e vida melhor” de José Valentino Tores, de Cândido Mota em São Paulo:

Um pouco da minha vida Eu vou, amigos, contá O negócio é serio E não é de brincá Trabaio das 6 às 6 Sem podê descansá E se descanso um pouco Logo aí vem o fiscá [...] Eu trabaio na seção do cafes Toco 5 mil péis	A dois conto de réis E não toco mais porque A minha força não dá. [...] O meu pagamento é 800,00 por meis Vê se pode dá E a gente ainda é obrigado No armazém da fazenda gastá
--	--

(TERRA LIVRE, fevereiro de 1956, p. 3).

Notícias internacionais também faziam parte da estrutura do *Terra Livre*, divulgando os acontecimentos em escala global relacionados principalmente com a questão agrária, e ao

<sup>22</sup> O termo “tatuíra” faz referência aos grandes proprietários de terras naquele período. Está presente no livro *Zé Brasil* de Monteiro Lobato, publicado em 1947, que descreve o diálogo do personagem principal que dá nome à obra, sobre as condições de vida e a realidade fundiária no país, sendo o Coronel Tatuíra o dono de extensas terras que explora os trabalhadores e os expulsa de suas propriedades. Podemos observar o uso frequente do termo em diversas edições do *Terra Livre* e de outros periódicos.

mesmo tempo denunciando os interesses contrários à reforma agrária desses outros países. Como é o caso da edição de março de 1960, figura 6, que faz um breve relato sobre a nova política agrária de Cuba a partir da Revolução Cubana, destacando que “Prosegue vitoriosa a nova política agrária de Cuba, conquistada com a Revolução de Fidel Castro [...] Funcionam já em Cuba 485 cooperativas de produção de camponeses, e 440 cooperativas de distribuição de gêneros” (TERRA LIVRE, março de 1960). Ao mesmo tempo, é destacado também o posicionamento contrário dos Estados Unidos à nova organização política de Cuba e suas transformações no campo, que, pela perspectiva do periódico, é responsável pela exploração de vários países, inclusive o Brasil, e causador de profundas desigualdades econômicas e sociais.

Figura 6: Terra Livre, março de 1960



Fonte: Hemeroteca Luta pela Terra, 2021.

Nota-se que a informação relativa à reforma agrária de outro país é evidenciada enquanto uma experiência de êxito, o que se torna um encorajamento ao público-alvo do jornal. Evidentemente, demonstrar que as transformações da estrutura agrária pretendidas no Brasil apresentaram resultados satisfatórios onde já foram implementadas, é também uma medida que pode despertar maior interesse dos envolvidos e ainda ampliar os interessados. Nesse sentido, é mais um fator que legitima o discurso de que a reforma agrária é necessária e possível.

Cabe também destacar que

Nos artigos do jornal, os elementos do paradigma da questão agrária são evidentes pela diversidade de abordagens das reivindicações de camponeses e de trabalhadores rurais, sugerindo respostas capitalistas (aumentar crédito disponível para camponeses) e socialistas (desapropriação de terras particulares) (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014, p. 53).

Ao tempo que estabelecia a reforma agrária como principal objetivo a ser alcançado pelos trabalhadores rurais, no decorrer de seus anos de publicação, o periódico deixou também explícito os principais opositores, o latifúndio e sua representação patronal. Em cada edição destacava-se a importância da mobilização desses trabalhadores principalmente contra os abusos dos grandes proprietários de terras para quem trabalhavam; citando também as propriedades rurais onde havia desacordos ou conflitos; e ainda os casos de grilagem de terras. Além disso, as ações contra esses latifúndios também eram frequentemente noticiadas, como por exemplo as ocupações de terras pelas famílias, o que representa uma demonstração do alcance que a luta poderia obter.

Neste universo de mídia alternativa, os diversos conteúdos produzidos simbolizam o tamanho da diversidade contestadora, visto que circulam desde propagandas, opiniões, dados, expressões culturais, denúncias, notícias, entre tantas outras manifestações comunicacionais populares, reconfigurando o atual sistema midiático imperialista (TALGA, 2017, p. 47).

Como parte de seus objetivos, podemos apreender que o *Terra Livre* foi responsável por projetar o camponês e o trabalhador do campo como personagem central de uma história até então pouco relatada. Ao contar sobre suas condições de vida, denunciar trabalho escravo, casos de expropriação, e má remuneração, expôs situações que intensificaram o debate e consequentemente a ação. A partir das edições, das mensagens lidas e reproduzidas, o público-alvo se notou como uma peça importante nesse jogo político, capaz de articular forças e promover novas oportunidades nesse cenário.

Essa é uma discussão sinalizada por Medeiros (1995), a respeito de uma nova imagem sobre os trabalhadores do campo e direcionada a eles, em que o PCB, em especial a partir da sua imprensa, tem atuação nesse processo histórico de construção de uma linguagem própria e constituição de uma identidade de caráter classista. Prossegue a autora que tais mudanças resultaram, entre outros fatores, no reconhecimento dos direitos trabalhistas e do direito de organização corporativa e política, além do próprio reconhecimento como cidadão, que antes era negado tanto pelo Estado quanto pela representação patronal. Seguindo por esta lógica, o fato do periódico ser destinado e atender a uma parcela da população que naquela época era

predominantemente analfabeta, está diretamente conectado a essa formação de uma nova imagem e identificação com novas possibilidades no campo.

Outro frequente recurso utilizado pelo *Terra Livre* foram as ilustrações que representavam algumas temáticas de forma crítica, de cunho político e social, sobretudo em relação aos grandes proprietários de terras. São formas que abordam e impactam de forma mais direta o leitor e receptor da mensagem, e por vezes podem ser mais eficazes. As imagens a seguir são exemplos de edições do jornal.

Figura 7: Charge do Jornal Terra Livre, agosto de 1962, p. 5



UMA VARA É FÁCIL QUEBRAR  
MAS UM FEIXE NINGUÉM QUEBRA

Fonte: Hemeroteca Luta pela Terra, 2021.

A imagem faz referência à importância dos trabalhadores unidos na luta contra a exploração do trabalho e em favor da reforma agrária. Em sua simbologia, o feixe de varas representa a força e a união, enquanto que a ação individual dificilmente terá bons resultados, e essa é a ideia que o periódico pretende transmitir.

Figura 8: Charge do Jornal Terra Livre, dezembro de 1961, p. 5



Fonte: Hemeroteca Luta pela Terra, 2021.

Por sua vez, a segunda imagem remete à situação política de Cuba naquele período, que vivenciava os primeiros anos pós Revolução Cubana, e pela ótica do jornal, o desejo era que as práticas sociais e econômicas desse novo regime pudessem ser implementadas no Brasil, considerando que as experiências socialistas seriam benéficas à população. Nota-se que os “santos reis” estão caracterizados à semelhança de Fidel Castro, e como “presentes” carregam armas e meios de produção, como um trator, ferramentas e uma indústria.

Figura 9: Charge do Jornal Terra Livre, fevereiro de 1961, p. 5



Fonte: Hemeroteca Luta pela Terra, 2021.

Nesta segunda sequência de ilustrações, a crítica também é construída como alerta aos trabalhadores do campo. Na imagem, o trabalhador carrega o patrão nos ombros, logo, é ele quem desenvolve a tarefa exaustiva, mas é o fazendeiro quem colhe os frutos desse trabalho, trazendo assim o sentido de injustiça.

Figura 10: Charge do Jornal Terra Livre, janeiro de 1961, p. 3



Fonte: Hemeroteca Luta pela Terra, 2021.

Neste caso, a reforma agrária está representada por uma grande rocha que rola numa ladeira, que é capaz de “derrubar” quem estiver no caminho. Neste caso, o grileiro será atingido por essa reforma agrária, sendo que ele está resistindo para evitá-la. Conforme consta na legenda, “somente a Reforma Agrária dará cabo aos grileiros”.

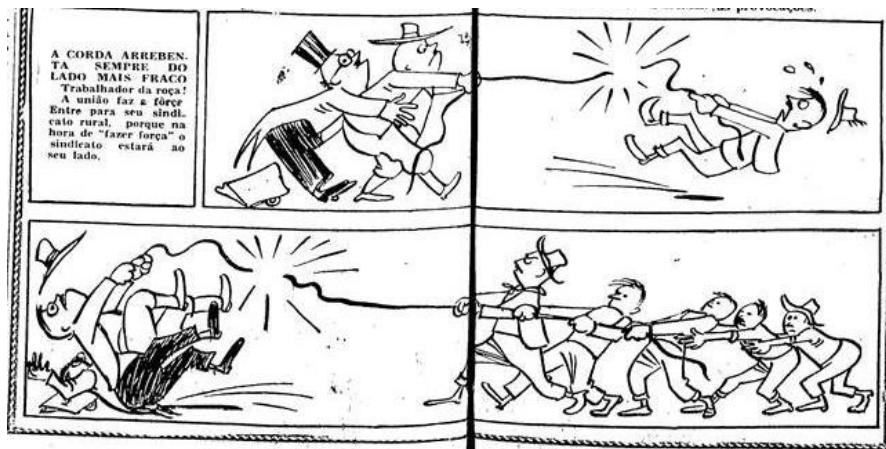
Figura 11: Charge do Jornal Terra Livre, janeiro de 1962, p. 4



Fonte: Hemeroteca Luta pela Terra, 2021.

O tema central da ilustração destacada versa sobre a interferência estrangeira no país, neste exemplo, sobre os investimentos dos Estados Unidos. Acontece que, pela ótica do jornal, esse capital estrangeiro investido não é sinônimo de desenvolvimento nacional, mas sim geração de lucros exclusivamente para o país investidor, o que representa grande desvantagem ao Brasil.

Figura 12: Charge do Jornal Terra Livre, março de 1960



Fonte: Hemeroteca Luta pela Terra, 2021.

Por fim, a imagem retrata a importância da união dos trabalhadores frente ao patrão e os grandes proprietários de terra, e especificamente fazendo referência ao sindicato. Se o trabalhador estiver sozinho, estará enfraquecido nesse embate, mas ao se juntar aos demais trabalhadores, terá mais chances de conquistar o que pretende. É o que está expresso pela legenda dessa charge de março de 1960: “A corda arrebenta sempre do lado mais fraco. Trabalhador da roça! A união faz a força. Entre para seu sindicato rural, porque na hora de ‘fazer força’ o sindicato estará ao seu lado.”

A questão da sindicalização foi um tema fortemente trabalhado nas páginas do *Terra Livre*, sendo a organização sindical determinante para a luta dos camponeses e trabalhadores rurais durante anos. “As notícias tratavam da criação de sindicatos em diferentes regiões do país, da função do sindicato enquanto assegurador dos direitos trabalhistas, da perseguição aos líderes sindicais, das conquistas dos recentes sindicatos e do medo que os sindicatos causavam nos latifundiários” (PORPHIRIO, 2016, p. 72).

Pedon (2013) aponta que até meados da década de 1980 os sindicatos possuíram uma maior representação na organização desses trabalhadores, ativos na defesa do produtor rural e da reforma agrária a partir de ações como manifestações, passeatas e congressos, pelos quais debatiam os problemas e apontavam caminhos. Essas associações tiveram uma atuação voltada diretamente para as relações de trabalho, enquanto que organizações de caráter mais radical se tornaram responsáveis por um desempenho mais direto no campo, como por exemplo no enfrentamento por meio das ocupações de terras.

Em março de 1963, durante o governo de João Goulart, foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, passo importante para a classe que se organizava, e a partir de então, o sindicalismo rural estava garantido por lei. Desse modo, os sindicatos rurais poderiam representar os interesses das classes associadas, colaborar com o Estado no estudo e solução dos problemas. Neste aspecto, Martins (1993) também ressalta as mudanças decorrentes da sindicalização naquele momento enquanto peça fundamental para mobilizar e organizar os trabalhadores do campo.

Entendido como uma força política de representação dos trabalhadores rurais, a ideia era demonstrar que os sindicatos seriam uma consistente possibilidade de organização e alcance dos trabalhadores no que tange à garantia de direitos, sobretudo os direitos trabalhistas. Porém, como aponta Porphirio (2016), esse caminho da sindicalização era difícil, visto que necessitava de reconhecimento do Ministério do Trabalho, além das dificuldades de organização desses trabalhadores frente a repressão, a negação e dispersão, e também devido a infrequência organizativa. É diante esses fatores que o periódico em questão, especialmente a partir de 1963,

frequentemente publicou orientações sobre os sindicatos e os benefícios que poderiam ser adquiridos, continuando com a bandeira da reforma agrária e direcionado para todas as regiões do país.

Oliveira (2007) sinaliza ainda a transformação de muitas Ligas Camponesas em sindicatos de trabalhadores rurais, diante a vigência dessa legislação sobre a sindicalização, que também permitia uma organização em escala nacional. Assim, foi fundada em dezembro de 1963 a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que figura desde sua criação como a principal representante sindical, visto sua escala de abrangência. Além disso, essa entidade teve como princípio a ULTAB, segundo Martins (1981).

Conforme consta em sua página online,

Atualmente, com as 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e mais de 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) filiados, compõe o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), que luta pelos direitos de mais de 15,7 milhões (PNAD/IBGE, 2009) de homens e mulheres do campo e da floresta, que são agricultores(as) familiares, acampados(as) e assentados(as) da reforma agrária, assalariados(as) rurais, meeiros, comodatários, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos.<sup>23</sup>

Entretanto, o regime militar mais uma vez é evidenciado nesse contexto, já que o governo se encarregou, a partir de sua prática política, de cercear também as organizações sindicais. Sem esquecer que o golpe de 1964 foi articulado justamente com o apoio das classes dominantes rurais, temerosos pela possibilidade de perder o controle da terra e o poder que já lhes eram garantidos. Com isso, houve repressão e perseguição principalmente de lideranças. Inclusive, “líderes mais ativos foram substituídos por intervenientes comprometidos com o governo. Assim, os sindicatos se transformaram em órgãos assistencialistas e não mais reivindicativos” (PEDON, 2013, p. 125), tornando-se útil ao governo apenas aqueles que não confrontavam o regime.

Desse modo, naquele contexto de golpe militar e início da ditadura no Brasil, o periódico *Terra Livre* teve sua última publicação em março de 1964. Os problemas do campo continuaram, em alguns casos mais acentuados diante a conjuntura da época.

A ausência da Reforma Agrária que potencializou os conflitos no campo faz parte do modelo de desenvolvimento econômico que o governo adotou ao priorizar a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa. O governo militar abonou os empresários com subsídios, incentivos e isenções

---

<sup>23</sup> Na página oficial consta sua definição como Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. Disponível em <http://www.contag.org.br/>. Acesso em agosto de 2021.

fiscais, estimulando o crescimento econômico da agricultura e da indústria. Ao passo que arrochava os salários, estimulava a expropriação de terras e a expulsão das famílias camponesas. Essas ações políticas tiveram como efeitos uma tendência à concentração de terras e um crescimento nos níveis de exploração do trabalho (PEDON, 2013, p. 126).

Se a reforma agrária de caráter efetivamente transformador foi a principal bandeira estampada em cada página publicada do jornal, a partir daquele momento e durante as duas décadas que se seguiram, foi alterada para um sentido conservador, em que os projetos de desenvolvimento buscavam a modernização do campo, mas mantinham as estruturas clássicas.

#### *4.2.2. Jornal A Liga*

Seguindo a linha de pensamento sobre comunicação e imprensa como ferramentas políticas dos movimentos socioterritoriais, outro exemplo a ser analisado é o jornal *A Liga*. Com base no que já apontou Oliveira (2007), nos meados do século XX, quando da organização, reivindicação e luta no campo brasileiro, as Ligas Camponesas foram uma importante representação em defesa dos camponeses e trabalhadores assalariados rurais, e que também tem seu surgimento relacionado com a atuação do PCB. Ainda segundo o mesmo autor, foi com as Ligas Camponesas, entre 1940 a 1960, que a luta pela reforma agrária no Brasil ganhou dimensão nacional, em que foram organizando, principalmente na região Nordeste, a luta dos camponeses contra o latifúndio.

Mas no decorrer nos anos, as Ligas e o PCB, bem como com a Igreja que também atuava na luta no campo, diferenciaram-se nas ideias e na perspectiva de qual reforma agrária defendiam.

Já em 1960, para o Partido a reforma agrária radical seria alcançada por etapas, através de reformas parciais. Para as Ligas, ao contrário, a reforma somente seria radical se alcançasse no seu conjunto o direito de propriedade da terra, se acabasse com o monopólio de classe sobre a terra e desse lugar à *propriedade camponesa*, inclusive à estatização da propriedade (MARTINS, 1981, p. 89, grifos do autor).

Umas das principais referências a esse movimento é a organização no Engenho Galiléia, município de Vitória de Santo Antão (Pernambuco), da Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPP), oficializada em janeiro de 1955. A luta desses trabalhadores organizados se deu essencialmente contra o aumento dos preços do arrendamento da terra, o conhecido foro.

As Ligas Camponesas representavam um amplo e diversificado conjunto de trabalhadores, ressalta Pedon (2013), incluindo arrendatários, foreiros, meeiros e pequenos

proprietários, associados à produção de pequena escala e dependentes da produção direta em terra cedida, alugada ou própria. Ainda nas palavras do autor, o termo camponês atendeu a uma autoidentificação e unidade ao denominar uma categoria de trabalhadores bastante ampla, que contestava um adversário comum denominado pelas lideranças como o latifúndio improdutivo e decadente.

Por sua vez, outra importante referência no contexto das Ligas foi Francisco Julião, advogado pernambucano que se tornou uma liderança nacional. Em entrevista concedida ao jornal *O Pasquim* em 1979 e reproduzida por Oliveira (2007), é possível compreender como se deu a relação de Francisco com a SAPPP.

“De 1940 a 1955, trabalhei como advogado de camponeses, não fundei a Liga, ela foi fundada por um grupo de camponeses que a levou a mim para que desse ajuda. [...]. Foi um grupo de camponeses com uma certa experiência política, que já tinha militado em Partidos, de uma certa cabeça, que fundou o negócio, mas faltava um advogado e eu era conhecido na região. Foi uma comissão à minha casa, me apresentou os estatutos e disse: 'Existe uma associação e queríamos que você aceitasse ser o nosso advogado'. Aceitei imediatamente. Por isso o negócio veio bater na minha mão. Coincidiu que eu acabava de ser eleito deputado estadual pelo Partido Socialista e na tribuna política me tornei importante como defensor dos camponeses.” (OLIVEIRA, 2007, p. 107).

Francisco Julião foi eleito deputado estadual de Pernambuco em 1954, permanecendo nesse cargo político até 1962, quando se tornou deputado federal pelo mesmo estado. Mas com o golpe militar de 1964 e a partir dos ideais que defendia, foi preso e ficou exilado no México, retornando ao Brasil em 1979 e posteriormente de volta ao México, onde faleceu em 1999. Ainda em seus depoimentos, Julião ressalta que o nome Liga foi designado à SAPPP pela imprensa e também pelos latifundiários, com o objetivo de torná-las ilegal e legitimar a repressão do movimento e de seus participantes.

Dessa forma, é consenso que as Ligas Camponesas tiveram papel fundamental no processo de luta pela terra e por direitos no Brasil, ancoradas na bandeira da reforma agrária pela perspectiva revolucionária e lutando contra o latifúndio, que simbolizava também a subordinação e exclusão. Do mesmo modo, foram determinantes na formação das primeiras organizações populares de enfrentamento. Logo, tão importante quanto a atuação direta, a estratégia de comunicação para sensibilizar e mobilizar os trabalhadores organizados também deve ser ponto de destaque.

Dito isso, em 1962 foi criado o jornal *A Liga*, com sua primeira edição publicada em outubro daquele ano, conforme a figura 13, que se tornaria o principal meio de difusão das informações relativas aos camponeses e trabalhadores rurais, à política nacional e internacional,

aos direitos humanos e trabalhistas, enfim, todo assunto que fosse de interesse das Ligas e que de algum modo influenciasse a luta.

Figura 13: Edição completa do jornal A Liga, 09 de outubro de 1962





Fonte: Hemeroteca da Luta pela Terra, 2021.

Assim como já apontamos em análise anterior no jornal *Terra Livre*, a união entre os trabalhadores da cidade e do campo também foi alvo de sensibilização por parte do jornal *Liga*, com a manchete “Avança a união operário-campesina”. Além disso, já de início o nome de Francisco Julião como diretor estava estampado na primeira página, inclusive com nota sobre sua candidatura a deputado federal por Pernambuco.

Uma primeira observação que pode ser elencada é sobre a estrutura dessa edição do jornal, por isso optamos por apresentar a publicação completa. As páginas foram compostas em sua maior parte por longos textos, com poucas imagens intercaladas com a escrita. De certo modo, essa característica reflete uma leitura mais densa, o que pode limitar o interesse pelo material. Esta é uma forma de compreender que,

O periódico apresentava maior interesse em atingir a opinião pública e os setores urbanos de apoio ao movimento, como o operariado urbano e os estudantes, do que em alcançar os camponeses – das seis páginas do periódico, somente a quinta página era dedicada à análise da questão agrária nacional (PORPHIRIO, 2016, p. 115).

Outro ponto observado são os conteúdos que tratam de questões internacionais, seja da realidade de outros países com características socioeconômicas parecidas, ou das relações

externas com o Brasil. Neste caso, temas que envolviam Cuba foram tratados na última página, considerando que o país vivenciava a nova realidade do regime socialista, e as mudanças implementadas a partir de então se tornaram interesse e modelo para objetivos semelhantes no Brasil. Vale lembrar que a situação da ilha cubana era uma questão central debatida naquele momento, concentrando a atenção de outros países, principalmente dos Estados Unidos, diante do êxito logrado por Fidel Castro e demais guerrilheiros, visto também como um entrave ao sistema capitalista.

Em suas páginas, visualizamos as diversas informações sobre a atuação das Ligas e dos trabalhadores de forma geral, do campo e da cidade. Temas que afetavam diretamente a vida da população também eram tratados, como por exemplo, a alta de preços dos alimentos. Outra seção importante era o “Almanaque do Camponês”, onde constava informações de interesse geral, como calendário dos santos, festas religiosas, feriados nacionais e internacionais, horóscopos, provérbios, e até dados específicos sobre agricultura.

Porphirio (2016) destaca algumas mudanças logo no primeiro ano do jornal, que inicialmente teve suas edições sob direção de um grupo de intelectuais ligados a Francisco Julião. Contrariados com a condução do periódico, e com a própria atuação do advogado em relação à candidatura e eleição como deputado, um grupo de camponeses assumiram o controle da *Liga*, processo que alterou significativamente sua estrutura. O autor sublinha alguns aspectos, como o camponês que se tornou foco do semanário; o movimento das Ligas era apresentado como constante e irrefutável; o periódico utilizou a voz do camponês ou pessoas ligadas ao movimento para legitimar suas interpretações; foi criada a coluna “Documentos”, pela qual eram publicados documentos importantes sobre as Ligas Camponesas; foi também criada a coluna “Conversa com o leitor”, em substituição ao “Os camponeses escrevem a Julião”.

Neste último item, em relação a essa proposta de diálogo entre o jornal e seus leitores, destacamos a forma como é explicado o objeto da seção e a justificativa da mudança, pontuando que “Afinal, o jornal que fazemos é para você. Para que você compreenda a necessidade da revolução brasileira. Para que você nos ajude a fazer este jornal. Conversando é que a gente se entende melhor” (JORNAL LIGA, 20/11/1962, p. 5).

Duas outras seções que chamam atenção são “Do ponto de vista operário” e “Do ponto de vista camponês”, em que são pontuadas a opinião dessas classes de trabalhadores relativa aos temas que lutam. Num dos exemplos, tem-se os argumentos sobre a necessidade imediata da reforma agrária.

Não é mais possível protelar por muito tempo a solução de um problema tão fundamental para o nosso país, solução essa que é a Reforma Agrária Radical. O Governo, juntamente com o Congresso Nacional (que nesse ponto estão sempre de acôrdo) estão zombando da miséria de 45 milhões de camponeses sem terra que vivem na mais extrema necessidade, sem terra, sem pão e sem liberdade. Necessário se faz que todas as forças progressistas interessadas no desenvolvimento econômico e social da Nação Brasileira, unam-se para organizar com seriedade a luta pela Reforma Agrária Radical, imediatamente, como solução capaz de salvar o país do abismo em que está caindo (JORNAL LIGA, 11/12/1962, p. 3).

Em nosso entendimento tal estratégia também se mostra eficaz, pois possibilita ao leitor se identificar com a leitura, reconhecer que é parte integrante da realidade argumentada. Quando a classe da qual pertence tem voz ativa no jornal, há uma representação muito mais ampla desses sujeitos, sendo esse um dos objetivos, pois é um camponês dialogando com outros camponeses, ou um operário dialogando com outros operários, tornando-se do mesmo modo um espaço de reflexão.

Uma temática interessante de ser analisada trata da atuação dos veículos de comunicação sobre as questões que envolvem os trabalhadores do campo e da cidade, e a população em geral. Denominadas de “Imprensa popular” e “Imprensa anti-popular”, as seções integravam a página 5 de cada edição até o número 12 de 25/12/1962. Uma das publicações é reproduzida a seguir, a respeito de uma greve de gráficos e jornalistas que foi atacada pelos jornais de grande circulação.

Embora procurem esconder sempre dos leitores o fato evidente de que seus interesses são exatamente contrários aos interesses do povo, apesar de simularem defendê-lo, os responsáveis pela imprensa antipopular volta e meia deixam cair a máscara e apresentam-se tal como são, trazendo à tona sua verdadeira face de mercenários divulgadores dos pontos de vista da classe dominante (JORNAL LIGA, 20/11/1962, p. 5).

Nessa mesma edição, o contraponto da seção “Imprensa Popular” teceu seus comentários a respeito da situação da Angola naquele momento, a partir do Movimento Popular de Libertação de Angola e seu caráter revolucionário. Tão importante quanto o enfrentamento da população angolana contra os colonialistas portugueses, destacou que era necessário também o trabalho preparatório para um comportamento em conjunto para que o objetivo seja atingido. São questões básicas que devem preocupar a todo verdadeiro revolucionário” (JORNAL LIGA, 20/11/1962, p. 5). Mais uma vez, as situações externas ao Brasil são colocadas em evidência de modo a exemplificar as estratégias que podem e devem ser observadas e praticadas pelos que aqui lutam.

Mais uma vez destacamos o caráter radical da reforma agrária anunciada pelo jornal, de acordo com a proposta das Ligas Camponesas. Essa foi uma das principais bandeiras estampadas nas edições, conforme podemos visualizar na figura 14, em que também era criticado o modelo de lei agrária apresentada pelo governo federal, naquele período de João Goulart. Este apresentou projetos de reformas de base, como aponta Oliveira (2007), entretanto, teve pouco êxito de aprovação nas instâncias políticas, e ao mesmo tempo foram programas que não atendiam as expectativas dos camponeses e trabalhadores assalariados a partir de suas próprias realidades.

Figura 14: Jornal Liga, 1º de maio de 1963, páginas 1 e 6



Fonte: Hemeroteca da Luta pela Terra, 2021.

Segundo Porphirio (2016), o caráter radical da reforma agrária proposta pelas Ligas teve influência substancial da reforma agrária cubana, após a viagem dos dirigentes do movimento, dentre eles Francisco Julião, à Cuba. “A partir desse momento, a luta por meio do Código Civil e da denúncia das violências praticadas contra os camponeses foi substituída pela articulação de greves, criação de núcleos guerrilheiros e invasão de engenhos abandonados e terras devolutas (p. 112).

Tal como ocorreu com o jornal *Terra Livre* e tantos outros periódicos populares, alternativos ou ideologicamente contrários às classes dominantes, e que correspondiam à classe

trabalhadora, o jornal *Liga* teve uma duração relativamente breve, sendo interrompido com o golpe militar de 1964. Assim como o jornal, várias lideranças das Ligas Camponesas foram perseguidas, presas e até mesmo assassinadas, tanto por latifundiários desde o surgimento do movimento, quanto por militares durante a ditadura.

#### *4.2.3. Jornal Sem Terra*

A abordagem sobre os jornais *Terra Livre* e *A Liga*, publicados nas décadas de 1950-60 nos mostra que são poucas as pesquisas acadêmicas focadas nestes dois periódicos, com reduzida bibliografia. Mais reduzida ainda quando se considera pela perspectiva da geografia, já que os trabalhos são específicos das ciências da comunicação, história e ciências sociais.

Já para o *Jornal Sem Terra* encontramos uma bibliografia mais ampla, tanto tratando-o como objeto de pesquisa, quanto inserido no contexto das análises da questão agrária e dos movimentos socioterritoriais, especificamente do MST. Neste caso, o periódico é integrante de um contexto mais recente, participando inclusive do processo de expansão da comunicação a partir da consolidação dos meios virtuais e popularização da internet. Vale ressaltar que sua criação se deu nos últimos anos da ditadura militar com transição para a redemocratização do Brasil.

Por meio dessa análise, podemos observar que a comunicação, direcionada especialmente à classe trabalhadora, é componente fundamental do movimento e se constitui também uma estratégia política de enfrentamento. Tal como a ocupação da terra é uma de suas formas de luta, e por anos a principal, a ocupação do espaço midiático, a partir de suas experiências e dialogando tanto com seus pares quanto com a população em geral, é determinante para demarcar sua atuação e manter regularmente a questão da terra na pauta de conhecimento e discussão.

A primeira edição do inicialmente denominado *Boletim Sem Terra*, por complemento *Boletim informativo da campanha de solidariedade aos agricultores sem terra*, data de maio de 1981, e as entidades responsáveis pela publicação são o Movimento de Justiça e Direitos Humanos e a Comissão Pastoral da Terra - CPT. Logo de início, trouxe estampada uma “Carta dos colonos acampados em Ronda Alta”, pela qual explicavam a situação dos agricultores daquela região no Rio Grande do Sul, acampados na beira da estrada no historicamente conhecido acampamento Encruzilhada Natalino. Na ocasião, buscavam o apoio da população para que pudessem permanecer na luta. Naquele momento,

*um acampamento ali cheio de gente organizada denunciando o latifúndio, mas também resistindo ao processo de ditadura militar, disse - precisamos construir um instrumento que ajude no processo de denúncia, de diálogo com a sociedade porque as coisas estão acontecendo por aqui e as pessoas que estão na cidade não sabem o que está acontecendo. A gente precisa criar um instrumento que consiga dialogar com esse povo lá fora* (Entrevistado A, 2020).

Cabe destacar o texto de apresentação desse primeiro número do Boletim Informativo, constando que

dentro de suas atribuições, uma é a de manter constantemente informados todos os colaboradores desta campanha de solidariedade, através de suas entidades representativas - sindicatos e federações de trabalhadores rurais e urbanos, comunidades de base e demais entidades a nível nacional - jornal, rádio e televisão. Outra, é a de ampliar ainda mais esta campanha, levando-a a todas as regiões do Estado e País. O periódico circulará periodicamente, na intenção de manter “aceso o fogo que clareia” as reivindicações dos trabalhadores rurais e, também, veicular todas as manifestações de apoio e solidariedade que tem recebido (JORNAL SEM TERRA, MAIO DE 1981, p. 2, grifos no original).

Os objetivos a que se dedicam no periódico foram explícitos, manter informados todos os que direta e indiretamente estão envolvidos com a luta pela terra, inclusive a opinião pública de uma forma geral, já que a proposta era expor o cotidiano e a realidade desses sujeitos, e ao mesmo tempo revelar as injustiças e seus responsáveis, pretendendo-se ainda conquistar mais adeptos à causa. Evidentemente que no decorrer das edições, foram-se articulando mais objetivos de modo a abranger os novos conteúdos que se somavam à questão da terra, e sempre na esteira de uma comunicação contra-hegemônica.

Tornamos a falar então da comunicação popular, na qual se enquadram os três periódicos até aqui abordados. O próprio movimento sem-terra é categórico sobre a importância desse campo de atuação, na ocasião de seu “1º Seminário de Comunicação: o MST na batalha das ideias” em fevereiro de 2019, afirmando que

Ela surge para cumprir a demanda de uma comunicação feita pelo povo e para o povo. Além disso, com a efervescência das lutas sociais em toda América Latina, esse tipo de jornalismo também ganha um caráter mobilizador e agitador. E, ao dar voz para as lutas sociais, confronta a hegemonia e a lógica de dominação da comunicação tradicional (Página online do MST, 20/02/2019)<sup>24</sup>.

Essa forma de comunicação se inicia na base, nos acampamentos, assentamentos, escolas do campo e de formação, encontros, congressos, e segue além, na forma dos boletins,

---

<sup>24</sup> Disponível em <https://mst.org.br/2019/02/20/a-comunicacao-sem-terra-mostra-a-cara-desse-pais/>. Acesso em 31 ago. 2021.

páginas online, redes sociais, e principalmente no diálogo direto entre seus militantes e a sociedade. Mais uma vez, essa é a possibilidade criada para confrontar uma realidade excluída ou disfarçada pela grande mídia.

São os movimentos sociais que, de fato, desestabilizam o campo político ao trazerem vozes dissonantes e desestruturarem a relação situação *versus* oposição. A luta do campo político está na desproporção entre o capital econômico e político dos dirigentes do campo à falta destes capitais pelos agentes dos movimentos sociais. É a ausência de terra, trabalho, educação e saúde que proporciona o capital simbólico do MST que é fazer crer que, efetivamente, necessita. E é esta falta que o autoriza a disputar espaços na mídia, pressionar o poder político e ameaçar o poder econômico (BERGER, 2003, p. 88-89).

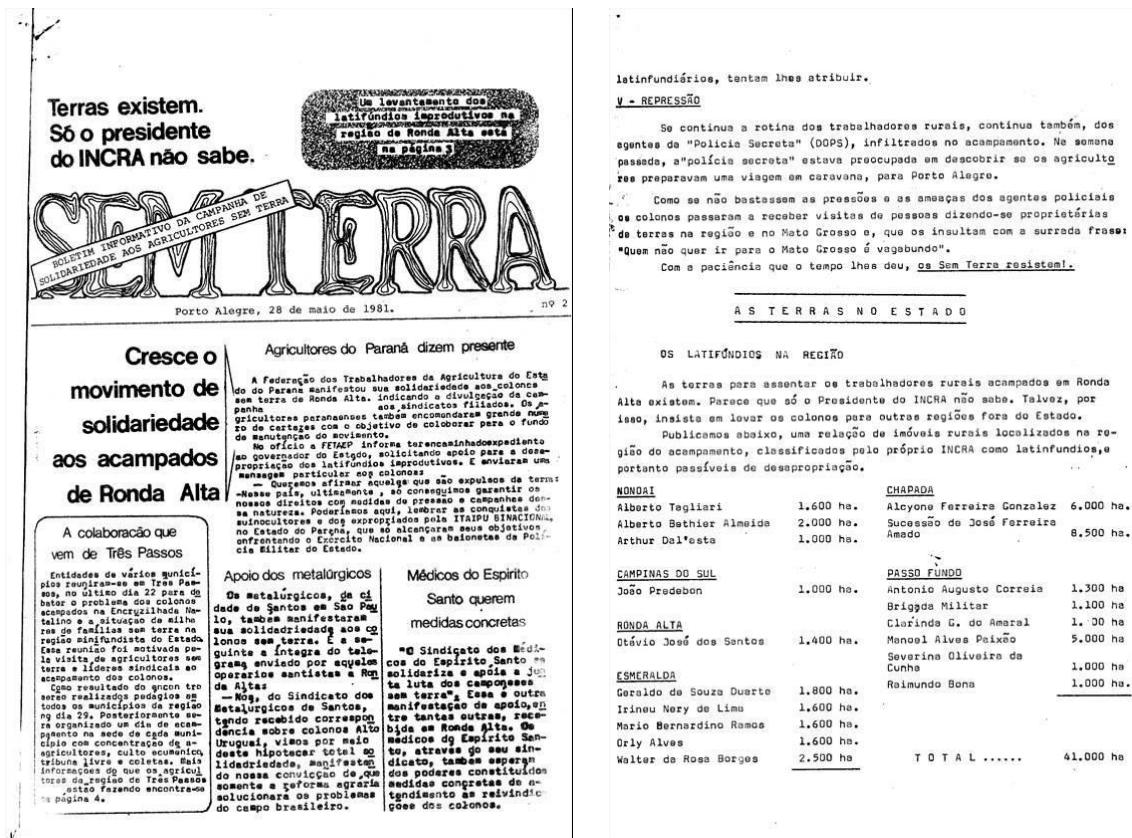
Lembremos que a chamada grande mídia exerce um duplo papel no que diz respeito aos movimentos de luta pela terra, e diretamente em relação ao MST. Além de mascarar diversas situações de repressão e exploração no campo, historicamente, os meios de comunicação hegemônicos foram e ainda são os responsáveis por construir uma imagem negativa desses sujeitos e suas ações, sempre que cabível. Na maioria dos fatos já registrados que envolveram as grandes empresas e propriedades rurais de um lado, e os trabalhadores sem terra do outro, estes constantemente eram apontados como criminosos, ameaçadores da ordem e do desenvolvimento econômico.

É sobre esse ponto que Souza (2005) comenta, quando coloca que a grande imprensa atua de forma ambígua, ao dar visibilidade ao movimento e ao mesmo tempo alterar o sentido de suas reais intenções, processo que reforça o discurso sobre o radicalismo do MST e as incertezas em torno da discussão da luta pela reforma agrária. Prossegue a autora pontuando que esse contexto se formou no instante em que o movimento definiu suas formas de luta a partir das ocupações de terras e acampamentos, e dos diferentes tipos de manifestações, como as marchas, bloqueios de rodovias, ocupações de prédios públicos, dentre outros, estratégias essas que projetaram na imprensa o próprio movimento e a questão agrária.

Barbosa (2013) comprehende que a política de comunicação do MST envolve não apenas os clássicos meios como os jornais impressos, mas também outras formas, como as marchas, manifestações, músicas, dentre outros. Em nosso entendimento, mais do que um processo comunicacional, tais estratégias revelam também a espacialização do movimento e os diferentes espaços dos quais faz uso de fato ou simbolicamente. Pois “a constituição de territórios em diferentes campos, como por exemplo, na educação, produção, saúde, formação política são condições essenciais na construção de sua identidade política” (FERNANDES, 2008a, p. 24).

Ao focarmos na estrutura do *Boletim Sem Terra*, identificamos alguns elementos que o caracterizam e revelam seus objetivos. No primeiro exemplo, da edição nº 2 de 28 de maio de 1981, o foco é provar aos órgãos oficiais do governo a existência de terras que poderiam ser destinadas ao assentamento das famílias de trabalhadores rurais acampados no caso de Ronda Alta (RS), no acampamento Encruzilhada Natalino. Esses apontamentos desqualificavam, então, a intenção do governo em direcionar os colonos para outras regiões do país.

Figura 15: Boletim Sem Terra, 28/05/1981, páginas 1 e 3



Fonte: Hemeroteca da Luta pela Terra, 2021.

A partir da manchete “Terras existem. Só o presidente do INCRA não sabe”, o boletim expõe com base em dados as propriedades localizadas na região do acampamento, que segundo o boletim, estavam classificados pelo Incra como latifúndios e por isso passíveis de desapropriação. Como pode ser observado na imagem, essas áreas totalizavam 41.000 ha. Não apenas as propriedades, mas o nome dos proprietários também constou na lista.

Esse exemplo aqui exposto nos mostra que a estrutura do boletim era pautada exclusivamente por textos, não tendo de início um formato característico de jornal impresso, dividido em seções e temáticas específicas. Os primeiros números apresentaram duas questões centrais, a solidariedade para aqueles que lutavam nos acampamentos e a união entre os

trabalhadores. Importante lembrar que essa união foi também bastante enfatizada nos dois periódicos que abordamos anteriormente, o que os aproxima numa linha de pensamento e atuação.

As mudanças serão percebidas no decorrer dos anos de publicação, com a incorporação de mais assuntos abordados e cada vez mais abrangência do diálogo com a sociedade. Lembremos ainda que o momento de início do referido informativo tratava-se da reabertura política do final dos anos de 1980, com o fim da ditadura militar pautada na repressão e na censura, em que havia dificuldades em expor os problemas sociais que afetavam a população. Transformar esse cenário também foi um dos objetivos dos jornais comprometidos com a comunicação popular.

O processo de criação de um meio de comunicação próprio, elaborado pelos que estão diretamente envolvidos com a luta, e destinados a estes, está relacionado ao desenvolvimento da consciência política desses sujeitos, camponeses, acampados, trabalhadores rurais. É uma dimensão que também faz parte da produção do território material e imaterial. A partir da divulgação dos acontecimentos, cabe compreender a real situação de quem vive no campo e ao mesmo tempo estimular o espírito de solidariedade na população. Pois, mesmo que se trate de fatos específicos do campo, os trabalhadores da cidade e de outras categorias reconhecem semelhanças no nível de exploração do trabalho e da vida, havendo assim uma identificação.

Por isso tamanha importância exercem os meios de comunicação popular e alternativa, visto que “a falta de consciência e conhecimento da dimensão da questão agrária no Brasil é um problema, potencializado vezes mais pelo fato de que nem todas as informações chegam à opinião pública a contento e repousa nesta afirmação a falta de apoio da opinião pública” (SILVA JUNIOR, 2015, p. 142). Assim, os materiais informativos que aqui analisamos têm a função de suprir essa necessidade de levar a questão agrária a um conhecimento mais significativo, com dados reais pela ótica de quem está contido nesse universo.

Todas as edições do ano de 1981 do *Boletim Sem Terra* trataram como tema central o acampamento Encruzilhada Natalino, às margens da rodovia no RS, ora relatando o cotidiano das famílias acampadas, a divisão das tarefas e as equipes de atuação, ora denunciando ações de policiais e políticos contra os acampados, e também a lentidão dos órgãos públicos na resolução da questão daquelas famílias que reivindicavam terra, ou ainda mencionando os apoiadores da causa numa demonstração de que os que lutavam se fortaleciam. Isso comprova a dimensão alcançada pela organização dos sem-terra no acampamento, ficando registrado na história de formação do MST, que se formaliza nos anos seguintes.

Segundo o próprio movimento, o Encruzilhada Natalino se tornou símbolo da luta de resistência à ditadura militar, tomando repercussão principalmente nos jornais de grande circulação regional e nacional. “*Acaba sendo um norte pra gente porque foi no Encruzilhada que todos esses símbolos que constituem um processo da luta que a gente conhece hoje como o MST se construíram, o barraco de lona preta, a foice, o facão, enquanto ferramentas de trabalho, mas também ferramentas de luta*” (Entrevistado A, 2020).

Fernandes (2008a) destaca que o acampamento, entendido como um espaço político, é a materialização da ação das famílias que querem mudar suas realidades. O fato de ocupar uma propriedade privada ou pública, ou ainda acampar nas margens de uma rodovia, ganha as páginas dos jornais, além de causar um impacto na paisagem, e com isso, ninguém pode ignorar essas pessoas que, juntas, reivindicam condições dignas de vida.

A organização dos sem-terra pode ser observada na edição nº 20 de abril de 1982, onde foi apresentada a divisão de tarefas na estrutura do novo acampamento em outra área denominado Nova Ronda Alta, após saírem do Encruzilhada Natalino. Nota-se que as atividades relacionadas à imprensa estão definidas em uma das equipes de trabalho no acampamento. Conforme explicado no Boletim, a assembleia do povo é a representação máxima da organização, onde todos os assuntos são debatidos e decididos por todos os acampados em conjunto. Ainda segundo o texto, os sem-terra foram democraticamente organizados em busca de resolver as questões básicas como a organização territorial, ou seja, a ocupação do espaço, a infraestrutura física como por exemplo para a escola, dentre outras tarefas.

Sobre a equipe de imprensa, cabe sinalizar como um ponto relevante a circulação de um jornal interno entre os acampados. Segundo a descrição, no novo acampamento foi possível uma maior dedicação à organização interna.

Prova disso é o jornalzinho que passou a circular entre as famílias do acampamento. O jornal, de nome “Nova Ronda Alta, Terra Prometida”, feito pelos próprios colonos, já está no seu quarto número e veicula notícias do interesse da comunidade de Nova Ronda Alta, como os resultados das discussões nos grupos de famílias; as leis do acampamento, feitas pelos agricultores depois das discussões; e tem um espaço reservado para os informes da comissão central, além de incentivar a criatividade cultural dos acampados publicando poesias, versos e músicas criadas no acampamento (BOLETIM SEM TERRA, 26 de abril de 1982, página 2).

Esta é uma situação exemplar que ilustra nosso debate sobre a importância e função do processo de comunicação no contexto da luta pela terra. Neste caso, a circulação de um informativo serve tanto para demonstrar os resultados diários do trabalho de cada acampado, e

as contribuições que isso gera ao coletivo, quanto como um incentivo para prosseguir lutando no acampamento pelos objetivos em comum. Em nosso entendimento, existe uma simbologia bastante significativa nesse cenário, pois faz com que cada acampado se perceba enquanto participante ativo de uma mudança e da história, além de se constituir como uma possibilidade de construção e expansão de conhecimento em relação à luta.

No decorrer do ano de 1982 percebe-se a ampliação dos temas tratados no *Boletim*. Se no início o foco foi regional a partir da formação e resistência de um acampamento em RS, o assunto foi tomando amplitude nacional, as publicações passaram a considerar também os acontecimentos em outras regiões do país, especialmente em relação à intenção do Estado em levar os que reivindicavam terras para outras áreas com intuito de colonização do território. Do mesmo modo, outra mudança significativa refere-se à estrutura do jornal, utilizando imagens ilustrativas com mais frequência, como fotos ou desenhos, incorporando aos textos outras formas de comunicação.

Um marco importante nesse contexto foi o ano de 1984, com a efetiva formação do MST. A partir desse momento, o *Boletim Sem Terra* passa a ser denominado *Jornal Sem Terra*, e com isso mais mudanças aconteceram, tanto na estrutura quanto na abrangência e função no processo de luta pela terra. “*Antes mesmo de existir o MST, já existia um instrumento de comunicação construído com esses objetivos de garantir a informação, a formação, passando por esse processo de organização das famílias, sendo instrumento também de denúncia do latifúndio etc*” (Entrevistado A, 2020).

Assim, foi apontado pelo próprio movimento, ao relatar sobre sua história,

A partir de 1984, com a criação oficial do MST, o Boletim Sem Terra dá um salto qualitativo e se transforma no Jornal Sem Terra. Muda o formato, a amplitude, o editorial e os objetivos. Num momento de nacionalização do Movimento, o jornal passa a ter um caráter mais interno, e se torna um dos principais instrumentos de articulador, de motivador da luta e de formação política a ser realizado nos trabalhos de base, característica que vem tendo desde então (Página online do MST)<sup>25</sup>.

O nº 36 de julho de 1984 é a primeira edição com o nome *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, como podemos visualizar na figura 16, com a redação permanecendo em Porto Alegre e novas características de editoração. A luta pela terra foi se territorializando ao longo desses anos da década de 1980 no fim da ditadura militar, alcançando mais áreas e levada ao maior conhecimento da população, em comparação ao que se tinha até então. Para tanto o jornal

---

<sup>25</sup> Disponível em <https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/>. Acesso em 06 set. 2021.

foi determinante, pois tomou notoriedade com os relatos dos sem-terra, o apoio de entidades, organizações e sindicatos, bem como com as denúncias de violência e desrespeito aos direitos humanos.

Figura 16: Jornal dos Trabalhadores Sem Terra, nº 36 julho de 1984, páginas 1 e 2



Fonte: Hemeroteca da Luta pela Terra, 2021.

A partir daquele momento, o jornal informou que passaria a ter publicação mensal e de circulação nacional, decisão tomada no 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra em Cascavel (PR) que aconteceu em janeiro do mesmo ano. Com a manchete “Depois de três anos, um novo desafio”, foram pontuadas as mudanças, considerando que o movimento já era reconhecido e necessitava de um órgão de divulgação forte, amplo e que atingisse todo o país. Foi destacado ainda que seu êxito dependia fundamentalmente dos próprios lavradores sem terra, que continuariam a sugerir matérias, assuntos e avaliação de seu conteúdo. “O jornal só será importante se efetivamente contribuir para um avanço da organização dos sem terra e para o sucesso do movimento”, ressaltou.

O entrevistado nesta pesquisa que compõe o setor de comunicação do MST, nos explica que a comunicação foi um fator essencial para a formação e expansão do movimento, diante os desafios que surgiram.

*No final dos anos 80 e início dos anos 90, nasce o MST enquanto essa organização que a gente conhece hoje e alguns desafios são apresentados para o conjunto do nosso movimento. Primeiro, a gente precisa garantir um amplo processo de trabalho de base de massificação, porque esse movimento precisa crescer. A gente precisa investir em massificação dessa organização, investir em trabalho de base conectado ao processo de formação. Então foi o momento que o nosso movimento constitui as primeiras lideranças e essas primeiras lideranças saem pelas periferias das cidades fazendo debates, convocando as pessoas para poder lutar pela terra etc, etc, etc. E junto com isso se conecta a uma outra dimensão que é a de nacionalização. Então a gente tinha aí três grandes desafios neste primeiro momento: nacionalizar o MST, massificar e garantir o processo de trabalho de base (Entrevistado A, 2020).*

Então, a comunicação se encaixa exatamente para atender e fazer cumprir com esses objetivos de nacionalização, massificação e trabalho de base, firmados assim que o movimento começa sua organização. O entrevistado cita também a importância do rádio enquanto instrumento de comunicação interna nos acampamentos, já que sempre esteve presente nas casas dos trabalhadores do campo, muito antes e mais comum do que a televisão.

*E é claro que esses instrumentos eles eram construídos com esse objetivo de dialogar com a sociedade, mas também para garantir processos organizativos dentro dessas áreas, e aí a gente começa a se desenhar a partir desses instrumentos, a pensar metodologias de estudo, de trabalho, de leitura, porque na época a gente não tinha um jornal pra todo mundo né, porque o dinheiro tava curto. Então o movimento a partir dos núcleos de base que existem dentro dos acampamentos, cada núcleo de base recebia um ou dois jornais, tinha um dia da semana que aquele núcleo de base parava pra ler o Jornal Sem-Terra. Ou seja, olhando para o desafio da massificação, da nacionalização e do trabalho de base, ter instrumentos de comunicação para dialogar com a sociedade era importante naquele primeiro momento, mas ter instrumentos que nos ajudem na organização das famílias também era fundamental e que esse instrumento que organiza também nos ajude no processo de formação. Então ele sempre foi um instrumento intencionalizado, então não estava ali só pra levar informação, dizer os acontecimentos, mas era uma informação com posicionamento político. Então isso era um elemento importante que ajudava inclusive a subsidiar os processos de luta, construído naquele primeiro período (Entrevistado A, 2020).*

Esses relatos nos mostram como se deu o uso da comunicação no processo de criação, expansão e diálogo do movimento com os próprios trabalhadores na luta e com a sociedade de forma geral, levando a questão da terra e da reforma agrária a um conhecimento popular mais amplo, e por conseguinte estabelecendo o diálogo com outros setores, como por exemplo universidades e outras organizações. Cabe ressaltar que, mesmo gradativamente tomando repercussão nacional, no primeiro momento o recém oficializado Movimento dos Trabalhadores Sem Terra da Regional Sul estava organizado principalmente nos estados do RS,

SC, PR, SP e MS. Então, a princípio os assuntos mais abordados no jornal, mas não exclusivamente, se referiam a esses estados.

Nesse quesito, a partir da nacionalização do MST, de sua territorialização nas diferentes regiões brasileiras e abrangência de suas ações, é que o jornal passa a produzir mais conteúdos referentes aos estados onde a questão da terra e a atuação dos trabalhadores sem-terra se destacavam. Onde havia conflitos, exploração do trabalho, expropriação da terra, abusos de poder, denúncias de irregularidade, se tornava pauta do jornal, ao mesmo tempo que também era assunto a produção de alimentos, as conquistas dos assentamentos, os protestos, as reuniões com representantes do governo.

O MST sabe, com mais ou menos certeza, que a Luta pela Terra e pela Reforma Agrária não são, em si, notícia no Brasil. Por um lado, porque ela é a mesma há muitos anos e, assim, não corresponde ao critério de novidade para ser notícia; por outro, porque não vai ao encontro dos interesses dos que detêm o poder político e de seus representantes na mídia (SOUZA, 2005, p. 96).

Como já pontuamos anteriormente, é evidente que novos elementos foram se agregando à questão da terra e da reforma agrária. Entretanto, é um tema que sempre integrou a história brasileira enquanto causa de conflitos e desigualdades, com soluções limitadas. Por isso deixa de ser novidade como pauta do jornalismo.

Ao decidir enfrentar o latifúndio e seus representantes, o movimento dos sem-terra sofreu dolorosas consequências, assim como outros movimentos de luta pela terra. Um dos casos mais conhecidos foi o Massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará em 17 de abril de 1996, que resultou na morte de 21 sem-terra após a ação de policiais na tentativa de encerrar uma marcha na rodovia. Naquele momento, o jornal Sem Terra teve um papel fundamental ao divulgar o acontecimento e fazer chegar a todos os cantos do país uma situação tão grave, inclusive com projeção internacional.

Figura 17: Jornal Sem Terra, maio de 1996, páginas 1 e 3



Fonte: Hemeroteca da Luta pela Terra, 2021.

No período do Governo FHC, o movimento fez a denúncia nessa edição do jornal. “A ineficiência do governo em agilizar a implantação da Reforma Agrária em nosso país criou pré-condições para que ocorresse mais um massacre de trabalhadores rurais sem terra”. Segundo o movimento, as famílias vítimas do conflito estavam acampadas desde o ano anterior, com a promessa de assentamento pelo governo federal, que se tivesse cumprido o que prometia, teria evitado a tragédia. Mais uma vez, a denúncia foi sobre a falta de compromisso com a reforma agrária por parte do Estado, que pautava o tema apenas em propagandas eleitorais e promessas, mas sem efetividade. E prosseguem no texto, apontando que a política do governo daquele período estava

provocando outros ‘massacres’ que não chamam a atenção dos meios de comunicação e, por consequência, da opinião pública. Ou há dúvidas que o desemprego massivo, a falência da agricultura familiar, os cortes de gastos no setor da saúde, educação e moradia, as tentativas de acabar com os direitos sociais garantidos na Constituição Federal, são verdadeiros massacres cometidos contra a classe de trabalhadores e os setores mais desfavorecidos de nossa sociedade? (Jornal Sem Terra, maio de 1996, p. 2).

Outro caso de violência bastante conhecido nesse contexto foi a Chacina de Felisburgo, em novembro de 2004, no acampamento Terra Prometida em Minas Gerais, resultando em 5 mortes e 20 feridos dentre os trabalhadores sem-terra. Mais um caso também de repercussão midiática nacional e internacional.

Figura 18: Jornal Sem Terra, novembro de 2004, páginas 2 e 12



Fonte: Hemeroteca da Luta pela Terra, 2021.

Vemos que os casos de violência são incansavelmente pautados nas edições do jornal, não só em forma de denúncia, mas sobretudo como evidência de que os conflitos no campo de fato existem e precisam ser reconhecidos como um problema que exige solução, ao mesmo tempo em que há uma contundente cobrança de justiça diante desses crimes. Do mesmo modo, são assuntos que não puderam e ainda não podem passar despercebidos pela grande mídia, dada a gravidade da situação. Nestes casos, assim como em outros temas, o que pode mudar é a perspectiva de narração dos fatos, mas o nível de violência e o desrespeito aos direitos humanos são inegáveis. Esta é uma expressão do Paradigma da Questão Agrária, que evidencia o conflito característico do modelo capitalista e a resistência por parte dos trabalhadores rurais e sem-terrás, destacando também os objetivos em promover mudanças no campo.

Sobre a política de comunicação do MST, Barbosa (2013) analisa e aponta que seu papel foi incentivar os militantes e demais trabalhadores rurais a prosseguir na luta por reforma agrária e pela construção de uma nova sociedade, o que vai muito além da função de ser apenas um instrumento de troca de informações entre o movimento e seu público ou ainda como base de planejamento e ações da direção. Além disso, prossegue o autor, a comunicação é peça fundamental na construção de uma contra-hegemonia na sociedade capitalista, sendo o

diferencial do MST incluir a Educação na construção coletiva dessa política de comunicação, especificamente a formação de militantes.

Essa política a que nos referimos foi sendo construída desde a criação do movimento, e no decorrer dos anos de atuação e das edições do jornal, são percebidas mudanças em suas características. Por isso é fundamental considerar a estrutura organizacional do MST, particularmente no que compete ao setor de comunicação, que articulado aos demais setores, compõe as diretrizes e as ações no papel de comunicar e informar tanto internamente quanto no diálogo com a sociedade em geral. Na página virtual encontramos que,

A comunicação tem um papel central na sociedade na disputa de hegemonia e contra-hegemonia. Nesse sentido, é essencial que o povo organize seus próprios meios de comunicação para que seja feita a disputa contra-hegemônica. Por isso, o MST criou o Setor de Comunicação, que tem o papel de construir os próprios meios de comunicação do Movimento, tanto com caráter mais interno quanto mais externo, assim como se relacionar e fazer a ponte entre a organização com os demais meios de comunicação (Página online do MST)<sup>26</sup>.

Sem dúvida, a comunicação é uma das estratégias na luta política e ideológica dos movimentos socioterritoriais, fazendo frente à hegemonia das classes dominantes e dos meios de comunicação que as representam. Mais ainda, a construção e desenvolvimento dessa ferramenta exige constante formação e cada vez mais pessoas envolvidas, por isso a importância de um setor próprio dentro do movimento.

Conforme nos explica, a estrutura organizativa do MST tal como conhecemos é recente, se comparada à formação do movimento, mas a comunicação enquanto estratégia na luta sempre esteve presente.

*A comunicação no MST existe há 20 anos apenas, dentro dessa estrutura que a gente conhece, tendo um dirigente nacional de comunicação, tendo comunicadores nos estados e etc. Mas anterior a isso, a comunicação no movimento sempre esteve atrelada aos processos de luta de maneira mais concreta. E eu acho isso muito interessante né, quando a gente vai pensar sobre o processo da luta pela terra no Brasil, é a gente entender como que a comunicação ela sempre foi um componente estratégico, no que diz respeito às conquistas e desafios apontados em determinados períodos históricos* (Entrevistado A, 2020).

Quando falamos da comunicação hegemônica, tem-se uma produção da chamada grande mídia voltada para legitimar a posição de poder da classe dominante, que para tanto vai consolidando passo a passo uma determinada representação da realidade, moldada a partir dos

---

<sup>26</sup> Disponível em <https://mst.org.br/quem-somos/#setores>. Acesso em set. 2021.

próprios interesses. Não significa dizer que a realidade é inventada, mas sim combinada para que seja dito, escrito e veiculado o que mais for conveniente, o que reflete diretamente na formação da opinião pública e no poder de crítica dos indivíduos. Como já vimos, essa é uma conduta histórica.

Exatamente para contar o outro lado da história, a outra versão, é que atuam os meios de comunicação alternativos. Estes também representam o real, os fatos, a partir de sua perspectiva, e muitas vezes contradizem aquilo que é afirmado pela grande mídia ou até mesmo pelos representantes políticos. Dificilmente veremos a dita parcialidade quando se retrata a realidade, afinal, a informação se faz com base também na própria percepção da realidade, que reflete o universo simbólico de quem a reproduz. No entanto, o fundamental é reconhecer essas diferenças de posicionamento do meio de comunicação utilizado para ser informado, e a partir disso ser capaz de construir a opinião e as próprias convicções.

A mídia alternativa, que atua nessa via contra-hegemônica, precisa se basear em novas propostas e com capacidade de debate, pontua Talga (2017), abrindo novas formas de comunicação principalmente questionadoras, e assim tem-se um contraste fundamental para que seja travada uma luta midiática capaz de romper com a invencibilidade de ideias do capital na sociedade.

Se no começo do processo de comunicação massificada poderíamos pensar em uma padronização do público e da recepção das mensagens largamente transmitidas, hoje não cabe mais esta pressuposição. Isso porque os meios de comunicação, sobretudo contra-hegemônicos, foram e são importantes mecanismos utilizados para ampliar debates em diversas esferas e tornar o processo comunicacional mais crítico, com questionamentos aprofundados. Tudo isso principalmente no contexto do ciberespaço, pelo qual direcionamos a busca por informações a partir de interesses específicos, diferenciando sobremaneira do formato da televisão e do rádio, e onde nos deparamos com uma infinidade de conteúdos e pessoas dispostas a dialogar sobre variados temas numa demanda de democratização do espaço midiático.

#### **4.3. Popularização das ferramentas virtuais pelos movimentos socioterritoriais**

Cumpre novamente explicar a escolha pelo formato online das fontes de dados deste trabalho, que compõem o banco de dados do DATALUTA. A opção pela versão digital das reportagens pesquisadas vai ao encontro de alguns fatores relevantes. Primeiro pela sua funcionalidade, pelo acesso gratuito à maioria das fontes utilizadas. Segundo, considerando que

o formato online tem maior alcance de público em comparação ao formato impresso dos jornais, que é restrito às assinaturas pagas especialmente os de grande circulação.

Vemos então a importância que o espaço digital tomou para a comunicação contra-hegemônica. No caso do MST, desde meados da década de 1990 o movimento tem utilizado a internet para seu processo comunicacional, mantendo diariamente no ar uma página de domínio próprio por onde trata de todo o contexto nacional e de temas também em escala global. Assim como já apontou Barbosa (2013), a edição de julho de 1997 foi a primeira pela qual foi divulgado o site do movimento. A partir disso, soma-se mais uma possibilidade enquanto estratégia nessa luta política.

Figura 19: Captura de imagem, página online do MST de 18/09/2021.

Fonte: <https://mst.org.br/>.

Conforme podemos visualizar na ilustração, a página online está estruturada em seções, que atendem a determinadas demandas. Ao acessar o sítio eletrônico, quem navega pode ler um pouco sobre a história do movimento, além de ser possível conhecer o acervo do Jornal Sem Terra e demais produções. Chamamos atenção para as temáticas onde as notícias estão agrupadas, que representam no tempo atual as várias dimensões da questão agrária e da luta pela terra.

À medida que a internet e as tecnologias evoluíram, e novos mecanismos de interação e comunicação social surgiram, o MST também foi se apropriando ao ocupar outras redes como *Facebook*, *Twitter*, *Instagram* e *YouTube*, este último voltado especificamente para a produção audiovisual. Nesse quesito, há de se destacar que diversos conteúdos são divulgados por meio dos vídeos, entrevistas, debates e encontros virtuais, especialmente considerando o período de pandemia da COVID-19, em que tais atividades só foram possíveis à distância e intermediadas pelo espaço digital. Inclusive, diversas atividades acadêmicas online e públicas têm a participação de integrantes de movimentos socioterritoriais, sobretudo MST, promovendo o diálogo entre movimento, universidade e sociedade.

Ainda sobre os vídeos como estratégia política, é interessante pontuar que

El punto de partida del video en el movimiento de los Sem Terra es la grabación de la ocupación de Fazenda Anonni en el 85, en Rio Grande del Sur. Es un registro vivo, sin producción ni representación. [...] al inicio hubo una cierta resistencia de los colonos, quienes sólo en la medida en que se verificó la relevancia del trabajo, aceptaron colocar las cuestiones del video en la agenda de sus reuniones, incluyendo la compra de equipo y salarios al productor (BERGER, 1990, p. 25).

Não apenas o MST ocupa a mídia digital, mas vários outros movimentos socioterritoriais se utilizam dessa ferramenta e desse espaço para darem continuidade às suas lutas, principalmente desenvolvendo essa comunicação contra-hegemônica<sup>27</sup>. Isso garante a frequência do diálogo com a sociedade, bem como maior alcance desse diálogo, visto que o acesso às informações disponíveis nas páginas online é facilitado em comparação com materiais impressos, por exemplo.

Entretanto, existe o outro lado dessa realidade digital. Uma das tantas desigualdades expostas no espaço geográfico envolve exatamente o acesso às tecnologias e à conexão virtual,

---

<sup>27</sup> São exemplos os sites ou redes sociais do MAB (<https://mab.org.br/#>); Movimento dos Pequenos Agricultores (<https://mpabrasil.org.br/>); Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (<https://pt-br.facebook.com/terratrabalholiberdade/>); Movimento pela Soberania Popular na Mineração (<https://mamnacional.org.br>); a própria Comissão Pastoral da Terra (CPT) que publica anualmente o Caderno Conflitos no Campo (<https://www.cptnacional.org.br>); dentre outros.

conforme já abordamos no início deste trabalho. Pensando em escala nacional, mesmo que o número de usuários seja cada vez mais expressivo, ainda há disparidades regionais de uso e acesso da população a aparelhos eletrônicos e internet. Além do que, para isso é necessário que o indivíduo conheça as ferramentas e aprenda a usá-los, fator que deve ser garantido no processo educacional público, por exemplo. É por isso também que a ideia de democratização se torna tão importante.

Nesse quesito, Talga (2017, p. 56) sinaliza que “é necessário considerar que a sociedade da informação é uma sociedade de classes, pois o ciberespaço não existe descolado do mundo material, e que a infraestrutura da maioria das redes está sob o controle das mesmas pessoas e empresas que sempre controlaram o capital”. Quando os sujeitos e movimentos sociais começam a ocupar o ciberespaço, passa a construir uma rede de comunicação colaborativa, produzida num formato independente e horizontal, o que traz reflexos em escala nacional e internacional no mundo globalizado.

A popularização das ferramentas virtuais vai ampliando possibilidades de uso pelos diferentes segmentos da sociedade, a partir da ideia de um processo mais democratizado. Por isso, os setores específicos responsáveis pela imprensa e comunicação dentro dos movimentos socioterritoriais tomam importância cada vez maior, sendo responsáveis pela produção de conteúdo e argumentos que questionam a ordem vigente, o poder político e as classes dominantes.

Podemos pensar que a rede virtual é capaz de ser potencializadora e ao mesmo tempo limitante. Sobre as dificuldades dentro do próprio movimento em utilizar a rede virtual na articulação da luta, levando em conta as disparidades regionais, é considerável a seguinte análise.

*E aí a gente consegue garantir uma comunicação linear utilizando apenas esta plataforma? Não, a gente não consegue, é impossível. Tem regiões que a gente tem um acesso mais fácil, tipo na Região Sudeste, a região Sul e a região Centro Oeste, mas tem outras grandes regiões que a gente não consegue fazer a mesma coisa. A região Amazônica, a gente só consegue contato com as pessoas que estão nos grandes centros, e na região Nordeste a gente tem estados com limites, tipo Piauí, Rio Grande do Norte. São estados que a gente ainda tem dificuldade de uma inserção direta no que diz respeito a uma comunicação mais rápida entre os companheiros e companheiras. Mas o movimento ele também constrói uma lógica de organicidade. As nossas vias de comunicação interna, elas acontecem apenas pela internet? Não, tem outros espaços também, são as nossas reuniões nacionais, que a partir das reuniões nacionais as pessoas deliberam e constroem reuniões regionais, a partir das reuniões regionais as pessoas deliberam e constroem reuniões nos estados, que faz nas regiões, que faz nas brigadas, que faz nos assentamentos, então acaba sendo que essa própria organicidade que a gente criou é um mecanismo de comunicação direta (Entrevistado A, 2020).*

Abre-se parênteses para assimilar que o momento de pandemia em que este trabalho é escrito se torna outro fator determinante nas considerações sobre o uso e acesso da internet e das ferramentas tecnológicas. Diante da necessidade do isolamento social, essa situação revelou o quanto ainda são expressivas as desigualdades regionais e locais. Por exemplo, no que compete ao processo educacional em 2020 e 2021 em seus diferentes níveis, uma parcela da população teve e ainda tem dificuldades com o ensino remoto, o que vai gerar profundos contrastes a longo prazo, visto que parte dos estudantes mantém a aprendizagem no formato online, enquanto outra parte fica prejudicada por não possuir as ferramentas de acesso e recursos financeiros para tal. Outro exemplo é o trabalho remoto, pois o trabalhador que executa funções possíveis no modelo virtual pôde ficar em casa e manter o isolamento, diminuindo as possibilidades de contágio pelo coronavírus. O que não acontece para os trabalhos de menor nível técnico, exceto os de caráter básico como saúde e segurança, que para executar a função não pôde cumprir o isolamento, aumentando assim as possibilidades de contágio. Mais uma vez, as consequências deste cenário revelam as desigualdades socioeconômicas no país.

#### **4.4. O agronegócio pela imprensa institucional e pela imprensa hegemônica**

Com base em pesquisa no acervo dos três jornais aqui analisados, identificamos que o termo agronegócio começa a ser tratado somente na edição de novembro de 2003 no *Jornal Sem Terra*, a partir de uma entrevista com o professor Bernardo Mançano Fernandes sobre reforma agrária. Antes disso, apareceu o termo *agribusiness* na edição de novembro de 1994 do mesmo periódico, ao ser citada numa seção a ABAG, então Associação Brasileira de Agribusiness, como uma das forças políticas que teve maior poder na elaboração do programa agrícola e agrário do governo de FHC.

É no início da década de 2000, conforme também aponta Ribeiro Neto (2018), quando o foco das críticas do MST passa a ser direcionado ao agronegócio e menos aos latifúndios improdutivos, tanto pelos meios de comunicação do próprio movimento, quanto na grande imprensa quando foi pauta de notícia. Lembrando que um dos objetivos dos representantes do patronato rural foi exatamente desfazer essa visão negativa de improdutividade das grandes propriedades rurais, projetando então a noção do agronegócio, e criando outras roupagens de uma agricultura modernizada e inserida no mercado internacional.

Do mesmo modo que consideramos os periódicos nas bases da comunicação popular e alternativa, é fundamental abordar também as estratégias discursivas do agronegócio a partir da imprensa. Essa perspectiva se enquadra no que entendemos por comunicação hegemônica, representada tanto pelos grandes veículos midiáticos quanto por uma imprensa própria dos ruralistas. Já vimos nas seções anteriores que existe uma relação muito próxima entre a mídia e o agronegócio, articulados em objetivos comuns que visam principalmente a manutenção de uma ordem vigente.

No início deste trabalho citamos como exemplo duas peças publicitárias relativas ao agronegócio, o *Movimento Sou Agro* de 2011, e *Agro: a indústria-riqueza do Brasil* de 2016, este ainda em circulação. Foram produzidas para uma valorização do setor agropecuário brasileiro, preconizando seus aspectos positivos, como por exemplo a geração de emprego e a expressividade da participação no PIB do país. Trata-se então de uma construção da imagem e sua constante divulgação, de modo a ampliar o conhecimento da população sobre esta atividade econômica, convencer da sua precisão e suavizar as desvantagens. Ambos os exemplos promovem uma construção simbólica do espaço agrário a partir do uso que o agronegócio faz da terra e do seu modo de operação.

Essas campanhas publicitárias evidenciam

a importância da propaganda e do marketing na construção da imagem pública e na reprodução social do patronato rural e do agronegócio no Brasil. Imagem, mídia e marketing cada vez mais se apresentam como organizadores da construção simbólica do poder e se encontram na base da ação e da retórica de legitimação patronal rural (BRUNO, 2012, n.p.).

A segunda publicidade a qual fazemos referência ficou bastante conhecida a partir de sua veiculação pelo canal televisivo da Globo, especialmente durante a noite no “horário nobre” do canal, nos intervalos dos noticiários e novelas, em que a audiência é mais expressiva. Imersos em imagens marcantes, coloridas, de belas paisagens simbolizando grandes lavouras e florestas brasileiras, com ênfases nos trabalhadores, em centros de pesquisas científicas e maquinários utilizados na produção, os telespectadores escutam com frequência a frase-chave “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo” que sintetiza a ideia e o posicionamento da propaganda, amplamente difundida. Essa construção ou reformulação da imagem do agronegócio pretende, dentre outros fatores, afastar as vinculações negativas atribuídas ao setor e retirar sua responsabilização em prováveis problemas consequentes da sua operação, mesmo que vários destes sejam visíveis.

Observa-se que um dos objetivos é exatamente despertar o sentimento popular de orgulho, de reconhecimento dessa atividade econômica como motor da economia brasileira.

Declarar que o “agro é pop” é afirmar que toda a população faz parte do processo produtivo, e que consequentemente colhe os bons resultados. Nesse sentido, apoiar o agronegócio é também apoiar o desenvolvimento econômico do país, e se contrapor ao agronegócio é não contribuir com esse processo.

A própria difusão do conceito de *agrobusiness* no Brasil teve a mídia como importante articuladora, pela qual foi ressaltada “tanto sua participação no PIB e na balança comercial do país quanto no potencial empregatício e na minoração da porcentagem do dispêndio das famílias brasileiras” (SOUZA, 2011, p. 124). Isso a partir principalmente das instituições representantes do patronato rural vinculados também a outros grupos, que se tornaram cada vez mais atuantes no cenário político e mantêm com isso a subordinação da agricultura aos moldes capitalistas.

O poder se manifesta em diversas instâncias da malha social, afirma Silva Junior (2015), e assim procede devido também às estratégias discursivas. Desse modo, poder e discurso mantém estreita ligação a partir da organização e reorganização de ideias, interferindo e se (re)produzindo no espaço. Assim, a comunicação produz o espaço e o espaço produz a comunicação.

Quando a comunicação está a serviço do poder, considerando este como uma propriedade das relações sociais entre grupos, instituições ou organizações e, portanto, social, esta é usada a partir de um sistema de manipulação e de persuasão. Elimina-se então, a questão coercitiva, ou seja, o uso da força. Assim, trata-se de uma arquitetura muita mais arranjada em termos técnicos, que embora necessite de um fluxo financeiro considerável para se instituir, opera em níveis de uma dimensão muito mais cognitiva e por isto encontra nas formações discursivas o campo ideal de propagação (p. 36-37).

Essa comunicação hegemônica que também é expressão do poder, tem como importante diferencial elevados recursos financeiros, o que garante ampla atuação em seus objetivos. É exatamente por esse motivo que regularmente consegue atingir um grande público na recepção de suas mensagens, pois para ter um alcance abrangente em escala nacional e também internacional, são necessários volumosos investimentos.

Ao fazer uma análise sobre a forma como esse setor econômico produz sua imagem, Chã (2016) nos mostra que o agronegócio se utiliza de múltiplas estratégias no campo da comunicação e da cultura, com investimentos cada vez maiores em campanhas midiáticas e ações de marketing desde a abrangência local ao nacional. Essas estratégias, continua a autora, perpassam por diferentes meios, como o jornalismo impresso, rádio e especialmente a televisão pelos telejornais, ficção de novelas e publicidade, além do meio digital e redes sociais recentemente mais expressivos.

Considerando que o Estado é um importante financiador desse setor econômico, ao destinar expressivos valores a partir de políticas públicas, leva-se em conta que

os agentes da concertação do agronegócio têm sido hábeis em mobilizar uma narrativa legitimadora baseada em estatísticas macroeconômicas, em ideias-força – como “geração de riquezas”, “solidez”, “eficiência”, “produtividade”, “competitividade”, “tecnologia” e “sustentabilidade” e em imagens que simbolizam essas ideias. É precisamente essa narrativa que opera para justificar, perante a opinião pública, que o governo possa atender aos pleitos da concertação. Trata-se do espírito do agronegócio (RIBEIRO NETO, 2018, p. 301).

Inclusive, outra estratégia do agronegócio é inserir a agricultura familiar em seu universo como parte integrante, ideia que não é consenso junto aos movimentos socioterritoriais, que apontam a incompatibilidade entre ambos. Pela perspectiva destes, o modelo de crescimento econômico promovido pelo agronegócio é responsável por aprofundar os problemas historicamente enfrentados pela população do campo, e por manter o padrão fundiário no país. Assim, identifica no agronegócio seu principal opositor, o que antes era representado pelo latifúndio improdutivo.

Exemplo dessa inserção é um dos vídeos da peça publicitária, em que é argumentada o conjunto agricultura familiar e agronegócio.

Uma boa quantidade dos alimentos que chegam na mesa dos brasileiros vem do que as famílias cultivam no campo. É quase metade da produção de milho, frango, leite e boa parte do arroz e feijão. De toda a renda gerada no campo, 23% vão para os agricultores familiares. São pequenos produtores que também adotam novas tecnologias e conquistam o mercado no exterior através de suas associações e cooperativas. A agricultura familiar gera empregos e ajuda a manter as tradições culturais no campo. Agricultura familiar é Agro. Agro é tech. Agro é pop. Agro é tudo (Portal G1, 16 de setembro de 2021)<sup>28</sup>.

O trecho ilustra o que aponta Ribeiro Neto (2018), sobre a concertação do agronegócio operar uma narrativa que incorpora a agricultura familiar ao agronegócio, apoiada pela maioria da imprensa e por alguns setores acadêmicos, e argumentando, por exemplo, com a participação de setores da agricultura familiar nas cadeias produtivas. Ao negar a oposição entre os dois modelos de agricultura, essa estratégia serve também para estimular a aproximação e até mesmo influenciar nos casos de conflitos, desconsiderando que na realidade o que se mostra mais evidente é a agricultura familiar subordinada ao agronegócio.

---

<sup>28</sup> Disponível em <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/playlist/videos-agro-a-industria-riqueza-do-brasil.ghtml>. Acesso em 26 set. 2021.

A *Folha de São Paulo* é um exemplo de jornal que aborda diariamente os temas relacionados ao agronegócio, na seção própria Agrofolha contida na seção Mercado<sup>29</sup>. Ali também são encontradas notícias nacionais relativas a preço dos produtos agropecuários, subsídios do governo, agricultura familiar, meio ambiente, dentre outros assuntos. Vale ressaltar que este é um jornal de acesso limitado a não assinantes. Outro periódico que mantém uma seção específica da temática é o *Estado de Minas*, trazendo especialmente abordagens do estado mineiro na seção Agropecuário<sup>30</sup>. São exemplos que ilustram o que nos diz Chã (2016), quando afirma que notícias, comentários, espaços de opinião são as formas de abordagem sobre o agronegócio dentro dos grandes jornais impressos ou portais de internet.

Há também um conjunto de veículos midiáticos especializados que foram criados diretamente como suporte a esse setor econômico. “O discurso empresarial como uma formação discursiva do agronegócio, aliás, culturalmente globalizado, joga com valores caros e expressivos no sentido de se materializar e convencer” (SILVA JUNIOR, 2015, p. 52). A própria Associação Brasileira do Agronegócio mantém seu Informativo ABAG periodicamente, disponível em seu site. Outros exemplos são a AgroAnalysis, Globo Rural, Revista Safra, Dinheiro Rural, dentre outros tantos voltados para atender aos produtores rurais quanto e levar informações relativas ao setor econômico. Conforme as análises de Chã (2016), outro ponto importante a ser considerado é o fato de o agronegócio adaptar para seu universo a linguagem dos movimentos sociais, incorporando todas as propostas próprias da reforma agrária, tais como não deixar a terra ociosa, produção de comida, cuidados com o meio ambiente, integração entre o campo e a cidade, incentivo à cultura e inclusão social.

A construção e manutenção da imagem positiva do agronegócio perpassa também pela desconstrução da imagem dos que se opõem ao setor, ou na visão deles, que oferecem algum risco. Assim é considerado quando nos referimos à criminalização dos movimentos socioterritoriais, grupos que já sofreram frequentes ataques da grande imprensa, que por sua vez se tornou um dos responsáveis por criar uma representação negativa dos envolvidos na luta pela terra.

Alguns trabalhos pelo olhar geográfico, bem como de outras áreas do conhecimento, abordam de forma categórica os modos como diversos veículos de comunicação se referiam aos movimentos socioterritoriais e seus integrantes, desqualificando principalmente as ações e a bandeira da reforma agrária. “Textos noticiosos a respeito dos conflitos agrários tendem a

---

<sup>29</sup> A seção está disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/agrofolha/>. Acesso em 27 set. 2021.

<sup>30</sup> Disponível em <https://www.em.com.br/agropecuario/>. Acesso em 27 set. 2021.

negativar a ação dos movimentos socioterritoriais ao qualificar espacializações como acontecimentos isolados das causas sociais, ignorar ações repressivas ou justificar estas mesmas ações como direitos de defesa” (SILVA JUNIOR, 2015, p. 52).

Nesse sentido, o avanço e popularização dos meios digitais acaba por contribuir num duplo sentido. De um lado, é neste espaço em que é possível buscar de modo mais autônomo o tipo de informação que nos interessa, em fontes que geralmente estão alinhadas com nossa visão de mundo e perfil ideológico. Ao mesmo tempo, as notícias especialmente dos grandes veículos têm um potencial de alcance muito mais amplo, chegando rapidamente à maior parte da população que tenha acesso digital, sem que esta tenha selecionado, pois abordam variados temas com atualizações mais rápidas, e consequentemente são mais visualizados. Isso faz com que suas concepções também sejam mais difundidas, alimentando modos de pensar e intervindo na opinião pública, em maior ou menor grau.

Nesse quesito, Souza (2005) destaca que a criminalização de líderes sem-terra faz parte de um jogo discursivo promovido pela ideologia em dois sentidos, pois além de serem expulsos da terra, são também expulsos da legalidade, o que os determina como o grande inimigo. Criminalizar quem luta pela terra significa negar sua condição de existência e suas reivindicações enquanto um grupo social. Quanto mais o movimento é rotulado e associado a práticas ilegais, melhor é o resultado para quem representa o outro lado, a oposição. Para isso, o patronato rural conta com o apoio do Estado, seja a partir de legislação específica tanto no que diz respeito às propriedades rurais e usos da terra quanto na limitação das ações dos movimentos sociais, ou ainda amparado pelas forças de segurança pública.

Alguns mecanismos são utilizados para deslegitimar as lutas populares, neste caso a luta pela terra e pela reforma agrária, bem como a atuação dos movimentos envolvidos, conforme sinaliza o Entrevistado A (2020). Um deles é a construção narrativa e simbólica que vai sustentar uma imagem negativa, como por exemplo o uso de termos como “destruir”, “atear fogo”, “bandido” em relação aos grupos e ações. Outra forma é invisibilizar uma pauta positiva, como por exemplo a doação de alimentos ou sobre uma agricultura sustentável, pois ao negar o fato acaba tornando-o desconhecido e inexistente. E um terceiro procedimento é ampliar aspectos negativos de uma ação positiva, como é o caso de uma manifestação numa avenida contra a violência no campo, por exemplo, mas que são enfatizados os problemas que a concentração de pessoas causou no trânsito da cidade. Neste exemplo, a principal reivindicação que deveria ser discutida, ligada à justiça e segurança enquanto um direito, é relegada a segundo plano.

Assim, considerando o que foi exposto até aqui, na próxima seção vamos analisar alguns exemplos de reportagens que fazem parte do banco de dados do DATALUTA, buscando compreender como se deu nos últimos anos a construção de uma representação da questão agrária e da luta pela terra no estado de Minas Gerais. Para tanto, são utilizadas fontes que correspondem tanto à grande mídia quanto à comunicação popular e alternativa.

## **5. Discurso hegemônico e contradiscurso: disputas de representação da questão agrária em Minas Gerais**

Nesta última seção, apresentamos os números da luta pela terra e seus desdobramentos no estado de Minas Gerais, em especial no que diz respeito às ações dos movimentos que lutam e resistem no campo a partir de diferentes estratégias, registrando no tempo e no espaço suas reivindicações.

Na sequência, retomamos as fontes do Banco de Dados DATALUTA com reportagens específicas do estado mineiro, a fim de analisar exemplos de notícias veiculadas pela grande mídia e pelos canais de comunicação popular, dentre estes os relativos aos movimentos socioterritoriais. Com isso, procuramos compreender as formas com que a questão agrária tem sido representada no estado, no que diz respeito à luta pela terra e reforma agrária, às ações dos movimentos, bem como à atuação das instituições públicas ligadas à temática.

A intenção é estabelecer as relações entre a notícia e os objetivos que produzem a informação, a partir de elementos como imagens, termos específicos, extensão da reportagem, manchetes, títulos, entre outros. Para tanto, são consideradas as fontes de notícias já anunciadas anteriormente, a saber *Jornal Correio de Uberlândia*, *Jornal O Tempo*, *Jornal Estado de Minas*, *Portal do MST* e *Brasil de Fato*, com o recorte temporal de 2005 a 2018. Entendemos que os discursos, neste caso jornalísticos e de opinião, expressam uma realidade, e estão carregados de significados e intenções ao exercer sua função de informar.

### **5.1. Contexto da questão agrária em Minas Gerais**

As características da questão agrária no estado mineiro se assemelham às do restante do país, com algumas divergências em relação aos demais estados e regiões dada suas especificidades. Um ponto importante é a localização em uma região de ocupação consolidada, o que confere uma dinâmica de produção agrícola, infraestrutura e população determinante ao serem pensados os problemas do campo. Para o exame desse arranjo em Minas Gerais, é imprescindível a contribuição do Banco de Dados DATALUTA a partir das categorias de análise.

Situando os aspectos da agricultura em relação aos municípios mineiros, ao estado e inclusive à região Sudeste, encontramos os mesmos problemas visíveis que caracterizam o Brasil como um todo, conforme assinala Pessôa (1988, p. 58) ao destacar

a concentração da propriedade da terra; a presença da agricultura moderna ao lado de áreas tradicionais; as disparidades entre o preço dos insumos e a comercialização da produção; a produção, em larga escala, de culturas para exportação; as contradições nas relações de trabalho; a questão do êxodo rural, a degradação ambiental.

Sobre a estrutura fundiária, também se tem como referência o elevado índice de concentração da propriedade da terra, fator que não difere quando pensado dentro do contexto nacional, dada a profunda desigualdade econômica que marca essa característica, vinculada ao histórico de ocupação do território habitualmente pautado na concentração.

O cálculo mais recente que verifica a distribuição desigual de terras revela um índice de Gini de Minas Gerais de 0,773 em 2018, enquanto que no Brasil a taxa é de 0,873, conforme dados do Incra/DATALUTA (2019), lembrando que quanto mais próximo de 1, maior o grau de concentração. Contextualizado pelas últimas décadas, esse índice do estado pouco se alterou, registrando 0,741 em 2003; 0,754 em 1998 e 0,745 em 1992 (GIRARDI, 2008). Os números levam a compreender que Minas Gerais está classificado na categoria de concentração forte a muito forte (índices entre 0,701 a 0,900), com atenção especial ao Norte de Minas, que apresenta nível maior em comparação às demais áreas, conforme destacam Cleps Jr *et al* (2016) e Vinha (2021).

Ao considerar que a maior parte das terras concentradas no país está sob o domínio de grandes corporações nacionais e multinacionais, Fernandes, Welch e Gonçalves (2014, p. 17) sinalizam que estas “controlam as políticas de desenvolvimento da agricultura, ficando com a maior parte dos recursos do crédito agrícola, monopolizando os mercados em todas as escalas e definindo as tecnologias destinadas à qualificação da produção agropecuária.”

Vale destacar ainda que

No estado de Minas Gerais o processo de concentração de terras está principalmente vinculado à sua utilização para pecuária, em grande parte extensiva: enquanto as áreas de pastagens naturais têm enorme peso na distribuição, as áreas de lavouras e, particularmente, as lavouras temporárias, onde se situa a pequena produção camponesa, representam alto percentual do número de unidades rurais e participam em proporção quase insignificante em sua superfície total, conforme se observa nos dados do INCRA do período analisado. Contudo, alterações profundas ocorrem no campo mineiro a partir da década de 1980 com a expansão da silvicultura e dos monocultivos de grãos (soja, milho e café) e nos anos 2000, a cana de açúcar (CLEPS JR. *et al*, 2016, p. 3).

Trata-se de um estado territorialmente extenso com 586.513,993 km<sup>2</sup> e 853 municípios (IBGE 2020), o que confere uma dinâmica heterogênea aos considerarmos as diferentes regiões, principalmente em relação ao perfil agrícola e industrial resultante da modernização introduzida

no campo nas décadas passadas. Por ser um setor econômico já consolidado, que teve intensos investimentos públicos e financiamentos concedidos por projetos governamentais, que beneficiaram sobretudo o desenvolvimento do agronegócio, se faz complexo pensar uma estrutura fundiária equilibrada.

Para Cleps Jr (1998), o processo de agroindustrialização de Minas Gerais é compreendido se articulado ao conjunto das políticas industriais e aos programas de desenvolvimento agrícola implantados com grandes incentivos fiscais. Assim, prossegue o autor, a dinâmica da agroindústria no território mineiro está diretamente relacionada à expansão agrícola sobre as áreas de cerrados, iniciada com os programas oficiais a partir da década de 1970, que resultaram principalmente na adaptação de novos cultivos aos solos e investimentos em infraestruturas (estradas, energia, silos, armazéns etc). Diante essas novas possibilidades decorrentes dos avanços tecnológicos e conquistas da agropecuária brasileira, “a região do cerrado mineiro conheceu uma grande diversificação de atividades, tanto nas transformações da pecuária como na introdução de novos cultivos de alimentos, que estimulariam o processamento e a transformação industrial” (p. 172).

Esse processo de modernização da agricultura delineou um novo espaço agrário, tanto no Brasil quanto especificamente em Minas Gerais. Segundo Guimarães (2002), a difusão desse padrão de desenvolvimento implementado pelo Estado alcançou a região do cerrado num movimento iniciado no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, pelo qual se buscava incentivar a prática de uma agricultura pautada no emprego de novas técnicas e processos que proporcionassem mudanças na base técnica de produção e uma nova forma de produzir, diferente do que era a agricultura tradicional praticada na região até aquele momento.

No entanto, essas políticas foram pensadas sobretudo para viabilizar a exploração capitalista da terra e atender ao mercado internacional, que em contrapartida agravaram os problemas sociais,

entre os quais, destacam-se a manutenção da concentração fundiária, a expropriação dos agricultores familiares, a redução substancial de ocupações permanentes, o empobrecimento crescente de parcela significativa da população, além do aumento da sazonalidade do trabalho na agricultura e deterioração das condições de reprodução da força de trabalho no campo (GUIMARÃES, 2002, p. 36).

Uma vez que a atividade agroindustrial toma maior importância econômica em Minas Gerais, seus representantes também se articulam em defesa dos próprios interesses, tanto diante do Estado ao reivindicarem subsídios para continuar desenvolvendo o país, quanto diante “ameaças” à posição de poder que ocupam. Assim como em escala nacional a representação da

UDR em nome do patronato rural foi determinante no direcionamento de políticas públicas, especialmente no que diz respeito à reforma agrária, não foi diferente no estado.

Guimarães (2002) destaca também a manifestação de uma diversidade de forças políticas no campo de disputas no território mineiro. Se de um lado persistem os trabalhadores para conquistar um pedaço de terra, articulados com outras instituições da sociedade civil como sindicatos e setores da Igreja Católica, do outro atuam os grandes proprietários de terras em conjunto com outros setores sociais conservadores, demonstrando a força política e reagindo contra os trabalhadores e movimentos sociais, inclusive com violência. Nesse âmbito, a UDR também teve papel fundamental em casos de disputas territoriais, responsáveis junto ao Estado e ao poder judicial por diversas situações de despejo em áreas ocupadas pelos sem terras, mobilizando a incessante campanha contrária à reforma agrária e em repressão a qualquer ação coletiva.

Ainda em relação a essa representação do patronato rural, Gomes (2004) também traz alguns exemplos da atuação da UDR em disputas territoriais regionais e locais, demonstrando seu poder de pressão e articulação inclusive via imprensa, criminalizando o movimento e impedindo também as vistorias em fazendas pelo Incra. Pontua a autora que, apesar da entidade ter sido extinta em Minas Gerais desde 1997, os ruralistas permanecem organizados tanto a partir da “força da bancada ruralista em âmbito estadual e federal, quanto em ações articuladas de forma local, visando à garantia de seus interesses, como a defesa de suas propriedades fundiárias” (p. 136).

Diante estes fatores, identificamos as ações dos movimentos socioterritoriais no estado mineiro, continuando a considerar as categorias de análise do DATALUTA. São diferentes ações que expressam a resistência dos que lutam pela terra, num movimento contínuo no tempo e no espaço, em vistas da transformação social. São estratégias territoriais e coletivas que se tornam atos políticos e envolvem toda a sociedade. Sabendo que a pressão destes sujeitos organizados coletivamente em busca do desenvolvimento social, econômico e político do campo impulsiona efetivamente, mesmo que num processo lento, o direcionamento das decisões por parte dos órgãos públicos responsáveis pela temática, faz-se fundamental esta compreensão.

Enquanto uma categoria de pesquisa, as ocupações de terras revelam o caráter conflituoso da questão agrária em Minas Gerais, e constituem-se em instrumentos de pressão para a criação dos assentamentos rurais, como já afirmado anteriormente, contribuindo para o desenvolvimento territorial rural a partir dessa outra relação com o campo e a produção nestas frações do território.

O conflito é o estado de confronto entre forças opostas, relações sociais distintas, em condições políticas adversas, que buscam por meio da negociação, da manifestação, da luta popular, do diálogo, a superação, que acontece com a vitória, a derrota ou o *empate*. Um conflito por terra é um confronto entre classes sociais, entre modelos de desenvolvimento, por territórios. O conflito pode ser enfrentado a partir da conjugação de forças que disputam ideologias para convencerem ou derrotarem as forças opostas. Um conflito pode ser “esmagado” ou pode ser resolvido, entretanto a conflitualidade não (FERNANDES, 2008a, p. 26).

O que essa realidade nos mostra é um sistema capitalista que tem o conflito como elemento intrínseco, que produz desigualdades e contradições. Assim, a luta de classes é também um processo inerente, pois pretende a superação da exploração dos dominados pelos dominantes, e para tanto é necessária a luta. No caso da questão agrária, o território é o componente central, onde se manifestam a resistência e as relações sociais, políticas, econômicas e culturais do outro modelo de desenvolvimento proposto.

Em nosso entendimento, a ocupação de terra é uma prática que provoca o reconhecimento dos direitos civis, políticos e sociais dos sujeitos que lutam. Ao construir esse caminho, os camponeses e trabalhadores sem-terra buscam superar a desigualdade real e a situação de subordinação a que comumente foram e ainda estão submetidos, projetando-se como protagonistas políticos da história e descontornando à sociedade questões pouco debatidas.

Os registros do DATALUTA mostram que as ocupações de terras são estratégias amplamente praticadas em todo o território mineiro, demonstrado pela tabela 2, diferenciando segundo as regiões conforme o grau dos conflitos e da territorialização do agronegócio. No período de 20 anos (1988-2018), a partir da publicação mais recente do Relatório DATALUTA Minas Gerais, foi registrado o total de 812 ocupações de terras com a participação de 83.343 famílias.

Tabela 1: Minas Gerais – número de ocupações e de famílias por mesorregião, 1988-2018

Mesorregião	Nº de ocupações	Nº de famílias
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	260	25.585
Norte de Minas	229	19.991
Noroeste de Minas	124	13.009
Vale do Rio Doce	65	9.611
Jequitinhonha	39	4.455
Metropolitana de Belo Horizonte	37	5.150
Sul/Sudoeste de Minas	23	2.365
Oeste de Minas	14	1.455
Vale do Mucuri	9	1.135
Zona da Mata	6	427
Central Mineira	4	160
Campo das Vertentes	2	NI

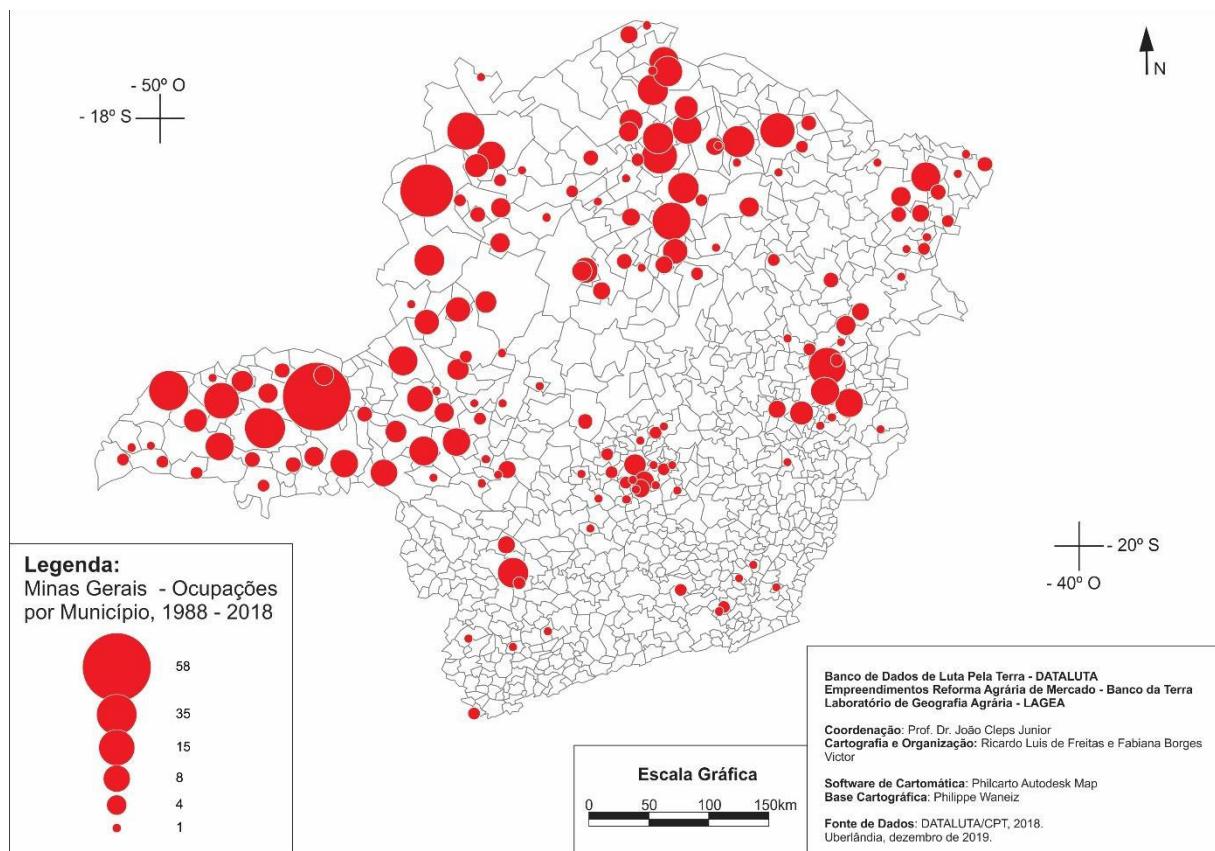
FONTE: CEDOC Dom Tomás Balduíno-CPT/Rede DATALUTA.

Org.: VICTOR, F. B., 2020.

A partir dessa escala geográfica, observa-se que três dessas regiões se destacam no número de ocupações de terras, do mesmo modo que sobressaem no número de famílias que participam da ocupação. Isso é reflexo do conflito, das características da agricultura sob o modelo hegemônico que são contestadas frequentemente pelas organizações coletivas ao ocupar uma terra que não cumpre a função social, ou é explorada intensivamente para atender ao capital, ignorando as condições de vida e trabalho direta ou indiretamente relacionadas.

Destaca-se ainda que o número de ocupações identificadas nas mesorregiões Norte e Noroeste de Minas está atrelado ao nível de desigualdade na distribuição da posse da terra, onde são registrados altos índices de concentração fundiária. São mais potenciais também nas áreas onde o agronegócio está intensamente territorializado, como no caso do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Somando estas três mesorregiões, temos aproximadamente 76% do total das ocupações de terras, espacializadas no mapa 1.

Mapa 1: Minas Gerais – ocupações de terras por município, 1988-2018



Essencialmente, o foco das ocupações de terra são as áreas improdutivas e que não cumprem a função social conforme estabelece a Constituição Federal. Considerando que o Estado por vezes se omite enquanto responsável por exigir o cumprimento da legislação, os movimentos atuam nesse sentido. Para Girardi (2008), além de lutar contra o latifúndio, terras

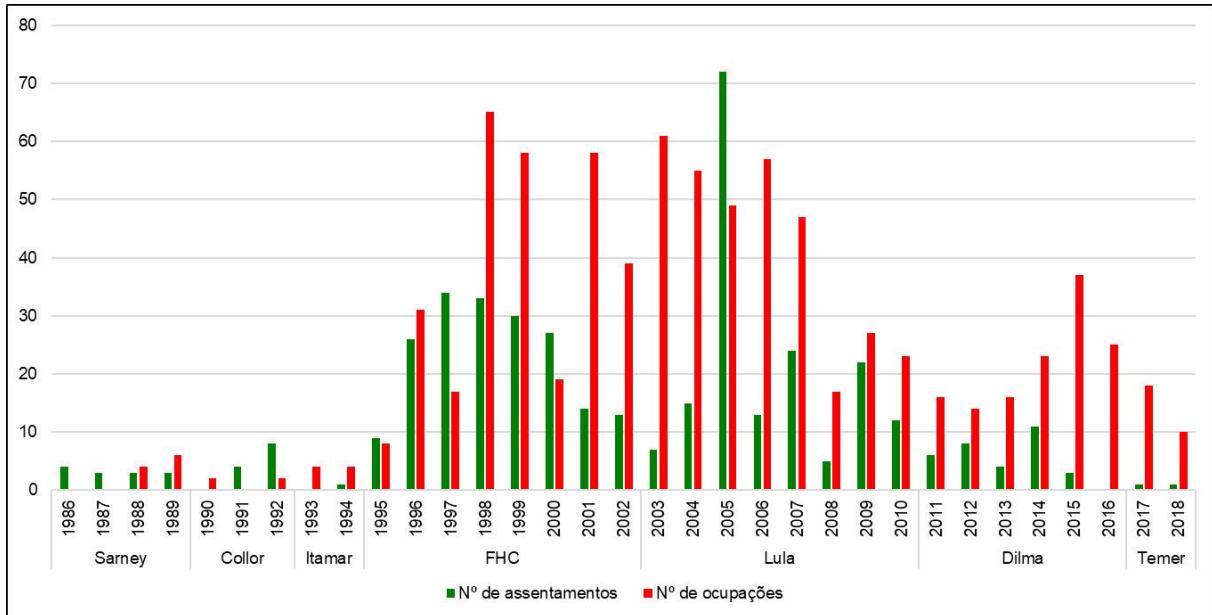
devolutas e propriedades rurais onde as leis ambientais e trabalhistas são desrespeitadas, também “os movimentos socioterritoriais camponeses iniciaram a luta contra a territorialização do agronegócio em suas formas mais intensas e por isso as ocupações têm ocorrido em áreas de produção de soja transgênica, cana-de-açúcar e plantações de eucalipto, por exemplo” (p. 274). É o caso do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, uma área de cerrado com significativa produção canavieira.

Mesmo consideradas fundamentais no processo de enfrentamento, importante indicação de como vão se construindo as estratégias de ação dos movimentos sociais na materialização da luta pela terra, as ocupações não são aceitas por uma parcela da sociedade, além dos proprietários de terras, devido à forma como são interpretadas, especialmente quando grandes veículos de comunicação noticiam o fato.

As ocupações são vistas pela mídia conservadora e pelos grupos hegemônicos da sociedade capitalista como uma afronta à ordem. Por isso, muitas vezes os ocupantes são chamados de desordeiros. Ao irromper a ordem dada, os movimentos socioterritoriais criam uma circunstância em que a natureza conflituosa da sociedade se torna visível, e o caráter funcional da propriedade privada ao capitalismo é colocado em questão (PEDON, 2013, p. 193).

Como sabido, a ocupação é importante expressão da luta pela terra, e o principal instrumento de pressão junto ao Estado para a reivindicada democratização da terra. O resultado dessa dinâmica, sabemos, é a criação dos assentamentos rurais, tal como ocorre em todo o território brasileiro. Em Minas Gerais, o número de assentamentos rurais reflete diretamente a atuação dos movimentos socioterritoriais que lutam e resistem. Assim como abordamos essa relação em escala nacional, cabe a partir do gráfico 10 essa análise em escala estadual.

Gráfico 10: Minas Gerais – Número de assentamentos rurais e ocupações de terra por Governo, 1986-2018



FONTE: Incra/CEDOC Dom Tomás Balduíno-CPT/Rede DATALUTA.  
Org.: VICTOR, F. B., 2020.

Os dados totalizam a criação de 416 assentamentos rurais. Mais uma vez, revela-se a estreita relação entre a ocupação da terra e a criação do assentamento. Durante todo esse período analisado em que se tem registros dos elementos da questão agrária, as ações dos movimentos socioterritoriais responderam à conjuntura política, conforme o modo como a administração pública lida com a situação e a quais interesses atende.

Tal como ocorreu em escala nacional, no estado mineiro identificamos a política de criação de assentamentos como um plano de contenção dos conflitos sociais no campo, que por vezes são marcados pela violência, e não como solução das desigualdades e contradições sociais. O que se vê, repetidamente, é a ineficácia em atender a demanda de famílias sem-terra e desconcentrar a estrutura fundiária.

Observamos que o registro de ocupação de terra é expressivamente maior que o número de assentamentos criados, com exceção do primeiro mandato do Governo Lula, em que foi incorporada a regularização fundiária como um novo instrumento para divulgar o aumento do número de assentamentos (CLEPS JR *et al*, 2013). Por mais que os números mostrem elevado registro em comparação aos demais anos, na prática a atuação desse governo não atendeu as expectativas dos movimentos sociais, que acreditaram em reais mudanças com a eleição de candidato que aparecera preocupado com as questões sociais da classe dominada do campo.

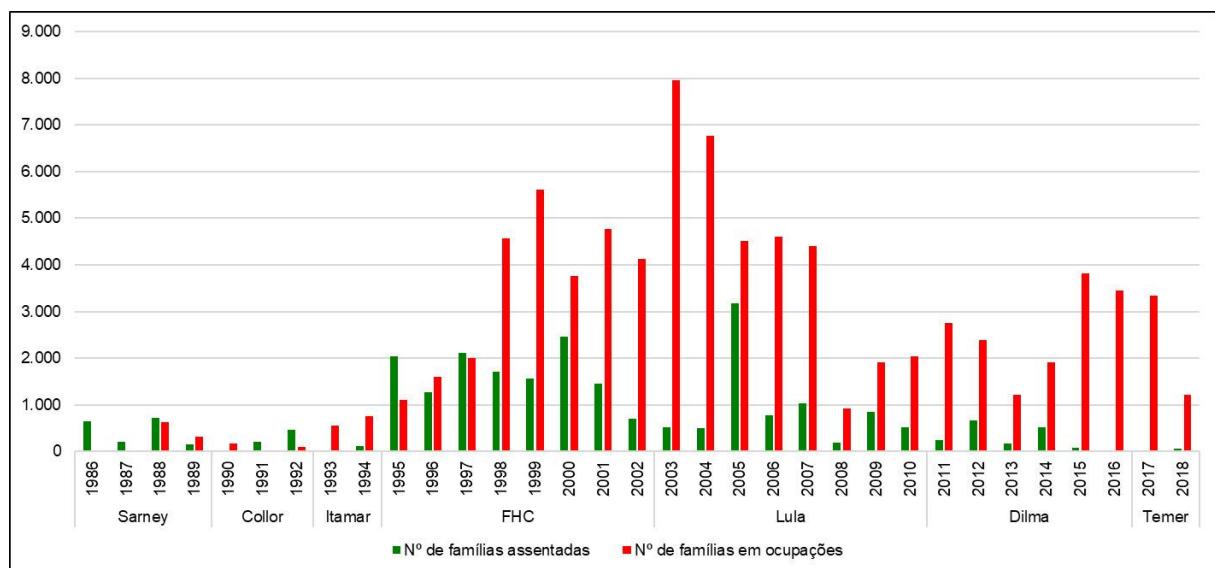
A mesma análise pode ser aplicada à quantidade de famílias que participaram das ocupações de terras e que foram assentadas, segundo o gráfico 10. No decorrer desse período,

houve uma redução na criação de assentamentos, enquanto permaneceu um elevado número de famílias ainda demandando o acesso à terra.

Cabe destacar que, a partir de 2016 há uma queda contínua do número de ocupações de terras tanto em Minas Gerais quanto no Brasil, reflexo das mudanças na conjuntura política que tiveram como ponto central o impeachment da presidente Dilma naquele ano. A partir de então, sob gestão de Michel Temer e culminando com a eleição de Jair Bolsonaro, houve o que diversos autores denominam como desmonte das políticas públicas voltadas para o campo, e uma intensificação da marginalização dos movimentos de luta. Essa queda reflete também na menor divulgação das ações de luta pela terra pela mídia. Já por parte da comunicação dos movimentos socioterritoriais, reflete na maior divulgação das denúncias e reivindicações por outros meios, como por exemplo os jornais digitais.

A queda no número de ocupações de terras está ligada a esse aumento da violência no campo, diretamente proporcional à cada vez maior criminalização dos movimentos socioterritoriais e intolerância a essa causa política. Logo, a possibilidade de uma repressão violenta se torna também um obstáculo para a continuidade da luta pela terra. E assim, outras estratégias tomam importância tal qual a ocupação.

Gráfico 11: Minas Gerais – Número de famílias assentadas e em ocupações de terras por Governo, 1986-2018

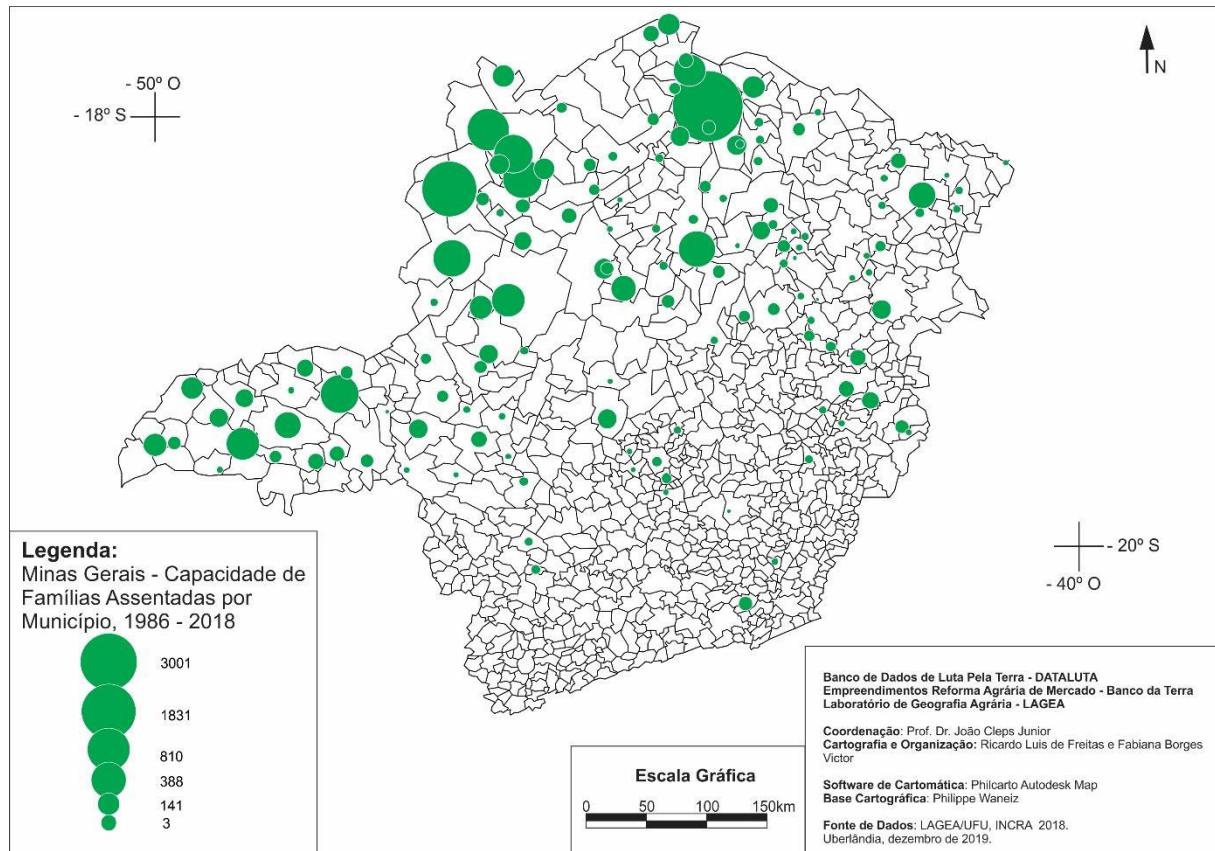


FONTE: Incra/CEDOC Dom Tomás Balduíno-CPT/Rede DATALUTA.  
Org.: VICTOR, F. B., 2020.

A representação espacial do número de famílias assentadas no estado mineiro confirma a criação do assentamento enquanto resposta à pressão dos movimentos socioterritoriais,

demonstrado pelo mapa 2. As mesorregiões Norte e Noroeste de Minas, e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, que registram os maiores índices de ocupação de terra, são também as áreas onde está localizado o maior número de assentamentos rurais e de famílias assentadas.

Mapa 2: Minas Gerais – capacidade de famílias assentadas por município, 1988-2018



Estes são dados importantes que caracterizam a luta pela terra em Minas Gerais, e são também o termômetro dos conflitos. Tão essencial quanto essa consideração, é entender que essa luta vai além da demanda por terra, mesmo sendo essa a dimensão mais visível da reforma agrária. Depois de conquistada, a permanência na terra é outra questão que deve ser pensada e merece atenção do Estado, pois é imprescindível a garantia de condições que possibilitem o trabalho e a reprodução familiar. Para tanto, necessitam de assistência técnica, infraestrutura, financiamentos a juros correspondentes à situação financeira, entre tantos outros fatores.

Nesse aspecto,

O aprendizado experimentado pelos sem-terrás e assentados, ao longo dos embates políticos e por meio das conquistas alcançadas, representa um passo importante no processo de emancipação social e política. A criação do assentamento é acompanhada por um conjunto de medidas que formalizam o reconhecimento do Estado de seu dever de assegurar o acesso a direitos

básicos como educação, saúde e habitação. Institui-se a partir daí um novo tipo de relação com o Estado (MARQUES, 2008, p. 63-64).

A referência não é apenas sobre as condições materiais relativas ao território do assentamento enquanto uma conquista, mas contemplando todas as dimensões da vida e do trabalho, vinculados inclusive ao modo como se relacionam com a natureza. Neste caso, é nos assentamentos rurais que a produção de alimentos saudáveis e ambientalmente responsável se torna possível, com preços acessíveis à população. Mesmo que tal particularidade faça parte da narrativa dos movimentos e assentados, de modo a visibilizar o trabalho que desenvolvem, a pauta não faz parte da cobertura da grande mídia que está articulada aos grandes proprietários, que por sua vez empreende uma narrativa para dificultar a expansão e autonomia dessas unidades territoriais, e por consequência romper com a ideia de reforma agrária.

Então, outras estratégias são fundamentais para a continuidade dessa luta e enfrentamento direto junto às classes dominantes. Tão importantes quanto a ocupação, as manifestações são também uma categoria de análise do DATALUTA, e expressam do mesmo modo a conflitualidade e a resposta que os movimentos socioterritoriais oferecem diante as desigualdades a que estão subordinados. Esta estratégia que faz parte do repertório de ações coletivas descortina os desafios da luta pela terra.

Entendemos a manifestação enquanto uma ação política, espacial e também territorial. É por meio delas que as organizações coletivamente lançam em pauta de discussão os problemas que ainda são inerentes ao campo brasileiro, e que são negligenciados pelo Estado, com a contribuição especial da grande mídia, que por vezes se omite enquanto responsável por evidenciar a realidade. Além de um meio para que as reivindicações sejam ouvidas, as manifestações desempenham o papel fundamental de informar a sociedade.

A manifestação em si tem o potencial de transformar uma situação de desinteresse de uma parcela da sociedade em momento de reflexão diante dificuldades e contradições sociais. Ao manifestar, os sujeitos articulados registram no tempo e no espaço sua própria história e a força política capaz de promover mudanças sociais a partir de outros projetos de desenvolvimento.

A realização de uma manifestação é decorrente da consciência construída na realidade em que se vive.

A pauta reivindicatória, bem como a forma de externalizá-la, é baseada nas questões vivenciadas por estes sujeitos no seu dia a dia. Tal como a ocupação, a manifestação está inserida num processo histórico de construção das experiências de resistências e de transformação de suas realidades (VICTOR, 2016, p. 73).

São ações que transformam espaços públicos e privados, no campo e na cidade, em espaços políticos, onde são expostas reivindicações, propostas e denúncias perante um Estado que precisa dar atenção a estas causas. Assim, as mobilizações se mostram mais do que necessárias, principalmente diante um discurso de criminalização dos movimentos.

Considerando o estado mineiro subdividido em mesorregiões, temos conforme a tabela 3 a concentração das manifestações na capital do estado, uma característica que difere quando comparado aos dados de ocupações e assentamentos. Isso porque é nessa região onde se concentram as representações políticas e órgãos do governo diretamente relacionados à temática agrária. Além disso, estas ações tomam maior visibilidade nas cidades.

Tabela 2: Minas Gerais – número de manifestações e de pessoas por mesorregião, 2000-2018

Mesorregiões	Nº de manifestações	Nº de pessoas
Metropolitana de Belo Horizonte	374	177.694
Norte de Minas	185	116.171
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	108	44.254
Vale do Rio Doce	95	42.150
Zona da Mata	79	17.780
Jequitinhonha	54	39.356
Noroeste de Minas	39	18.400
Sul/Sudoeste de Minas	23	7.044
Vale do Mucuri	12	36.370
Oeste de Minas	10	5.035
Central Mineira	5	1.430
Campo das Vertentes	3	720
NI	3	330

FONTE: CEDOC Dom Tomás Balduíno-CPT/Rede DATALUTA.

Org.: VICTOR, F. B., 2020.

Instituições como o Incra, poder jurídico, Assembleia Legislativa, entre outros, são os interlocutores diretos das demandas pontuadas em cada mobilização pública dos movimentos socioterritoriais. Logo, a sede destas entidades, os prédios públicos são o principal palco para a exposição das reivindicações. Somado a esse fator, nas cidades e especialmente nas capitais é onde se concentra a maior parcela da população, e se um dos objetivos é ampliar a compreensão dos problemas do campo pela sociedade, então é necessário ocupar os espaços urbanos, pois é nele que o diálogo se torna possível. “É importante que as mobilizações alcancem uma proporção significativa fazendo com que os fatos sejam veiculados pelos diferentes meios de informação, pois um dos objetivos, também, é dificultar a formação do senso comum à população, tão difundido por essa mesma mídia” (VICTOR, 2016, p. 68).

O próprio movimento nos indica que a luta em si é também uma ferramenta de comunicação, citando como exemplo as marchas do MST.

*A marcha em si ela comunica. Você não precisa estar com um microfone gigante gritando “olha a marcha do MST passando”. Toda marcha é uma ferramenta de comunicação poderosa, por onde a marcha passar ela vai informar, ela vai comunicar, ela vai dialogar com a sociedade. Eu acho que essa expressão da luta que o movimento construiu, esse símbolo da marcha, ela é uma bela tradução do que é a comunicação conectada à luta e a luta conectada à comunicação, porque essa é a expressão da luta política que elas se confundem. Luta com o fazer comunicação e comunicação com fazer a luta, não pensando essas duas dimensões desassociadas (Entrevistado A, 2020).*

Não diferente, as manifestações também são mais intensas em áreas de maior conflito, onde ocorrem casos de despejos ou violência. E então, diversificadas são as formas que os movimentos socioterritoriais encontram para externalizar as pautas reivindicatórias e propositivas, dentre elas os bloqueios de rodovias, ruas e avenidas; as ocupações de prédios públicos, privados e agências bancárias; marchas e romarias; entre outras possibilidades para contestar a ordem e também conquistar o apoio popular.

Os movimentos socioterritoriais de sem-terra, concebidos como uma nova forma de mobilização das classes populares, passou a representar uma nova fase na organização dos trabalhadores rurais. Suas práticas se assentam sob um conjunto de ações detentoras de uma radicalidade poucas vezes vistas na história do país. As ocupações, passeatas e atos públicos revelam para a sociedade a condição de exclusão vivida pelos sem-terra. Os trabalhadores camponeses, por meio da luta de resistência, passaram a recusar a proletarização e a migração como condição imposta pelas classes hegemônicas, buscando modificar a ordem estabelecida no campo (PEDON, 2013, p. 224).

Quanto à pauta reivindicatória, identificamos como demanda dos sujeitos do campo, sem-terra e assentados, o acesso à água; assistência técnica; incentivos à pequena produção; denúncias contra a expropriação e a grilagem de terras; pela garantia da educação, saúde e soberania alimentar; em defesa do meio ambiente; demarcação de áreas de populações originárias; dentre outros. Enfim, todas as reinvindicações dizem respeito às várias dimensões da reforma agrária.

Em relação aos movimentos socioterritoriais envolvidos na luta pela terra em Minas Gerais, identificamos como mais atuantes o MST, o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Liga dos Camponeses Pobres (LCP), entre tantos outros que lutam e resistem pela terra.

## 5.2. As pesquisas a partir do DATALUTA e as fontes online

Conforme já exposto anteriormente, o banco de dados DATALUTA é a fonte de pesquisa para o desenvolvimento deste trabalho. Trata-se de um conjunto de informações elaborado no decorrer das últimas duas décadas, e ainda em andamento, que articula a participação de diversos grupos de pesquisas em diferentes instituições de ensino superior e regiões brasileiras. Desde a sua criação até o que se tem consolidado no que diz respeito aos dados, o DATALUTA está constituído como uma significativa base para os estudos que envolvem as dimensões da questão agrária. Confrontados e organizados, estes dados constituem um conjunto que revela, ano a ano, o panorama da luta pela terra e da realidade agrária.

As análises e reflexões sobre essa temática se deparam com expressivos desafios, com a incorporação de novos elementos contextualizados no espaço-tempo. A própria característica territorial do Brasil, considerando a extensão e seus contrastes, já mostram de início a complexidade do assunto, cabendo aos pesquisadores e interessados na questão agrária explorar esses elementos a fim de encontrar respostas que possibilitem compreender a realidadeposta. É exatamente nesse ponto que se pode notar a relevância de projetos como o DATALUTA, que tem como escopo a sistematização de dados da questão agrária para então proporcionar o acesso a essas informações, contribuindo para pesquisas tanto pela perspectiva geográfica quanto pelas demais áreas do conhecimento.

O principal resultado direto do projeto é o Relatório DATALUTA, uma publicação anual de cada grupo de pesquisa em escala estadual, bem como representativo de todo o território brasileiro. No caso do estado de Minas Gerais, após a coleta, sistematização e confrontação, os dados são organizados em tabelas, gráficos e mapas em escala mesorregional e municipal<sup>31</sup>. Assim, a partir desse relatório pautado nos registros de ocupações, movimentos socioterritoriais, manifestações, assentamentos rurais e estrutura fundiária, podemos elaborar leituras da questão agrária com base em dados concretos, que equivalem à realidade. E então, é possível relacionar e comparar essas informações a fim de compreender como se dão as relações de poder, as disputas territoriais entre os diferentes modelos de desenvolvimento do campo, as relações que camponeses e ruralistas têm com a terra, a estrutura fundiária, dentre outros elementos.

O resgate no tempo, considerando a luta pela terra ainda em situações pontuais que vai tomando contorno nacional com a participação popular cada vez maior, nos mostra o quanto o

---

<sup>31</sup> Cada versão anual do Relatório DATALUTA MG está arquivada no espaço físico do Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA/UFU), e disponível pelo link <http://www.lagea.ig.ufu.br/relatoriosdatalutaminas.html>, onde também estão disponíveis os Relatórios DATALUTA BRASIL.

contexto se modificou, apresentando avanços, retrocessos, novos sujeitos, com destaque para as relações sociais e de poder. Esse cenário frequentemente foi acompanhado e relatado pela imprensa, e por isso os jornais são importantes fontes de pesquisa, pelos quais podemos apreender sobre as narrativas e discursos construídos ao longo desse período.

Nos embasamos na ideia de que,

entre todas as formas de texto impresso, as dos meios de comunicação de massa são as mais penetrantes, se não as mais influentes, a se julgar pelo critério de poder baseado no número de receptores. Além dos discursos falado e visual da televisão, os textos de jornal desempenham um papel vital na comunicação pública (VAN DIJK, 2015, p. 73).

Considerando o projeto em escala nacional e a partir dos grupos de pesquisa em seus respectivos estados, há de se destacar que a organização de um acervo de dados desse porte

agrega grande diversidade de temas e fontes e permite uma maior horizontalidade na compreensão da questão agrária, facilitando o desenvolvimento de pesquisas que possuem como foco, principalmente, o desenvolvimento territorial, a disputa territorial, a luta pela terra e políticas de reforma agrária (VINHA; CUBAS, 2014, p. 217).

Quando o projeto foi iniciado pelo LAGEA em 2005, a metodologia era pautada pela consulta em jornais impressos de circulação nacional, estadual, regional e municipal, bem como em fontes online. Entretanto, a consulta em material impresso não foi suficiente para atender aos objetivos da pesquisa, uma vez que os jornais impressos do estado de Minas Gerais até então utilizados não cobriam de forma satisfatória as informações da maioria dos municípios mineiros, além de considerarmos os custos para a assinatura mensal de vários periódicos. Somado a estas questões, logo quando se deu o início do projeto, o acesso aos jornais no formato virtual já estava cada vez mais difundido, sendo necessário então incorporar essas possibilidades à metodologia e ampliar as consultas para uma maior área de cobertura do estado mineiro, e maior número de fontes online consultadas.

Cabe considerar os apontamentos de Castells (2019), sobre a internet ser utilizada cada vez mais para acessar a mídia de massa, como televisão, rádio e jornais, e também outras formas de produção cultural e informacional, como filmes, livros, música, dentre outros. Além disso, o autor também argumenta que, mesmo que o jornal permaneça como um meio de comunicação de massa, sua plataforma muda, visto que a internet e as tecnologias digitais transformaram o processo de trabalho tanto dos jornais como das demais formas de mídia de massa, fazendo com que se tornem internamente organizados em rede, e globalmente conectados às redes de informação na internet.

Assim, no primeiro momento dois jornais impressos foram selecionados para a consulta diária de informações relativas à luta pela terra. Um deles foi o *Jornal Correio de Uberlândia*, que noticiava especialmente sobre o município e a região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, historicamente expressiva no contexto da questão agrária do estado, sobretudo no que diz respeito às atividades do agronegócio. Esse periódico iniciou em 1938, e em 1995 foi lançada a versão online, com encerramento de suas atividades em dezembro de 2016.

As consultas diárias na versão impressa do *Correio de Uberlândia* foram gradativamente substituídas pelas consultas na versão online. As notícias relativas à luta pela terra no estado mineiro eram recortadas e salvas tanto fisicamente quanto digitalizadas para composição do acervo digital. Findado o uso da versão impressa, apenas as páginas online eram salvas em formato pdf. A organização digital se mostra eficiente, uma vez que é maior a possibilidade de perder o material físico, considerando o espaço que ocupa e a deterioração do material. Além do que, os arquivos digitais tornam o processo mais acessível, diminuindo distâncias entre o pesquisador e o material pesquisado, podendo ser acessado e divulgado de modo mais prático.

O projeto tem uma metodologia para arquivamento das notícias consultadas diariamente. Em cada registro deve conter a fonte, o título da reportagem e a data da publicação, salva em formato pdf. Os arquivos são salvos em pastas previamente organizadas por ano e mês, e cada registro é indicado em planilha Excel para controle, conforme pode ser visualizado na figura 20.

Figura 20: Planilha Excel com preenchimento dos registros diários, dezembro de 2008

Movimento	Sigla	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31																																																																																																																																																									
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	MST		1	3	2	3				2	3	1	1		4	3	4	3					1							2	1																																																																																																																																																										
Movimento Terra Trabalho e Liberdade	MTL																																																																																																																																																																																								
Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva	CEDEFES								1		2													2																																																																																																																																																																	
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG	Nacional	3		4						2	3	4				2	2																																																																																																																																																																								
Fed. dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de M. G.	Minas Gerais																																																																																																																																																																																								
<b>Horário de Consulta</b>		13:20	14:45	16:02	13:51	14:57	X	X	14:02	14:31	14:42	16:44	14:48	X	X	15:29	17:51	15:05	14:14	X	X	15:25	15:25	X	X	X	X	18:15	15:19	X																																																																																																																																																											
<b>Dia da Semana</b>		2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>	6 <sup>a</sup>	S	D	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>	6 <sup>a</sup>	S	D	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>	6 <sup>a</sup>	S	D	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>	6 <sup>a</sup>	S	D	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>																																																																																																																																																									
<table border="1"> <tr> <td colspan="31" style="text-align: center;"><b>Legenda</b></td> </tr> <tr> <td colspan="31" style="text-align: center;">site fora do ar/em construção</td> </tr> <tr> <td colspan="31" style="text-align: center;">X não acessado</td> </tr> <tr> <td colspan="31" style="text-align: center;">não possui informação</td> </tr> <tr> <td colspan="31" style="text-align: center;">possui informação</td> </tr> </table>																															<b>Legenda</b>																															site fora do ar/em construção																															X não acessado																															não possui informação																															possui informação																														
<b>Legenda</b>																																																																																																																																																																																									
site fora do ar/em construção																																																																																																																																																																																									
X não acessado																																																																																																																																																																																									
não possui informação																																																																																																																																																																																									
possui informação																																																																																																																																																																																									

FONTE: DATALUTA MG, 2008

Pela planilha demonstramos que cada dia de consulta são registradas as informações de reportagem coletada ou não, bem como a quantidade de registros, pois uma mesma ação relativa à questão agrária pode ser noticiada por vários veículos de comunicação. Cabe ainda destacar que, as planilhas e pastas de arquivos são divididas de acordo com o tipo do jornal consultado, ou seja, separados em jornais e informes dos movimentos socioterritoriais.

Além disso, nos casos em que a notícia se refere à uma ocupação de terra ou manifestação, a nomeação era diferenciada. Para o registro de ocupação, o nome do arquivo deve ser precedido pela letra “O\_” e a data da reportagem com dia, mês e ano, por exemplo O\_08032009. Quando é um registro de manifestação, é identificado pela letra “M\_” e a data, como por exemplo M\_17042009.

Outro jornal que compôs a consulta impressa no DATALUTA foi o *Estado de Minas*, de abrangência mais geral e especialmente na capital mineira. Somente em 2010 é que a metodologia de pesquisa nas fontes muda definitivamente, e as consultas diárias de notícias se tornam exclusivamente online, em sites de acesso gratuito. Assim, inicialmente dessas fontes utilizadas foram obtidos os primeiros registros das ocupações de terras, manifestações e movimentos socioterritoriais do estado mineiro.

No quadro a seguir estão relacionadas as fontes que compuseram a pesquisa até o ano de 2018, representadas também no Relatório DATALUTA MG. São denominadas de fontes secundárias, uma vez que as fontes primárias são os movimentos socioterritoriais e a CPT. Como pode ser observado, são jornais e portais de notícias de maior e menor alcance, de cobertura nacional, estadual e regional. Essa relação de fontes sofreu alterações à medida que noticiam ou não as informações relacionadas à luta pela terra. Percebemos então que é necessário acompanhar o movimento da realidade, as mudanças que vão ocorrendo no decorrer do tempo segundo principalmente o contexto político, econômico e social, que conforme Cubas (2012) sinaliza, transformam o enfoque da imprensa e modificam a realidade exposta pelos jornais, além da importância que alguns indivíduos adquirem.

Quando uma fonte pode ser incorporada à metodologia, o grupo de pesquisa a mantém em observação até ser efetivamente utilizada ou não, o que depende sobretudo da frequência de informações obtidas. Isso nos mostra a evolução e consolidação da metodologia ao longo dos anos de desenvolvimento da pesquisa, bem como do trabalho de seus pesquisadores. “A utilização de jornais de alcance geográfico distinto, bem como a multiplicidade das fontes, é condição elementar que expande consideravelmente a possibilidade de acesso às informações e a construção das pesquisas” (VINHA; CUBAS, 2014, p. 222).

Quadro 2: Todas as fontes consultadas no Banco de Dados DATALUTA MG até 2018

<b>Fonte</b>	<b>Sede</b>
Acessa	Juiz de Fora
Aconteceu no Vale	-
Brasil de Fato	São Paulo
Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva – CEDEFES	Belo Horizonte
Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG	Brasília
Coordenação Nacional de Lutas - CONLUTAS	São Paulo
Correio da Cidadania	São Caetano do Sul
Correio do Sul	Varginha
Diário de Caratinga	Caratinga
Diário do Aço	Ipatinga
Diário do Jequi	-
Diário do Rio Doce	Governador Valadares
Empresa Brasil de Comunicação	Brasília
Estado de Minas	Belo Horizonte
Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais - FETAEMG	Belo Horizonte
Folha de São Paulo	São Paulo
Folha do Vale	-
Folha Regional	-
G1	Rio de Janeiro
Gazeta de Araçuaí	Araçuaí
Gazeta Norte Mineira	Montes Claros
Hoje em Dia	Belo Horizonte
Jornal de Brasília	Brasília
Jornal Cidade	-
Jornal do Pontal	Ituiutaba
Jornal Varginha Hoje	Varginha
Lavras 24 Horas	Lavras
Monte Azul MG	-
Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB	São Paulo
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST	São Paulo
O Tempo	Contagem
Portal Arcos	Arcos
R7	São Paulo
Radioagência NP	Brasília
Resistência Camponesa	Nacional
Sete Lagoas	Sete Lagoas
Tribuna de Minas	Juiz de Fora
Varginha Online	Varginha

Fonte: DATALUTA MG (LAGEA/NaTERRA), 2019.

Observa-se que nesta relação constam todas as fontes de pesquisa, dentre elas os sites dos movimentos socioterritoriais, dos quais obtemos os dados de forma mais significativa, se comparado aos demais jornais. São estes que noticiam com maior regularidade as ocupações de terras, as manifestações promovidas em diversas cidades, e principalmente as ações que de alguma forma contribuem com a sociedade, como por exemplo, doações de alimentos. Por outro lado, cabe reforçar que o Projeto DATALUTA não obtém na totalidade os dados que

representam todas as regiões do estado mineiro, devido a diversas fontes não abordarem a temática, ou por não conseguir acesso ao jornal ou junto aos movimentos socioterritoriais atuantes em determinada região, fator que interfere na cobertura das informações.

É imprescindível também a aplicação de palavras-chave para as consultas online diárias, visto que os jornais e portais de notícias trazem uma infinidade de temas, em especial os de grande circulação. Assim, a partir da temática central do DATALUTA, ficou estabelecida a relação de termos pesquisados em cada site, considerando que são as mais comuns quando algum fato relacionado à questão agrária é noticiado. Evidentemente que algumas reportagens trazem mais elementos, mas de modo geral, estes são os que mais comparecem.

Quadro 3: Palavras-chave para consulta DATALUTA MG

Movimentos Sociais
Reforma Agrária
Via Campesina
MST
Manifestantes
Sem Terra/Sem-Terra
Invasão
Ocupação
INCRA
CPT
Trabalhadores Rurais
Acampamento
Assentamento
Agricultura Familiar
Luta pela Terra

Fonte: DATALUTA MG/LAGEA, 2019.

A questão agrária é pensada pela contínua disputa territorial, que se dá sobre as bases materiais e imateriais na luta de classes, considerando as ações, ideias e ideologias. Neste quesito, os jornais são parte dessas relações materiais e imateriais, “e expressam a disputa territorial entre o agronegócio e o campesinato, através do discurso, da política, da intencionalidade e da ideologia de determinados sujeitos e/ou instituições que incorporam suas concepções e as difundem e materializam nos jornais” (VINHA; CUBAS, 2014, p. 221).

Assim, nosso foco é analisar os termos utilizados nas reportagens, os destaques ao tema, as manchetes, o tamanho do texto, a frequência das notícias, dentre outros fatores, para então buscar compreender como são construídas as representações da questão agrária a partir da mídia online, tanto pela ótica dos grandes veículos de comunicação, quanto pela perspectiva do que já discutimos como comunicação popular e alternativa.

### **5.3. Representações da questão agrária em Minas Gerais: discursos hegemonic e contra-hegemonic**

O primeiro ponto que é fundamental elucidar trata do uso e significado do termo “representação”, que nesta pesquisa se refere à interpretação, concepção, entendimento ou opinião sobre algum fato ou assunto. Ou seja, mesmo compreendendo que a questão agrária tenha uma definição, ela é interpretada de diferentes modos, a depender da conjuntura, de quem a analisa e de quais elementos são considerados. É muito mais do que dizer se esta ou aquela interpretação está correta, e sim analisar quais orientações cada uma toma e suas razões. Por exemplo, observamos que a grande mídia enfatiza determinados aspectos e desconsidera outros, assim como as fontes da comunicação alternativa destaca pontos não considerados na mídia hegemônica.

Há muitas possibilidades de se acercar do jornalismo como objeto de estudo. Por um lado, enquanto problemática textual, tem-se tanto a leitura dos conteúdos ideológicos como das estruturas narrativas ou das estratégias de discurso que aí se manifestam. Já de uma perspectiva sociológica são enfatizadas as estruturas de poder. Ambas possibilitam conclusões interessantes mas são apreensões parciais e, na verdade, frustram a pergunta pela totalidade do jornal (BERGER, 2003, p. 45).

Uma análise geral da divulgação de notícias pelos diferentes meios de comunicação revela que houve no decorrer dos anos significativas mudanças na forma como os jornais retratam os acontecimentos que envolvem a luta pela terra e os movimentos socioterritoriais, fator que está intimamente relacionado ao modo como o poder público lida com o assunto. Antes tinha-se um ataque mais contundente, direto, com alta tendência de criminalização, cenário que se alterou em alguns aspectos quando do período de governo representado pela esquerda, e voltou a se intensificar com uma gestão federal declaradamente conservadora e crítica da luta popular e das minorias, trazendo então novos elementos de legitimação.

No atual momento do país presenciamos uma maior criminalização dos trabalhadores sem-terra, menores possibilidades de reforma agrária, diminuição da fiscalização de crimes ambientais, oposições à demarcação de terras indígenas e desvalorização das populações originárias, dentre outros fatores. Estes pontos influenciaram sobremaneira na disseminação desses valores à parte da população, que por sua vez referenda tais posturas.

Há uma construção discursiva, sobretudo do agronegócio, em relação aos trabalhadores sem-terra e à luta pela terra, assim como também há uma construção discursiva dos movimentos socioterritoriais em relação ao agronegócio.

Ao noticiar os fatos sobre o MST nas ocupações de terras, marchas etc. mais que relatar os fatos, a imprensa o faz a partir de uma tomada de posição sobre, isto é, de um lugar já dado, ou seja, de uma posição dada historicamente. A imprensa ao falar do pequeno, da parte, do fragmento, reduz o conflito, atrofia a reivindicação e a luta pelo acesso à terra. O sujeito direciona o sentido para a região da ilegalidade, ameaça, organizando as relações de poder de modo a convencer o leitor de que o trabalhador rural, de vítima da violência, passa a ser narrado/significado como causa e a origem dela (SOUZA, 2005, p. 60).

Começamos com dois recortes do *Jornal Correio de Uberlândia*, de fevereiro de 2005.

O primeiro exemplo traz como título “MTL dá prazo para Incra cumprir suas promessas: lideranças ameaçam invadir três fazendas do Triângulo” (28/02/2005). O título em si já apresenta um tom de advertência, a ameaça de invasões por parte de um movimento social, caso os compromissos assumidos pelo órgão não sejam cumpridos. No decorrer do texto, o conteúdo se fez mais moderado, e o termo “invasão” cede lugar para “ocupação”, ao indicar que o movimento pretendia ocupar três fazendas da região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba se o Incra não agilizasse as negociações em andamento de áreas para a reforma agrária. Ainda conforme a reportagem, essa declaração foi resultado de reunião na capital mineira entre o movimento e o superintendente do instituto.

Indicamos que há uma diferenciação entre os usos “invasão” e “ocupação”, entretanto, essa escolha atende a um conjunto de fatores, ou seja, não atribuímos somente ao jornalista. A preferência do termo não necessariamente segue essa distinção por quem escreve a notícia, podendo se referir ao potencial de impacto que pode causar, principalmente na chamada ou manchete da reportagem.

Estamos falando de um período em que o país foi comandado por um governo que se declarava de esquerda, e historicamente mantinha um diálogo mais próximo com os movimentos sociais do campo e da cidade. Esse fator é fundamental para compreendermos o contexto da questão agrária no governo Lula (de 2003 a 2010), sob o Partido dos Trabalhadores que notadamente se elegeu com o apoio desses grupos sociais, ao acreditarem que as pautas seriam reforçadas e as reivindicações finalmente se tornariam prioridades para os governos em escala municipal, estadual e federal.

Esse apoio se deu na confiança de realização do II Plano Nacional de Reforma Agrária, lançado em 2003 e que previa 400.000 novas famílias assentadas, além de outras importantes metas como avançar na qualificação dos assentamentos até então criados, geração de empregos, acesso a créditos e assistência técnica. Não podemos nos esquecer que a elaboração desse referido plano foi principalmente uma estratégia do governo federal para conter os ânimos e os conflitos agrários. As ocupações naquele momento, mais do que nunca, serviram para demonstrar o quanto ainda eram necessárias

as desapropriações de terras para fins de reforma agrária, estratégias pautadas principalmente na confiança naquele governo (VICTOR, 2016, p. 76).

A expectativa era de um cenário diferente das gestões anteriores ao Governo Lula, em que as ações e ideologias eram explicitamente antagônicas, prevaleciam Medidas Provisórias (MP) que impossibilitavam o avanço da luta e preconizavam a criminalização de sindicatos e movimentos, além da repressão policial mais intensa. Entretanto, essa crença em mudanças na postura política logo se diluiu, e foi gradativamente substituída pela continuidade das manifestações e reivindicações de luta pela terra e por reforma agrária. É importante lembrar também que nesse período o estado mineiro foi governado por base de oposição ao governo federal, uma gestão de centro-direita sob o mandato de Aécio Neves do PSDB.

Oliveira (2007) faz uma análise das medidas implementadas no primeiro mandato do Governo Lula em relação à reforma agrária prometida nas campanhas eleitorais, mas não efetivada. Os números de assentamentos rurais é um dos principais indicadores, que ficaram abaixo da meta apresentada no II PNRA, considerando também que a distribuição dos assentamentos pelos estados e regiões brasileiras mostra que a política de reforma agrária desse referido governo “está marcada por dois princípios: não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e, fazê-la nas áreas onde ela possa “ajudar” o agronegócio. Ou seja, a reforma agrária está definitivamente, acoplada à expansão do agronegócio no país” (p. 177-178, grifo do autor).

Isso porque, nas palavras do autor, nesse período a reforma agrária não foi realizada porque o governo, na função do Incra e do ainda existente MDA, não pretendia desapropriar os grandes imóveis improdutivos das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, onde o agronegócio tem sua força econômica. Avaliando as posições políticas dos governos brasileiros em relação à questão agrária, essa postura em nada foi alterada, já que de modo mais explícito ou não, pouco foi o empenho em promover de fato mudanças da estrutura agrária e dos direitos sociais dessa parcela da população do campo no país. Por sua vez, o governo Lula insistiu em afirmar que fez a reforma agrária.

Todo esse cenário era um desafio para os movimentos socioterritoriais, como por exemplo para o MST, citado por Ribeiro Neto (2018, p. 218), ao considerar a estratégia de atuação do governo Lula que sinalizava para ambas as direções. “De um lado, compatibilizava-se, de forma, até então, sem precedentes, com a concertação do agronegócio; de outro, falava-se em reforma agrária e em apoio aos agricultores não patronais.” No entanto, complementa o autor, essa escolha não ponderou as prováveis graves consequências para as populações

originárias, e menos ainda os resultados políticos que culminariam na perda de mandato do Partido dos Trabalhadores, como aconteceu em 2016.

Um segundo exemplo do mesmo jornal faz referência também a um tom de intimidação com o título “MST ameaça governo com mais invasões” (29/10/2005). Neste caso, que trata da questão em escala nacional, a reportagem trouxe a declaração de uma liderança afirmando que o movimento intensificaria invasões de terra e protestos se não houvesse por parte do governo a atualização dos índices de produtividade, que determinam se uma propriedade é produtiva ou não. Vemos que tanto o primeiro exemplo quanto este abordou o aspecto da “ameaça”, do aumento das ações dos movimentos socioterritoriais caso as reivindicações não fossem cumpridas.

É importante ponderar o título como uma peça fundamental na análise das reportagens e construção da imagem de determinados assuntos, neste âmbito, os sujeitos e grupos que lutam pela terra. Como destaca Berger (2003), é no título que se dá o primeiro contato do leitor com o acontecimento, no qual estão privilegiados os elementos que representam a posição da empresa jornalística, e através do qual podemos observar os modos de dizer sobre o tema proposto.

Outra reportagem que chama a atenção nos serve para um comparativo sobre os compromissos firmados entre os movimentos e os órgãos representantes do governo. Sob o título “Incra se compromete a assentar as 2,5 mil famílias do Triângulo” (Jornal Correio de Uberlândia, 02/06/2005), o texto aborda sobre o acordo entre o Instituto e os movimentos sociais organizados no Fórum Regional de Luta pela Terra do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, que se reuniram em Uberlândia. A reportagem destacou ainda que esse compromisso de assentar as famílias acampadas seria cumprido até o final de 2006, e que os movimentos estavam realizando “invasões de prédios públicos, ocupações de terras e interdição de rodovias” como forma de reivindicar a aceleração da reforma agrária na região. Acontece que, segundo dados do próprio Incra, que compõem o banco de dados DATALUTA e consta no relatório estadual, esse compromisso não foi cumprido, já que os registros nos mostram que em 2005 e 2006, prazo estipulado nesse acordo, foram criados 20 assentamentos para 1.425 famílias. Ou seja, nem todas as famílias acampadas na região, naquele período, foram assentadas.

O termo relacionado à invasão novamente comparece em reportagens dos dias 24 e 27 de maio de 2005 no mesmo jornal, com os títulos “Sem-terra invadem armazém da Conab” e “Invasores não desocupam Conab e impasse continua”, respectivamente. As notícias se referem a uma ocupação da Companhia Nacional de Abastecimento em Uberlândia que totalizou 1.500 manifestantes de sete movimentos sociais, reivindicando o assentamento das famílias

acampadas na região, a desapropriação das áreas ocupadas e vistoriadas, liberação de recursos para uma política de segurança alimentar, assistência técnica e distribuição de cestas básicas. Destaca-se o seguinte trecho ao ser descrita a ação,

Um vigilante foi rendido e outros dois conseguiram fugir durante a chegada dos sem-terra. Os manifestantes fizeram uma barricada com sacos de alimentos na porta da empresa, impedindo a passagem de veículo. Ainda à noite, o vigilante foi libertado e, pela manhã, os demais funcionários da unidade proibidos de entrar na sede (Jornal Correio de Uberlândia, 24/05/2005).

O relato implica em uma mensagem no máximo negativa, como por exemplo sobre o funcionário ser rendido e depois libertado, ações comumente atribuídas em caso de crime. Uma ocupação de prédio público, entendida pelos antagonistas como “invasão”, não se enquadra no Código Penal, mesmo que já tenha havido diversas tentativas de enquadramento. São estratégias não apenas de movimentos sociais do campo ou da cidade, mas de sujeitos ou grupos que de algum modo objetivam revelar alguma questão que não é discutida. Vemos, por exemplo, os casos das ocupações de escolas e universidades públicas pelos estudantes quando há cortes de verbas para a educação. Esses e tantos outros grupos já aprenderam que o problema deve ser divulgado para que seja percebido e debatido de forma mais geral pela população, do contrário, o problema vai apenas se agravar. A mobilização é mais do que necessária, mesmo essa afirmação não sendo um consenso.

Vários são as questões no campo que vistas como problemas que merecem atenção tanto da sociedade quanto da administração pública, conforme destacamos a partir de um participante desta pesquisa. *“A concentração da terra e a ausência de uma política de reforma agrária seria e que seja colocada em prática. Falta de acesso aos financiamentos por parte dos pequenos produtores; as questões ambientais deixadas de lado pelo poder público”* (Respondente F, 2021), afirmando também que no seu entendimento, pouco se discute sobre a questão da terra, havendo ainda um protagonismo do agronegócio.

Fernandes (2008b) traz suas considerações em torno do emprego dos substantivos “ocupação” e “invasão”, que se referem à mesma ação, mas são aplicados por grupos diferentes, em discursos que se opõem e se contestam, produzindo sentidos. “Esses sentidos, e não o significado da palavra apenas, são produzidos em decorrência da ideologia dos sujeitos em questão, da forma como compreendem a realidade política e social na qual estão inseridos” (p. 13). Isso porque concordamos também com Souza (2005), pois ao se fazer referência a discursos, a preocupação é maior com a forma como as palavras funcionam ou expressam conteúdos sociais, espaciais e territoriais, ou seja, vai além do que as palavras significam.

O termo “invasão” simboliza uma das bases do sistema capitalista, que é a propriedade privada dos meios de produção, neste contexto a terra, ou ainda de modo indireto as propriedades de instituições públicas quando são pauta nas manifestações. A opção pelo seu uso reflete exatamente o reconhecimento do capitalismo e de seus projetos enquanto modelo de desenvolvimento.

As ocupações são vistas pela mídia conservadora e pelos grupos hegemônicos da sociedade capitalista como uma afronta à ordem. Por isso, muitas vezes os ocupantes são chamados de desordeiros. Ao irromper a ordem dada, os movimentos socioterritoriais criam uma circunstância em que a natureza conflituosa da sociedade se torna visível, e o caráter funcional da propriedade privada ao capitalismo é colocado em questão. A “criminalização” das ocupações é uma forma de escapar do problema social, político e econômico que elas representam (PEDON, 2013, p. 193).

Observamos essa contraposição na reportagem de março de 2006, que descreve uma ocupação de fazenda no município de Prata (MG). Na descrição da ação, o coordenador nacional do MLST que “comandou a invasão [...] disse que a ocupação é um protesto contra a atuação do governo estadual no processo de reforma agrária” (Jornal Correio de Uberlândia, 15/03/2006, grifos nossos). Ou seja, a reportagem deu voz ao representante do movimento, expôs sua posição diante do ocorrido, inclusive transcrevendo sua fala, mas contrapondo termos que simbolizam visões diferentes de uma mesma ação.

Parece um detalhe inexpressivo, mas que traz uma simbologia importante sobre a forma que as ações de lutas populares são vistas e interpretadas. “A opção por uma ou outra expressão não é gratuita e se explica pela proposição de sentido nela embutida. As palavras carregam consigo um conteúdo e uma vivência” (BERGER, 2003, p. 132). A autora ainda destaca, conforme o quadro 4, as principais diferenças de sentido quando um termo ou outro é escolhido, o que implica de modo significativo na mensagem que se pretende construir.

Quadro 4: Diferenças de sentido no uso dos termos “invasão” e “ocupação”

TERRA	
Espacialidade + Ideologia	
INVADIR	OCUPAR
s1. existe um obstáculo (legal, no caso)	s1. não há obstáculo
s2. este obstáculo é vencido	s2. trata-se de algo devoluto
s3. vencer significa, aqui, transgredir	s3. não há transgressão
s4. a transgressão permite punição	s4. não pode haver punição
s5. o ato (invadir) é ilegal	s5. o ato é legal

FONTE: Maria Aparecida Baccega (1989 apud BERGER, 2003, p. 132).

Esse aspecto é trabalhado por Souza (2005), para quem o discurso enquanto prática social se organiza no espaço, e por isso tem uma dimensão espacial e materialidade nos lugares. Assim, prossegue a autora, quando o discurso jornalístico deprecia esses trabalhadores e os qualifica como “invasores”, “baderneiros”, “quadrilha”, dentre outras designações, essa prática intervém nos lugares, na forma do leitor apreender essa ideia e significar o trabalhador rural e a luta pela terra. Não significa dizer que isso vai condicionar a recepção da mensagem, seria afirmar que o leitor não tem criticidade ou identidade própria, entretanto, são fatores determinantes para compreender como o discurso jornalístico influencia na interpretação da realidade.

Ainda na esteira da conjuntura política do governo Lula, podemos identificar uma notável estratégia em um texto do Jornal O Tempo de 22 de dezembro de 2005. Com o título “MST contesta Desenvolvimento Agrário”, a reportagem articula as falas de ambas as partes de modo a confrontar as afirmações de cada lado, MST e governo federal. Logo no início, tem-se que “Um balanço oficial dos números da reforma agrária gerou uma troca de acusações entre o governo e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tradicional aliado do PT” (grifo nosso). Parece evidente o objetivo do texto mesmo que esteja nas entrelinhas, indicando um desgaste na relação entre o governo e o movimento, que apoiou a candidatura, consequentemente teve peso para a eleição, no entanto criticava os números da reforma agrária que o governo afirmava fazer, indicando que o número de assentamentos criados não correspondia ao real. Existe uma ênfase em demonstrar uma aliança abalada e os lados descontentes, destacando para isso as declarações de ambas as partes, como por exemplo, “o Ministério do Desenvolvimento Agrário disse que o MST faz "crítica leviana" e busca "um debate sem nenhuma seriedade, baseado em slogans vazios de conteúdo, informações e argumentos falsificados”.

Há de se relembrar que o fato desse referido movimento socioterritorial apoiar a candidatura do Partido dos Trabalhadores, e especificamente estar ao lado de Luiz Inácio Lula da Silva, constantemente foi alvo de críticas dos veículos de imprensa e da parcela da população contrária às ações da luta pela terra, não apenas no início da gestão, mas durante todo o mandato. Ainda hoje, num momento em que Lula tenta voltar à cena política enquanto presidente, essa relação é recordada pela mídia de forma a desestimular a população em votar no candidato.

As mensagens transmitidas em qualquer veículo de comunicação estão sempre contextualizadas, ou seja, tem relação com outros dados e informações. Não se trata unicamente da função de relatar ou descrever um fato, mas imprimir perspectivas e intenções nesse relato.

Existe um momento histórico no e do qual se escreve, que direta ou indiretamente fundamenta o conteúdo explicitado na notícia.

Conforme já dissemos anteriormente neste trabalho, a questão agrária e a luta pela terra não estão restritas ao modelo de agricultura e à terra propriamente dita, indo muito além destes elementos. Engloba também os direitos da população na sua totalidade, e quando pensamos neste aspecto, é possível relacionar, por exemplo, com os custos de vida de cada família. Para ilustrar esse pensamento, utilizamos uma reportagem de 2006 que relaciona os movimentos socioterritoriais e o setor de energia elétrica de Minas Gerais. Aqui temos duas exposições de um mesmo fato.

Pela ótica do que se denomina discurso hegemônico, exemplificamos com duas reportagens. O jornal Correio de Uberlândia de 04 de abril de 2006 trouxe como manchete “Sem-terra depredam Cemig e nove pessoas são presas”, com ênfase nos danos causados pelos manifestantes, inclusive ilustrando com uma foto do local após a manifestação que protestava, dentre outras reivindicações, contra o preço das tarifas de energia elétrica.

Centenas de integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), com apoio de outras entidades, entraram ontem em confronto com a Polícia Militar e depredaram o hall da sede da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) em Belo Horizonte. [...] Os manifestantes invadiram o prédio, quebraram as portas de vidro da entrada e destruíram computadores, placas, cadeiras e telefones da recepção. Conforme a empresa, os vigilantes foram agredidos. Com bandeiras e cartazes do MST e do MAB, os militantes ainda ameaçaram a integridade física de empregados e visitantes, segundo a Cemig.

O destaque se dá para o sentido nocivo da ação, para os prejuízos causados pelo grupo que manifestava. Logo no início, a reportagem afirma que foram os movimentos que entraram em confronto, afirmação dada também pela polícia, apontando então que os manifestantes provocaram a situação. Somente no final do texto há o posicionamento de um dos coordenadores de movimento, no trecho “Na invasão da Cemig, o MST culpou a PM e os seguranças da companhia pelas cenas de violência”, mais uma vez qualificando-os como invasores. É válido ressaltar que o objetivo aqui não é apontar o certo ou errado, aceitável ou refutável, mas sinalizar e compreender quais elementos são acentuados para descrever uma notícia, entendido como uma estratégia de controle sobre os valores da população.

Por sua vez, o jornal O Tempo apontou no título da reportagem “Manifestantes presos ontem responderão em liberdade” (04/04/2006). Neste caso, a ênfase se deu sobre os feridos por parte da polícia, resultado do conflito, onde se lê “cinco policiais tiveram ferimentos e dois deles ficaram em estado grave” Evidentemente que, num confronto violento, ambos os lados

sofrem lesões, em maior ou menor grau a depender da quantidade de pessoas, a proporção da força física e dos instrumentos de repressão utilizados. No entanto, esse fator não ficou evidente na reportagem, o que é uma prática recorrente. Se não noticia os manifestantes que também ficaram feridos, o leitor não fica ciente da situação e então o fato deixa de ser conhecido, ou seja, se torna invisibilizado. São nestes detalhes que entendemos as intencionalidades de uma notícia que retrata a realidade, ou seja, em qualquer forma de comunicação em massa, o que é escrito ou falado está embasado em intenções, pretende alcançar objetivos.

Identificamos exatamente o caminho inverso em notícias divulgadas pelo MST a respeito do mesmo fato, contextualizada então como o contradiscorso. Na ocasião do I Encontro dos Movimentos Sociais Mineiros na capital, os manifestantes ocuparam o prédio da Cemig e protestaram

contra as altas tarifas de energia elétrica do estado e a reunião do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). A manifestação, que era pacífica, foi duramente reprimida. Enquanto os manifestantes falavam no carro de som, seguranças armados da Cemig dispararam tiros para o alto, provocando pânico na multidão. Em seguida, o batalhão de choque da Polícia Militar utilizou bombas de gás lacrimogêneo, cacetetes e disparos para dispersar a manifestação. Os vidros do carro de som foram quebrados e há dezenas de feridos e desaparecidos (MST, 03/04/2006).

Nas evidências pontuadas pelos manifestantes, o destaque se dá para a intensa repressão dos policiais, citando inclusive as estratégias utilizadas na ação. O exemplo também torna a nos mostrar que a luta não se restringe à terra, quando considerada a principal reivindicação dessa manifestação, se tratando da alta tarifa de energia elétrica e o questionamento do modelo energético. Isso está atrelado especialmente à questão de infraestrutura, sobretudo nos assentamentos, e ao custo de vida das famílias do campo e da cidade. Por ser a empresa responsável pela geração e distribuição de energia elétrica no estado, as unidades da Cemig nos municípios mineiros são um dos frequentes espaços de manifestações da luta pela terra, com destaque para a capital.

A outra reportagem que caracteriza o discurso contra-hegemônico trouxe como manchete “Em Belo Horizonte, manifestantes são presos e reprimidos” (MST, 03/04/2006), novamente evidenciando o caráter repressor aplicado às manifestações dos movimentos socioterritoriais. Assim como a outra reportagem enfatizou os policiais feridos, neste caso o foco é o ato violento contra os manifestantes, como podemos destacar logo no início do texto, quando um dos coordenadores da ocupação afirma que “17 pessoas foram encaminhadas ao hospital, mais de 30 estão feridas e outras 30 desaparecidas após a repressão policial”.

Esses paralelos nos mostram que, pela lógica do discurso hegemônico a violência é dos manifestantes, e a polícia agiu para a própria defesa e preservação da ordem. Já pela lógica do contradiscurso, a violência é da polícia, e os manifestantes reagiram para se proteger. Acontece que, como o próprio termo de hegemonia indica, são os grandes veículos de comunicação que têm amplo alcance da população. Logo, a mensagem que produzem chega a um maior número de pessoas em comparação à cobertura da imprensa dos movimentos socioterritoriais, principalmente devido à sua imagem negativa tradicionalmente construída, que faz com que seus instrumentos de comunicação sejam menos pesquisados enquanto fontes de informação. É por isso que a seção de imprensa e comunicação desses grupos, somada às históricas ações de diálogo direto com a sociedade sobretudo a partir das manifestações, se torna cada vez mais importante no processo de luta pela terra.

Voltamos a considerar então a disputa pelo território material e imaterial, que segundo Cubas (2012) é travada diretamente nos jornais e na terra, e indiretamente na opinião pública, à medida que os veículos de informação exploram os fatos reais e expõem seu ponto de vista como algo universal. As leituras da realidade que apreendemos pela mídia refletem as disputas territoriais, e nesse processo apresentam suas perspectivas e constroem narrativas que criminalizam determinados grupos por um lado, e legitimam suas ações por outro. E a partir disso vão criando-se os símbolos que representam essa realidade. “Os jornais auxiliam na formação da identidade cultural e a partir da realidade material da luta criam territórios imateriais, que por sua vez, influenciam na criação de outras territorialidades, além de reafirma e legitimar o território e as relações de poder vigente no mesmo (CUBAS, 2012, p. 123).

Aos sem-terra organizados nos movimentos socioterritoriais cabe a expressão da sua identidade e o constante papel de desfazer as imagens construídas pelos que criticam sua forma de viver e de reivindicar seus direitos. Para Souza (2005), estes possuem um discurso próprio, que corresponde a uma ruptura com o discurso do poder e das instituições, assumindo então uma voz no processo de luta pelo acesso à terra, pela reforma agrária, ao mesmo tempo em que expõe outros enunciados como novas evidências.

A questão agrária retratada nos jornais pesquisados neste trabalho também consta das reivindicações da classe ruralista, conforme podemos observar na reportagem de 29/08/2006 do Jornal Correio de Uberlândia sob o título “UDR quer garantia de Lula”. Mais uma vez é fundamental sinalizar o contexto desse período, que antecedia as eleições presidenciais do ano seguinte, havendo por isso uma pressão política determinante para os rumos de uma reeleição. Desde o início do primeiro mandato, o governo comandado por Lula sinalizou positivamente para o setor econômico do agronegócio, mesmo que também tendo uma relação mais amistosa

com os movimentos sociais e socioterritoriais. Este fator gerou substanciais questionamentos de ambos os lados, indicando inclusive para uma postura controversa do presidente e da gestão na condução de suas políticas econômicas e sociais.

Na referida reportagem de 2006, os ruralistas cobravam que o então presidente candidato à reeleição assumisse “o compromisso de não alterar os índices de produtividade agrícola, para fins de reforma agrária, enquanto durar a crise no setor. A proposta eleva substancialmente os índices de produtividade exigidos para que a propriedade seja considerada produtiva”. Além disso, houve uma cobrança direta da postura de Lula, transcrita pela fala do presidente da UDR na época<sup>32</sup>. “Com isso, vamos saber qual é o Lula que, de fato, está se apresentando para um novo mandato: se o que aparece na TV falando em criar empregos, ou o que vestiu o boné do MST (Movimento dos Sem-Terra)”. Ao mesmo tempo que coloca sua reivindicação em pauta, o líder da entidade questiona e também desafia as escolhas políticas de Lula ao colocar em oposição duas ideias, apoiar o movimento de luta pela terra e atender suas demandas, ou gerar emprego e renda ao país a partir do apoio aos ruralistas.

Ribeiro Neto (2018) destaca que, à medida que os trabalhadores sem-terra intensificavam suas ações depois que o PT assumiu o governo, aumentavam também a pressão contrária a elas por parte das entidades do patronato rural e da bancada ruralista. Cenário que foi uma continuidade do que já acontecia desde a época das Ligas Camponesas e a intensificação dos embates entre proprietários rurais e os primeiros grupos de sem-terra.

Há de se destacar que em diversos registros das ações da luta pela terra a partir da imprensa dos movimentos socioterritoriais, além do fato divulgado tem-se também o significado histórico que fundamenta a ação. Um dos exemplos é uma ocupação de 03/12/2009 no Norte de Minas, com o título “Comunidades e movimentos retomam território em MG” publicada pelo site do MST. Na reportagem consta que mais de 70 famílias de várias comunidades geraizeiras organizadas juntamente com movimentos da Via Campesina, retomaram parte do território, que eram terras do Estado e foram apropriadas por empresas de monocultivos de eucalipto ainda nas décadas de 1970-80.

#### Um pouco mais da história

O Rio Pardo de Minas, norte de Minas Gerais, foi durante a década de 70 alvo da expropriação de terras por parte de empresas transnacionais e nacionais de plantio de monocultura de espécies exóticas, como eucalipto. Tais empresas, subsidiadas pelo Estado, expulsaram centenas de famílias das terras devolutas

---

<sup>32</sup> Nesse período a UDR era liderada por Luiz Antônio Nabhan Garcia, conhecido fazendeiro da região do Pontal do Paranapanema em SP. No governo Bolsonaro, se tornou secretário especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, a quem é de responsabilidade a demarcação de terras indígenas e quilombolas, e o diálogo direto com movimentos sociais para discutir a reforma agrária.

para se instalarem na região. O uso das terras devolutas no estado está no centro de um conflito que envolve comunidades rurais, empresas reflorestadoras de eucalipto e o Estado. As empresas arrendaram as terras devolutas por preço insignificantes. (Site do MST, 03/12/2009).

Conforme é relatado no texto, as comunidades denunciam as consequências catastróficas da invasão e avanço dessas empresas, visto que o Estado desconsiderou o fato de que as áreas já eram historicamente habitadas por famílias que se utilizavam dos recursos naturais e das formas coletivas para a organização da produção e reprodução naquele território. Esse relato é a expressão de que a questão agrária está relacionada também com a reconquista do território do qual foram expropriados, que se refere principalmente à luta pela demarcação e titulação de territórios de populações originárias. Expropriação essa que constitui o processo histórico da formação territorial do país, como já abordado anteriormente.

Ao considerar o momento recente, vivenciamos um profundo retrocesso no que diz respeito às políticas sociais, sobretudo de atendimento às populações do campo. O que Cleps Jr (2018) caracteriza como um desmonte da reforma agrária e de um conjunto de políticas, envolve mudanças de regras da demarcação de territórios indígenas<sup>33</sup>, supressão cada vez maior da proteção ambiental, flexibilização das regras para implantação de grandes empreendimentos, novas leis para o uso de agrotóxicos, dentre outras medidas que estão gerando maior insegurança no campo e aumento dos conflitos agrários, principalmente do índice de violência e do número de assassinatos. Enfim, uma sequência de projetos e práticas que desprezam os avanços sociais no Brasil. Ainda conforme as análises do autor, esse conjunto de ações jurídicas e a ofensiva contra os trabalhadores e comunidades camponesas representa graves consequências para a sociedade e a democracia.

A contextualização do fato também está presente na reportagem veiculada pelo site do MST em 26/11/2009, acerca dos desdobramentos do massacre no município mineiro de Felisburgo ocorrido em 20 de novembro de 2004. Sob o título “Famílias de Felisburgo conquistam a Terra Prometida”, a notícia se refere ao assentamento de 40 famílias que resistiram após o crime que resultou em cinco trabalhadores assassinados, doze baleados e a destruição do acampamento. Após uma marcha que percorreu a cidade, o ato solene teve a presença de várias autoridades.

---

<sup>33</sup> Um importante exemplo dessas propostas de mudanças se refere ao chamado marco temporal indígena, que está sendo discutido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) desde o final de agosto de 2021. Trata-se de uma proposta, defendida pela bancada ruralista e que tem o apoio do atual presidente do país desde a época de sua campanha eleitoral, que garantiria o direito à demarcação somente aos povos indígenas que tivessem as terras sob sua posse até 05 de outubro de 1998, data da promulgação da Constituição Federal. Segundo a avaliação de diversos críticos à proposta, a mudança traria benefícios a empresas e setores interessados na exploração das terras indígenas, e além disso, pode acarretar inclusive em anulação de áreas já demarcadas e no aumento de conflitos.

A antiga fazenda Nova Alegria foi a primeira do Brasil a ser desapropriada pelo critério de crime ambiental, abrindo precedentes que poderão gerar um novo rumo para os processos de desapropriação. [...] O ordenamento jurídico prevê os critérios de produtividade, desrespeito ao meio-ambiente ou ao bem-estar dos trabalhadores, mas em toda a história da política de Reforma Agrária brasileira, até agora, somente se utilizou a produtividade para os processos de desapropriação (Site do MST, 26/11/2009).

O caso do Massacre de Felisburgo, município localizado na região do Vale do Jequitinhonha, é emblemático na questão agrária de Minas Gerais, e corresponde a uma ação violenta na disputa territorial que envolve terras do Estado. Conforme já apontamos em pesquisa anterior (VICTOR, 2016), segundo o próprio movimento, parte da Fazenda Alegria foi ocupada em 2002 por ser devoluta e grilada pelo proprietário, acusado de ser o mandante do crime. Após o ano do massacre, centenas de manifestantes foram às ruas ano a ano cobrar justiça nesse caso que teve repercussão nacional, com o intuito de que o fato não caísse no esquecimento, e ao mesmo tempo mostrando à sociedade o caráter violento dos conflitos no campo brasileiro. Em 2013, o crime foi julgado e alguns dos acusados foram condenados, entre eles o fazendeiro e apontado como mandante, que respondeu em liberdade ao longo do processo. Em 2015 o governo de Minas Gerais assinou o decreto de desapropriação da fazenda, entretanto, o processo de assentamento não foi finalizado. Ainda em 2020, as famílias aguardam a justiça e a reparação por parte do Estado, aguardando também a efetivação do assentamento, já que ainda correm processos judiciais pela propriedade da referida parte da fazenda.

As ocupações de terras se tornaram uma das principais formas de acesso à terra, e ao mesmo tempo é uma afronta aos princípios da sociedade capitalista, sinaliza Fernandes (2008a), que também destaca a lógica de concentração e exploração da agricultura patronal. É do mesmo modo a estratégia que mais dá visibilidade às denúncias e reivindicações dos sem-terra, e expõe os problemas e conflitos que configuram o campo brasileiro, novamente considerando que uma parcela da sociedade desconhece essa realidade, ou por menor interesse no assunto, ou por conhecer apenas uma parte do contexto. Ainda assim,

A violência física praticada a mando dos latifundiários ou do Estado contra os sem-terra não diminui as ocupações. Todavia, as medidas políticas têm sido eficazes para conter as ocupações de terra. É bom lembrar que contenção não significa solução. As medidas políticas são formas de controle da luta popular. Através do controle político, o Estado pode mudar o rumo das ações dos movimentos camponeses: fazê-lo refluir e até desmobilizá-los. Ainda assim o problema agrário continua (FERNANDES, 2008a, p. 47).

Vale destacar que em novembro de 2009, data que marcou cinco anos do massacre e referência da reportagem que consideramos nos parágrafos anteriores, pelas pesquisas do

DATALUTA não houve a identificação e o registro de nenhuma reportagem referente ao marco pelos jornais de grande circulação, inclusive os que são fonte deste trabalho, a saber Folha de São Paulo e Estado de Minas, sobretudo relatando as manifestações que reivindicaram justiça.

Esse cenário de violência registrado há quase duas décadas e que ainda tem repercussão é pertinente para exemplificar os argumentos de Vinha (2021), que particulariza as características de Minas Gerais no que diz respeito às disputas territoriais entre latifúndio/agronegócio e agricultura camponesa, bem como as lutas e resistências que constituem a conflitualidade do estado mineiro. Tais elementos nos mostram que

um dos estados mais ricos e industrializados da federação ainda não resolveu as questões voltadas à distribuição de terras. O crescimento extraordinário da economia agrícola mineira não foi compartilhado pelos trabalhadores que produziram essa riqueza, e o aumento da produção e renda ficou concentrado nas mãos daqueles que detêm os meios de produção. No caso da agricultura, naqueles que controlam o poder da propriedade privada, muitas vezes objeto de expropriações, violências e grilagens (VINHA, 2021, p. 265).

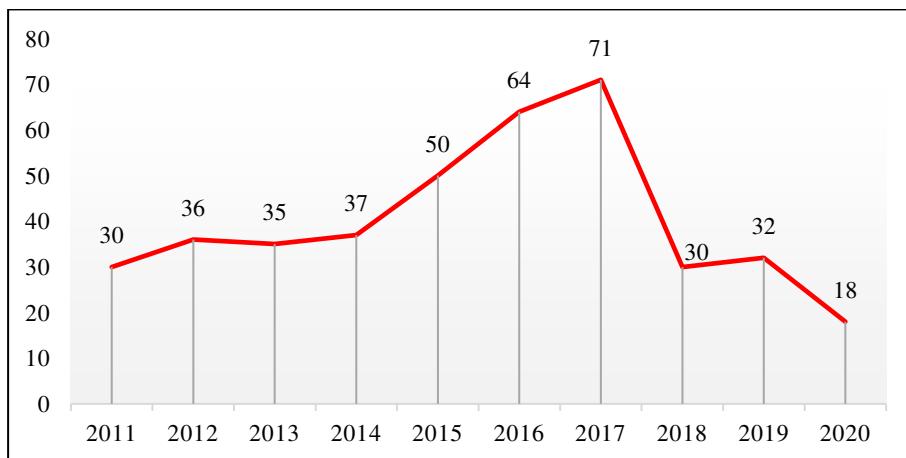
Assim como se verifica em escala nacional, em Minas Gerais a concentração de terras e renda é determinante para o contexto de disputas, de luta e de resistência no campo. E neste conjunto, o processo histórico de formação e consolidação das regiões mineiras evidencia a apropriação do território pela agricultura capitalista, principalmente apoiada pelo Estado por meio de custeiros e infraestrutura que subsidiaram a modernização agropecuária, e por consequência contribuíram para o desenvolvimento do agronegócio, não contemplando ao mesmo tempo milhares de trabalhadores nesse processo.

O estado mineiro retrata um processo de concentração de terras vinculado principalmente à sua utilização para pecuária, em grande parte extensiva (CLEPS JR *et al*, 2016). Segundo esta análise, as áreas de pastagens naturais são expressivas na distribuição, e as áreas de lavouras, inclusive as lavouras temporárias onde é considerada a pequena produção camponesa, correspondem a um alto percentual de unidades rurais com participação reduzida em sua superfície total.

Ainda no que concerne à estrutura fundiária, nas regiões Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri o agronegócio se apossou do território sobretudo pelo avanço de projetos de reflorestamento de eucalipto e pinus, e além disso, é onde se tem significativos investimentos na agricultura e pecuária empresarial, o que gera conflitos pela posse da terra e apropriação dos recursos hídricos (CLEPS JR; FREITAS; VICTOR, 2014). Falamos então dos conflitos tanto entre grandes proprietários e trabalhadores sem-terra, quanto também com as comunidades geraizeiras especialmente no Norte de Minas Gerais.

É crucial relembrar os números da violência no campo no Brasil, de modo a impedir que os crimes e injustiças sejam esquecidos pela população e principalmente pelo poder público, do qual espera-se a responsabilidade em garantir a segurança e o direito à vida da população. A CPT por meio do Caderno Conflitos no Campo transcreve anualmente esses registros, destacados aqui a partir do gráfico 12 referente à última década.

Gráfico 12: Brasil – Número de assassinatos no campo, 2011-2020



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduíno/Caderno Conflito no Campo 2020 - CPT.  
Org.: VICTOR, F. B., 2021.

Estes dados da CPT relacionam os assassinatos que envolvem os conflitos por terra e conflitos trabalhistas, considerando o trabalho escravo e a superexploração, que nesta soma totalizam 9 vítimas. Nesse período não houve registros que envolveram os conflitos pela água. Na década apontada, o total de 394 pessoas que perderam a vida nos conflitos territoriais pelo país comprova que o índice de violência nunca cessou, e ao contrário disso, tem marcas expressivas. O ano mais brutal (2017) mostra mais uma vez o caráter violento das disputas na região Norte. “O estado do Pará, historicamente conhecido pelos conflitos no campo, lidera o ranking de 2017 com 21 pessoas assassinadas, sendo o de maior número o Massacre de Pau D’Arco” (CLEPS JR, 2018, p. 658), que destaca também o aumento da criminalização contra organizações e movimentos sociais de luta, a partir de diversas ordens de despejos e reintegração de posses, medidas que agravam ainda mais os conflitos.

Essa violência no campo aqui associada e que retrata o lado mais perverso da questão agrária, é ao mesmo tempo determinante para o avanço ou paralisação da luta de classes e especificamente da luta pela terra, definindo por consequência os rumos tomados. Conforme já anunciado em passagens anteriores, o Massacre de Eldorado dos Carajás ocorrido em 1996 é o principal exemplo, com repercussão nacional e internacional que alcançou inclusive uma maior

solidariedade da população naquele momento, dada a gravidade da situação e da atuação do Estado por meio das forças policiais. Nesse quesito, o representante do MST nos mostra que essa ação violenta contra os sem-terra definiu o que era o movimento antes e depois do massacre.

*Eu acho que esse é um exemplo muito visível assim porque a realização de uma ofensiva e uma atuação concreta do Estado e acho que isso é importante destacar numa atuação concreta do Estado em eliminar vidas de trabalhadores e trabalhadoras que lutam pela terra em um determinado território, acendeu uma chama nacional e internacional que deu uma outra visibilidade para o processo na luta pela terra no Brasil. Assim, foi a partir disso, mesmo o movimento já fazendo rádio, mesmo o movimento já fazendo muita coisa que a gente já fazia no campo da comunicação, foi uma ação concreta, foi uma luta concreta, foi um fenômeno olhando para um massacre de repercussão nacional e internacional que fez a pauta da reforma agrária ganhar outras proporções na sociedade como um todo. Acho que isso é um elemento interessante* (Entrevistado A, 2020).

Por isso o entrevistado destaca que o processo de comunicação deve estar atrelado aos elementos conjunturais e às linhas políticas apontadas pelo conjunto do movimento em cada período, entendendo que é a materialidade da luta política que ajuda o grupo a pensar ações concretas no campo da comunicação, e não o inverso. Ainda em suas análises, as plataformas de comunicação acabam se tornando o instrumento que garante visibilidade para esse tipo de ação, que está relacionada à luta política e ao conflito já existentes.

Não por acaso que o dia 17 de abril é estabelecido como o Dia Internacional da Luta Camponesa declarado pela Via Campesina, e também o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária<sup>34</sup>, ocasião em que são homenageadas as vítimas do Massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará. O primeiro grande ato ocorreu um ano após o crime, com a Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária saindo de três pontos do Brasil (São Paulo, Governador Valadares-MG e Rondonópolis-MT) e chegando em Brasília no referido dia com a participação de mil trabalhadores, e o apoio de milhares de defensores da mesma causa.

Mas a resposta à essa grande mobilização garantiu os contrapontos, especialmente a partir do Estado e suas estratégias de desmobilização e criminalização dos movimentos, sob comando do governo FHC naquele momento. Para Oliveira (2007), tratou-se de medidas marcadas por lances espetaculares, de acordo com a chamada sociedade do espetáculo, em referência às reportagens que desqualificaram as lideranças do MST, contra-propaganda organizada por grandes órgãos de imprensa, denúncias não comprovadas e pesquisas de opinião

---

<sup>34</sup> BRASIL. Lei nº 10.469, de 25 de junho de 2002, pela qual é instituído o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária.

pública sobre o movimento, que por consequência “geraram na mídia um conjunto significativo de notícias que visavam principalmente desmontar a imagem de apoio que a população tinha formado sobre o MST e a reforma agrária após a Marcha à Brasília” (p. 145).

Por esse motivo, o mês de abril se tornou marcante para as jornadas de lutas dos movimentos socioterritoriais e demais organizações que apoiam a luta pelo direito à terra, período em que são intensificadas as estratégias como manifestações e ocupações de terras. Como já assinalado em pesquisas anteriores, estas ações são promovidas em conjunto entre diversas entidades e diferentes regiões brasileiras simultaneamente, conferindo às ações e aos participantes um poder de mobilização, visibilidade e impactos na esfera pública, pelos quais denunciam os interesses particulares e privilegiam as demandas coletivas (VICTOR, 2016).

No período analisado desta pesquisa há uma diversidade de reportagens que trazem à tona a atuação dos movimentos socioterritoriais no mês de abril, tanto dos veículos de grande circulação quanto da imprensa alternativa e contra-hegemônica. É o que podemos observar, por exemplo, no registro de 19/04/2010 do site do MST, com o título “O que queremos do governo com a nossa jornada”, e parte da mensagem transcrita.

**ABRIL É MÊS DE LUTA** pela Reforma Agrária, quando a sua bandeira é fincada nos latifúndios e tremula nas ruas das cidades. [...] Abril também é mês de apresentar propostas para o Estado. Em sintonia, temos que aproveitar a força das lutas para negociar com bancos, prefeitos, governos estaduais e federal, superintendências do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) nos estados e em Brasília. São as conquistas econômicas concretas e conquistas políticas que fazem avançar a luta pela Reforma Agrária (Site do MST, 19/04/2010, grifos no original).

O texto não traz somente as ações que o movimento vai empreender como compromissos da jornada de luta, mas sinaliza sobretudo os motivos que explicam estas ações. São reivindicações dos sem-terra e também propostas ao Estado para atender a demanda dos que lutam. Dentre as proposições citadas na reportagem, destacam-se a atualização dos índices de produtividade, acordada pelo governo e até então não cumprida; orçamento do Incra para a Reforma Agrária, diretamente para desapropriação de terras; assentamento das famílias acampadas do MST, contabilizadas naquele momento em mais de 90 mil famílias, priorizando as regiões de maior conflito e mobilização; crédito para implantação, com proposta para desburocratizar a aplicação desses créditos; e crédito de investimentos e custeio.

Na outra ponta do que entendemos como uma disputa no espaço midiático, nesse mesmo ano houve uma intensa movimentação por parte dos ruralistas, que reivindicaram do governo federal daquele período um combate mais categórico às invasões de terras. Para isso, houve por parte da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) a proposta de

criação do Plano Nacional de Combate às Invasões a partir da campanha “Vamos tirar o Brasil do vermelho. Invasão é crime”. Na reportagem de 28/04/2010 veiculada pelo jornal O Globo, com o título “Produtores rurais protestam em Brasília contra Abril Vermelho do MST”, foi noticiada a manifestação dos ruralistas de várias partes do país reunidos em Brasília.

A manifestação começou por volta das 9h, com uma missa na Catedral de Brasília. Após a celebração religiosa, os produtores rurais caminharam até o gramado em frente ao Congresso Nacional, onde deram as mãos em volta de uma grande bandeira com o lema “Queremos paz no campo. Não às invasões”. Segundo a Polícia Militar do Distrito Federal, cerca de 300 pessoas participaram da manifestação.

A então presidente da CNA na época expôs pela reportagem que os produtores rurais apoiam a reforma agrária, mas são contrários às invasões, e considerava também que esses atos se repetiam há tempos sem que medidas fossem tomadas para evitá-los. Também em sua opinião, as invasões prejudicam não só os proprietários dos terrenos invadidos, mas todos os brasileiros, alegando que importantes áreas ocupadas pelo MST estão em prejuízo por não estarem produzindo. Ainda segundo outro representante da mesma entidade, a proposta da campanha “é justamente uma contraposição àquela outra, Abril Vermelho, realizada pelo MST”.

Um ponto a ser observado é a reivindicação de “paz no campo” posta na citada manifestação dos ruralistas. Esta que também se repete frequentemente pelos trabalhadores sem-terra acampados e assentados, nos casos de conflitos diretos, assassinatos e massacres. Ambos os lados demandam por paz, entretanto, os números mostram que dentre estes últimos é onde se registra o maior número de vítimas, até porque os grandes proprietários rurais têm o aparato do Estado à disposição que garante, na maioria das vezes, a segurança da propriedade privada, mesmo que em algumas ocasiões se diga o contrário.

Aqui se destaca um ponto fundamental no que se refere às simbologias. Para considerável parte da população, e especificamente para a classe dominante que se empenha em preservar sua posição de poder, o vermelho em qualquer circunstância é uma ameaça, e representa aquilo que deve ser combatido, seja no campo da ideologia, seja em ações práticas e cotidianas.

De modo geral, historicamente a cor simboliza a luta e revolução popular de camponeses e operários, e por consequência o enfrentamento às classes dominantes. O vermelho é associado ao espectro político da esquerda, ao comunismo e ao socialismo, e também ao sindicalismo, e por isso são posições combatidas com frequência sobretudo pelos que defendem o sistema capitalista e o livre mercado.

Logo, a cor vermelha é também uma forma de comunicação, de imprimir o sentido de luta e resistência por onde passa ou é percebida. Não por acaso que diversas bandeiras de movimentos socioterritoriais carregam a cor vermelha em sua composição, como por exemplo o MST, Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), Liga dos Camponeses Pobres (LCP), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), assim como também movimentos sociais urbanos ou de outros segmentos.

E exatamente por carregarem a cor vermelha na bandeira e em suas ações, é que a mídia hegemônica se utiliza deste recurso para relacioná-la à ideia de perigo, de ameaça à ordem e ao crescimento econômico do campo, da cidade e do país. Essa é uma construção de sentidos que consegue atingir significativamente seus objetivos, e projetar uma imagem negativa dos movimentos e da luta pela terra, determinando a luta e por conseguinte a reforma agrária como obsoleta. E a questão agrária, um tema complexo que deveria ser discutido com frequência pela população e pelos agentes políticos, com o intermédio da mídia, acaba sendo reduzida ao combate às ações dos sem-terra.

Tomando como base o caso específico do MST, Souza (2005, p. 146) busca evidenciar “que a chamada grande imprensa, ou imprensa de referência, enuncia de um lugar histórico-geograficamente constituído e o faz em nome de determinados segmentos de classe”, sendo esse processo determinante na forma como a imprensa vai construindo uma representação para o movimento.

São observações apontadas também por parte da população, conforme identificamos para esta pesquisa.

*Infelizmente o monopólio da mídia anda de mãos dadas com o monopólio da terra. Um exemplo é o lema "agro é pop, agro é tudo", que busca colocar todo tipo de produção do campo no mesmo balão de gato que os grandes latifúndios. Sem enfrentar a homogeneidade do discurso, abrindo espaços para a crítica e a divergência, teremos sempre a continuidade da concentração e da exploração (Respondente D, 2021).*

Mesmo que um jornal de destaque e grande circulação não tenha relações diretas com a agricultura capitalista, ele mantém suas estratégias para preservar a posição que ocupa enquanto classe dominante, inclusive sendo usados como instrumentos para tal feito. “Imagem, mídia e marketing cada vez mais se apresentam como organizadores da construção simbólica do poder e se encontram na base da ação e da retórica de legitimação patronal rural (BRUNO, 2012, p. 4).

Voltamos a pontuar a importância da análise de conteúdo para esta pesquisa, em que baseamos as observações das reportagens veiculadas pela imprensa hegemônica e pela

imprensa alternativa ou contra-hegemônica. Nestas reflexões, é possível inferir sobre os elementos básicos do processo de comunicação, de modo a buscar compreender as causas e os efeitos das mensagens, uma vez que a inferência é uma das finalidades da análise de conteúdo.

Com base na mensagem que responde às perguntas: o que se fala? o que se escreve? com que intensidade? com que frequência? que tipo de símbolos figurativos são utilizados para expressar ideias? e os silêncios? e as entrelinhas?...e assim por diante, a análise de conteúdo permite ao pesquisador fazer inferências sobre qualquer um dos elementos da comunicação (FRANCO, 2005, p. 20).

Pautados na análise de conteúdo, utilizamos as mensagens que estão relacionadas à questão agrária para compreender como são construídos os argumentos que respaldam ou contestam a temática e seus desdobramentos, como a luta pela terra, as estratégias dos movimentos socioterritoriais, bem como a atuação do patronato rural e do Estado, este último que tem papel determinante na condução das decisões. Analisar estes elementos, ainda conforme a autora, é uma tarefa que implica sobretudo um processo comparativo entre os dados considerados, e não apenas um processo descritivo da informação e de seu conteúdo. As comparações versam também sobre a mesma fonte em diferentes situações e momentos, e ainda sobre as mensagens de fontes diferentes, procedimentos estes que buscamos empreender neste trabalho.

Para Bardin (2016, p. 44), “a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)”. A autora nos mostra que essas inferências, que significam deduções lógicas, podem responder a dois tipos de problemas: as causas ou antecedentes da mensagem (o que levou a determinado enunciado?); e os possíveis efeitos das mensagens (quais as consequências que determinado enunciado provavelmente pode provocar?).

Essas deduções lógicas buscam compreender as intenções de quem emite a mensagem, e uma tentativa em assimilar também a recepção dessa mensagem, sendo então interpretações com base nos contextos sociais, econômicos e históricos da produção e recepção do conteúdo, neste caso, as notícias de jornais. Dessa forma, é possível estabelecer parâmetros analisando os elementos mais frequentes e aqueles que são omitidos, elementos dos quais intencionalmente não se fala ou se faz referência, o que está declarado e o que não está, das formas regulares de textos e uso de termos. Por exemplo, se dizemos que parte da população criminaliza os movimentos socioterritoriais, podemos deduzir com base na interpretação do que é veiculado

pela mídia, que essa afirmação pode ser resultante também, mas não somente, do processo de formação de opinião pública intermediado pela mídia televisiva, impressa e online.

Destaca-se ainda que “a tentativa do analista é dupla: compreender o sentido da comunicação (como se fosse o receptor normal), mas também, e principalmente, *desviar* o olhar para outra significação, outra mensagem entrevista por meio ou ao lado da mensagem primeira” (BARDIN, 2016. p. 47, grifos da autora).

Prosseguimos com a abordagem da jornada de lutas no mês de abril pelos movimentos socioterritoriais. Sobre as ações no estado de Minas Gerais em 2012, podemos utilizar duas reportagens para nossa análise. A primeira é a notícia do Jornal Correio de Uberlândia, “MST inicia “Abril Vermelho” em Minas Gerais”, de 03/04/2012. A reportagem trouxe que “Cerca de 40 famílias ocuparam neste domingo (1º), uma propriedade na região do Alto Paranaíba. A área tem cerca de 1,2 milhão de metros quadrados e fica próximo ao local onde o movimento coordena outras ocupações”. Tratou-se de um texto objetivo e sucinto, sem maiores informações sobre as ações e seus desdobramentos.

No segundo caso, utilizamos a reportagem da página do MST, “Jornada de Lutas inicia com ocupação na região do Alto Paranaíba, em Minas Gerais”, também de 03/04/2012. A notícia constou do seguinte texto, transcrita aqui na sua totalidade.

Trabalhadores rurais do MST da região do Alto Paranaíba (MG) já começaram a traçar a Jornada de Lutas pela Reforma Agrária do mês abril com mais uma ocupação de um latifúndio. Neste último domingo (01), cerca de 40 famílias de Sem Terra ligadas ao MST ocuparam a fazenda Palmeiras no município de Carmo do Paranaíba. A fazenda pertence à massa solvente Ofir de Castro. A área de 120 hectares faz parte de um conglomerado de outras quatro propriedades dessa mesma massa solvente, que juntas totalizam cerca de 800 hectares. Atualmente, por volta de 150 famílias do Movimento ocupam quatro das cinco áreas pertencentes ao grupo, em que todas são reivindicadas para fins de Reforma Agrária. Além da pressão ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) pela desapropriação da área para assentar as famílias que ali se encontram, o MST também ocupa a fazenda em gesto de solidariedade aos três companheiros (a) tombados há alguns dias na região do Triângulo Mineiro. A ocupação faz parte da Jornada Nacional de Lutas do MST no mês de abril, relembrando a morte dos 19 companheiros (as) mortos em 1996 na cidade de Eldorado dos Carajás, no estado do Pará, cujos responsáveis pelo massacre ainda estão impunes.

Notam-se importantes contrastes na divulgação da informação pelos dois veículos midiáticos. Evidentemente que, neste segundo caso, a fonte é justamente do grupo que promove a ação, o que explica em parte a constatação de maiores detalhes, como por exemplo o nome da propriedade e o município ao qual pertence, além apenas da região como mencionada no

outro jornal; a empresa proprietária da área; e principalmente, a reforma agrária e o assentamento das famílias como reivindicações do movimento que justificam a jornada de lutas.

Reforma agrária e latifúndio são dois termos significativos quando se faz a leitura de reportagens produzidas pelos próprios movimentos socioterritoriais, e também por outros tipos de jornais contra-hegemônicos que são adeptos à causa. São referências que legitimam a luta, visto que contradizem o modelo de desenvolvimento desigual, e representam as propostas de mudanças sociais. Desde o início das primeiras organizações do campo, combater o latifúndio sempre foi um dos lemas da luta pela terra, e mesmo que nos últimos anos a imagem da grande propriedade privada improdutiva tenha cedido lugar para a imagem do agronegócio altamente produtivo, mas excludente, ainda sim ambos fazem referência à concentração de terra e renda. O latifúndio, símbolo do poder da elite rural, permanece como entrave, como algo a ser questionado.

Já pela perspectiva da mídia hegemônica, o latifúndio não é um termo recorrente nas reportagens. Em vez disso, são utilizadas principalmente as denominações fazenda, propriedade e área, diminuindo então a distância ao seu significado histórico de improdutividade, e ao mesmo tempo o termo agronegócio toma maior destaque, fator também simbólico. “Se o território do latifúndio pode ser desapropriado para a implantação de projetos de reforma agrária, o território do agronegócio apresenta-se como sagrado, que não pode ser violado” (FERNANDES, 2008a, p. 38).

A análise dessas reportagens exige que sejam considerados vários elementos para compreender como se opera a seleção e a construção das notícias no jornalismo, segundo nos mostra Barbosa (2013). Para o autor, é possível compreender os critérios de noticiabilidade de um acontecimento que justificam sua seleção para se tornar notícia em um veículo de comunicação. Ou seja, trata-se dos requisitos que determinam quais os acontecimentos são significativos e relevantes para ser considerado uma notícia. “Esses critérios de noticiabilidade são diferentes na indústria jornalística e na imprensa das classes trabalhadoras. Não só a seleção dos fatos pode ser diferente, mas também os critérios de construção” (BARBOSA, 2013, p. 42).

O jornal Brasil de Fato é uma expressiva referência nesse quesito, uma vez que contempla temas pelo enfoque dos trabalhadores, com interesse para questões sociais relacionadas à ampla parcela da população, inclusive envolvendo os movimentos sociais, e por conseguinte, os movimentos socioterritoriais. São características que podem ser percebidas a partir do lema do jornal, “Uma visão popular do Brasil e do mundo”, disposto em sua página virtual. Não por coincidência, o tom vermelho está presente em sua representação visual. Conforme descrito no site,

Por entenderem que, na luta por uma sociedade justa e fraterna, a democratização dos meios de comunicação é fundamental, movimentos populares criaram o Brasil de Fato para contribuir no debate de ideias e na análise dos fatos do ponto de vista da necessidade de mudanças sociais em nosso país. [...] Os temas tratados são de política, economia, direitos humanos, cotidiano e cultura, além de produções de serviços. Plural e diversificado, o BdF reúne jornalistas, articulistas e movimentos populares do Brasil e do mundo.<sup>35</sup>

Iniciado em 2003 com a versão impressa, o jornal manteve desde a criação a circulação nacional, e hoje é presente também nas redes sociais, com veiculação diária de notícias e textos de opinião. Trata-se de uma leitura singular quando comparada aos padrões jornalísticos, muitas vezes com uma natureza de denúncia para questões diversas, sobretudo envolvendo os direitos humanos e as reivindicações de minorias. Especificamente para Minas Gerais, dentre as temáticas abordadas pelo jornal, destaca-se a questão da terra.

Cassol (2010), em suas análises sobre o jornal Brasil de Fato enquanto uma imprensa popular e alternativa, tece suas considerações sobre a formação e os objetivos a que se propunha. Dentre estes, destaca-se o de reorganizar a esquerda que estava, segundo entendimento dos editores, dispersa e em crise naquele período. Com isso caberia então promover valores humanistas e socialistas, de modo a contribuir com a militância a partir da análise dos fatos e para a sua reorganização. O autor pontua ainda que, concebido para ser um veículo massivo, o jornal tinha o papel de estimular as lutas sociais e os movimentos de massa, a partir da pluralidade de ideias dentro do espectro político de esquerda, tendo condições, portanto, de exercer pressão para as mudanças.

Para exemplificar essa forma de imprensa que tem como orientação a perspectiva dos trabalhadores, podemos utilizar a reportagem do Brasil de Fato de 16/07/2013, que trouxe como título “Centrais sindicais prometem novos protestos”, em relação ao Dia Nacional de Lutas organizado em 11 de julho, ocasião em que houve manifestações e paralisações em 27 estados, dentre eles Minas Gerais. As mobilizações unificaram sindicalistas e demais organizações populares, inclusive de luta pela terra. A notícia veiculou que

A pauta dos trabalhadores é composta por oito pontos principais, que são o aumento dos investimentos públicos em educação, saúde e transportes; redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução dos salários; cancelamento dos leilões do petróleo; realização da reforma agrária, fim do fator previdenciário e a não aprovação do Projeto de Lei 4.330, o chamado PL da Terceirização.

---

<sup>35</sup> Disponível na seção “Quem somos”, <https://www.brasildefato.com.br/quem-somos>, de onde destacamos que o jornal mantém as versões regionais nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Pernambuco, Ceará, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. Acesso em 18 nov. 2021.

Uma das questões mais importantes apreendidas a partir da leitura dessa notícia é a atuação unificada de diferentes tipos de organizações de luta popular. Cada grupo com suas demandas específicas, no entanto, organizados em conjunto garantindo maior poder de mobilização, e por consequência uma repercussão mais expressiva. Verifica-se que o objetivo comum é a ampliação e garantia de direitos enquanto classe trabalhadora, sem distinções. É dessa forma que o fato se torna notícia, porque produz movimento, gera desdobramentos.

Além disso, a referida reportagem do Brasil de Fato destacou o posicionamento de alguns representantes das organizações que estiveram presentes no ato, como por exemplo do presidente da Central Única dos Trabalhadores daquele período, para quem “Todo e qualquer governo do mundo de move à pressão, e é isso que estamos fazendo. Agora o governo sabe que é preciso agilizar”. Ou então a consideração do secretário-geral da Força Sindical, “Aquela pauta que ficava somente entre os sindicatos, como a redução da jornada para 40 horas, foi divulgada em todos os meios de comunicação”. Também a avaliação do membro da coordenação nacional do MST, afirmando que “o MST e os movimentos do campo precisam estar cada vez mais articulados com os trabalhadores da cidade. Nossa luta só vai avançar com eles”.

É importante relembrar que a ideia de unificação dos trabalhadores do campo e da cidade, dos diferentes setores de ocupação, está presente desde os primeiros boletins informativos relacionados à luta pela terra, conforme já apontamos em passagens anteriores neste texto. Essa aliança, tanto nas décadas passadas quanto no momento atual, foi e permanece fundamental para ampliar o alcance das vozes que reivindicam, fator que já garantiu importantes conquistas. Afinal,

O campo não pode ser compreendido como uma realidade autônoma, separada da cidade ou, por outro lado, apenas como uma realidade subordinada, subsumida e transformada por uma lógica capitalista urbana que a tudo abarca em seu processo de dominação e aniquilação das diferenças” (MARQUES, 2008, p. 68).

Esse é o movimento da sociedade, das características históricas e geográficas que se relacionam e determinam as condições de desenvolvimento. Pensar e considerar essa inter-relação é imperativo para compreender o contexto do espaço agrário, no que se refere aos aspectos econômicos, sociais e culturais, e sobretudo às ações coletivas de luta e resistência, que evidencia o enfrentamento entre classes.

Mas os elementos que se pretende enfatizar podem distinguir conforme a fonte da notícia, o que é percebido quando estabelecemos um comparativo do mesmo fato. Pelo jornal Correio de Uberlândia, a mobilização do referido Dia Nacional de Lutas de 11/04/2013 teve

como chamada “6 mil manifestantes ocupam principais vias de Belo Horizonte nesta quinta-feira”. Dentre as informações sobre o ato, destacamos trechos como “Pela manhã, o dia prometia ser tumultuado no município. O metrô não funcionou [...] e rodoviários impediram que ônibus deixassem as estações”. Outra sinalização reportou que “Parte do comércio ficou fechada durante quase toda a manhã, assim como as agências bancárias do centro”. Um terceiro ponto foi o esclarecimento de um coronel da polícia militar, que “afirmou que também não houve registro de ocorrências durante as passeatas”.

Além de noticiar sobre o protesto, de forma breve o jornal assinalou também o caráter negativo desse tipo de ação, pontuando os possíveis transtornos à cidade e à população. Pois as manifestações públicas, os protestos, as passeatas, os bloqueios de avenidas, as greves e paralisações, causam incômodos e atrapalham a dinâmica habitual do cotidiano. Evidentemente que diversas reportagens trazem esse ponto de vista de forma mais contundente, outros de um modo mais sutil.

Esse mesmo fator pode ser observado ao considerarmos a notícia do mesmo Dia Nacional de Lutas, mas com protestos específicos em outro município mineiro, de 11/07/2013 também da fonte jornal Correio de Uberlândia. Com o título “Manifestação em Uberlândia parte da praça Tubal Vilela nesta quinta-feira”, a reportagem apresentou as informações que basearam o ato, como as reivindicações, a quantidade de participantes, os grupos de outros municípios que se uniram na manifestação, na qual destacamos novamente a pluralidade de sindicatos e movimentos sociais. Do mesmo modo, o jornal assinala questões mais específicas, como por exemplo no trecho “Sem divulgar números, a Polícia informou que um grupamento de trânsito está desarmado e irá acompanhar os manifestantes durante o trajeto. Outros militares farão o policiamento ostensivo em volta da passeata e de toda a cidade”. Ou ainda, quando a instituição militar afirma que “todo efetivo está preparado para evitar que qualquer dano seja causado ao patrimônio e as pessoas”, ao se referir às diferentes formas de protesto que poderiam acontecer no dia.

Pontuamos estes elementos por compreender que as manifestações são vistas, tanto por parte da população quanto pelas forças militares ou determinadas entidades, como atos que afetam a ordem e a segurança, e causam prejuízos aos bens público e privado. Não significa negar que diversos protestos já resultaram em conflitos e violência, considerando que é desencadeado muitas vezes pelos aparelhos do Estado e seu alto nível de repressão. Mas sim destacar que essa visão acaba se tornando generalizada, como se toda manifestação tivesse esse desfecho.

Existe uma diversidade de temas da questão agrária tratados pela imprensa alternativa, sobretudo os veículos de comunicação dos movimentos socioterritoriais, como por exemplo, a produção de alimentos nos assentamentos, assembleias, encontros nacionais e estaduais, agenda de lutas, dentre outros. Não vemos esses temas na mesma proporção como pauta dos grandes jornais, nos quais se lê mais sobre as ocupações e os protestos dos sem-terra.

Esse conhecimento sobre o que acontece no campo, de modo a aproximar a população da cidade, é um ponto importante elencado pelo participante nesta pesquisa, ao sinalizar que “*É importante entender a dificuldade de produzir alimentos seja de commodities agrícolas ou hortifrutis. Existem outros assuntos importantes mas a produção de alimento é a principal porta de entrada para a população urbana começar a olhar para o campo com mais atenção*” (Respondente E, 2021).

Os jornais hegemônicos não deixam de retratar as questões relacionadas ao campo e às suas populações. No entanto, é explícito o fato de que desaprovam veementemente as ações de luta pela terra praticadas pelos movimentos socioterritoriais, seja de forma velada ou explícita.

Também é frequente, além da defesa aberta do agronegócio, veicularem matérias onde o foco é a criminalização dos movimentos sociais que lutam pela terra e por outro modelo de agricultura e de sociedade que se opõem ao modelo hegemônico. Além dessas matérias, é mais frequente ainda a simples omissão do trabalho e das propostas desses movimentos sociais, o que também pode ser considerada uma forma de criminalização, pois já que não é visto, é como que se não existisse (CHÁ, 2016, p. 56).

Cabe ressaltar que o ano de 2013, ao qual fazemos referência das reportagens analisadas nos parágrafos anteriores, é emblemático no que diz respeito às manifestações populares nas ruas das principais cidades brasileiras, sobretudo na capital paulista. Mobilizados por diferentes segmentos sociais, esses protestos marcaram o mês de junho e tiveram como pautas importantes pontos comuns ao conjunto da sociedade, como educação e saúde públicas, o direito à cidade, transporte público, dentre tantos outros assuntos que fizeram o Brasil repercutir no mundo, e movimentaram o cenário político brasileiro.

Outro caso em que podemos comparar a forma de tratamento das ações dos movimentos socioterritoriais pode ser vista nas notícias de uma manifestação em fevereiro de 2014, na ocasião do VI Congresso do MST que reuniu milhares de participantes, e resultou numa marcha por Brasília até as principais representações políticas na capital brasileira, na Praça dos Três Poderes, onde se localizam o Palácio do Planalto, Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal.

Duas reportagens do Brasil de Fato retrataram o ato, compartilhadas a partir da página do MST. A primeira de 12/02/2014 trouxe como título “Sem Terra marcham em Brasília contra a paralisação da Reforma Agrária”, ressaltando a denúncia de baixo desempenho do governo para assentar famílias e avançar nas políticas públicas. O segundo exemplo é do dia 13/02/2014, dessa vez veiculando a repressão policial sobre a manifestação, intitulada “Policia responde com violência ato pacífico de Sem Terra, em Brasília”. Nota-se que, segundo o jornal, o caráter violento partiu dos agentes da segurança pública, que utilizaram “spray de pimenta de forma generalizada, além de arma de choque e bombas”, conforme apontam em trecho do texto. Em outra passagem, destaca-se a fala de um dos manifestantes, ao pontuar que “Vinte policiais agiram com brutalidade no meio de quinze mil pessoas para criar um fato político e legitimar a violência contra a gente”. Ou ainda, citam o resultado do confronto, do qual “doze manifestantes ficaram feridos, e um militante do MST foi preso”.

Por uma outra perspectiva do jornal de grande circulação no país, na reportagem de 12/02/2014 da Folha de São Paulo o título trouxe que “Manifestantes do MST entram em confronto com PMs no Planalto”. Percebe-se agora uma inversão do que se interpreta como o motivador do conflito, que neste caso é o movimento socioterritorial. Nesta lógica, e pelo sentido da frase, tem-se a ideia de que os manifestantes é que provocam uma situação de confronto. Um dos trechos da notícia destaca que “O tumulto chegou a suspender a sessão do STF”, e no outro, “A entrada do Planalto foi isolada com barricadas de ferro colocadas na praça dos Três Poderes. Ao se depararem com o isolamento, os manifestantes do MST derrubaram as barreiras e seguiram em direção ao Planalto, sendo contidos pela PM”. O resultado desse confrontamento foi que “A PM usou spray de pimenta e armas de taser, enquanto os sem-terra jogaram pedras e paus”.

De um lado, a ação da polícia foi desproporcional à manifestação, que pretendia pontuar reivindicações da luta pela terra e pela reforma agrária sem a intenção de causar confrontos, apresentando para tanto maiores detalhes dos objetivos da marcha. Do outro, foi necessária a reação dos agentes militares para conter os manifestantes e evitar que a situação fugisse do controle, com menos destaques para os objetivos do ato. Assim identificamos o modo que essa manifestação em Brasília foi representada.

Mais uma vez destacamos que, em qualquer situação que envolva grupos antagônicos, cada lado vai apresentar o fato por sua perspectiva e pelo que vivencia. Se essa ótica é retratada a partir da veiculação de notícias, como é o caso do que estamos analisando neste trabalho, a história será relatada de modos diferentes, destacando cada qual os elementos que julgam importantes. No entanto, um dos pontos que pesa nesse contexto é o alcance que cada grupo

tem da sua história contada, quem vai receber a informação, em que proporção ela será divulgada e até que ponto será tomada como autêntica. Por isso entendemos que o espaço da mídia é tão significativo na luta de classes, configurado como um espaço de disputas. O processo de comunicação que possibilita contar a versão do fato, caracterizado aqui no formato de imprensa, é determinante para que se possa descrever, interpretar e compreender a realidade.

As bandeiras da independência, objetividade e neutralidade são abordadas por Berger (2003) quando analisa a produção jornalística e suas contradições, posto que

Todo leitor que acompanhou a cobertura de alguma reivindicação social na qual esteve envolvido – seja um professor em greve, um colono sem-terra, um funcionário público de instituição em vias de privatização – sabe por experiência que o jornal não foi isento. Pode até ter trazido as duas versões, mas a legenda na foto, o número de manifestantes, a palavra que designa o movimento, tomam posição. E a posição negada em nome do princípio liberal do jornalismo – a imparcialidade – é que confirma a que veio a imprensa. É consenso sabê-la arauto da perspectiva histórica da burguesia e, assim, sustentação do capitalismo (BERGER, 2003, p. 41).

É pertinente considerar a questão da imparcialidade da imprensa, apontada como preceito no universo do jornalismo. Este fator por vezes é determinante quando da escolha da fonte de informação pela qual pretendemos nos informar, pois dentre outros fatores, expressa o compromisso com a representação real daquilo que está sendo noticiado. Entretanto, alguns elementos apreendidos na leitura de um texto que informa nos comprovam que a imparcialidade cede lugar a posições ideológicas, ainda que de modo sutil ou explícito, seja do jornal como um todo, seja do jornalista que escreve, que de algum modo está alinhado com a postura do jornal. Dificilmente vemos um periódico declarado conservador publicar notícias ou textos opinativos de cunho revolucionário, ou o contrário.

Outro caso em que é possível perceber as diferenças da notícia de um mesmo fato é exemplificado numa ocupação no município de Uberlândia em 2015, por cerca de 120 famílias. Uma das fontes que publicaram o registro é do próprio movimento socioterritorial, apresentando como título “Sem Terra sofrem ameaças em fazenda ocupada no Triângulo Mineiro”, do site do MST de 19/10/2015. Na divulgação, os sem-terra pontuam os objetivos da ação, considerando a área improdutiva, pertencente a um grande latifundiário dono de fazendas espalhadas por todo país. Havia ainda a denúncia de que

seguranças armados rondam o local acompanhados de cães desde o início do dia. A água e a luz local estão sendo sistematicamente cortadas, e mais de 200 cabeças de gado foram colocadas em meio ao acampamento por seguranças da fazenda que, até então, estava abandonada, sem nenhum sinal de cultivo ou

pastagem. Ainda segundo os Sem Terra, tiros estão sendo disparados para o alto com a intenção de intimidar e coagir as famílias (Site do MST, 19/10/2015).

A outra fonte do mesmo fato trouxe outras considerações que inclusive contradizia a alegação dos sem-terra, sob o título “Área usada no plantio de grãos é invadida pelo MST em Uberlândia”, do Jornal Correio de Uberlândia de 19/10/2015. Nota-se que a ênfase pretendida foi sobre a produtividade da fazenda, o que já a desqualificaria como passível de desapropriação para fins de reforma agrária, citando ainda que na área houve a colheita da safra de soja, e que pertencia a uma empresa de beneficiamento e armazenagem de grãos.

Na reportagem constou a declaração do coordenador local do movimento, informando que durante a ocupação os seguranças e vigilantes da empresa foram acionados pelo proprietário e a partir disso o local passou a ser vigiado. No entanto, a situação foi descrita de uma forma mais amena do que a apresentada pela reportagem dos sem-terra, diminuindo por consequência o caráter conflituoso que a ocupação poderia representar, como podemos observar na transcrição “A ligação de água feita clandestinamente pelos invasores foi desligada pelos vigilantes e a cerca cortada no local em que lhes permitiu acesso a área já foi recuperada” (Jornal Correio de Uberlândia de 19/10/2015).

Diferentemente da divulgação do MST, no caso deste jornal não foram apresentados maiores detalhes sobre a fazenda, seu proprietário ou demais elementos que configuram a área escolhida para uma ocupação. Enquanto que no primeiro exemplo observamos como objetivo a denúncia das ameaças e o perigo que os manifestantes enfrentam, no segundo exemplo o objetivo é mostrar que aquela ocupação não tem coerência, já que a fazenda produtiva está cumprindo sua função e não cabe uma desapropriação. Mesmo que o referido movimento tenha voz neste segundo relato, conferindo autenticidade à reportagem, ainda assim identifica-se um posicionamento que desqualifica a ação.

Uma manifestação no ano de 2015 também pode ser analisada para confrontar as duas formas de divulgar um fato. A página do MST de 18/08/2015 sob o título “Dois mil Sem Terra marcham por Reforma Agrária em Minas Gerais”, abordando sobre a Jornada Mineira de Lutas por Reforma Agrária, que teve como objetivo denunciar a paralisação da Reforma Agrária no país e particularmente no estado mineiro, e também a política econômica que compromete a conquista de direitos dos trabalhadores.

O Movimento trás reivindicações históricas que o governo garantiu atender, como a erradicação da pobreza no campo, o investimento em infraestrutura e no desenvolvimento dos assentamentos, além de um programa de agroindústrias, o desenvolvimento de um plano de recuperação ambiental para

o estado, a abertura de escolas do campo. Outro ponto é a garantia de desapropriações das áreas emblemáticas, como o acampamento Terra Prometida, onde aconteceu o massacre de Felisburgo; o acampamento Nova Vida, em Novo Cruzeiro, onde as famílias resistem há 14 anos, e a fazenda Ariadnópolis, na qual vários acampamentos resistem há 16 anos (Página do MST, 18/08/2015).

A marcha em Belo Horizonte é o foco da divulgação da informação, que corresponde a uma ação mais ampla de todo o estado. Como podemos observar com base nos registros coletados durante todos esses anos de pesquisa DATALUTA, as manifestações dos movimentos socioterritoriais, organizadas em diferentes tipos, são consistentes estratégias de luta, e têm o potencial de promover o diálogo entre quem luta e a sociedade de forma geral. Quando o movimento indica as áreas emblemáticas em Minas Gerais, recoloca em pauta os conflitos no estado e que se arrastam por anos na justiça, de modo a fazer lembrar que o conflito existe, e precisa ser resolvido.

Pela outra vertente de divulgação do ato, o Jornal Estado de Minas de 18/08/2015 trouxe como destaque “MST faz protesto em BH e deixa trânsito lento na Avenida Cristiano Machado”. Não é a manifestação em si que inicia a chamada à notícia, ou os motivos que levam à manifestação a partir da luta popular, mas sim o primeiro impacto é a interferência que o ato causa ao trânsito no espaço urbano. Somente durante o decorrer do texto é que alguns elementos que justificam a manifestação são pontuados, mesmo assim de forma geral, pois o que é destacado de fato são os pontos na cidade por onde o movimento iria passar com a marcha. Conforme consta em alguns trechos do texto,

Os trabalhadores se concentraram em frente ao Shopping Estação, em Venda Nova, e seguiram a pé até a Cidade Administrativa, onde vão se reunir com o governo. Eles ocuparam a faixa da direita e deixaram o trânsito lento no sentido rodovia MG-010. Os sem terra reivindicam agilidade na reforma agrária, melhorias na infraestrutura dos assentamentos no estado, desapropriação imediata de pelo menos três propriedades rurais e um plano de recuperação ambiental. [...] Depois do encontro na Cidade Administrativa, os sem terra vão seguir para a Assembleia Legislativa no Bairro Santo Agostinho, Centro-Sul da capital. O governo confirmou que representantes de seis secretarias e da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (Cohab) vão se reunir com as lideranças do MST.

Atenta-se para a não denominação das áreas de conflitos, diferentemente do que publicou o movimento organizador, evidentemente por ter a pauta das reivindicações. Mesmo sabendo que a produção de uma notícia depende dos dados que o jornalista tem à disposição, alguns elementos ou a falta deles é simbólico para nossa interpretação, e neste caso, citar que

existem áreas passíveis de desapropriação, mas não indicar quais são ou as regiões onde estão localizadas, deixa de singularizar o conflito, especificar pontualmente onde está o problema.

É bastante recorrente as reportagens da mídia hegemônica, coletadas pelo banco de dados DATALUTA, enfatizarem mais os transtornos causados pelas manifestações e ocupações da luta pela terra e menos as pautas reivindicatórias ou as propostas apresentadas pelos movimentos socioterritoriais. Conforme já analisamos em trabalhos anteriores,

São ações que alteram os roteiros preestabelecidos do cotidiano, que interferem na rotina dessa ordem imposta e mantida pelo pensamento conservador. Quando alterada por meio dos atos públicos em praças, avenidas e bloqueios de rodovias, que têm como bandeira a contestação justamente dessa ordem vigente, seus organizadores e executores são mal vistos e principalmente criminalizados (VICTOR, 2016, p. 72).

Lembramos que a imprensa hegemônica é responsável por projetar e visibilizar os movimentos socioterritoriais, a luta pela terra e pela reforma agrária, e a luta popular de uma forma geral. Mas o faz segundo suas ideologias, suas posições políticas e de poder, construindo então uma forma intencional de serem vistos e representados, a partir de denominações e consequente produção de sentidos. Nesse processo, historicamente o MST é o principal movimento retratado, dada sua expressividade em grande parte do território nacional e em regiões mais emblemáticas. Como resultado, as ideias formadas em relação a esse movimento e suas ações são associadas a outros movimentos de luta pela terra.

Se a questão da terra não é notícia, os modos de reivindicá-las podem vir a ser. Se na sociedade contemporânea importa menos o acontecimento do que sua projeção, é compreensível que um movimento social necessite projetar-se para existir, justificando-se, assim, que busque estratégias para constar na pauta da mídia (SOUZA, 2005, p. 96).

Geograficamente pensado, essa lógica reflete no controle e gestão do território, bem como nas relações de poder, uma vez que está atrelada à representação das dinâmicas espaciais e territoriais. As formações discursivas e a produção de sentidos materializam-se no território, onde se estabelecem as relações sociais e de poder, e onde coexistem grupos diversos e agentes hegemônicos que se apropriam dessa porção do espaço geográfico. Pressupomos então que o controle dos discursos e da produção de sentidos na comunicação é uma forma também de apropriar e controlar o território, e por conseguinte preservar ou alterar as relações de poder nele estabelecidas. “A linguagem – materializada no discurso – aparece, portanto, como parte da dinâmica geográfica, isto é, das territorializações, (des)territorializações e

(re)territorializações que acarretam mudanças e deslocamentos no espaço e no território” (SOUZA, 2005, p. 124).

Desta forma, sabemos que tudo o que é dito ou escrito dentro do processo comunicacional está fundamentado em um lugar de produção, em um território. Por isso é possível diferenciar os lugares de produção do jornal hegemônico e do jornal dos movimentos socioterritoriais, dos sem-terra, da imprensa popular e alternativa. No primeiro, representativo de diversas classes dominantes, é visível a posição de controle e influência, sobretudo financeira e política, constituindo-se como uma expressão da manutenção do poder. No segundo caso, os discursos representam o enfrentamento na luta de classes, o território do acampamento e do assentamento, das manifestações, e muitas vezes a experiência da exclusão e da violência, expressando assim a transformação da realidade.

Cabe aqui os apontamentos de Vinha (2013), ao demonstrar que a disputa territorial deve ser compreendida não apenas com foco na materialidade, mas no seu conjunto com a dimensão imaterial, desde a natureza do território, pelo qual são percebidas e sustentadas as diferentes visões de mundo.

Além do mais, os apontamentos sobre o Brasil de Fato enquanto representativo da imprensa alternativa, servem também para compreendermos o universo dos jornais produzidos pelos movimentos de luta pela terra, pontuando que “a reflexão sobre um jornal popular alternativo pressupõe a compreensão do contexto social que lhe impõe dificuldades e desafios, lhe configura significados e aparece em seu discurso (CASSOL, 2010, 96).

Atenção especial à divulgação de um bloqueio de rodovia no município de Campos Altos, na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, e três reportagens do dia 07/02/2017 veicularam a notícia. O Jornal O Tempo noticiou que “Manifestantes fecham a BR-262, em Campos Altos”, e o Jornal Estado de Minas apresentou como título na primeira reportagem “Manifestação provoca congestionamento na BR-262 em Campos Altos”, e ainda “BR-262 é liberada em Campos Altos depois de duas horas e meia de manifestação”. Observa-se que o foco na chamada das reportagens é a interrupção da passagem na rodovia, porém, nenhuma das três pontuou no título qual era o movimento que manifestava ou os motivos da manifestação.

O ato teve como reivindicação uma audiência com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para discutir a reforma agrária. E mesmo que no decorrer do texto tenha havido menção a informações mais precisas, inclusive fazendo referência ao MST, o ponto central foi a passagem bloqueada, como podemos apreender dos trechos “O congestionamento já atinge cerca de quatro quilômetros e não tem previsão de término”, ou então “A rodovia ficou fechada em ambos os sentidos e foi liberada no início da tarde desta terça-feira. O congestionamento na

região, ultrapassou os quatro quilômetros”, e ainda “Mesmo com a liberação, o trânsito ficou lento por causa do acúmulo de veículos”, todos extraídos do Jornal Estados de Minas. E também no trecho “Agentes da PRF estiveram no local e negociaram com os manifestantes a liberação da pista, que só aconteceu por volta das 12h15. Por conta da manifestação, formou-se um congestionamento de cerca de 4 km nos dois sentidos da BR-262”, do Jornal O Tempo.

Novamente pontuamos que uma manifestação de luta pela terra e pela reforma agrária está carregada de significados, de experiências e expectativas. Não se trata somente de uma ação cotidiana, mas uma forma de fazer ecoar suas vozes. Estas ações são parte de um conjunto de estratégias coletivas que visam reivindicar, denunciar e, sobretudo, apresentar propostas capazes de atingir as mudanças de forma ampla e efetiva, atendendo tanto aqueles que lutam quanto outros segmentos sociais. Se estes elementos não são pontuados quando a manifestação é noticiada, conforme vimos nestes exemplos, então significa que todo o contexto é desprezado, e a ação perde sua lógica para quem recebe a informação e não vivencia diretamente essa realidade. Contar que a manifestação provocou congestionamento estabelece um resultado diferente do que contar que a manifestação reivindica a reforma agrária, que tem desdobramentos mais complexos e muitos agentes envolvidos. O que está em jogo é o não-dito para não ser conhecido.

Tornar-se pauta da mídia a partir destas ações é um dos objetivos dos movimentos socioterritoriais, e a julgar pela quantidade de reportagens coletadas por meio da pesquisa DATALUTA, frequentemente esse fim é alcançado. Ao mesmo tempo, tal projeção midiática em muitos casos é limitada às intenções de quem informa, a depender da posição de poder e influência que desempenha. Sabendo que existe um controle, seleção e organização na produção do discurso, cabe considerar que para estes é preciso “controlar os discursos e sua distribuição quando representam qualquer ameaça à permanência do poder instituído. Se não é possível ao discurso do poder calar um sem-terra, é possível controlar seus dizeres e a distribuição de seu discurso, através de outros processos de interdição” (SOUZA, 2005, p. 95).

A comunicação do tipo empreendida pelos movimentos socioterritoriais é considerada aqui no conjunto da imprensa popular e alternativa, logo, se caracteriza por representar a classe trabalhadora. Dito isso,

além de ser mais um instrumento na formação da consciência e elevação do nível crítico, a imprensa proletária acaba por ser o registro da história das classes subalternas. Porém, se essa imprensa empregar as mesmas práticas de seleção e construção das notícias, estaria condenada a reproduzir os mesmos discursos e a adotar uma lógica mercantil para elevar o índice de audiência (BARBOSA, 2013, p. 56).

E por essas linhas vamos assimilando as principais diferenças que fazem da comunicação popular a alternativa, neste caso representada pelos movimentos de luta pela terra, um importante instrumento na luta de classes, que exercem a função de pontuar o que não é pautado pelos agentes hegemônicos, e questionar o que é pronunciado e como é construído esse discurso.

Mais uma amostra da interpretação neste trabalho pode ser visualizada a partir da ocupação de uma fazenda em Capitão Enéas, no norte do estado em janeiro de 2017. No primeiro exemplo, na página do MST foi divulgada em 16/01/2017 a ação com o título “MST ocupa área de ex-prefeito de Montes Claros, acusado de corrupção”. Ao expor os motivos da ação, o movimento declara que as cerca de 150 famílias ocuparam uma área de três mil hectares improdutiva, havendo indícios de que era utilizada pelo ex-prefeito de Montes Claros para lavagem de dinheiro. O referido político, denominado na reportagem como latifundiário, ainda era acusado de desviar verbas da administração pública. Usar também a notícia do Brasil de Fato de 16/01/2017.

O segundo exemplo é o Jornal Estado de Minas, que em 17/01/2017 pontua a notícia do mesmo fato pelo título “MST invade fazenda ligada a Ruy Muniz, no Norte de MG”. Além de enfatizar a ideia de invasão, como é de praxe, a reportagem faz uma relação entre a propriedade e o político, mas não afirma ser o proprietário. Por outro lado, o jornal também destaca as acusações de corrupção sobre o ex-prefeito, assinalado no texto a partir das declarações do próprio movimento, como podemos observar no trecho “O MST diz que a área tem três mil hectares e é improdutiva. O movimento alega ainda que "existe indícios de que era utilizada pelo ex-prefeito de Montes Claros (MG), Rui Muniz e seus sócios, para lavagem de dinheiro””.

O exemplo nos serve para relembrar que a luta popular aqui analisada ultrapassa a dimensão da terra, e percorre os aspectos que de alguma forma afetam a população brasileira, que neste caso é a corrupção de políticos que têm o papel de atender as demandas da sociedade, pois parte dela o eleger. Mas, quando é acusado de cometer crimes no âmbito da administração pública, tudo o que representa, inclusive seus bens e propriedades, tornam-se passíveis de questionamentos, partindo da ideia de que, devido aos crimes dos quais é acusado, possui uma dívida com a sociedade.

O cenário político brasileiro sempre teve os ruralistas como peças decisivas, ocupando funções na Câmara dos Deputados, no Senado e nos Ministérios. Mesmo alterado o alinhamento político nos diferentes mandatos do executivo federal, os representantes do agronegócio são expressivos em número e influência no que concerne à atuação do Estado, num constante movimento de pressão política principalmente representada pela FPA. Não por acaso que

observamos a destinação de grandes investimentos financeiros ao setor. “Legislatura atrás de legislatura, os ruralistas vêm ditando muito mais do que a política agrícola e agrária, mas, sim, toda a política”, destacam Mitidiero Jr, Martins e Moizés (2019, p. 196).

Se os ruralistas ocupam as cadeiras políticas do legislativo, logo, as articulações e decisões são voltadas para atender as demandas que lhes são comuns. Se essas demandas deixam de ser atendidas pelo poder executivo, ou o são de modo incompleto, cai então o apoio político ao governo federal ou para aprovação de projetos de interesse deste. Por ser a bancada ruralista uma das maiores e mais atuantes no Congresso Nacional, logo se percebe o poder que exerce nos assuntos relacionados às questões agrária e agrícola, envolvendo o uso da terra, a propriedade privada e as populações do campo, dentre outras temáticas.

Um dos episódios mais simbólicos da história recente do país, em que podemos assimilar a pressão dos agentes do agronegócio nos rumos da política, diz respeito ao processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff em 2016. Em uma das etapas que aconteceu em abril de 2017, 83% da bancada ruralista votou pela continuidade do processo (RIBEIRO NETO, 2018). No quantitativo de Minas Gerais da mesma etapa, 41 dos 53 deputados mineiros votaram pela continuidade. Os 3 senadores do estado, que faziam parte da FPA, acompanharam o mesmo posicionamento. Já na votação final que garantiu o afastamento, foram 182 votos da bancada ruralista, do total de mais de 200 parlamentares que compunham o bloco naquele período.

Ribeiro Neto (2018) nos mostra que esse apoio ao processo de impeachment foi resultado da insatisfação do patronato rural em relação às políticas voltadas para o setor e para o campo de forma geral. Logo depois, Michel Temer assumiu a presidência e foi consolidando a relação com esses representantes, a partir principalmente de medidas que reivindicaram. Dentre essas deliberações assinaladas pelo autor, destacam-se a limitação dos direitos territoriais indígenas, permissão para aquisição de imóveis rurais por empresas estrangeiras, extinção do MDA (que envolveu uma disputa política e orçamentária), enfraquecimento das competências do Incra, mudanças na legislação trabalhista, dentre outras.

Sobre tal cenário, Cleps Jr (2018, p. 651) explica que, a destituição do governo de Dilma Rousseff “mudou a conjuntura da questão agrária com a proposição de políticas agrárias privilegiando o binômio latifúndio – agronegócio e provendo minimamente as reivindicações do campesinato. Assim, a conjuntura política recente no Brasil nos prova que são necessárias muitas ações para que se possa reverter o quadro de retrocessos, que correspondem principalmente às conquistas das populações do campo. E por isso apontamos a importância das diferentes estratégias no contexto da luta pela terra.

Outro recurso indispensável para analisar e compreender a produção de informação pelos grupos hegemônicos e contra-hegemônicos é a ilustração a partir de imagens, e principalmente, a forma como são apresentadas. Trata-se de uma representação não-verbal carregada de simbologias, e que por vezes dispensa o uso do texto. Além de ilustrar a notícia, pode ser usada para conduzir a interpretação do leitor, configurando assim a diversidade de técnicas para construir o discurso acerca da pluralidade de temas do cotidiano.

O primeiro exemplo desta relação pode ser observado na manifestação no município de Bocaiúva em março de 2016, ocasião em que os sem-terra protestaram contra reintegração de posse de áreas ocupadas na região, em um dos casos há mais de uma década. Tanto a Página do MST quanto o Portal G1 veicularam a notícia, e conforme observamos nas figuras a seguir acompanhadas dos títulos das reportagens, ambos apresentaram fotos da ação junto ao texto.

Figuras 21 e 22: Bloqueio de rodovia no Norte de Minas, em 10 de março de 2016

Página do MST: Sem Terra resistem à tentativa de despejo em MG, 10/03/2016	Portal G1: Integrantes do MST interditam BR135 durante protesto próximo a Bocaiúva, 10/03/2016
 Fonte: Página do MST.	 Fonte: Portal G1.

A imagem do *site* do movimento mostra os participantes e as faixas onde constavam as reivindicações dos acampados. Já na outra imagem, os manifestantes estão dispersos e no primeiro plano mostra resíduos de pneus queimados, que foram utilizados para bloquear a rodovia. Neste segundo caso, a primeira parte do texto imediatamente apresentou que “Os manifestantes usaram galhos de árvores e colocaram pneus para interditar a rodovia, que ficou cerca de cinco horas parada. Segundo a Polícia Rodoviária Federal, o protesto gerou um congestionamento de cerca de 20 quilômetros” (G1, 10/03/2016). Mais uma vez, o congestionamento resultado da manifestação é enfatizado, o que se mostra como forma de fazer uma abordagem negativa sobre as ações dos movimentos.

Percebe-se que o protagonismo é dado não para o movimento ou para as causas da ação, mas para a desordem gerada. Prática que é invertida quando consideramos os jornais de vertente popular, e do próprio movimento, que objetiva projetar a luta em si, as reivindicações que pautam o protesto, de modo evidente para que o leitor consiga inclusive identificar o que está escrito nas faixas que carregam.

A mesma dinâmica pode ser percebida nas reportagens de outras manifestações de luta pela terra em diferentes localidades do estado mineiro. No primeiro exemplo, o foco se dá sobre o fogo de pneus e galhos que impediu a passagem de veículos na rodovia, no ato que questionava a reintegração de áreas ocupadas.

Figura 23: Portal G1 - Integrantes do MST bloqueiam rodovia MG-122 contra reintegrações de posse no Norte de MG, 06/03/2018



Fonte: Portal G1.

Novamente, o congestionamento é a questão imediata da reportagem, e a imagem faz referência à essa interdição da rodovia. Conforme trecho da notícia, “De acordo com a Polícia Militar, os manifestantes colocaram fogo em pneus e galhos de árvores para interditar a rodovia. O protesto provocou um congestionamento nos dois sentidos da pista, em Capitão Enéas. O trânsito foi liberado pelos manifestantes no início da tarde” (G1, 06/03/2018). No segundo momento são pontuados os detalhes da manifestação, inclusive com o posicionamento do movimento, “Em nota, o MST afirma também que o ato foi realizado em protesto às constantes reintegrações de posse, cedidas pelas justiças locais e pela Vara Agrária de Minas Gerais” (G1, 06/03/2018).

São fatores observados do mesmo modo na manifestação em abril de 2018 também pelo MST. A foto representada a seguir destaca não apenas o grupo mobilizado, mas o fogo, a fumaça e o entulho de pneus e galhos de árvores.

Figura 24: Portal G1 - Integrantes do MST bloqueiam Rodovia Fernão Dias, na Grande BH, 06/04/2018



Fonte: Portal G1.

De forma regular, a reportagem constou que “O protesto durou cerca de duas horas e terminou por volta das 11h40. De acordo com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), após o fim do bloqueio, a rodovia apresentava lentidão de cinco quilômetros às 11h50” (G1, 06/04/2018). Nessa ocasião, o ato organizado em São Joaquim de Bicas, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, foi em protesto pela prisão do ex-presidente Lula, que segundo o movimento foi arbitrária.

A maioria das reportagens analisadas, seja pelo discurso hegemônico ou pelo contradiscurso, não estão acompanhadas de fotos das ações. No entanto, os registros que constam de ilustração apresentam certa regularidade na disposição das imagens e do que é exposto na imagem, de modo a representar o posicionamento do veículo da notícia ou enfatizar os detalhes que, para quem transmite a mensagem, simbolizam a luta pela terra ou os movimentos socioterritoriais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central deste trabalho foi compreender o modo como a questão agrária e os conflitos no campo brasileiro, e especificamente em Minas Gerais, são retratados à sociedade, de modo a caracterizar os elementos que vão repercutir na formação da opinião acerca desta realidade, que por vezes criminaliza e rotula os movimentos socioterritoriais e sujeitos que lutam em busca primordialmente da garantia de direitos, que são constitucionais.

Neste contexto, os grupos que se contrapõem às imposições dominantes, cada vez mais têm se apropriado dos espaços midiáticos visando legitimar e ampliar seus objetivos, com chances inclusive de ampliar o apoio que anteriormente não tinha. Isso levando em conta que uma das bandeiras desse processo busca pela democratização dos meios de comunicação. Logo, visualizamos na mídia um campo de disputas, tal como é o espaço agrário brasileiro, sobretudo se considerarmos que o controle territorial é também um reflexo da articulação da mídia.

Para atingir os objetivos propostos, foram fundamentais os arquivos do Banco de Dados DATALUTA, projeto de pesquisa que busca explorar a realidade agrária brasileira e do estado mineiro, a partir das categorias de análise *manifestações do campo, ocupações de terras, assentamentos rurais, estrutura fundiária, movimentos socioterritoriais, e estrangeirização da terra*. A coleta de dados do DATALUTA é desenvolvida por meio do acompanhamento de jornais impressos e portais online de circulação nacional, regional ou local. Entretanto, cabe ressaltar que o DATALUTA em Minas Gerais não alcança a totalidade das informações no estado, seja devido a poucas fontes em determinada região que trazem a abordagem da questão agrária e da luta pela terra, ou por não obter contato com os movimentos socioterritoriais atuantes em cada região.

A forma escolhida para pensar esse contexto perpassa pela relação entre Geografia e Comunicação, dois campos de conhecimento dinâmicos e que envolvem os estudos do ambiente e da sociedade. A comunicação tem o potencial de proporcionar a interação entre pessoas, objetos e lugares por meio de códigos, estando expressa no tempo e no espaço, conferindo então um caráter geográfico. São esses elementos que nos fazem pensar a multidisciplinaridade entre as referidas áreas de estudo, lembrando principalmente que o espaço geográfico é configurado também pelos processos de comunicação, pelas conexões que baseiam a informação, que por sua vez é um fenômeno técnico que visa atender as necessidades fundamentais da sociedade, devendo ser compreendida sob diferentes enfoques.

Todo processo comunicacional, inclusive os de grande alcance, representa interesses, especialmente políticos. Os veículos de comunicação aplicam estratégias que asseguram

transmitir sua mensagem ao maior número de interlocutores, o que garante a manutenção da posição que os grandes grupos midiáticos ocupam nas relações de poder. Estes fatores evidenciam as transformações que a comunicação produz na sociedade, destacando seu caráter ideológico. Aquele que está na posição de dominação se empenha para assegurar a aquisição de seus valores pelos que estão na posição de subordinação, princípio que garante a legitimidade do lugar que ocupa nesta hierarquia.

A dimensão ideológica expressa os interesses que embasam as ações. Em se tratando da comunicação de massa, também consideramos a influência na opinião pública, que implica em comportamentos que atendam aos interesses da classe dominante, e sustenta a reprodução destas relações.

Outro ponto a ser considerado são as definições acerca da comunicação popular e alternativa, entendida como um instrumento de contestação, e um meio de projetar e ampliar debates. O significado de popular remete ao povo e à consciência de classe, reconhecendo a posição que ocupa na estrutura social. Esse viés da comunicação tem suas particularidades no que se refere a quem produz e para quem é destinada, representando um processo de comunicação produzido por quem vive a realidade e direcionado aos que vivem as mesmas experiências, tendo por objetivo também visibilizar fatos e assuntos pouco pautados pela mídia habitual. São exemplos dessa forma de comunicação os jornais dos movimentos socioterritoriais, conforme já apontado no decorrer do trabalho, e os citados *Jornal Terra Livre*, *Jornal A Liga* e *Jornal Sem Terra*.

Para explorar as reportagens que noticiaram sobre a questão agrária, as referências de interpretação foram a análise de conteúdo e a análise do discurso, adotadas de forma complementar dentro do possível. Por meio da observação dos enunciados e mensagens, analisamos dados, símbolos e significados que são aplicados na produção de textos jornalísticos ou informativos e suas respectivas imagens.

É importante destacar que o discurso está carregado de significados, pois expressa ideias a partir do contexto de quem o produz, considerando o momento histórico e o lugar de onde é materializado. Corresponde, então, à uma visão de mundo e experiências, e cada palavra ou termo representa um sentido, cada prática discursiva está ancorada em determinadas circunstâncias. São reflexões que servem para compreender o discurso hegemônico e o contradiscurso.

Em relação à questão agrária, as características no estado de Minas Gerais são aproximadas ao que é registrado no restante do país, sendo fundamental evidenciar sua extensão territorial que confere uma dinâmica heterogênea em relação ao perfil agrícola e industrial,

principalmente resultante da modernização do campo ocorrida nas décadas anteriores. Podemos falar de um setor econômico consolidado a partir de intensos investimentos públicos intermediados pelos projetos governamentais, que tiveram como resultado o desenvolvimento do agronegócio e ao mesmo tempo uma estrutura fundiária concentrada.

Dado esse contexto de Minas Gerais, tão importante também é analisar as ações dos movimentos socioterritoriais, especialmente com base nas categorias de análise do DATALUTA. São ações que expressam a resistência da luta pela terra, num movimento contínuo no tempo e no espaço que visa a transformação social. Tratam-se de estratégias territoriais e coletivas que se tornam atos políticos e envolvem toda a sociedade, uma vez que a pressão destes sujeitos impulsiona efetivamente, mesmo que num processo lento, o direcionamento das decisões por parte das instituições públicas.

Por sua vez, o agronegócio mantém uma construção de imagem por meio da imprensa institucional e dos grandes veículos midiáticos, procurando desvincular os problemas que causa e enfatizar os benefícios principalmente financeiros. Ou seja, representa também determinadas estratégias discursivas, que se enquadram na comunicação hegemônica, considerando que existe uma relação próxima entre a mídia e o setor do agronegócio. Exemplos dessa construção da imagem positiva, abordados no trabalho, são as peças publicitárias *Movimento Sou Agro* de 2011, e *Agro: a indústria-riqueza do Brasil* de 2016, com o objetivo principal de valorizar o setor agropecuário brasileiro.

O desenvolvimento desta pesquisa nos mostrou que a questão agrária pode ser interpretada de diferentes modos, o que depende da conjuntura, de quem analisa e dos elementos que são considerados. Por exemplo, o momento atual do país se configura por um governo que criminaliza a luta popular, sobretudo dos sem-terrás, e ignora as possibilidades de transformação econômica e social, através por exemplo da reforma agrária, gerando como consequência a diversos retrocessos. Isso influenciou em uma maior criminalização dos movimentos e da luta pela terra, e no aumento dos índices de violência no campo. Identifica-se uma construção discursiva por parte do agronegócio e pelos grupos econômicos articulados a este, do mesmo modo que há uma construção discursiva dos movimentos socioterritoriais em relação a esse setor agropecuário.

Os exemplos de reportagens analisados nos mostram que as ações dos movimentos socioterritoriais são frequentemente deslegitimadas pelos grandes veículos de comunicação, algumas vezes de modo sutil, outras de modo explícito. Principalmente quando a notícia envolve as ocupações de terras e as manifestações.

O uso dos termos “ocupação” e “invasão” é um exemplo significativo, se referindo à mesma ação, mas aplicados por grupos diferentes, em discursos que se opõem e se contestam, produzindo sentidos. Por um lado, “invasão” simboliza uma das bases do sistema capitalista, a propriedade privada dos meios de produção, neste caso a terra, ou ainda de modo indireto as propriedades de instituições públicas quando são pauta nas manifestações. A opção pelo seu uso reflete o reconhecimento do capitalismo e de seus projetos enquanto modelo de crescimento econômico. Já quando utilizado o termo “ocupação”, faz-se referência ao acesso, à terra enquanto direito nos casos em que não cumpre sua função social ou infringe as leis.

Outro destaque que se pode pontuar é referente ao tipo de notícia construído pela comunicação dos movimentos socioterritoriais. Em vários exemplos identificamos não apenas a divulgação do fato, mas a contextualização da ação, a identificação dos motivos que levaram o movimento à determinada prática, ou seja, em muitos casos foi apresentado o significado histórico do processo.

As comparações entre as formas de comunicação hegemônica e contra-hegemônica explicitam que, em situações de confrontamento noticiados pelos jornais, pela lógica do discurso hegemônico a violência parte dos manifestantes, e a polícia age para defesa e preservação da ordem. Já pela lógica do contradiscorso, a violência é iniciada pela polícia, e os manifestantes reagem para se proteger. Acontece que, como o próprio termo de hegemonia indica, são os grandes veículos de comunicação que têm amplo alcance da população, o que garante que a sua versão apresentada tenha maior número de receptores.

Com esta pesquisa, compreendemos e buscamos demonstrar que a luta pela terra e pela reforma agrária ainda se mostra indispensável no cenário brasileiro e no estado de Minas Gerais, sendo necessário aos movimentos socioterritoriais que lutam articular diferentes frentes de atuação, dentre elas o da comunicação. Enquanto estratégia, é a partir das suas formas de comunicação que a população se aproxima da realidade que os movimentos expõem por meio das manifestações e ocupações de terras, e desconstroem a imagem por vezes negativa produzida por outros setores da sociedade que dispõem da posição de poder que ocupam para deslegitimar a luta e preservar o modelo de crescimento econômico vigente.

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis (1970). **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado.** Tradução Joaquim José de Moura Ramos. 3<sup>a</sup> ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.
- BARBOSA, Alexandre. **A Comunicação do MST:** uma ação política contra-hegemônica. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2013.
- BARDIN, Laurence (1977). **Análise de conteúdo.** Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. 3<sup>a</sup> reimp. da 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BERGER, Christa. Movimientos sociales y comunicación en Brasil. *Comunicación y Sociedad*, Guadalajara, nº 9, mai/ago 1990, p. 9-27.
- BERGER, Christa (1998). **Campos em confronto:** a terra e o texto. 2<sup>a</sup> ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- BORDIEU, Pierre (1989). **O poder simbólico.** Tradução Fernando Tomaz; revisão Luís Abel Ferreira. 2<sup>a</sup> ed. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter (2002). **Uma história social da mídia:** de Gutenberg à Internet. Tradução Maria Carmelita Pádua Dias; revisão técnica Paulo Vaz. 2<sup>a</sup> ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- BRUNO, Regina; LACERDA, Elaine; CARNEIRO, Olavo B. Organizações da classe dominante no campo. In: CALDART, Roseli Salete *et al* (Org.) **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 521-533.
- BRUNO, Regina. **Elites Agrárias, patronato rural e bancada ruralista.** Texto de conjuntura. Projeto de Cooperação Técnica UTF/BRA/083/BRA. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura – OPPA/CPDA, 2015.
- CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; SANTOS, Paulo César Moreira dos (Coord.). **Conflitos no Campo Brasil 2019.** Goiânia: Comissão Pastoral da Terra – CPT Nacional, 2020.
- CASSOL, Daniel Barbosa. **Brasil de Fato:** a imprensa popular alternativa em tempos de crise. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2010.
- CASTELLS, Manuel (2009). **O poder da comunicação.** Tradução Vera Lúcia Mello Joscelyne; revisão Isabela Machado de Oliveira Fraga. 3<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- CARTER, Miguel. Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Combatendo a desigualdade social:** o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 27-78.

CARTILHA PROGRAMA AGRÁRIO DO MST. Secretaria Nacional do MST, 2014. Disponível em <https://mstbrasiliense.de/wp-content/uploads/2014/02/Cartilha-Programa-agr%C3%A1rio-do-MST-FINAL.pdf>. Acesso em 01 dez. 2021.

CHAUÍ, Marilena. O que é Ideologia. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2008.

CLEPS JR, João Questão agrária, Estado e territórios em disputa: os enfoques sobre o agronegócio e a natureza dos conflitos no campo brasileiro. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SANTOS, Roselí Alves dos. (Org.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. 1<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 35-54.

CLEPS JR, João *et al.* Análise da estrutura fundiária de Minas Gerais: um balanço de duas décadas (1993-2014). Boletim DATALUTA. maio de 2016, número 101. Disponível em [http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim\\_dataluta\\_5\\_2016.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_5_2016.pdf). Acesso em 12 out. 2020.

CLEPS JR, João. Descaminhos da reforma agrária no contexto das reformas neoliberais e da crise político-institucional no Brasil. **OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.2, 2018, Dossiê Michel Temer e a Questão Agrária. p. 649-663. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/okara/article/view/41334/20706>. Acesso em 10 set. 2020. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1982-3878.2018v12n2.41334>.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **São Paulo agrário**: representações da disputa territorial entre camponeses e ruralistas de 1988 a 2009. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

FABRINI, João Edmilson. O campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SANTOS, Roselí Alves dos. (Org.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 55-88.

FAIRCLOUGH, Norman (1992). **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. 2011. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (Coord.). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008a.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Cliff. Modelos de Desenvolvimento em Conflito: o agronegócio e a via camponesa. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17, 2004, Gramado. **Anais....** 2004. [CD-ROM]

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-215.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Os usos da terra no Brasil:** debates sobre políticas fundiárias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso:** reflexões introdutórias. São Carlos: Claraluz, 2008b.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira.** 2008. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. Conflitos pela terra e pelo território: ampliando o debate sobre a questão agrária na América Latina. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SANTOS, Roselí Alves dos. (Org.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento.** São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 13-34.

GUAJAJARA, Sônia. Governo Bolsonaro: o retrato da barbárie contra os povos indígenas e a vida. In: CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; SANTOS, Paulo César Moreira dos (Coord.). **Conflitos no Campo Brasil 2019.** Goiânia: Comissão Pastoral da Terra – CPT Nacional, 2020. p. 182-189.

GOMES, Renata Mainenti. **Ofensiva do Capital e Transformações no Mundo Rural:** a resistência camponesa e a luta pela terra no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Dissertação (Mestrado). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2004.

GOULART, Alexander. Meios de comunicação. In: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **Enciclopédia INTERCOM de comunicação:** Volume I - Conceitos. São Paulo, 2010. p. 800-801.

GUIMARÃES, Letícia de Castro. **Luta pela terra, cidadania e novo território em construção:** o caso da Fazenda Nova Santo Inácio Ranchinho, Campo Florido-MG (1989 - 2001). Dissertação (Mestrado). Instituto de Geografia, UFU, Uberlândia, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Tecnologia da Informação e Comunicação (Pnad Contínua TIC) 2018. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101705>. Acesso em jun. 2020.

JORNAIS NO BRASIL PERDEM TIRAGEM IMPRESSA E VENDA DIGITAL AINDA É MODESTA. **Poder 360**, Brasília, 26 nov. 2019. Mídia. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/jornais-no-brasil-perdem-tiragem-impressa-e-venda-digital-ainda-e-modesta/>. Acesso em: 28 jul. 2020.

LOPES, Sonia Aguiar. Geografias da comunicação contemporânea: um mapa teórico e empírico do campo. **Contemporânea**, n.21, Ano 11, Vol.1, 2013, p. 31-47. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/view/6960>. Acesso em: 10 jul. 2020.

MAIA, Vanessa. Comunicação (busca de sentido da). In: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **Enciclopédia INTERCOM de comunicação:** Volume I - Conceitos. São Paulo, 2010. p. 235-236.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Org.). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 49-78.

MARQUES DE MELO, José. Geografia das Comunicações: aportes brasileiros ao pensamento crítico. In: MOREIRA, Sonia Virgínia (Org.). **Geografias da comunicação:** espaço de observação de mídia e de culturas. São Paulo: INTERCOM, 2012, p. 87-106.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho.** São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1981.

MARTINS, Helena. **Comunicações em tempos de crise:** econômica e política. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Roxa Luxemburgo, 2020.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Os trabalhadores rurais na política: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, ano 1995, v. 3, n. 5, p. 50-65, 4 jul. 1995. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quatro/leo4.htm>. Acesso em: 27 jul. 2021.

MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira. **Modo capitalista de produção e agricultura:** a construção do conceito de agronegócio. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MENDONÇA, Sônia Regina. **A questão agrária no Brasil:** a classe dominante – natureza e comportamento 1964-1990. MENDONÇA, Sônia Regina; STÉDILE, João Pedro (org.). 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MITIDIERO JR, Marco Antonio *et al.* O Parlamento e o Executivo na luta contra a reforma agrária e a preservação da natureza. In: CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; SANTOS, Paulo César Moreira dos (Coord.). **Conflitos no Campo Brasil 2019.** Goiânia: Comissão Pastoral da Terra – CPT Nacional, 2020, p. 196-205.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: Labur Edições, 2007.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Territórios em disputa e agricultura. In: \_\_\_\_\_; FABRINI, João Edmilson (Org.). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 213-238.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 3<sup>a</sup> Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Geografia e movimentos sociais:** dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

PEREIRA, Lorena Izá. Apropriação da natureza e o conflito pelo território no Paraguai. VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária. GT XII – Conflitos socioambientais e neoextrativismo na disputa pela natureza no campo, Curitiba-PR, 2017.

PERRUSI, Artur. Sobre a noção de ideologia em Gramsci: análise e contraponto. **Estudos de Sociologia**, Recife, 2015, Vol. 2 n. 21, p. 415-442.

PERUZZO, Cicilia Krohling. **Comunicação nos movimentos populares:** a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **A ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba-MG.** 1988. 239f. Tese (Doutorado em Geografia) - Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 1988.

PORPHIRIO, Max Fellipe Cezario. **Terra Livre, Liga e O Nordeste:** o papel dos periódicos na organização política dos trabalhadores rurais, 1961-64. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em História, 2016.

RAFFESTIN, Claude (1980). **Por uma geografia do poder.** Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; PIQUET, Rosélia Pérrissé da Silva. Matéria e espírito: o poder (des)organizador dos meios de comunicação. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma sociologia do presente:** ação, técnica e espaço. Vol. 3. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, p. 263-278.

RIBEIRO NETO, Caio Pompeia. **Formação política do agronegócio.** 2018. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território:** globalização e fragmentação. 4<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Hucitec/ANPUR, 1998, p. 15-20.

SANTOS, Milton (1996). **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SAUER, Sérgio; BORRAS JR, Saturnino. ‘Land Grabbing’ e ‘Green Grabbing’: uma leitura da ‘corrida na produção acadêmica’ sobre a apropriação global de terras. **Campo-Território:** Revista de Geografia Agrária, v. 11, n. 23, 2016. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/35799/18925>. Acesso em: 17 set. 2020. <https://doi.org/10.14393/RCT112301>.

SILVA JUNIOR, Roberto Aparecido Mancuzo. **O sistema ideológico do agronegócio:** o poder do discurso e o discurso pelo poder. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

SOUZA, Juliana Pereira de. Mídia. In: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **Enciclopédia INTERCOM de comunicação:** Volume I - Conceitos. São Paulo, 2010. p. 816-817.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia: Conceitos e temas*. 2ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 77-116.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. 4<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Hucitec/ANPUR, 1998, p. 21-28.

SOUZA, Sônia Maria Ribeiro de. **Discursos em confronto no território da luta pela terra no/do Pontal do Paranapanema:** MST e imprensa. 2005. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

SOUZA, Sônia Maria Ribeiro de. **A emergência do discurso do agronegócio e a expansão da atividade canavieira:** estratégias discursivas para a ação do capital no campo. 2011. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

TALGA, Dagmar Olmo. **A comunicação e luta pela terra em Goiás:** estudo a partir do acampamento Dom Tomás Balduíno. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

THOMPSON, John Brookshire (1995). **A mídia e a modernidade:** uma teoria social da mídia. Tradução Wagner de Oliveira Brandão; revisão Leonardo Avritzer. 5<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

VAN DIJK, Teun Adrianus (2008). **Discurso e poder.** 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Contexto, 2015.

VINHA, Janaína de Souza Campos. Território (i)material e Geografia Agrária: paradigmas em questão. **Revista NERA.** Ano 16, n.º 23, Jul.-dez./2013, 27-42. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/2636>. Acesso em: 27 de jul. 2021. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i23.2636>.

VINHA, Janaína de Souza Campos. CUBAS, Tiago Egidio. O estudo da questão agrária brasileira: contribuições do Dataluta Jornal. In: \_\_\_\_\_ et al (Org.). **Dataluta:** questão agrária e coletivo de pensamento. São Paulo: Outras Expressões, 2014, p. 217-233.

VINHA, Janaína de Souza Campos. Geografia de lutas e resistências no Triângulo Mineiro: estudos agrários e debate paradigmático. **Caminhos de Geografia.** V. 22, n. 79, Fev/2021, p. 262–275. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/58750/31045>. Acesso em: 10 jun. 2021. <https://doi.org/10.14393/RCG227958750>.

## APÊNDICES



## **ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFISSIONAIS DA COMUNICAÇÃO**

**Pesquisadora:** Fabiana Borges Victor – discente do Curso de Doutorado em Geografia da UFU

**Orientador:** Prof. Dr. João Cleps Junior

**Pesquisa:** MÍDIA E QUESTÃO AGRÁRIA EM MINAS GERAIS: 2005 a 2018

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Formação profissional:** \_\_\_\_\_

**Empresa do setor de comunicação na qual trabalha (se houver):** \_\_\_\_\_

**Função exercida (se houver):** \_\_\_\_\_

**Data da entrevista:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

1. Qual é o seu histórico pessoal e profissional com a área de comunicação?

2. Em sua opinião, qual a importância da comunicação na sociedade?

3. Você considera que a mídia brasileira está concentrada entre poucos grupos e empresas que dominam o setor? Se sim, quais as consequências?

4. Ao trabalhar numa empresa de comunicação (site de notícias, rede social, rádio, televisão, blog), o profissional necessariamente deve estar alinhado às concepções políticas da empresa?

5. Ao produzir um material/reportagem, até que ponto o profissional consegue expressar sua perspectiva do assunto?

6. Existe algum tema de maior relevância dentro de uma empresa da mídia?

7. Quais temas ou setor do espaço rural (do município, do estado ou da região) são mais frequentemente noticiados? (Por exemplo, produção agrícola, turismo rural, populações do campo)

8. Em relação aos conflitos no campo, quando uma ação de um movimento social (sem-terra, sem-teto, entre outros) é noticiada, tanto os representantes do movimento quanto os responsáveis por atender a solicitação (por exemplo polícia, funcionários da prefeitura) são procurados para declarar a versão dos fatos?

9. O posicionamento político de uma empresa de comunicação está explícito na forma como são produzidas as notícias?

10. Enquanto profissional da área, você considera que a mídia tem potencial para influenciar a opinião da população?

11. Fique à vontade para fazer outros apontamentos que julgar necessários.



## **ROTEIRO DE ENTREVISTA COM INTEGRANTES DE MOVIMENTOS SOCIAIS**

**Pesquisadora:** Fabiana Borges Victor – discente do Curso de Doutorado em Geografia da UFU

**Orientador:** Prof. Dr. João Cleps Junior

**Pesquisa:** MÍDIA E QUESTÃO AGRÁRIA EM MINAS GERAIS: 2005 a 2018

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Movimento do qual participa:** \_\_\_\_\_

**Data da entrevista:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

1. Qual é o seu histórico de ligação com o movimento social?
2. Como você descreve a realidade do campo hoje, especialmente comparando com as últimas décadas e diferentes governos que já estiveram no poder?
3. Por sua perspectiva pessoal e pelo movimento, quais são os pontos mais críticos na forma como o governo (federal, estadual e/ou municipal) conduz as decisões e políticas que envolvem o campo e sua população?
4. Quais são as estratégias de ação promovidas pelo movimento do qual participa?
5. Quais são as principais pautas e projetos políticos que o movimento defende ou propõe?
6. A comunicação e a mídia são consideradas instrumentos de luta dentro do processo de luta pela terra?
7. A comunicação e a mídia são também espaços de disputas, tal como é o território?
8. Como se organiza o processo de comunicação dentro do movimento?
9. De que forma os avanços tecnológicos contribuíram para o processo de comunicação dos movimentos sociais?
10. Dentre as formas de veicular as informações utilizadas pelo movimento (sites, blogs, redes sociais, entre outros), qual apresenta melhor resultado ou maior repercussão, e por quê?
11. O setor de comunicação também tem atuação específica por estado brasileiro, considerando a realidade das diferentes regiões do país?

12. Existe um enfrentamento diante o discurso hegemônico dos grandes veículos da mídia?
13. Por sua perspectiva e pelo movimento, quais as consequências da concentração da mídia no Brasil?
14. As informações retratadas pelos grandes veículos de comunicação em relação ao campo e sua população condizem com a realidade?
15. Esse discurso hegemônico tem influência na opinião da população sobre a luta pela terra, os movimentos sociais e a questão agrária?
16. As ações dos movimentos sociais veiculadas pela grande mídia são representadas de modo positivo ou negativo?
17. O uso dos meios de comunicação permitiu uma maior articulação entre diferentes movimentos, inclusive movimentos urbanos?
18. Quais são suas expectativas com relação à luta pela terra e à atuação dos movimentos sociais para o futuro?
19. O movimento possui uma área ou assentamentos específicos considerados prioridades ou de experiência relevante no sentido econômico, social e político?
20. Fique à vontade para fazer outros apontamentos que considerar necessários.



### **Carta de Autorização**

Eu, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, autorizo a discente Fabiana Borges Victor, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, a realizar entrevista referente à pesquisa *MÍDIA E QUESTÃO AGRÁRIA EM MINAS GERAIS: 2005 a 2018*, sob orientação do Prof. Dr. João Cleps Junior. Autorizo a discente a utilizar em sua pesquisa acadêmica todas as informações concedidas em entrevista e questionários.

Obs.: Os dados coletados serão utilizados unicamente com finalidades acadêmicas e os sujeitos participantes serão preservados de suas identidades.

Uberlândia, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

---

(Assinatura)

## **ANEXOS**

Quinta-feira, 22 de Dezembro de 2005, 22h59

## MST contesta Desenvolvimento Agrário

BRASÍLIA – Um balanço oficial dos números da reforma agrária gerou uma troca de acusações entre o governo e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tradicional aliado do PT.

Em nota, o Ministério do Desenvolvimento Agrário disse que o MST faz "crítica leviana" e busca "um debate sem nenhuma seriedade, baseado em slogans vazios de conteúdo, informações e argumentos falsificados".

Foi uma resposta a uma nota do movimento, segundo a qual o governo Lula, a exemplo de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, "inflaciona os verdadeiros números de assentamentos utilizando a prática de contabilizar a reposição de lotes em assentamentos antigos como novos e em deixar famílias vivendo em assentamentos precários no Norte do país em terras públicas".

O ministério anunciou, no inicio da tarde, que assentou neste ano 117.500 famílias, superando a meta de 115 mil para 2005. Em seguida, o governo foi acusado pelo MST de reproduzir o comportamento de FHC.

Segundo os sem-terra, o ministro Miguel Rossetto comemora uma "política que não desconcentra a propriedade da terra e não distribui renda, premiando latifúndio e se assemelhando a projetos de colonização da Amazônia no regime militar."

No inicio da noite, veio a resposta do ministério, para quem o movimento "tenta confundir a opinião pública negando as informações" do ministério e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

"Alheio ao que realmente está acontecendo no campo brasileiro, o MST discorda dos números sem fundamentar sua discordância", disse o ministério. "Se o MST não vê, ou não sabe, é porque está longe destas terras e desta gente."

O ministério termina sua nota dizendo que "um trabalho não pode ser interrompido nem dificultado pelo debate maniqueista, pobre e marcado por interesses particulares ou de grupos".

[www.atempo.com.br](http://www.atempo.com.br)

## Jornal O Tempo

Terça-feira, 04 de Abril de 2006, 16h22

### Manifestantes presos ontem responderão em liberdade

**BELO HORIZONTE** - Os manifestantes presos no confronto com a Polícia Militar (PM) foram libertados, nesta terça-feira, em Belo Horizonte. Eles foram detidos por depredar e invadir a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), ontem.

A fiança dos acusados foi paga pelos deputados do Partido dos Trabalhadores (PT). Laudeino Augusto, Rogério Corrêa, Padre João Carlos, Carlos Gomes e César Medeiros desembolsaram R\$ 750 para a liberação do grupo. As informações são da Globo Minas.

No conflito, cinco policiais tiveram ferimentos e dois deles ficaram em estado grave. Ontem, os manifestantes foram indiciados por dano ao patrimônio público e lesão corporal. Eles vão responder ao inquérito em liberdade. A bancada do PT não quis comentar o assunto.



# MST

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - Brasil

[Inicial](#)[Informativos](#)[Quem somos](#)[Biblioteca](#)[Setores](#)[Interação](#)[Multimídia](#)[Campanhas](#)[Indicar](#)

[Informativos > Últimas do MST >](#) Em Belo Horizonte, manifestantes são presos e reprimidos

## Informativos - Últimas do MST

Em Belo Horizonte, manifestantes são presos e reprimidos

03/04/2006

Segundo Joceli Andrioli, da coordenação do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), 17 pessoas foram encaminhadas ao hospital, mais de 30 estão feridas e outras 30 desaparecidas após a repressão policial durante um ato de ocupação da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). Os participantes do I Encontro dos Movimentos Sociais protestavam contra as altas tarifas de energia elétrica do estado e a 47ª Reunião Anual Governadores do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), que acontece em Belo Horizonte (MG).

Para Flávio Valente, relator nacional para os direitos humanos à alimentação adequada, água e terra rural, os governos municipal e estadual têm responsabilidade pelo que aconteceu. "As manifestações contra o BID não são por acaso. O banco está envolvido com o financiamento de projetos que deslocam famílias e violam direitos humanos. Os movimentos sociais têm o direito de se manifestar e apresentar ao banco suas reivindicações, isso deveria ser do interesse do próprio banco, inclusive. Quando o poder público se nega a oferecer espaço para os movimentos se reunirem e a abrir diálogo com eles, estas situações graves podem ocorrer. E é inaceitável o uso de violência por parte do Estado contra os movimentos sociais, sob qualquer alegação", disse.

Minas Gerais tem o preço de energia mais caro do país. Enquanto as famílias pagam até R\$ 600,00 o mega (1000 kw) de energia, as empresas pagam menos de R\$ 126,00. Além disso, o imposto pago pelas famílias é 30%, enquanto o das empresas consumidoras é de 18%.

### Mobilização

No sábado, a Marcha: água e energia para a soberania do povo brasileiro, organizada pelo MAB, se juntou a outras marchas de movimentos sociais somando três mil pessoas na Praça Sete. Eles seguiram em direção à Praça da Liberdade para buscar os sete manifestantes que estavam em greve de fome desde o dia anterior. O jejum foi a forma que os movimentos encontraram para expressar a indignação diante da negação dos governos Estadual e Municipal em liberar espaços públicos. No caminho, houve confronto com a polícia três vezes. Marchantes acamparam na Praça da Assembleia, onde fizeram a abertura do I Encontro dos Movimentos Sociais Mineiros.

No domingo pela manhã, a Via Campesina debateu o modelo energético brasileiro e durante a tarde, o debate sobre o BID e suas políticas de privatização.

Leia também:

[Participantes do Encontro dos Movimentos Sociais ocupam prédio da Cemig](#)  
[Movimentos sociais iniciam jejum em frente ao palácio do governo em MG](#)



## MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

# MST

[Sobre o MST](#)[Nossa Produção](#)[Biblioteca](#)[Audiovisual](#)[Loja da Reforma Agrária](#)[Especiais](#)

### [Início](#)

## Comunidades e movimentos retomam território em MG

3 de dezembro de 2009

Na manhã desta quinta-feira (3/12), mais de 70 famílias de várias comunidades geraiseiras da Região do Alto Rio Pardo (Norte de Minas), juntamente com os movimentos da Via Campesina, retomaram parte do seu território, terras do Estado tomadas por empresas de monocultivo de eucalipto.

A ocupação está sendo realizada em uma área de 3,6 mil hectares da empresa Replasar. Essas famílias, expropriadas pelas empresas nas décadas de 70 e 80, lutam pela retomada de seu território e exigem a retirada da referida empresa de suas áreas, além da regularização das terras para uso das comunidades. Para isso, elas exigem ação imediata do Instituto de Terras (ITER) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que vêm tratando com morosidade e descaso as questões relacionadas às comunidades rurais. As comunidades, através da sua luta, estão revitalizando suas terras de morada, recuperando nascentes e terras destruídas pelas empresas; trazendo seus filhos de volta do corte da cana em São Paulo, da colheita do café no Sul de Minas, das periferias das grandes cidades, para projetos produtivos que convivem com o bioma Cerrado - produzindo alimento em equilíbrio com o meio ambiente.

### Um pouco mais da história

O Rio Pardo de Minas, norte de Minas Gerais, foi durante a década de 70 alvo da expropriação de terras por parte de empresas transnacionais e nacionais de plantio de monocultura de espécies exóticas, como eucalipto. Tais empresas, subsidiadas pelo Estado, expulsaram centenas de famílias das terras devolutas para se instalarem na região. O uso das terras devolutas no estado está no centro de um conflito que envolve comunidades rurais, empresas reflorestadoras de eucalipto e o Estado. As empresas arrendaram as terras devolutas por preço insignificante. Esses arrendamentos foram realizados num período em que não havia limite para alienação de propriedades públicas, e os contratos começaram a vencer a partir de 2003. Por pressão das reflorestadoras e siderúrgicas, o governo de Minas vem renovando-os com as empresas.

As consequências da invasão e do avanço de empresas como a Floresta Minas, Replasa, Rio Dourado e Rui Macedo Sapuriti na região foram e são catastróficas, pois não foi considerado por parte do Estado que as áreas já eram historicamente habitadas por famílias que se utilizavam das plantas do cerrado, das chapadas e de formas coletivas para organizarem suas formas de produção e reprodução neste território.

Atualmente, várias famílias das comunidades rurais, frente ao descaso do Poder Executivo e Legislativo, vêm se organizado juntamente com os movimentos sociais do campo - reunidos na Via Campesina

Brasil - para a retomada legítima do território. A luta dessas comunidades tem significado para os camponeses, geraizeiros e agricultores que a Justiça tem os olhos e ouvidos fechados para o povo, mas que através da organização e luta é possível construir uma nova forma de exercer poder popular. Este sim, está em favor do território e da vida!

Tags:

[Agronegócio](#) [Minas Gerais](#) [Nacional](#) [Ocupação](#) [Via Campesina](#) [Monoculturas](#)

---

[Início](#)

## Famílias de Felisburgo conquistam a Terra Prometida

26 de novembro de 2009



Representantes de diversos movimentos, estudantes e professores prestaram homenagem às vítimas de Felisburgo

No último sábado, foram assentados definitivamente as 40 famílias que resistiram na terra após o Massacre de Felisburgo.

No ato solene, que ocorreu durante a tarde, na praça central da cidade, estiveram presentes várias autoridades do governo federal, estadual e municipal, além de muitos simpatizantes e militantes do MST. Horas antes, durante a manhã, uma marcha percorreu a cidade e após o ato todos se dirigiram para o antigo acampamento Terra Prometida, agora oficialmente um assentamento já produtivo e promissor. Segundo o vice-

prefeito Franklin Canguçu, foi visível a transformação na economia local desde a instalação do acampamento. Em seu discurso durante o ato, disse que "a comunidade hoje já responde por 80% das hortaliças do município".

A antiga fazenda Nova Alegria foi a primeira do Brasil a ser desapropriada pelo critério de crime ambiental, abrindo precedentes que poderão gerar um novo rumo para os processos de desapropriação. O delegado estadual do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Rogério Correia, espera que "seja a primeira de uma série de outras tantas (desapropriações) que o governo possa fazer" utilizando este dispositivo. O ordenamento jurídico prevê os critérios de produtividade, desrespeito ao meio-ambiente ou ao bem-estar dos trabalhadores, mas em toda a história da política de Reforma Agrária brasileira, até agora, somente se utilizou a produtividade para os processos de desapropriação. E, mesmo assim, com uso dos índices de 1975, defasados em duas décadas e meia em relação aos avanços das técnicas agrícolas. "É o primeiro passo, mas agora é preciso que o governo efetive a Reforma Agrária, dando condições de vida dignas, com acesso a moradia, crédito, assistência técnica, educação, saúde, entendendo a Reforma Agrária como um conjunto de medidas para combater o êxodo rural e melhorar a vida do homem no campo", conclui.

Para o bispo da diocese de Almenara, Dom Hugo Van Steekelenburg, a conquista da área é uma vitória do povo, que estava desacreditada por muitos na região, e ao mesmo tempo um recado. "Significa uma esperança de que pode melhorar as coisas aqui (na diocese), que tem uma maioria de latifundiários, que não cedem nem um pedaço de terra para o próximo, os sem-voz, sem-vez". Há dez anos a frente da diocese, marcada pela grande concentração fundiária e pela violência da burguesia agrária, Dom Hugo tem sido um grande apoiador dos pobres, defensor da ação pastoral libertadora da Igreja. "É uma esperança também para nós como Igreja, para que possamos estar do lado do pobre, do povo sem-voz, sem-vez, e, ao que parece, eles tem uma voz, tem uma vez, porque ele conseguiram", aponta.

A comemoração da conquista correu pela noite com muito churrasco e comida farta, com concretização dos sonhos de muitos ali presentes. Mas um sentimento de ausência e luto permeava a todos os festejos. "Os



Área do assentamento Terra Prometida

**Buscar neste site:** 

### Armazém Memória



### Conteúdo relacionado

- [Contra a violência do agronegócio e a criminalização das lutas sociais](#) 10
- [Nota sobre o assassinato de Elton Brum pela Brigada Militar](#) 7.39
- [Informe sobre a ofensiva da imprensa burguesa contra o MST](#) 4.41
- [Nota do MST sobre CPI protocolada no Congresso Nacional](#) 3.76
- [O MST e a atualização dos índices de produtividade](#) 3.65

### Revista



Set/Out - 2009

Número: 52

### Jornal



Nov - 2009

Número: 298

### Informativo Letra Viva

Cadastre-se para receber o boletim  
**Leia a edição:**

Jornada de Trabalho de 40 horas já!

**Seu nome:** \***Seu email:** \***Enviar email**

### Amigos do MST no exterior:



Expediente



sonhos que se realizaram foi a conquista da terra e do respeito e dignidade que muitos tinham perdido. E de colocar comida na mesa das pessoas aqui. Mas para aqueles cinco que tombaram o sonho não se realizou, então esta data sempre será um misto de alegria e dor", diz Eni, da direção estadual do MST.

Para cumprimento da justiça para as famílias vítimas do massacre, ainda faltam a indenização das famílias pelo estado, por sua omissão em vista das várias denúncias que prenunciavam a ação, e a punição dos assassinos, que permanecem em liberdade.

[Saiba mais sobre o Massacre de Felisburgo](#)

Tags:

[Destaque](#) [Acampamento e Assentamento](#) [Felisburgo](#) [Massacre](#) [Minas Gerais](#)

---

Parceiros



**BRASILDEFATO**  
Uma visão popular do Brasil e do mundo



Radiogênio  
**NP**  
MINGA  
INFORMATIVA



# O que queremos do governo na nossa jornada

19 de abril de 2010

## O QUE QUEREMOS NA NOSSA JORNADA

ABRIL É MÊS DE LUTA pela Reforma Agrária, quando a sua bandeira é fincada nos latifúndios e tremula nas ruas das cidades.

Um projeto que tem necessariamente que resolver dois problemas históricos, que emperram as transformações do Brasil: a estrutura agrária injusta (concentrador de terra, de riqueza e poder político), e o modelo de desenvolvimento (que sempre produziu monocultura para exportação).

Vamos trazer presente na nossa Jornada que a Reforma Agrária é um projeto de interesse de toda a sociedade, e não apenas uma disputa entre os pobres sem-terra despossuídos e os abastados latifundiários.

Se do ponto de vista do desenvolvimento capitalista a Reforma Agrária foi descartada, para nós, Sem Terra, ela continua indispensável.

Abri também é mês de apresentar propostas para o Estado. Em sintonia, temos que aproveitar a força das lutas para negociar com bancos, prefeitos, governos estaduais e federal, superintendências do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) nos estados e em Brasília.

São as conquistas econômicas concretas e conquistas políticas que fazem avançar a luta pela Reforma Agrária.

Vamos retomar os pontos de pauta de agosto do ano passado, quando realizamos marchas, lutas e montamos o Acampamento Nacional em Brasília. O conjunto do governo se comprometeu publicamente em cumprir com o acordado. Confiantes no acordo, desmobilizamos o Acampamento. Temos, agora, que retomar os pontos pendentes:

### 1. Atualização dos índices de produtividade

Lembrar o governo da dívida e do compromisso assumido publicamente nas negociações de agosto. O compromisso era fazer a atualização até o final do ano passado. Vamos cobrar o governo para que o compromisso seja cumprido.

### 2. Orçamento do Incra para a Reforma Agrária

O governo prometeu complementar o orçamento de 2009 em R\$ 380 milhões para desapropriação de terras. Além de o governo não cumprir, deixou de aplicar R\$ 190 milhões de um pacote de áreas que já estavam encaminhadas para imissão de posse, no final de dezembro.

Vamos reivindicar que o governo encaminhe com urgência ao Congresso um projeto de lei para o suplemento orçamentário para obtenção de terras neste ano.

Como não foi feito, o orçamento de 2010 foi reduzido para apenas R\$ 480 milhões e está comprometido com áreas desapropriadas no ano passado. Portanto, para que o Incra possa responder a uma meta mínima, necessita de um suplemento orçamentário de pelo menos R\$ 1,3 bilhões.

### 3. Assentamento das famílias acampadas do MST

Apesar das tentativas da burguesia de criminalizar a nossa luta, ainda temos mais de 90 mil famílias acampadas. O governo assumiu em 2003 o compromisso de assentar todas as famílias acampadas. Isso é prioritário. Aí está a essência do enfrentamento ao latifúndio. As nossas propostas são as seguintes:

a) Priorizar desapropriações de terras para o assentamento de todas as famílias acampadas do MST, conforme as negociações de agosto. Das 8 mil famílias novas assentadas em 2009, o nosso Movimento praticamente não foi contemplado. Aliás, esse número explica claramente a falta de prioridade do governo.

- b) Garantir recursos para as superintendências nos estados planejarem metas de vistoria e avaliações de imóveis para desapropriações, além de condições para manter as equipes técnicas em campo.
- c) Priorizar o assentamento de novas famílias nas regiões de maiores conflitos e de maior mobilização, onde se concentram as famílias acampadas.

#### **4. Crédito para Implantação**

Mesmo com avanços importantes em função das mobilizações nacionais, principalmente com os chamados Créditos de Instalação (fomento, apoio mulher, habitação e semiárido), as dificuldades atuais estão na aplicação dos recursos.

A maioria dos servidores do Incra tem engessado o processo de aplicação dos créditos, que tem também aumentado consideravelmente os custos e a necessidade de funcionários. Esses servidores públicos poderiam atuar em outras atividades, ampliando consideravelmente a capacidade de operação.

Vamos fazer duas propostas: a edição de uma portaria para desburocratizar a aplicação desses créditos, garantindo mais rapidez e agilidade; e o estabelecimento da unificação dos procedimentos operacionais e repasse para as superintendências.

No caso do fomento de apoio às mulheres assentadas, o crédito foi regulamentado e, desde 2000, todas têm esse direito garantido. No entanto, a maiorias das secretarias regionais do Incra não aplicaram nenhum crédito dessa modalidade.

#### **5. Crédito de investimentos e custeio**

Infelizmente, as nossas propostas de criação de uma modalidade de crédito de investimento que se adaptasse à realidade dos assentamentos não foram atendidas.

O governo mantém os assentados na linha “A” do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que é insuficiente, não atende às necessidades e criou uma geração de inadimplentes. Até agora, a opção do governo tem sido apenas fazer ajustes.

É necessário continuar a pressão para que os assentados tenham uma linha de crédito específica. No entanto, vamos construir uma alternativa de negociação, propondo perdão ou anistia a todas as dívidas dos assentamentos, para que as famílias possam acessar novo crédito.

Vamos cobrar também a regulamentação do Programa de Assistência Técnica e do Pronera, além de outros pontos específicos. A partir dessa Jornada, devemos nos preparar para apresentar propostas para mobilizar o conjunto da sociedade para, num futuro bem próximo, garantirmos a realização da Reforma Agrária, como determina a Constituição.

**Jornada de Lutas**

**Nacional**

PUBLICIDADE

POLÍTICA

## Produtores rurais protestam em Brasília contra Abril Vermelho do MST

**Agência Brasil, , e**

28/04/2010 - 00:00 / Atualizado em 01/11/2011 - 16:28



| Newsletters

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

**BRASÍLIA** - Produtores rurais vindos de todo o país participaram nesta quarta-feira, em Brasília, de uma caminhada pela paz no campo. Os produtores reivindicam a criação do Plano Nacional de Combate às Invasões.

A proposta foi enviada no dia 13 de abril ao Ministério da Justiça pela senadora e presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Kátia Abreu (DEM-TO). O ato promovido pela CNA faz parte da campanha "Vamos tirar o Brasil do vermelho", numa alusão à onda de protestos que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) promove este mês.

- Apoiamos a reforma agrária, só não somos a favor das invasões. Queremos paz no campo e essas invasões não permitem isso. Invasão é crime previsto na Constituição Federal e esse ato vem se repetindo faz tempo sem que ninguém tome medidas para evitá-los! - reclamou a senadora Kátia Abreu durante o protesto.

Segundo a presidente da CNA, as invasões prejudicam todos os brasileiros e não só os proprietários dos terrenos invadidos.

- Só em Mato Grosso, uma área do tamanho de Sergipe está ocupada pelo MST e isso representa prejuízo estimado em R\$ 850 milhões por ano para o estado - afirmou.

A manifestação começou por volta das 9h, com uma missa na Catedral de Brasília. Após a celebração religiosa, os produtores rurais caminharam até o gramado em frente ao Congresso Nacional, onde deram as mãos em volta de uma grande bandeira com o lema "Queremos paz no campo. Não às invasões". Segundo a Polícia Militar do Distrito Federal, cerca de 300 pessoas participaram da manifestação.

- A campanha é justamente uma contraposição àquela outra, Abril Vermelho, realizada pelo MST - disse José Torres, um dos diretores da CNA.

As manifestações do "Abril Vermelho" ocorrem todos os anos para lembrar a morte de 19 trabalhadores rurais, em 17 de abril de 1996, na cidade paraense de Eldorado do Carajás, durante confronto entre lavradores e policiais militares. Segundo o MST, durante o "Abril Vermelho" deste ano foram ocupadas a sede nacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Brasília e as superintendências do órgão em São Paulo, Rio de Janeiro, Pará, Piauí e Paraíba. Também houve ocupações de fazendas em Pernambuco (25), Bahia (15), São Paulo (11), Paraíba (5), Sergipe (4), Alagoas (2), Ceará (2), Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul (uma propriedade em cada estado).

3/04/2012 19:15

## MST inicia "Abril Vermelho" em Minas Gerais

**Da Redação**[Tuitar](#)

1

[Recomendar](#)[Cadastrar-se para ver o que seus amigos recomendam.](#)

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) iniciou em Minas Gerais, as ações do chamado "Abril Vermelho". Cerca de 40 famílias ocuparam neste domingo (1º), uma propriedade na região do Alto Paranaíba. A área tem cerca de 1,2 milhão de metros quadrados e fica próximo ao local onde o movimento coordena outras ocupações.

**TAGS**[abril vermelho](#), [MST](#), [ocupações](#)**Deixe uma resposta**

Nome

Comentário

Ao enviar suas informações de registro, você indica que concorda com os [Termos do serviço](#) e leu e entendeu a [Política de Privacidade](#) do site do Correio de Uberlândia. Só serão liberados comentários cujos autores estejam identificados por nome e sobrenomes e que não contenham expressões chulas e/ou palavras de baixo calão.

[ENVIAR COMENTÁRIO](#)



## Jornda de Lutas inicia com ocupação na região do Alto Paranaíba, em Minas Gerais

3 de abril de 2012



*Da Página do MST*

Trabalhadores rurais do MST da região do Alto Paranaíba (MG) já começaram a traçar a a Jornada de Lutas pela Reforma Agrária do mês abril com mais uma ocupação de um latifúndio.

Neste último domingo (01), cerca de 40 famílias de Sem Terra ligadas ao MST ocuparam a fazenda Palmeiras no município de Carmo do Paranaíba. A fazenda pertence à massa solvente Ofir de Castro.

A área de 120 hectares faz parte de um conglomerado de outras quatro propriedades dessa mesma massa solvente, que juntas totalizam cerca de 800 hectares. Atualmente, por volta de 150 famílias do Movimento ocupam quatro das cinco áreas pertencentes ao grupo, em que todas são reivindicadas para fins de Reforma Agrária.

Além da pressão ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) pela desapropriação da área para assentar as famílias que ali se encontram, o MST também ocupa a fazenda em gesto de solidariedade aos três companheiros (a) tombados há alguns dias na região do Triângulo Mineiro.

A ocupação faz parte da Jornada Nacional de Lutas do MST no mês de abril, relembrando a morte dos 19 companheiros (as) mortos em 1996 na cidade de Eldorado dos Carajás, no estado do Pará, cujos responsáveis pelo massacre ainda estão impunes.

[Minas Gerais](#)

[Ocupação](#)

[Lutas e mobilizações](#)

# BRASIL DE FATO

Uma visão popular do Brasil e do mundo

## Centrais sindicais prometem novos protestos



Jornada unificada mobilizou 27 estados; trabalhadores prometem voltar às ruas em 30 de agosto se demandas não forem atendidas

16/07/2013

Patrícia Benvenuti

da Redação

Se o governo e o patronato não atenderem às reivindicações dos trabalhadores, as mobilizações vão se intensificar. Esse é o recado das centrais sindicais, que prometem realizar novas ações para garantir conquistas e melhorias para a classe trabalhadora.

Em 11 de julho, sete centrais promoveram o Dia Nacional de Lutas, com protestos e paralisações em 27 estados. Os atos reuniram CUT, CTB, Força, UGT, CSP/Conlutas, CGTB, CSB e NCST, além de diversas organizações populares, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O objetivo das mobilizações foi forçar o cumprimento de uma pauta de reivindicações entregue ao governo em março deste ano, durante a Marcha da Classe Trabalhadora em Brasília. Desde então, as negociações não avançaram, o que motivou as centrais a convocarem uma jornada unificada. O resultado das manifestações agradou aos sindicalistas.

Para o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vagner Freitas, houve uma “vitória” do movimento. Ele acredita que as ações deverão forçar o Executivo a tomar medidas em prol dos trabalhadores. “Todo e qualquer governo do mundo se move à pressão, e é isso que estamos fazendo. Agora o governo sabe que é preciso agilizar”, diz.

O membro da coordenação da CSP Conlutas, José Maria de Almeida (Zé Maria), também celebra a jornada. Ele ressalta que as atividades marcaram a entrada da classe trabalhadora no intenso processo de mobilizações que ocorre no país desde junho. “Foi um protesto muito grande e muito forte, superou inclusive a expectativa da maioria das centrais sindicais”, afirma.

Uma das principais contribuições do Dia Nacional de Lutas, na avaliação do secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o Juruna, foi disseminar as demandas da classe trabalhadora. “Aquela pauta que ficava somente entre os sindicatos, como a redução da jornada para 40 horas, foi divulgada em todos os meios de comunicação”, comemora.

A pauta dos trabalhadores é composta por oito pontos principais, que são o aumento dos investimentos públicos em educação, saúde e transportes; redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução dos salários; cancelamento dos leilões do petróleo; realização da reforma agrária, fim do fator previdenciário e a não aprovação do Projeto de Lei 4330, o chamado PL da Terceirização.

Para João Paulo Rodrigues, membro da coordenação nacional do MST, os atos conjuntos reforçaram a necessidade de unificar as lutas. “O MST e os movimentos do campo precisam estar cada vez mais articulados com os trabalhadores da cidade. Nossa luta só vai avançar com eles”, garante.

### Paralisações

O impacto das mobilizações foi mais sentido nas cidades de Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS) e Vitória (ES), onde houve paralisação dos trabalhadores do transporte público. Apesar das diferentes manifestações, o que os sindicalistas mais destacam foi a paralisação nas fábricas.

“Tivemos muita paralisação nas empresas, houve uma adesão grande no Brasil inteiro. Nossa objetivo foi plenamente atingido”, assegura o presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Wagner Gomes.

Vagner Freitas, da CUT, cita o caso do ABC Paulista, onde mais de 40 mil metalúrgicos cruzaram os braços. Para ele, isso mostra a adesão da base às lutas. “Os trabalhadores que foram ao ato [bloqueio da Via Anchieta, no sentido São Paulo] eram aqueles que estavam na fábrica; os outros nem foram trabalhar”, explica.

Nesse sentido, o presidente da CUT critica a cobertura da mídia corporativa que, segundo ele, tentou desqualificar os protestos dos trabalhadores ao compará-los com as mobilizações contra o aumento das tarifas de ônibus convocadas pelo Movimento Passe Livre (MPL). “A mídia quer trabalhar em cima de comparações. São dois movimentos importantes, mas diferentes”, argumenta.

Para Zé Maria, do PSTU, o comportamento dos meios de comunicação comerciais não surpreende. “Eles [veículos] seguem defendendo os interesses da classe deles. Não nos iludimos com isso e não vamos depender do beneplácito da mídia para tocar nossa luta, que também é contra eles”, dispara.

A imprensa comercial também não escapou dos protestos. Em várias cidades houve atos em frente à *Rede Globo* ou de suas afiliadas nos estados.

### Destraivar a pauta

As centrais esperam agora que as negociações avancem, e as reivindicações dos trabalhadores sejam atendidas. Para Zé Maria, do PSTU, é hora de o governo parar de “enrolar” o movimento sindical. Como exemplo, ele cita o encontro dos representantes das centrais com Dilma Rousseff realizada no final de junho em Brasília.

“A presidente foi fazer propaganda da sua proposta de plebiscito da reforma política e não deu nenhuma resposta concreta às reivindicações dos trabalhadores”, critica.

Caso o governo não dê sinais positivos, a tendência é de novas mobilizações. “Vamos fazer uma avaliação e, se a coisa não andar, nossa expectativa é discutir um dia de greve geral”, diz o presidente da CTB, Wagner Gomes. A data já foi até definida, 30 de agosto.

Antes disso, serão realizados protestos contra o Projeto de Lei 4330, que flexibiliza a contratação de mão de obra terceirizada no país.

O descontentamento das centrais com o governo hoje vai além do não cumprimento das demandas dos trabalhadores. Em 10 de julho, um dia antes das mobilizações, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central aumentou, pela terceira vez seguida, a taxa básica de juros. O reajuste na taxa Selic foi de 0,5% que passará para 8,5% ao ano.

O secretário-geral da Força Sindical reprova a decisão e analisa que a atual política econômica deve gerar mais acirramentos. “O movimento tende a aumentar porque toda a política que está sendo feita vai levar a desemprego e a recessão”, afirma Juruna.

(Foto: Pablo Vergara)

### Mais sobre o assunto:

**Dia Nacional de Lutas: confira as mobilizações realizadas na quinta (11) em todo o país**  
**Centrais sindicais protestam contra PL que beneficia terceirização**

## Comentários

### DEIXE SEU COMENTÁRIO

**Seu nome: \***

Anonymous

**Email: \***

O conteúdo deste campo é privado não será exibido ao público.

**Sua página:**

**Assunto:**

**Comentário: \***

Path:

Desabilitar editor de texto

- Endereços de páginas de internet e emails viram links automaticamente.
- Tags HTML permitidas: <a> <em> <strong> <cite> <code> <ul> <ol> <li> <dl> <dt> <dd>
- Quebras de linhas e parágrafos são feitos automaticamente.

# 6 mil manifestantes ocupam principais vias de Belo Horizonte nesta quinta-feira

[Agência Estado](#)

[Tweet](#)

Cerca de 6 mil manifestantes, de acordo com estimativa da Polícia Militar (PM), ocuparam nesta quinta-feira algumas das principais vias de Belo Horizonte em adesão ao Dia Nacional de Lutas, que resultou em protestos em diversas cidades de pelo menos 23 Estados. Antes mesmo de saíram às ruas da capital de Minas Gerais, porém, os manifestantes conseguiram o que consideraram um “princípio de vitória”.

Logo no início da manhã, representantes da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais receberam líderes das entidades envolvidas no ato e se comprometeram a identificar e tentar pôr em votação projetos que fazem parte da pauta de reivindicações dos manifestantes e que estão parados na Casa.

Além da capital de Minas, foram realizadas manifestações em Contagem, na região central do Estado; Ipatinga, no Vale do Rio Doce; Governador Valadares, no interior mineiro; Varginha, no Sul de Minas Gerais, entre outras. A reunião com os deputados estaduais ocorreu pouco antes de integrantes de pelo menos 20 sindicatos ligados a seis centrais sindicais, além de movimentos sociais e entidades da sociedade civil organizada, se concentrarem na Praça Sete de Setembro, no centro da capital mineira.

De lá, o grupo saiu em passeata por diversas regiões da capital para protestar em frente a prédios considerados símbolos de poder, como a prefeitura, a Assembleia Legislativa e a sede do Banco Central (BC) na cidade – do qual os manifestantes conseguiram retirar as bandeiras oficiais e estender outras de entidades que participavam do ato, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Pela manhã, o dia prometia ser tumultuado no município. O metrô não funcionou – apesar de decisão judicial determinar escala mínima para operação dos trens – e rodoviários impediram que ônibus deixassem as Estações BHBus Barreiro, Venda Nova e Diamante, onde são feitas ligações de linhas de bairros mais afastados com a região central.

Parte do comércio ficou fechada durante quase toda a manhã, assim como as agências bancárias do centro. No início da tarde, porém, apenas o metrô e os bancos do centro permaneciam sem funcionar. Integrantes do Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais (Sind-Saúde) também afirmaram que iriam aderir à paralisação nacional, mas, de acordo com a assessoria da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig), o atendimento não foi afetado nas unidades do Estado. No Hospital de Pronto-Socorro João XXIII (HPS), em Belo Horizonte, por exemplo, dos 56 profissionais da emergência, seis não compareceram ao trabalho.

A maior adesão sucedeu entre os técnicos do bloco cirúrgico, onde faltaram sete dos 14 profissionais, mas nenhuma operação foi cancelada. De acordo com a polícia, nem mesmo no trânsito houve dificuldades sérias. Segundo o chefe do Comando de Policiamento Especializado (CPE) da PM, coronel José Vieira de Carvalho Júnior, havia muito menos carros nas ruas da capital nesta quinta. “As escolas já estão de férias e as pessoas evitaram sair de casa”, observou. Carvalho Júnior afirmou que também não houve registro de ocorrências durante as passeatas.

## Reivindicações

Apesar de se comprometerem a tornar ágil a tramitação de projetos incluídos na pauta dos manifestantes, os deputados mineiros só começarão a trabalhar sobre as questões em agosto, uma vez que na próxima semana tem início o recesso legislativo. Entre as reivindicações, estão a aprovação do projeto que adota seis pisos salariais diferentes, mudanças na proposta que altera a Lei Orgânica da Polícia Civil que tramita na assembleia, anistia aos professores da rede estadual que fizeram greve de mais de cem dias no Estado em 2011 e textos que tratam de Reforma Agrária, Agricultura Familiar, Educação, Saúde e Transporte.

Além destas, também faziam parte da manifestação na capital reivindicações nacionais, como o fim do fator previdenciário, a redução da jornada de trabalho sem mudança nos salários e investimentos para assegurar qualidade a serviços públicos como Saúde e Educação. “Queremos respostas rápidas sobre questões como o passe-livre, o transporte público de qualidade e a redução das tarifas de energia”, observou a presidente da Central Única dos Trabalhadores em Minas Gerais (CUT-MG), Beatriz Cerqueira. “Também é preciso valorizar os servidores”, acrescentou o presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de Minas Gerais (Sindifisco/MG), Lindolfo Fernandes de Castro.

- [Imprimir](#)
- [Comentar](#)
- [Enviar por e-mail](#)
- [Reportar erro](#)

Tags [Belo Horizonte](#), [manifestantes](#), [principais](#), [protesto](#), [vias](#)

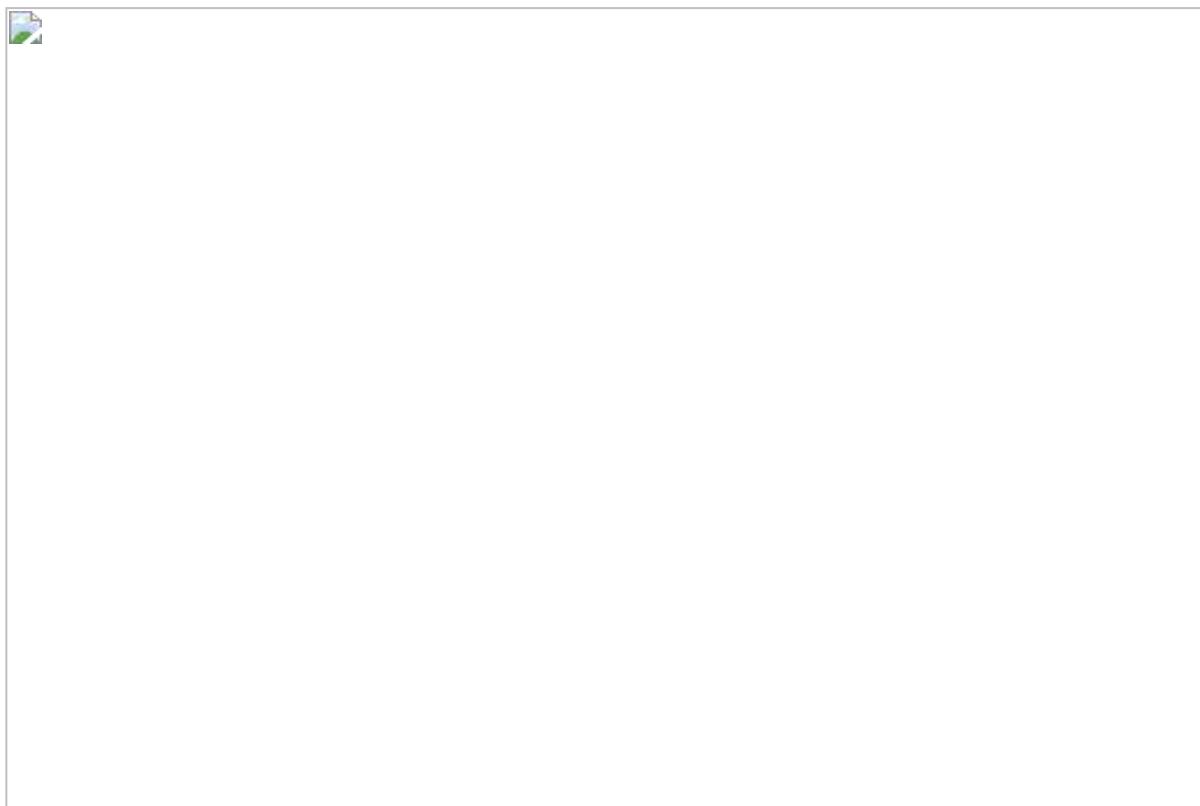
11/07/2013 15:55

# Manifestação em Uberlândia parte da praça Tubal Vilela nesta quinta-feira

[Diogo Machado](#) Jornalista

[Tweet](#)

Aproximadamente 500 pessoas aderiram a manifestação geral na tarde de quinta-feira (11). O ato acompanha o chamado de greve nacional das centrais sindicais. Entre as reivindicações em Uberlândia estão a redução da tarifa do transporte público e as demandas nacionais das categorias sindicalizadas.



Segundo a PM, aproximadamente 500 pessoas já estão no local

O Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Uberlândia planejou para essa quinta-feira a realização de um “catracaço” no Terminal Central, que consiste em pular as catracas para evitar o pagamento dos ônibus. Segundo a Polícia Militar (PM), todo efetivo está preparado para evitar que qualquer dano seja causado ao patrimônio e as pessoas.

De acordo com os organizadores, são esperadas pelo menos 5000 pessoas. Até agora estão presentes o movimento popular pela Reforma Agrária, o movimento dos Sem Terra do Brasil, a União Estadual dos Estudantes (UEE), representantes de alguns partidos políticos, o sindicato dos trabalhadores dos correios, movimentos pela terra, trabalho e liberdade e instituições públicas e particulares de Uberlândia. Movimentos sociais de Ituiutaba e de Monte Carmelo também estão em Uberlândia.



5000 pessoas são esperadas

Segundo a Secretaria de Trânsito e Transportes, 30 agentes acompanham a passeata que partiu da Praça Tubal Vilela por volta das 15h30. Em relação a mudança dos pontos de ônibus da Praça e do terminal central, segundo informações da Secretaria, só serão feitas mediante o trajeto da manifestação.

Sem divulgar números, a Polícia informou que um grupamento de trânsito está desarmado e irá acompanhar os manifestantes durante o trajeto. Outros militares farão o policiamento ostensivo em volta da passeata e de toda a cidade.



Os manifestantes pretendem terminar o manifesto em frente a prefeitura

# BRASIL DE FATO

Uma visão popular do Brasil e do mundo

## Sem Terra marcham em Brasília contra a paralisação da Reforma Agrária



*Reprodução MST*

Durante todo o governo Dilma, apenas 176 desapropriações de terra foram realizadas

12/02/2014

Por Ednúbia Ghisi  
Da Página do MST

Os 16 mil participantes do VI Congresso Nacional do MST realizaram uma marcha em Brasília (DF) nesta quarta-feira (12). Os Sem Terra saíram às 14h no ginásio Nilson Nelson, onde ocorre o IV Congresso Nacional do MST, e foram até a Esplanada dos Ministérios.

[Assista ao vivo](#)

aqui: <http://twitcasting.tv/midianinja>

O ato denunciou a atual estagnação da Reforma Agrária no Brasil. Para o Movimento, este é um dos piores períodos da Reforma Agrária: apenas 7.274 famílias foram assentadas em 2013, a partir da desapropriação de 100 áreas, em 21 estados. Dados do Incra apontam que foram assentadas 30 mil famílias, número superestimado, já que inclui áreas de regularização fundiária na Amazônia.

Durante todo o governo Dilma, apenas 176 desapropriações de terra foram realizadas, desempenho que só perde para os três anos do período Collor, quando 28 áreas foram desapropriadas.

O volume de acampados reafirma a necessidade de acelerar a Reforma Agrária no Brasil: mais de 150 mil famílias vivem atualmente em acampamentos, das quais 90 mil integram o MST.

Para a integrante da direção nacional do MST, Itelvina Masoli, a marcha sintetizou a insatisfação dos agricultores Sem Terra. “Já estamos cansados de negociações. Nossa pauta está amarelada, pois não avança”.

Na avaliação da dirigente, o Estado prioriza o modelo de desenvolvimento do capital e do agronegócio. “É o pior governo para a Reforma Agrária. Muitos acampamentos estão há anos sem solução.”

### Comentários

#### DEIXE SEU COMENTÁRIO

**Seu nome:** \*

**Email:** \*

O conteúdo deste campo é privado não será exibido ao público.

**Sua página:**

**Assunto:**

**Comentário:** \*

# BRASIL DE FATO

**Uma visão popular do Brasil e do mundo**

## Polícia responde com violência ato pacífico de Sem Terra, em Brasília



Pablo Vergara

Os integrantes do movimento avançaram em direção ao palácio, e a polícia utilizou spray de pimenta de forma generalizada, além de arma de choque e bombas; Quinze policiais atacaram os manifestantes que preparavam uma intervenção teatral

13/02/2014

Por Alan Tygel e Márcio Zonta  
Da Página do MST

A esplanada dos ministérios foi tomada de vermelho na tarde de ontem (12). Os cerca de 16 mil camponeses que participam do VI Congresso do MST marcharam os 9 km de ida e volta que separam o ginásio Nilson Nelson e a praça dos três poderes.

A manifestação pacífica teve como objetivo principal denunciar a paralisação da Reforma Agrária. “A Reforma Agrária no Brasil é uma vergonha. No último ano, foram assentadas sete mil famílias, sendo que só o MST possui 90 mil famílias debaixo da lona preta. No total, são 150 mil famílias acampadas no Brasil, muitas delas há mais de 10 anos. Estamos aqui para denunciar que não estamos satisfeitos, e pedimos Reforma Agrária Popular já. Enquanto Dilma não atende os Sem Terra, dá dinheiro de mão beijada para o agronegócio e a Fifa.”, afirmou Kelli Marfort, do setor de Gênero do MST.

O primeiro alvo da passeata foi a embaixada norte-americana. Integrantes do MST colaram cartazes nos muros da embaixada pedindo liberdade aos cubanos presos nos EUA e dando apoio a todos os que lutam contra o império. “A bandeira do terror está aqui, semeando o ódio em todo o mundo. Os verdadeiros terroristas são eles”, afirmou Ênio Bonenberg, dirigente do MST.

Em seguida, a marcha seguiu rumo ao Supremo Tribunal Federal, que recebeu a pacífica manifestação da maneira como costuma tratar a classe trabalhadora no Brasil. Bombas de efeito moral e gás de pimenta foram lançados contra a multidão que se acumulou em frente ao órgão federal.

### Violência

O MST protestava contra a morosidade da justiça nos julgamentos de crimes cometidos no campo brasileiro, além do alto número de mortes nos últimos anos em conflitos agrários. A postura de Joaquim Barbosa também foi lembrada pelos manifestantes, que em vários julgamentos costuma desencadear decisões políticas a favor de certos grupos, bem como gozar de privilégios por conta de seu cargo.

“É característico do comportamento do STF esse tipo de atitude, pois o MST sempre vem de maneira tranquila e organizada se manifestar, e criam algum tipo de provocação para nos deslegitimar. Vinte policiais agiram com brutalidade no meio de quinze mil pessoas para criar um fato político e legitimar a violência contra a gente”, reclama Fábio Tomas, do MST de São Paulo.

O músico paraense Rafael Lima, que acompanhava os integrantes do MST na manifestação em Brasília, repudiou a violência policial. “Esse tratamento da polícia contra os movimentos sociais é histórica no Brasil, basta lembrarem dos massacres de Eldorado de Carajás e Curumbiara.”, lamentou.

Enquanto parte dos manifestantes ficou em frente ao STF, o restante cruzou a praça dos três poderes em direção ao Palácio do Planalto. Lá, foram recebidos da mesma forma. Para chamar a atenção de Dilma, a marcha do MST montou um acampamento de lona preta em frente ao local de trabalho da presidente. Faixas enormes perguntavam: "Dilma, cadê a Reforma Agrária?", e pediam que ela se libertasse do agronegócio.

Nesse momento, os integrantes do movimento avançaram em direção ao palácio, e a polícia utilizou spray de pimenta de forma generalizada, além de arma de choque e bombas. Quinze policiais atacaram os manifestantes que preparavam uma intervenção teatral. John Oliveira, de Ribeirão Preto, conta como começou a confusão:

"O ônibus com material da mística chegou e começamos a descer as cruzes. Os policiais viram, acharam que era uma coisa mais hostil e cercaram o ônibus. Na hora em que pegamos as cruzes, eles soltaram as balas de borracha. Eles bateram sem justificativa."

Perguntado sobre o motivo da confusão, João Paulo Rodrigues, da direção nacional do MST, explicou: "O primeiro motivo para o conflito é a não realização da Reforma Agrária. Em segundo lugar, temos uma polícia despreparada, ou muito preparada para gerar conflito. A polícia militar é responsável por tudo que aconteceu aqui.

Ou eles querem nos fazer de cobaia para treinar para a copa do mundo, ou então querem gerar conflito para desestabilizar o governador deles."

No total, doze manifestantes ficaram feridos, e um militante do MST foi preso. O Ministro Gilberto Carvalho chegou a propor uma reunião com a presidente Dilma amanhã pela manhã. No entanto, devido ao comportamento hostil da polícia, a Direção do movimento ainda vai decidir se aceita ou não.

### **Reforma Agrária Popular**

O MST está em Brasília desde o começo da semana realizando o seu VI Congresso Nacional. Para os militantes do movimento é de crucial importância fazer um protesto em Brasília nesse momento.

"Estamos vivendo um momento do agronegócio no país que não produz alimentos e apenas nos permite consumir veneno. É importante vir à capital federal pautar a nossa Reforma Agrária, a Popular", diz Edemilson Monteiro, militante do MST.

Para Rosa Andrade, que acompanhava o MST passar pelas ruas da cidade, a manifestação é uma forma do movimento dialogar com a população o quanto a Reforma Agrária no Brasil se faz necessária.

"Não há desenvolvimento no país sem haver Reforma Agrária, e essa pauta do movimento, de uma Reforma Agrária onde todos devem participar é importante, porque todos dependem da produção dos alimentos desse homens e mulheres para viver".

## **Comentários**

### **DEIXE SEU COMENTÁRIO**

**Seu nome: \***

**Email: \***

O conteúdo deste campo é privado não será exibido ao público.

**Sua página:**

**Assunto:**

**Comentário: \***



PUBLICIDADE



PUBLICIDADE

**Roupa Para Gordinhos**  
**Calças e Bermudas**



Login  
Assine a Folha  
Atendimento  
Versão impressa

SEXTA-FEIRA, 14 DE FEVEREIRO DE 2014 09:45

Tenha acesso ilimitado  
**Folha Digital**

Opinião ▾ Política ▾ Mundo ▾ Economia ▾ Cotidiano ▾ Esporte ▾ Cultura ▾ F5 ▾ Tec ▾ Classificados ▾ Blogs ▾ Seções ▾ dia-

**Últimas notícias** Tempestade "Pax" deixa 20 mortos nos EUA e segue para noroeste

Buscar...

# poder

diretas-já, 30 mensalão o estado da federação poder e política

## Manifestantes do MST entram em confronto com PMs no Planalto

AGUIRRE TALENTO  
DE BRASÍLIA

12/02/2014 16h59

Recomendar 157

Tweetar 7

8 +1 50

OUVIR O TEXTO

Mais opções

Manifestantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) entraram em confronto com policiais militares em frente ao Palácio do Planalto, sede do governo federal, na tarde desta quarta-feira (12) em Brasília. O tumulto chegou a suspender a sessão do STF (Supremo Tribunal Federal).

O MST realiza uma marcha na Esplanada dos Ministérios como parte da programação de seu **6º Congresso Nacional**. A ideia é entregar uma carta à presidente Dilma Rousseff com reivindicações sobre a reforma agrária e por isso eles tentaram chegar até o Palácio do Planalto. A marcha começou às 14h e reúne cerca de 15 mil pessoas, segundo estimativas da PM e do MST.

A entrada do Planalto foi isolada com barricadas de ferro colocadas na praça dos Três Poderes. Ao se depararem com o isolamento, os manifestantes do MST derrubaram as barreiras e seguiram em direção ao Planalto, sendo contidos pela PM.

Teve então início um confronto por volta das 16h. A PM usou spray de pimenta e armas de taser, enquanto os sem-terra jogaram pedras e paus.

Assista a vídeo de **ANDRÉIA SADI**, "do Painel":

### leia também

Stedile critica aliança de Dilma com Kátia Abreu e defende reforma política

MST faz cobrança pública por reforma agrária a Gilberto Carvalho

MST abre congresso com críticas ao governo da presidente Dilma Rousseff



PUBLICIDADE

Eu acuso. Ou Dilma 'Red Block'

**4**

São Paulo abre foco de crise na aliança Campos-Marina

**5**

VER ÍNDICE

**+ livraria**

Professor investiga responsabilidade da sociedade civil na ditadura

'Meu filho de seis anos ficou sob a mira de um fuzil', diz Protógenes Queiroz

Historiador defende que a ditadura brasileira durou 11 anos

Ditadura brasileira forneceu novo modelo de golpe e de regime político

'A Ditadura que Mudou o Brasil' reúne artigos sobre o regime militar

**Assista ao vídeo em tablets e celulares**

A confusão inicial durou menos de cinco minutos, mas houve princípio de tumulto por ao menos duas outras vezes. Líderes dos sem-terra negociaram com a PM para ficar dentro da praça, sem passar para a parte do asfalto que dá acesso ao Planalto.

O MST entregou uma carta com reivindicações ao ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, que prometeu que os sem-terra serão recebidos pela presidente Dilma na quinta-feira (13). Entre elas estão a retomadas das desapropriações de terras para reforma agrária e a melhoria da infraestrutura dos assentamentos. Durante o 6º Congresso do MST, o governo federal tem sido criticado pela diminuição do ritmo da reforma agrária.

Com a presença do MST na praça dos Três Poderes, a [sessão no STF foi suspensa](#).

Um dos integrantes do MST nacional, Jaime Amorim, afirmou que não houve intenção de enfrentamento com a PM. "Quando o governo não faz reforma agrária é isso que acontece, cria conflitos", disse.

Mais cedo, também houve confusão quando a marcha passava em frente à embaixada dos Estados Unidos. Manifestantes e PMs iniciaram um confronto, mas a confusão foi contida.

**Protesto do MST em Brasília**[Ver em tamanho maior »](#)

Integrantes do MST protestam em frente ao Palácio do Planalto e entram em confronto com a polícia

<p><b>Ditadura e Democracia no Brasil</b> De: R\$ 44,90 Por: R\$ 38,90 <a href="#">Comprar</a></p>	<p><b>50 Pensadores que Formaram o Mundo Moderno</b> De: R\$ 44,90 Por: R\$ 37,90 <a href="#">Comprar</a></p>
<p><b>Assassinato de Reputações</b> De: R\$ 69,90 Por: R\$ 59,90 <a href="#">Comprar</a></p>	<p><b>O Improvável Presidente Do Brasil</b> De: R\$ 35,00 Por: R\$ 29,90 <a href="#">Comprar</a></p>
<p><b>Ditadura à Brasileira</b> De: R\$ 49,90 Por: R\$ 43,90 <a href="#">Comprar</a></p>	

**Compare preços:****Renault Clio**

Diversos anos, a

**DVD Automotivo**

Equipe seu carro

**Home Theater |****Citroën**

A partir de R\$39.990 cor Taxa Zero, Confira.

**Firststar**

O que há de mais inovad em cruzeiros. Conheça!

**PRESENTES**

Ótimas ofertas sempre presentes!

**Recanto do Teixeira**



MST

Google Custom Search

[reforma-agrária](#) [ameaça](#) [ocupação](#) [latifúndio](#)

## Sem Terra sofrem ameaças em fazenda ocupada no triângulo mineiro

A área, improdutiva, pertence à Silvio da Cunha Vasconcelos, grande latifundiário, dono de fazendas espalhadas por todo país.

19 de outubro de 2015 15h33



*Da Página do MST*

Desde a madrugada do último domingo (18), cerca de 120 famílias ocupam a Fazenda Santa Rita, em Uberlândia, no Triângulo Mineiro.

A área, improdutiva, pertence à Silvio da Cunha Vasconcelos, grande latifundiário, dono de fazendas espalhadas por todo país.

Segundo a direção estadual do MST, seguranças armados rondam o local acompanhados de cães desde o início do dia.

A água e a luz local estão sendo sistematicamente cortadas, e mais de 200 cabeças de gado foram colocadas em meio ao acampamento por seguranças da fazenda que, até então, estava abandonada, sem nenhum sinal de cultivo ou pastagem.

Ainda segundo os Sem Terra, tiros estão sendo disparados para o alto com a intenção de intimidar e coagir as famílias.

Silvio Vasconcelos é ligado ao empresário João Lyra, que com um patrimônio de R\$ 240 milhões, é considerado o deputado mais rico da atual legislatura da Câmara. Lyra também é acusado pelo Ministério Público Federal (MPF) de manter trabalhadores em condições análogas à escravidão em uma fazenda de cana-de-açúcar em Alagoas.

A direção estadual do MST já entrou em contato com a polícia militar, com o

Ministério Público e com a Secretaria de Direitos Humanos do estado para denunciar o caso.



## Últimas notícias



**Lei antiterrorismo: da insegurança jurídica à derrota da democracia**



**As Veias Abertas da Mineração**



**Trator é flagrado passando veneno ao lado da escola Zumbi dos Palmares, no Paraná**



**MST assina convênio com governo do Maranhão para enfrentar alto índice de analfabetismo**

## Social

Facebook

Twitter

RSS

## Links

- [Indicamos](#)
- [Fale Conosco](#)
- [Assine o Jornal Sem Terra](#)
- [Expediente](#)

## Parceiros

ASSINE O CORREIO

**CORREIO**  
DE UBERLÂNDIA menu

## Cidade e Região

19 de outubro de 2015 19:46

# Área usada no plantio de grãos é invadida pelo MST em Uberlândia

por Diogo Machado

 9 Comentários Curtir  Compartilhar  WhatsApp  G+1  Tweetar

Cerca de 120 famílias ocupam, desde sábado (17), uma área rural usada para plantio de grãos próximo ao bairro Morada Nova, na zona oeste de Uberlândia. A invasão teve início quando um grupo do Movimento Sem Terra (MST) entrou na área, que fica a 2 km da estrada vicinal que dá acesso à escola municipal de Miraporanga. Com a invasão de sábado, Uberlândia registra, atualmente, 69 ocupações urbanas e rurais.

Segundo Agnaldo Batista, coordenador do movimento no local, líderes do MST na cidade verificaram junto aos registros cartoriais que a área pode ser desapropriada. Pertencente a uma empresa de beneficiamento e armazenagem de grãos, a área recentemente teve a colheita da última safra de soja realizada. A reportagem do CORREIO de Uberlândia tentou contatar a empresa, porém, até o fechamento desta edição, não obteve sucesso.

Batista afirmou que, durante a ocupação, seguranças e vigilantes da empresa foram acionados pelo proprietário e, desde então, têm vigiado o local. "Com a pressão deles, a gente não vai aumentar a ocupação para não criar resistência, uma vez que é nossa intenção ficar no local. Ir para o confronto pode aumentar a tensão", afirmou o coordenador da invasão.

A ligação de água feita clandestinamente pelos invasores foi desligada pelos vigilantes e a cerca cortada no local em que lhes permitiu acesso a área já foi recuperada. Entre as famílias dos sem terras estão, principalmente, ocupantes de Uberlândia e Uberaba. Nesta semana, Batista afirmou, que uma comitiva se reunirá no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Belo Horizonte para dar início ao processo de negociação.

 Tags: Área invadida , Bairro Morada Nova , diogo machado , MST



MST

[lutas-e-mobilizações](#)

[reforma-agrária](#)

[ajuste-fiscal](#)

[direitos-trabalhistas](#)

## Dois mil Sem Terra marcham por Reforma Agrária em Minas Gerais

Dois mil Sem Terra vêm à capital para cobrar do governo os compromissos assumidos com os camponeses mineiros.

18 de agosto de 2015 12h49



*Da Página do MST*

O MST chega a Belo Horizonte a partir desta terça-feira (18) para iniciar a Jornada Mineira de Lutas por Reforma Agrária.

Os Sem Terra também já se preparam para se somarem às mobilizações do próximo dia 20/08, quando diversas organizações sairão às ruas contra política econômica do governo federal e em defesa da democracia. Em São Paulo, outras 450 famílias também já aquecem os



tambores numa marcha realizada no interior do estado.

A jornada mineira tem como objetivo denunciar a paralisação da Reforma Agrária no país, a política econômica perversa do governo federal, que coloca em risco a conquista de direitos dos trabalhadores, e cobrar o compromisso do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em assentar todas as 5 mil famílias acampadas do MST no estado.

O Movimento trás reivindicações históricas que o governo garantiu atender, como a erradicação da pobreza no campo, o investimento em infraestrutura e no desenvolvimento dos assentamentos, além de um programa de agroindústrias, o desenvolvimento de um plano de recuperação ambiental para o estado, a abertura de escolas do campo.

Outro ponto é a garantia de desapropriações das áreas emblemáticas, como o acampamento Terra Prometida, onde aconteceu o massacre de Felisburgo; o acampamento Nova Vida, em Novo Cruzeiro, onde as famílias resistem há 14 anos, e a fazenda Ariadnópolis, na qual vários acampamentos resistem há 16 anos.

De acordo com Silvio Netto, da coordenação estadual do Movimento, “não tem mais motivos para adiar o atendimento das nossas demandas.” Ele afirma ainda que reconhece a abertura do governo para diálogo, mas reitera que “somente conversa não basta, precisamos de ações concretas”.

A jornada iniciou com uma marcha às 7h da manhã pela avenida Cristiano Machado até a cidade administrativa, onde será realizado um ato político pela Reforma Agrária. Em seguida, o MST montará acampamento na Assembleia Legislativa, onde continuará a programação.

[Inicio](#) (<http://www.em.com.br/>) / [Gerais](#) (<http://www.em.com.br/gerais/>)

/ MST faz protesto em BH e deixa trânsito lento na Avenida Cristiano Machado

PUBLICIDADE

## MST faz protesto em BH e deixa trânsito lento na Avenida Cristiano Machado

postado em 18/08/2015 08:18 / atualizado em 18/08/2015 11:16

Rafael Passos (<mailto:rafael.passos@uai.com.br>)



Marcha do MST complicou o trânsito na Avenida Cristiano Machado

Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizam uma manifestação na manhã desta terça-feira, em Belo Horizonte. Os trabalhadores se concentraram em frente ao Shopping Estação, em Venda Nova, e seguiram a pé até a Cidade Administrativa, onde vão se reunir com o governo. Eles ocuparam a faixa da direita e deixaram o trânsito lento no sentido rodovia MG-010.

Os sem terra reivindicam agilidade na reforma agrária, melhorias na infraestrutura dos assentamentos no estado, desapropriação imediata de pelo menos três propriedades rurais e um plano de recuperação ambiental. Segundo o MST, cerca de 2 mil trabalhadores devem participar do ato na capital. Grande parte dos ativistas chegou de ônibus a BH.

Depois do encontro na Cidade Administrativa, os sem terra vão seguir para a Assembleia Legislativa no Bairro Santo Agostinho, Centro-Sul da capital. O governo confirmou que representantes de seis secretarias e da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (Cohab) vão se reunir com as lideranças do MST.



# Manifestantes fecham a BR-262, em Campos Altos

De acordo com a Polícia Rodoviária Federal, são cerca de 120 pessoas do Movimento Sem Terra que protestam no KM 575



• •

PUBLICADO EM 07/02/17 - 10h52

DA REDAÇÃO

Cerca de 200 pessoas do Movimento dos Sem Terra (MST) fecharam por mais de duas horas a BR-262, no município de Córrego Danta, na região Centro-Oeste do Estado, na manhã desta terça-feira (7), segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Conforme a corporação, os manifestantes interditaram a rodovia por volta das 10h na altura do km 577. Eles reivindicavam uma audiência com a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) para tratar de assuntos relativos à reforma agrária.

Agentes da PRF estiveram no local e negociaram com os manifestantes a liberação da pista, que só aconteceu por volta das 12h15. Por conta da manifestação, formou-se um congestionamento de cerca de 4 km nos dois sentidos da BR-262.

# Manifestação provoca congestionamento na BR-262 em Campos Altos

Segundo a PRF, congestionamento chega a quatro quilômetros e não há previsão de liberação da via

T+ T-



postado em 07/02/2017 11:46 / atualizado em 07/02/2017 13:26

Estado de Minas

Uma **manifestação** na manhã desta terça-feira, provoca lentidão na **BR-262**, na altura de **Campos Altos**, Região do Alto Paranaíba. O **congestionamento** já atinge cerca de **quatro quilômetros** e não tem previsão de término.

## Saiba mais



Manifestação fecha a BR-381 e ônibus é incendiado, em Betim

De acordo com a Polícia Rodoviária Federal (**PRF**), a manifestação organizada pelo Movimento Sem Terra (**MST**) conta com, aproximadamente, **120 pessoas**.

BR-262 é liberada em Campos Altos depois de duas horas e meia de manifestação

Tags: br 262 sem terra Campos Altos manifestação congestionamento

# BR-262 é liberada em Campos Altos depois de duas horas e meia de manifestação

Integrantes do Movimento Sem Terra (MST) fecharam a rodovia para solicitar uma audiência com Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para discutir a reforma agrária

T+ T-



postado em 07/02/2017 13:30

João Henrique do Vale

Depois de aproximadamente duas horas e meia, integrantes do Movimento Sem Terra (MST) encerraram um protesto na BR-262, em Campos Altos, na Região do Alto Paranaíba. A rodovia ficou fechada em ambos os sentidos e foi liberada no início da tarde desta terça-feira. O congestionamento na região, ultrapassou os quatro quilômetros.

## Saiba mais

[Manifestação provoca congestionamento na BR-262 em Campos Altos](#)



Carro capota e deixa um morto na BR-381, em Caeté

De acordo com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), cerca de 120 pessoas foram para a rodovia por volta das 10h. Eles reivindicavam uma audiência com representantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para discutir assuntos referentes a reforma agrária.

Os policiais negociaram com os manifestantes que deixaram a via por volta das 12h30. Mesmo com a liberação, o trânsito ficou lento por causa do acúmulo de veículos.

[Acidente com carros e moto deixa um ferido na BR-356](#)

[Detran-MG realiza ações de educação de trânsito pré-carnaval](#)

Tags: reforma agrária br-262 mst manifestação

[reformaagrária](#)[ocupação](#)[minas-gerais](#)

## MST ocupa área de ex-prefeito de Montes Claros, acusado de corrupção

A fazenda possui uma dívida milionária no banco, foi arrematada pelo grupo Soebrás, porém, nunca foi paga

16 de janeiro de 2017 15h17



Por Geanini Hackbardt

Para Página do MST

Cera de 150 famílias Sem Terra ocuparam na madrugada desta segunda-feira (16), a sede da Fazenda Norte América.

A área de três mil hectares é improdutiva e existe indícios de que era utilizada pelo ex-prefeito de Montes Claros (MG), Rui Muniz e seus sócios, para lavagem de dinheiro.

A fazenda, que possui uma dívida milionária no banco, foi arrematada pelo grupo Soebrás (Sociedade de Educativa do Brasil), porém, nunca foi paga.

A Soebrás é uma das várias entidades filantrópicas utilizadas por Ruy Muniz para desviar recursos federais e da prefeitura de Montes Claros. Por tais desvios, o ex-prefeito foi detido em setembro de 2016, assim como seus sócios. Destaca-se Leonardo Andrade, que ocupava o cargo de secretário de Desenvolvimento Sustentável, Meio Ambiente e Agricultura na prefeitura.

Leonardo é conhecido como proprietário da área e durante a ocupação, uma senhora que se identificou como mãe dele foi encontrada na casa sede. Empregados da fazenda afirmaram obedecer ordens de Leonardo e não possuir carteira assinada, mesmo após nove anos de trabalho.



## Latifundiário

Ruy Muniz foi preso em 2016 no dia seguinte à votação do impeachment da Presidente Dilma Rousseff. Na ocasião, sua mulher Raquel Muniz, deputada, dedicou o voto à integridade moral do marido afirmando que “o Brasil tem jeito e o prefeito de Montes Claros mostra isso para todos nós, com sua gestão. Por isso eu voto sim, sim, sim”.

Atualmente ele responde a processo, acusado de estelionato, falsidade ideológica, prevaricação e desvio e/ou apropriação de recursos públicos.

[Início](#) [Política](#) MST invade fazenda ligada a Ruy Muniz, no Norte de MG

# MST invade fazenda ligada a Ruy Muniz, no Norte de MG

De acordo com o movimento, a terra de três mil hectares estaria improdutiva e faria parte do esquema de corrupção do político

T+ T-



postado em 17/01/2017 09:18 / atualizado em 17/01/2017 21:48  
 Juliana Cipriani /

Depois de ser preso e ter a indisponibilidade de bens decretada pela Justiça, o ex-prefeito de Montes Claros Ruy Muniz teve mais um revés para começar o ano. A fazenda Norte América, ligada ao político acusado de corrupção, foi invadida na madrugada desta segunda-feira por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

De acordo com notícia publicada pelo movimento, cerca de 150 famílias do grupo fazem a ocupação.

## Terra improdutiva

O MST diz que a área tem três mil hectares e é improdutiva. O movimento alega ainda que "existe indícios de que era utilizada pelo ex-prefeito de Montes Claros (MG), Rui Muniz e seus sócios, para lavagem de dinheiro".

Ainda segundo o MST, a fazenda teria sido arrematada pelo grupo Soebrás, de Muniz, por causa de uma dívida não paga.



Ruy Muniz é acusado de corrupção (foto: Fabio Marcal)



A fazenda foi invadida na madrugada de segunda-feira (foto: Reprodução / MST)

Ruy Muniz foi preso no dia 18 de abril de 2016, um dia depois de sua mulher, a deputada Raquel Muniz (PSD-MG), ter dedicado a ele seu voto pelo impeachment da então presidente Dilma Rousseff. Na ocasião, a parlamentar dedicou o voto à integridade moral do marido, afirmando que "o Brasil tem jeito e o prefeito de Montes Claros mostra isso para todos nós".

## Saiba mais

[Ministro do STF concede habeas corpus para Ruy Muniz](#)



Ruy Muniz consegue liminar para fazer campanha, foragido e com chapa cancelada

[Justiça decreta intervenção em empresas do prefeito afastado de Montes Claros](#)

Em 12 de dezembro, a Justiça Federal decretou intervenção judicial em quatro empresas de Ruy e de Raquel Muniz. Na ação que resultou na indisponibilidade das empresas, o Ministério Públíco Federal diz que o casal é o real administrador do grupo Soebrás, embora não se configurem gestores no contrato social. Ainda segundo o MPF, eles usam, em benefício próprio, receitas das instituições que, por lei, não poderiam distribuir lucros.

Também foi decretada a indisponibilidade de bens da família, incluindo uma mansão na qual moram em Montes Claros.

## Nota

Na noite desta terça-feira, o Grupo Sebras, que administra os negócios de Ruy Muniz, divulgou uma nota negando que a fazenda não pertence ao grupo. Segundo o texto, a dona da Fazenda Norte América possui convênio para aulas práticas com o curso de medicina veterinária e Zootecnia da Soebras.



MST

Google™ Custom Search

reintegração

despejo

resistência

reforma-agrária

minas-gerais

## Sem Terra resistem à tentativa de despejo em MG

Os trabalhadores estão resistindo à decisão da Vara Agrária do estado que pediu a reintegração de posse da área. O despejo está marcado para hoje (10).

10 de março de 2016 15h29



*Da Página do MST*

Cerca de 400 famílias Sem Terra estão, neste momento, paralisando a BR-135 nas proximidades do município de Engenheiro Navarro no norte de Minas Gerais, para prestar solidariedade às famílias acampadas há 18 anos na fazenda Ariadnópolis.

Os Sem Terra estão resistindo à decisão da Vara Agrária do estado que pediu a reintegração de posse da área. O despejo está marcado para esta quinta-feira (10).

O Decreto NE nº 107, de 08 de março de 2016, declara a desapropriação da fazenda, contrariando a decisão da Vara Agrária.

Acontece neste momento uma reunião com o governador do estado, Fernando Pimentel, sobre a situação, as ações de paralisação das BR's acontecem também no Vale Rio Doce.

Os Sem Terra cobram agilidade no processo de adjudicação da área da Fazenda do Cipó (acampamento João Pedro Teixeira) , que já acumula mais de 1,3 milhões de reais em dívida.



---

## Últimas notícias



**Comitê Pró Democracia inicia jornada no Congresso Nacional**



**Assentados comemoram 30 anos de lutas e conquistas**

# **Integrantes do MST interditam BR-135 durante protesto próximo a Bocaiuva**

**Liminar pode desalojar cerca de 100 famílias de assentamentos. Protesto gerou congestionamento de 20 km por cerca de 05 horas.**

**Valdivan Veloso**Do G1 Grande Minas



Rodovia

ficou interditada por cerca de cinco horas (Foto: Cristiano Dias/Inter TV)

Integrantes do Movimento dos Sem Terra (MST) fizeram uma manifestação nesta quinta-feira (10) na BR-135, em Bocaiuva, no Norte de Minas. Os manifestantes usaram galhos de árvores e colocaram pneus para interditar a rodovia, que ficou cerca de cinco horas parada. Segundo a Polícia Rodoviária Federal, o protesto gerou um congestionamento de cerca de 20 quilômetros.

De acordo com um dos diretores do MST em Minas Gerais, Renato Pereira Santos, a ação foi contra uma liminar que pode desalojar cerca de 100 famílias nos assentamentos Garrote, em Bocaiuva; e o João Pedro Teixeira, em Francisco Dummont. “Ainda não fomos notificados sobre esta liminar. Este ato foi para mostrar ao governo que não vamos aceitar ser despejados de nossas terras”, afirma.

A ação, ainda de acordo Santos, chamava a atenção para outra liminar que determina a desocupação do assentamento Ariadinópolis, no Sul de Minas. “Cerca de 300 famílias ocupam esta área há 17 anos, mas nunca legalizaram as terras. No fim de 2015, o Incra ficou de agilizar o processo de assentamento, mas agora somos surpreendidos com a notícia contrária, que é o despejo destas famílias”, explica.

O superintendente do INCRA no estado, Gilson de Souza, afirma que a fazenda Garrote trata-se de um espólio e espera a autorização dos proprietários para que possa entrar e fazer a avaliação do imóvel.

Em relação ao acampamento João Pedro Teixeira, Souza informou que está em processo de adjudicação, que é quando o credor executa na Justiça o devedor. O INCRA informou que está em contato com a Procuradoria da Fazenda Nacional, mas não há um prazo porque depende do tempo que este processo leva na Justiça.

[saiba mais](#)

## GRANDE MINAS

# Integrantes do MST bloqueiam rodovia MG-122 contra reintegrações de posse no Norte de MG

Eles colocaram fogo em pneus e galhos de árvores para bloquear a pista; ato provocou um congestionamento nos dois sentidos da pista, em Capitão Enéas.

Por G1 Grande Minas

06/03/2018 18h05 · Atualizado há 3 anos





Pista foi liberada no início da tarde desta terça (6) — Foto: Polícia Militar/Divulgação

Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) fizeram uma manifestação na manhã desta terça-feira (6) na MG-122, que liga Montes Claros à cidade de Janaúba, no Norte de Minas. De acordo com a Polícia Militar, os manifestantes colocaram fogo em pneus e galhos de árvores para interditar a rodovia.

O protesto provocou um congestionamento nos dois sentidos da pista, em Capitão Enéas. O trânsito foi liberado pelos manifestantes no início da tarde. "Nós fechamos a rodovia lutando pelo nosso direito. Somos contra os despejos dos moradores de quatro acampamentos do Norte de Minas. Ainda estamos sendo convocados pela Polícia Militar para tratar em reuniões sobre a reintegração de posse destas áreas sem que nenhum representante do Incra ou mesa de mediação de conflito", explica um dos diretores regionais do MST, Renato Pereira.

Em nota, o MST afirma também que o ato foi realizado em protesto às constantes reintegrações de posse, cedidas pelas justiças locais e pela Vara Agrária de Minas Gerais. "Elas concedem liminares para grileiros de terras, fazendeiros que ocupam ilegalmente as terras da União e do Estado de Minas, e as mesmas empresas, que cometem crimes ambientais", diz a nota.

Na nota, o MST critica ainda a administração do governador Fernando Pimentel (PT). "Nos últimos tempos presenciamos aqui nos 'gerais' um governo estadual que perpetua o poder das empresas que destroem o cerrado, suas águas, seus povos. Empresas que grilaram e continuam grilando as terras devolutas e públicas".

De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (Seda), o governo estadual tem realizado uma série de ações em prol da agricultura familiar na região. A Seda afirma que, desde 2015, mais de 500 famílias foram beneficiadas. Ainda segundo a Secretaria, "continuamos promovendo o diálogo com os movimentos sociais e

## MINAS GERAIS

# Integrantes do MST bloqueiam Rodovia Fernão Dias, na Grande BH

Eles se manifestaram por cerca de duas horas contra a prisão do ex-presidente Lula. Movimento disse que 400 pessoas participaram do protesto; PRF não divulgou número de participantes no ato.

Por **G1 MG** — Belo Horizonte

06/04/2018 10h35 · Atualizado há 3 anos





Manifestantes do MST bloqueiam Rodovia Fernão Dias, na Grande BH — Foto: MST/Divulgação

Cerca de 400 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) bloquearam a Rodovia Fernão Dias, em São Joaquim de Bicas, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, nesta sexta-feira (6). Com blusas e bandeiras do MST, os manifestantes fecharam a pista sentido Belo Horizonte e colocaram fogo em galhos secos.

O protesto durou cerca de duas horas e terminou por volta das 11h40. De acordo com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), após o fim do bloqueio, a rodovia apresentava lentidão de cinco quilômetros às 11h50. A corporação não divulgou o número de manifestantes.

O MST disse que a prisão é do ex-presidente Lula é arbitrária e faz parte do projeto de retirada de direitos dos trabalhadores. **Ele foi condenado a 12 anos e um mês de prisão no caso do triplex em Guarujá, no litoral de São Paulo.**

"A prisão de Lula é a coroação do golpe pelo Judiciário. Quem não se levantar agora será conivente com toda arbitrariedade, com o fim dos nossos direitos e com essa corja que está destroçando nossas intuições democráticas", afirmou Ester Hoffmann, da Direção Nacional do MST.

SÃO JOAQUIM DE BICAS

---

Mais do **G1**

**PEC da Bengala**